



UNIVERSIDADE CATÓLICA PORTUGUESA
FACULDADE DE TEOLOGIA

MESTRADO INTEGRADO EM TEOLOGIA (1.º grau canónico)

PEDRO MIGUEL VIEIRA BARROS

**D. Manuel de Almeida Trindade e o seu episcopado
(1962-1988):**

**bispo de Aveiro, padre Conciliar e presidente da
Conferência Episcopal Portuguesa**

Dissertação Final
sob orientação de:
Doutor David Sampaio Dias Barbosa

**Lisboa
2014**

*A todos os que contribuíram e me acompanharam
na elaboração desta dissertação,
os meus sinceros agradecimentos.*

Siglas

AAS	Acta Apostolicae Sedis
ACP	Acção Católica Portuguesa
CAP	Centro de Acção Pastoral de Aveiro
CEAST	Conferência Episcopal de Angola e São Tomé
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEP	Conferência Episcopal Portuguesa
CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CUFC	Centro Universitário Fé e Cultura
DH	Declaração sobre a Liberdade Religiosa «Dignitatis Humanae»
DSI	Doutrina Social da Igreja
GEDOC	Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informações, Experiências
GS	Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Actual « Gaudium et Spes»
ISCRA	Instituto Superior de Ciências Religiosas de Aveiro
LG	Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium»
MFA	Movimentos das Forças Armadas
OT	Decreto sobre a Formação Sacerdotal «Optatam totius»
PCP	Partido Comunista Português
PO	Decreto sobre o Ministério e Vida dos Sacerdotes «Presbyterorum Ordinis»
PREC	Processo Revolucionário em Curso
RDP	Rádiodifusão Portuguesa
RR	Rádio Renascença, Emissora Católica Portuguesa
RTP	Radiotelevisão Portuguesa

INTRODUÇÃO

A presente dissertação sobre *D. Manuel de Almeida Trindade e o seu episcopado (1962-1988): bispo de Aveiro, padre Conciliar e presidente da Conferência Episcopal Portuguesa*, insere-se no âmbito da conclusão do Mestrado Integrado em Teologia pela Universidade Católica Portuguesa, da Faculdade de Teologia em Lisboa.

A vivência de uma Missão Jubilar na Igreja de Aveiro, por ocasião dos 75 anos da sua Restauração, fez reavivar a memória histórica daqueles que contribuíram para a missão de Jesus em terras da diocese de Aveiro. Esta diocese que conta com uma história viva, afirma-se hoje com uma identidade de comunhão, à qual não pode ser indiferente o papel e acção dos bispos a ela confiada. Urge, portanto, olhar com gratidão a história e salientar o importante papel dos que ajudaram a construir e a cimentar uma Igreja viva e impulsionada pela dinâmica de renovação conciliar. Através desta dissertação final, na área da teologia histórica, pretende-se não apenas evocar uma das personalidades mais influentes da história eclesial portuguesa do século XX, mas, sobretudo, reconhecer todo o bem que realizou apontando e discernindo caminhos de futuro.

É nosso propósito dar a conhecer um bispo e pastor, que marca a história da Igreja e da sociedade portuguesa, especialmente, na segunda metade do séc. XX. Para uma contextualização eclesial nacional e diocesana, levantaremos o véu da sua acção e vida episcopal: através de uma jovem e restaurada diocese, que lhe fora confiada; através do encontro conciliar que lhe foi permitido viver e testemunhar, e por fim, ao serviço da Igreja em Portugal, concretizado por um modo inteligente e corajoso de servir a todos pelo seu múnus episcopal. Por isso, o subtítulo desta dissertação se centre em três dimensões caracterizadoras de um percurso: “bispo de Aveiro, padre Conciliar e presidente da Conferência Episcopal Portuguesa”.

Com este propósito que apresentamos o trabalho estruturado em quatro partes, todas elas delimitadas pelo mesmo período histórico em análise – de 1962 a 1988, à excepção da primeira parte, que apresentaremos em jeito de prólogo o itinerário biográfico da vida de D. Manuel, que nos permitirá adentrar nas três partes seguintes.

No primeiro capítulo, intitulado “D. Manuel, bispo de Aveiro (1962-1988)”, apresenta-se uma resenha biográfica, em jeito de itinerário, que nos conduz à sua missão na diocese de Aveiro, e como ao longo da sua vida a viveu. Uma diocese, que estando vacante durante oito meses, após a morte de D. Domingos da Apresentação Fernandes, aguardava ansiosamente o seu novo Pastor. D. Manuel de Almeida Trindade é um jovem prelado e sobre ele se colocam elevadas expectativas. Ao longo deste capítulo iremos dar a conhecer como se preparou e amadureceu os seus conhecimentos para ser pastor da diocese. Ver-se-á como o pastor e a diocese, interagindo, responderão aos desafios pastorais que se foram apresentando.

No segundo capítulo, intitulado “Episcopado e serviço Pastoral na diocese de Aveiro (1962-1988)”, analisar-se-á o rosto deste pastor que tanto labutou para que, na Igreja de Aveiro, fosse vivido o dinamismo da renovação conciliar. Compreender-se-á que só terá sido possível assim acontecer, quer pelas suas invulgares capacidades e qualidades de orientador de consciências, de formador dos futuros presbíteros, de digníssimo e prestigiado professor, de assistente atento e próximo dos movimentos, da sua veia de exímio escritor, de pessoa culta e piedosa, quer por uma pastoral oportuna e próxima do povo que se habituou a senti-lo e a segui-lo nas suas orientações de pastor.

É enviado para a Igreja de Aveiro com apenas 44 anos de idade e 22 de sacerdote. No auge da sua vida vai dar continuidade à acção do seu antecessor, procurando manter vivo o sopro de espírito e o entusiasmo em toda a vida diocesana, assumindo o desejo sincero de *servir e de servir com amor*. Servir uma Igreja serva e pobre. Posteriormente, explanaremos a sua acção e pastoral em cinco vectores marcantes, mas não únicos, do seu episcopado, realçados já

na sua primeira saudação pastoral à diocese de Aveiro, a saber: o Seminário e os seminaristas, o Clero diocesano, a Missão Regional e as Visitas pastorais, a formação cristã e a vida espiritual diocesana e os centros de cultura e de espiritualidade.

A “Presença no II Concílio Ecuménico do Vaticano” dá título ao terceiro capítulo, tendo em vista que o prelado é chamado ao episcopado no momento preciso em que a Igreja reflectia sobre si mesma, já marcada pela proximidade da abertura do II Concílio Ecuménico do Vaticano. Foi neste contexto que D. Manuel terá o seu noviciado episcopal, prenunciador duma revitalização cristã em Aveiro e Portugal. Faremos uma análise global da participação da Igreja Portuguesa no Concílio, referiremos a forma como Portugal foi vivendo a sua preparação, desde 1959, para depois compreender melhor a participação dos bispos portugueses na abertura, e no decurso celebrativo do II Concílio Ecuménico do Vaticano. A participação dos bispos portugueses no Concílio não foi um factor secundário na nossa análise contextual histórica hodierna. Importa salientar o que de positivo se fez e o que modestamente se reconhece ter sido presença a pender para o discreto. Aceitámos como desafio a vivência da renovação conciliar em Portugal.

Direccionamos, por razões que esta investigação nos pede, o estudo sobre a participação concreta de D. Manuel no mesmo Concílio. Embora não se tenha escutado a sua voz nas Congregações Gerais, referiremos as quatro intervenções escritas, focadas em temas muito apreciados por D. Manuel, já antes da sua nomeação episcopal tais como, a liberdade religiosa, o laicado, o mistério da Igreja, o Povo de Deus e o episcopado. Ao terminar este terceiro capítulo, iremos expor as conclusões feitas por D. Manuel quanto à sua participação no Concílio, assim como os frutos e desafios que daí advieram.

Ao terminar esta dissertação, não poderia faltar uma referência incontornável da missão episcopal de D. Manuel ao serviço da Conferência Episcopal Portuguesa. Para tal, num primeiro momento faremos uma contextualização histórica intitulada “tempos de angústia e de

esperança que aproximam os bispos” para demonstrar a atitude colegial já vivida pelos bispos, antes mesmo de existir estatutariamente a Conferência Episcopal Portuguesa. Dinâmicas de colegialidade episcopal que vamos demonstrar ao longo deste primeiro momento, dar-nos-ão razões para compreendermos a participação inicial de D. Manuel na Conferência, a sua eleição, como delegado da Conferência Episcopal Portuguesa para o Colégio Pontifício Português, e finalmente, ser eleito como Presidente da Conferência Episcopal.

No terceiro momento deste quarto capítulo, analisaremos o Conselho Permanente da Conferência Episcopal e a forma como D. Manuel de Almeida Trindade surge como figura notável e fulcral na vida eclesial, ao assumir o cargo de vice-presidente entre 1970 e 1972, assim como de 1975 a 1981, e por fim, o cargo de Presidente entre 1972 e 1975, e, por mais dois triénios, entre 1981 e 1987. Na fidelidade à vida e à fé, a sua vida só se pode traduzir numa só palavra: serviço. Foi assim que ao longo do seu episcopado, e especialmente nestes anos de presidência na Conferência Episcopal, demonstrou que em tudo procurou a glória de Deus, o bem de todos, zelando apostolicamente pelos seus irmãos. Isso foi particularmente assinalável no decurso da revolução do 25 de Abril de 1974 e no Verão Quente de 1975. Para além destas questões por nós abordadas, muitas outras se poderiam estudar em ordem a compreender melhor como uma pessoa firme e prudente tivesse sido escolhida pelos seus pares na transição delicada dos Cardeais Manuel Gonçalves Cerejeira e António Ribeiro para presidir ao episcopado de Portugal.

É de justiça referir que alguns temas essenciais do múnus de D. Manuel não serão aqui tratados com a devida profundidade, como a questão da Acção Católica Portuguesa, os Planos Pastorais da diocese de Aveiro, e, especialmente, o tema da família. Constituem autênticos desafios para uma pesquisa futura, a ser feita pela investigação histórica.

Esta dissertação propõe-se devolver memória àqueles que foram timoneiros em tempos de renovação conciliar. D. Manuel é uma dessas figuras notáveis, que será por nós lida, compreendida e narrada.

1. D. MANUEL, BISPO DE AVEIRO (1962-1988)

Neste primeiro capítulo pretende-se anotar um itinerário biográfico-histórico desde o nascimento de D. Manuel de Almeida Trindade até à sua morte. Um itinerário que procura centrar-se numa personalidade incontornável da história do episcopado português e da Igreja Católica em Portugal e além Lusitânia, do séc. XX e XXI.

1.1. Itinerário biográfico

D. Manuel de Almeida Trindade, natural de Monsanto da Beira¹, no lugar da Relva do concelho de Idanha-a-Nova, diocese de Portalegre e Castelo Branco, nasceu às 23 horas do dia 20 de Abril de 1918.² Seu pai, Daniel Ferreira da Trindade, natural do lugar do Pardieiro da freguesia de Avelãs de Cima, e sua mãe, Gracinda Rodrigues de Almeida, da freguesia de Avelãs de Caminho, espelham a ascendência proveniente do concelho de Anadia, na época, diocese de Coimbra, mas hoje à diocese de Aveiro.³ Foi na «aldeia mais portuguesa de Portugal»⁴ que pouco tempo depois foi baptizado pelo prior da freguesia «de urgência»⁵ devido ao surto da gripe «pneumónica» existente por toda a Europa e que a muitos conduziu à morte.⁶

¹ D. Manuel, neste seu livro, relata a história e a itinerância da sua família, e os motivos pelos quais nasceu em Monsanto (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 7-9).

² Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Cúria Diocesana de Aveiro, Aveiro, 1964, 231; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 8.

³ Cf. SANTOS, António Francisco dos – «Comunicação sobre o falecimento de D. Manuel de Almeida Trindade», in *Correio do Vouga*, LXXVIII/3848 (12.VIII.2008) 2; cf. GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 49.

A extinção da Diocese de Aveiro em Setembro de 1882, levou à sua divisão por três Dioceses: Porto, Viseu e Coimbra. Todavia, esta última terá incorporado a Diocese de Aveiro, «sob cuja jurisdição eclesiástica ficou a própria Cidade, antiga sede episcopal» (Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Cúria diocesana de Aveiro, Aveiro, 1964, 231).

⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 9.

⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 11.

⁶ Cf. GASPAR, João Gonçalves – «D. Manuel de Almeida Trindade», in *Aqua Nativa*, 3 (Dezembro 1992) 59ss. A gripe pneumónica correspondia a uma doença pulmonar que grassava por Portugal e pelo resto da Europa.

Frequentou a escola primária da Malaposta, em Famalicão, Arcos de Anadia, recebendo nesse mesmo período (1925-1929) uma formação cristã sólida.⁷

Ingressou no seminário de Coimbra com 12 anos, no dia 13 de Janeiro de 1930, frequentando o curso de «preparatórios».⁸

Recebeu o sacramento da Confirmação na capela da Anunciação, do Seminário de Coimbra, no dia de Pentecostes, em 1930, pelo bispo da diocese, D. Manuel Luís Coelho da Silva, teve como padrinho o Padre Américo Monteiro Aguiar.⁹

Após o termo do curso inicial, foi enviado como seminarista, para Roma, a 22 de Outubro de 1934, para prosseguir os estudos de Filosofia e de Teologia na Pontifícia Universidade Gregoriana.¹⁰ Concluiu a licenciatura em Filosofia e o bacharelato em Teologia em Roma,¹¹ tendo regressado posteriormente a Coimbra em 10 de Junho de 1940.¹² A sua formação em Roma duraria sete anos como estava inicialmente previsto, porém ficara apenas seis, daí que não tenha terminado a licenciatura em Teologia.¹³

Na altura da restauração da diocese de Aveiro, os prelados de Coimbra e Aveiro, decidiram que D. Manuel poderia optar em qual diocese pretendia ficar, dado que a sua

⁷ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 15.

⁸ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Fundo de Baiú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 3-4.15.36-37.

⁹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 69.

¹⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 47-49.56-58.140.361.

D. Manuel apresenta-nos no *Ensaio Biográfico de Urbano Duarte* os detalhes da chegada a Roma, que acontecera a 26 de Outubro de 1934 (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 39-41).

¹¹ Era intenção de D. Manuel regressar a Roma para concluir a licenciatura em Teologia (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 71).

D. Manuel no seu livro *Memórias de um bispo*, relativamente à sua estadia em Roma, ele próprio aconselha a ler o *Ensaio Biográfico de Urbano Duarte* para entender a vivência destes tempos passados pela “cidade eterna” (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 61).

¹² Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 53.

¹³ O seu regresso, antes da conclusão dos estudos, deveu-se ao clima de guerra existente em toda a Europa e especificamente, em Itália, com a ascensão ao poder de Mussolini (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 52).

residência era da circunscrição da diocese restaurada, Aveiro, e não na de Coimbra, optou por pertencer ao clero de Coimbra.¹⁴

A 29 de Junho de 1940 foi ordenado Subdiácono, depois fora ordenado Diácono a 20 de Outubro do mesmo ano e, de seguida, foi ordenado Presbítero, a 21 de Dezembro de 1940.¹⁵ A sua ordenação presbiteral aconteceu no «sábado das tēmporas do advento», no Seminário de Coimbra, onde já era professor de Filosofia para o 6º e 7º anos desde Outubro.¹⁶ A sua ordenação presbiteral foi, sem dúvida, um dos episódios marcantes e decisivos da sua vida, e que o próprio conta na primeira pessoa:

«Já que falo no salão de S. Tomás de Aquino [no Seminário de Coimbra] (...) desejava também lembrar outros episódios da minha vida que ali ocorreram. O primeiro foi, sem dúvida, a minha ordenação sacerdotal. Nunca entro naquele lugar sem que me venha à lembrança o dia 21 de Dezembro de 1940, em que o bispo D. António Antunes me impôs as mãos, ordenando-me presbítero».¹⁷

A 25 de Dezembro de 1940 celebrou a Missa Nova na Igreja Matriz de Arcos de Anadia e, segundo D. Manuel, nesse dia, embora estivesse frio, a Igreja foi mais pequena que noutros dias de festa.¹⁸

¹⁴ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Cúria Diocesana de Aveiro, Aveiro, 1964, 327.

«É agora altura de dizer que, embora a freguesia da minha residência fosse dentro da área da Diocese de Aveiro, e os seminaristas nestas circunstâncias ficassem a pertencer à nova diocese restaurada em Dezembro de 1938, a mim, a estudar em Roma a expensas da Diocese de Coimbra, foi-me dada a faculdade de optar. Apesar de pressões em contrário, optei por Coimbra. Soube mais tarde que, entre os dois bispos (o de Aveiro e de Coimbra), houve negociações» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 71).

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 51-52; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 157.

¹⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 65.131.

¹⁶ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 67.69.

¹⁷ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 36.

«Já tive a ocasião de dizer, com certa mágoa, o lugar e a hora da minha ordenação. Mas tudo isso é secundário diante do acontecimento em si mesmo: eu era finalmente sacerdote!» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 69).

Era no salão de S. Tomás de Aquino que funcionava a Academia de S. Tomás de Aquino, e servia de espaço para conferências, sessões de abertura solene das aulas, representações teatrais, entre outros momentos. Daí que D. Manuel demonstre a sua mágoa e desgosto por ter sido ordenado num salão e não na igreja catedral ou na igreja da sua freguesia (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 37).

¹⁸ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 69.

Alguns meses depois, em Setembro de 1941, o bispo de Coimbra pedia a D. Manuel que assumisse a direcção do Seminário no próximo ano lectivo, prestes a iniciar.¹⁹ A sua reacção foi de uma surpresa inesperada e, por sua vez, bastante expressiva:

«Caiu-me o coração aos pés. Invoquei todas as razões para dissuadir o meu bispo no sentido de não fazer recair sobre o mais jovem dos seus padres, que não tinha feito ainda 24 anos, o peso maior que há numa diocese – o de dirigir um Seminário e, para mais, um Seminário Maior, em que até havia alunos mais velhos do que o indigitado vice-reitor».²⁰

A partir de Outubro de 1941, deixou de dar aulas de Filosofia para ensinar Teologia Dogmática aos 2º e 3º anos.²¹ D. Manuel com 23 anos de idade foi nomeado, a 2 de Novembro de 1941, membro da “Equipa Formadora”²² do Seminário Maior de Coimbra assumindo o cargo de Vice-Reitor.²³ No dia seguinte, assumiu efectivamente o governo do Seminário²⁴; decorrente disso, o Cónego Amado cessava as suas funções de Vice-Reitor.²⁵ Em 1942, foi nomeado Assistente diocesano da União Noelista de Coimbra.²⁶ No dia 16 de Fevereiro de 1946, o bispo de Coimbra, D. António Antunes, nomeia-o cónego capitular da Sé de Coimbra. No ano seguinte será nomeado ministro da Ordem Terceira.²⁷ Desde Outubro de 1949 passará a ser Assistente da Junta Diocesana da Acção Católica Portuguesa e da Liga Independente Católica,

¹⁹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 73; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 62.

²⁰ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 74.

²¹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 70.

²² A expressão “Equipa Formadora” não existiria na época, sendo fruto dos mais recentes decénios tal designação. Todavia, D. Manuel já cita no seu livro *Memórias de um bispo* esta nomenclatura.

²³ Cf. *Novidades*, LXXVII/22162 (18.IX.1962) 1.

O título de Reitor era e foi por muito tempo reservado ao bispo da diocese, embora todo o acompanhamento fosse feito por D. Manuel.

²⁴ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 76.

²⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 78.

²⁶ Cf. SOUSA, Maria A.; VENTURA, Zélia – *Dom Manuel de Almeida Trindade: Bispo Emérito de Aveiro. Bibliografia Analítica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, 21.

²⁷ Cf. SOUSA, Maria A.; VENTURA, Zélia – *Dom Manuel de Almeida Trindade: Bispo Emérito de Aveiro. Bibliografia Analítica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, 21.

foi também Assistente das Noelistas de Coimbra e Ministro da Ordem Terceira de S. Francisco em Coimbra.²⁸ Em 1951, realiza uma viagem de estudos a Inglaterra.²⁹

Passados alguns anos, a 2 de Abril de 1957, foi nomeado Reitor do Seminário Maior de Coimbra. A 12 de Abril, nesse mesmo ano, o Papa Pio XII distinguiu-o com a dignidade de Prelado de honra (ou Prelado Doméstico), com o título de Monsenhor.³⁰

Em 1960, por proposta do Conselho Escolar da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o Governo Português nomeia D. Manuel para leccionar a cadeira “Origens do Cristianismo”, na qualidade de professor contratado com a categoria de catedrático.³¹ A sua primeira aula foi a 8 de Novembro desse ano.³² Permaneceria na Faculdade até Junho de 1962, dedicando-se ao mesmo tempo à formação dos seminaristas, e ao ensino dos universitários. Foi um tempo em que se entregou a estudos literários, por essa investigação, demonstrou ter dotes reconhecidos pela sociedade portuguesa pela obra notável que nos deixou.³³ Diz-nos Mons.

²⁸ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 91-92; Cf. SOUSA, Maria A.; VENTURA, Zélia – *Dom Manuel de Almeida Trindade: Bispo Emérito de Aveiro. Bibliografia Analítica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, 21.

²⁹ Cf. *Novidades*, LXXVII/22162 (18.IX.1962) 1.

³⁰ Cf. *AAS*, XLIX/24 (1957) 315.

³¹ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 47; Cf. GASPAS, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Cúria diocesana de Aveiro, Aveiro, 1964, 328; Cf. *Diário do Governo*, II/223 (23.IX.1960) 1.

Uma cadeira de carácter obrigatório para os alunos do 5º ano de História, e opcional para os outros cursos. Aqui vemos como todo este processo se desenvolveu, pois antes de D. Manuel leccionar “Origens do Cristianismo” na Faculdade de Letras de Coimbra, D. Ernesto Sena de Oliveira propôs-lhe aprofundar os conteúdos teológicos para leccionar a cadeira, uma vez que até aí os seus estudos estavam centrados na *Teologia Sistemática*. Aceitando, partiu para Paris onde esteve alguns meses da Primavera, tendo regressado no fim do mês de Junho de 1960 (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 105-109).

³² Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 112.

³³ «Exemplo maior desta obra é o livro erudito e valioso “O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)” que veio a ser galardoado pelo Secretariado Nacional de Informação com o Prémio Alexandre Herculano» [ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 47].

Uma descrição relevante sobre a singularidade desta obra, fruto das mãos de D. Manuel encontra-se no diário *Novidades*: «Nesta biografia, tão cheia de inteligência e de coração, tem o Sr. D. Manuel de Almeida Trindade, bem marcado, todo seu espírito apostólico e todo o seu temperamento de intelectual». Mais adiante refere o artigo que D. Manuel «às colunas dos jornais *Correio de Coimbra* e *Diário de Coimbra*, assim como às páginas da revista *Estudos*, deu preciosa colaboração de carácter doutrinário e social» [*Novidades*, LXXVII/22162 (18.IX.1962) 4]. Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 109-110; Cf. GASPAS, João Gonçalves – «Efemérides de D. Manuel», in *Correio do Vouga*, LXXVIII/3848 (12.VIII.2008) 2; Cf. SOUSA, Maria A.; VENTURA, Zélia – *Dom Manuel de Almeida Trindade: Bispo Emérito de Aveiro. Bibliografia Analítica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, 21.

João Gaspar que a obra literária de D. Manuel «foi sempre marcada pelo rigor científico e pelo cunho da honestidade».³⁴ Referira-se ainda que, em 1960, foi designado Assistente das Equipas de Nossa Senhora.³⁵

O antecessor de D. Manuel de Almeida Trindade, D. Domingos da Apresentação Fernandes (1953-1962), falecera repentinamente no dia 21 de Janeiro de 1962, no Paço Episcopal de Aveiro. A diocese de Aveiro até à eleição de D. Manuel como bispo, estando privada de Pastor, era governada pelo Vigário Capitular, Mons. Júlio Tavares Rebimbas. A feliz notícia da nomeação episcopal de D. Manuel de Almeida Trindade chegaria de Roma, a 16 de Setembro de 1962.³⁶ Na Bula reconhecia-se a D. Manuel as qualidades de «sacerdote de verdadeira e sólida piedade, e de invulgar talento e experiência que no exercício de outros cargos tem granjeado grandes merecimentos».³⁷

Estando prestes a iniciarem os trabalhos que darão início ao II Concílio Ecuménico do Vaticano, D. Manuel partiu para Roma a 29 de Setembro de 1962, no paquete «Vulcânea» juntamente com outros prelados.³⁸ O Concílio começou a 11 de Outubro de 1962³⁹, e D. Manuel tomou parte nele desde a primeira sessão, participando em todas as sessões conciliares.⁴⁰

³⁴ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Cúria Diocesana de Aveiro, Aveiro, 1964, 328.

Deixamos apenas algumas referências: *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, Casa do Castelo, Coimbra, 1958; *A Faculdade de Teologia e o incidente com o Senhor Bispo-Conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina*, União Gráfica, Lisboa, 1954; *Uma visão metafísica da Igreja*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1943.

³⁵ Cf. SOUSA, Maria A.; VENTURA, Zélia – *Dom Manuel de Almeida Trindade: Bispo Emérito de Aveiro. Bibliografia Analítica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, 21.

³⁶ Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/Supl. Especial (18.IX.1962) 1-2; Cf. *Litoral*, VIII/413 (22.IX.1962) 1.5.

Cf. *Jornal da Bairrada*, XII/297 (22.IX.1962) 1.3.; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 179.

³⁷ *Correio do Vouga*, XXXIII/1628 (08.XII.1962) 1; Cf. *Litoral*, IX/428 (5.I.1963) 1-4; Cf. *Litoral*, IX/425 (15.XII.1962) 1.3; Cf. *Novidades*, LXXVII/22162 (18.IX.1962) 4; Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/Supl. Especial (18.IX.1962) 1-2.

³⁸ Cf. *Novidades*, LXXVII/22173 (29.IX.1962) 1.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 157.

³⁹ Cf. *Novidades*, LXXVII/22184 (11.X.1962), 1.5-8.

⁴⁰ Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/1618 (29.IX.1962) 5; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 46; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 123-124; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 366; Cf. SOUSA, Maria A.; VENTURA, Zélia – *Dom Manuel de Almeida Trindade: Bispo Emérito de Aveiro. Bibliografia Analítica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, 21.

Decorreu algum tempo até que D. Manuel tomasse posse canónica, por procuração, da diocese de Aveiro, o que viria a acontecer a 8 de Dezembro de 1962, no dia da festa litúrgica da Imaculada Conceição de Nossa Senhora.⁴¹

Mons. Júlio Tavares Rebimbas, pároco de Ílhavo, na ausência de D. Manuel durante os trabalhos da primeira sessão do II Concílio Ecuménico do Vaticano, assumiu legitimamente as funções de governador do Bispado (entre 2 de Fevereiro de 1962 até 23 de Dezembro de 1962), refira-se que já antes fora Vigário-Geral de D. Domingos da Apresentação Fernandes.⁴²

A 16 de Dezembro de 1962, na Sé Nova de Coimbra, numa imponentíssima celebração litúrgica, presidida pelo Arcebispo-bispo da diocese, D. Ernesto Sena de Oliveira, assistido pelo Arcebispo de Mitilene, D. Manuel dos Santos Rocha, e pelo bispo Auxiliar de Coimbra, D. Manuel de Jesus Pereira, recebia D. Manuel de Almeida Trindade a ordenação episcopal.⁴³

No dia 23 de Dezembro de 1962, o bispo D. Manuel chega à cidade e diocese de Aveiro.⁴⁴ Nessa tarde é recebido com júbilo, em grande apoteose e elevadas manifestações de alegria, destacam-se algumas palavras que proferiu na sua intervenção na sessão de boas-vindas nos Paços do Concelho:

«Vim para Aveiro para me dar. Servir a Igreja – e não servir-me da Igreja – foi sempre a ideia que me guiou desde que conduzido pela mão dos meus pais, entrei no Seminário. Venho, assim, para Aveiro para me dar inteiramente e poder descansar um dia – que será quando Deus quiser, daqui a semanas, ou meses, ou anos – em paz, ao lado dos meus dois Antecessores».⁴⁵

⁴¹ Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/1629 (15.XII.1962) 5; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 177.

⁴² Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/1629 (15.XII.1962) 5; Cf. GASPAS, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Cúria Diocesana de Aveiro, Aveiro, 1964, 345.

⁴³ Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/1630 (22.XII.1962) 5-6.

No livro *Fundo de Baú*, D. Manuel recorda esse dia com singelas palavras e profunda memória (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 123-124); Cf. SOUSA, Maria A.; VENTURA, Zélia – *Dom Manuel de Almeida Trindade: Bispo Emérito de Aveiro. Bibliografia Analítica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, 22.

⁴⁴ Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/1629 (15.XII.1962) 1.5; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 120.

⁴⁵ GASPAS, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Cúria Diocesana de Aveiro, Aveiro, 1964, 329-330.

Estas palavras marcaram profundamente toda a acção diocesana e pastoral que D. Manuel conduziria como bispo de Aveiro,⁴⁶ demonstrando um «rico testemunho de serenidade, prudência e sabedoria».⁴⁷

Em Janeiro de 1963, tendo regressado dos trabalhos conciliares, participou pela primeira vez na Assembleia Plenária da Conferência Episcopal.⁴⁸ Ainda, neste ano, foi galardoado com a Cruz de Ouro do Corpo Nacional de Escutas.⁴⁹

Como pastor da diocese de Aveiro, D. Manuel solicitou a 17 de Julho de 1964 ao Papa Paulo VI que a Princesa Santa Joana, embora e apenas beatificada, fosse declarada oficialmente padroeira da cidade e da diocese de Aveiro.⁵⁰ O Santo Padre atendendo ao pedido de D. Manuel, declarou oficialmente, pelo breve «Sanctitatis Flos»⁵¹, a Princesa Santa Joana padroeira principal da cidade e da diocese de Aveiro.⁵²

ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 48.

⁴⁶ Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/1631 (29.XII.1962) 1-7.

⁴⁷ *Correio do Vouga*, LXXXIII/2012 (12.XII.2012) 22.

⁴⁸ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 293.

⁴⁹ Cf. SOUSA, Maria A.; VENTURA, Zélia – *Dom Manuel de Almeida Trindade: Bispo Emérito de Aveiro. Bibliografia Analítica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, 22.

⁵⁰ «D. Manuel entendeu que não podia tardar por mais tempo em fazer como seu desejo a multissecular aspiração dos católicos aveirenses, para que o patrocínio de Santa Joana fosse oficialmente sancionado pela suprema autoridade da Igreja» (GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 537).

Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 537-538; Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Cúria Diocesana de Aveiro, Aveiro, 1964, 563.

⁵¹ PAULO VI – Breve «Sanctitatis Flos», 5 de Janeiro de 1965, in *AAS*, LVII (1965) 716-717.

⁵² Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/1630 (09.IV.1965) 5.

Um artigo cuidado e com boa explanação encontra-se em MADAIL, A.G. Rocha - «Princesa Santa Joana. Do Senhorio temporal da vila ao padroado espiritual da cidade e da diocese de Aveiro», in *Arquivo Distrital de Aveiro*, XXXII/127 (1966) 161-176.

Para um breve enquadramento biográfico da vida de Santa Joana Princesa, passamos a citar: «Santa Joana nasceu em Lisboa, no Paço de Alcáçova, a 6 de Fevereiro de 1452. Seu irmão mais velho morrera com meses de idade e, por isso, no meio do maior entusiasmo, foi jurada em cortes por Princesa herdeira do Reino, título que pela primeira vez se dava em Portugal; embora o tivesse perdido, passados dois anos, pelo nascimento do novo irmão, o futuro D. João II, nem por isso o povo e os cronistas deixaram de a tratar por Princesa. Órfã de mãe aos quatro anos, procurou sempre praticar a mais edificante virtude, apesar do fausto e do ambiente da corte; e assim foi crescendo. Aos 19 anos, com a autorização de seu pai que voltava vitorioso de África, recolheu-se ao mosteiro de Odívelas. Desejando, porém, uma vida de mais austera penitência, mal decorridos sete meses, mudou para o pobre convento dominicano de Jesus, em Aveiro; a 25 de Janeiro de 1475, com o hábito da Ordem dos Pregadores, iniciaria o noviciado. Conhecido este propósito, moveram-lhe grande oposição o pai, o irmão, os fidalgos, os procuradores de cidades e vilas, que viam na sua atitude um perigo para a sucessão do trono, visto o rei ter apenas aqueles dois filhos. Mas nada demoveu a Princesa que, apesar de não ter sido autorizada a fazer os votos perpétuos, ficou no

Durante o seu episcopado em Aveiro, D. Manuel irá exercer outras funções de elevada responsabilidade na Igreja para além das da diocese. Uma delas, como ele próprio testemunha, veio da necessidade de enviar um delegado da CEP para tratar de assuntos relacionados com o Pontifício Colégio Português de Roma, isso recaiu sobre ele que desempenhou esse cargo por mais de vinte anos. A primeira vez que se fez presente, na qualidade de delegado da CEP nos assuntos do Colégio foi de 27 de Fevereiro a 7 de Março de 1967.⁵³

convento, onde seria «freira sem profissão». Senhora de grande beleza, de firme carácter e de excelsa virtude, vários príncipes a quiseram para esposa, ao que ela sempre resistiu. Finalmente, depois duma vida de perfeição, de humildade e de fervor espiritual, falecia no mosteiro de Jesus, a 12 de Maio de 1940, apenas com 38 anos de idade» [GASPAR, João Gonçalves – «Os Bispos de Aveiro e o culto de Santa Joana», in *Aveiro e o seu Distrito*, 7 (Junho 1969) 29-30].

Segundo João Gonçalves Gaspar, Santa Joana Princesa logo após a sua morte, era já aclamada pelo povo de Aveiro, como Santa, e antecipando-se ao julgamento da Igreja, já a veneravam. Seria depois com D. Pedro II, junto do Papa Inocêncio XI, que através do *breve* de 4 de Abril de 1693, se confirmava o culto, sendo concedida à Princesa a designação de beata e o ofício e a missa próprios, para todo o País e para a Ordem Dominicana. Na verdade, o processo da canonização de Santa Joana chegou a ser iniciado em Maio de 1746, mas não chegou a ser concluído, por desinteresse daqueles que tinham requerido o processo. Todavia, em Aveiro e no Convento, a Princesa Santa Joana foi sempre fortemente alentada pelo nome e pela sua santidade, mesmo até ao termo da vida cenobítica do convento, a 2 de Março de 1874, quando faleceria a última religiosa. [Cf. GASPAR, João Gonçalves – «Os Bispos de Aveiro e o culto de Santa Joana», in *Aveiro e o seu Distrito*, 7 (Junho 1969) 29-30].

Mas o culto à Princesa continuaria, marcada e pautada por grandes festividades, e seria com D. João Evangelista de Lima Vidal, que após a restauração da Diocese em 1938 incentivou o culto da Padroeira, demonstrado pelas peregrinações que se realizaram daí em diante. Mas será já por ocasião do ministério episcopal de D. Manuel de Almeida Trindade, como bispo de Aveiro, que se dá reconhecimento a Santa Joana como padroeira da cidade e da diocese de Aveiro: «Em Aveiro, como se disse, «a excelente Infanta e singular Princesa» começou a ser considerada pelo povo como sua celestial Padroeira, a partir do início do século XIX, aquando das invasões francesas. Todavia, a confirmação ou o reconhecimento da Santa Sé apenas se daria passado mais de século e meio. Com efeito, a 17 de Julho de 1964, D. Manuel de Almeida Trindade dirigiu ao papa uma petição, requerendo que Santa Joana, embora apenas beatificada, fosse declarada Padroeira da cidade e da diocese de Aveiro, uma vez que nunca havia sido reconhecida como tal. Ouvida a Sagrada Congregação dos Ritos, Paulo VI assinava, a 5 de Janeiro de 1965, um breve em que determinava: «Nós, portanto, de muito bom grado resolvemos atender ao pedido, no desejo de premiar condignamente tão piedosa devoção popular. [...] Com conhecimento certo e prudente deliberação e pelo Nosso poder apostólico, por este breve perpetuamente confirmamos ou constituímos e declaramos a Bem-aventurada Joana, Princesa de Portugal, como principal Padroeira junto de Deus para a cidade e para toda a diocese de Aveiro, com todos as honras anexas e privilégios litúrgicos que legalmente competem aos padroeiros principais dos lugares». A 13 de Março seguinte, o referido dicastério romano autorizava que, na diocese de Aveiro, a festa litúrgica de Santa Joana, decorrente a 12 de Maio, fosse de segunda classe, com missa e ofício próprios. Em nota pastoral de 7 de Abril, D. Manuel de Almeida Trindade deu então aos seus diocesanos a «feliz notícia» do bom termo das diligências efectuadas, depois de ter seriado resumidamente as manifestações de culto à volta da figura de Santa Joana e de haver aludido a trabalhos de investigação sobre a sua vida. O actual prelado de Aveiro também augurava: – "Oxalá este facto venha despertar ainda mais, não só na cidade mas ainda em toda a diocese, a devoção a Santa Joana e em breve possamos ver concluído o processo da sua canonização"». [GASPAR, João Gonçalves – «Os Bispos de Aveiro e o culto de Santa Joana», in *Aveiro e o seu Distrito*, 7 (Junho 1969) 37-38].

Para mais aprofundamento, ver: *Correio do Vouga*, XXXIII/1630 (09.IV.1965); *Correio do Vouga*, XLII/2106 (28.VII.1972); *Correio do Vouga*, XLII/2107 (4.VIII.1972).

⁵³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 366.

Foi também eleito delegado da CEP para o Sínodo ordinário dos bispos, que decorreu em Roma entre 29 de Setembro e 29 de Outubro do ano de 1967⁵⁴; ali várias temáticas se abordaram, a saber: «problemas doutrinários mais discutidos em matéria de fé; algumas questões a considerar na revisão do Código de Direito Canónico; vida dos seminários e formação sacerdotal; matrimónios mistos; e reforma litúrgica da Missa, Sacramentos e Ofício Divino».⁵⁵

Um ano depois, de 19 a 21 de Novembro, mediante a estruturação da CEP, D. Manuel foi designado como presidente da Comissão Episcopal dos Seminários.⁵⁶

No dia 10 de Abril de 1970, expirado o triénio estatutário dos membros do Conselho Permanente da CEP, D. Manuel foi eleito vice-presidente.⁵⁷ No ano seguinte, foi enviado como delegado da mesma, para participar no Sínodo ordinário dos bispos, em Roma, onde se debruçou sobre o «sacerdócio ministerial» e a «justiça no mundo».⁵⁸ A 10 de Julho de 1972, é eleito pela primeira vez, e por um triénio, Presidente do Conselho Permanente da CEP.⁵⁹ No ano de 1974, com a revolução do 25 de Abril de 1974, sofreu um dos momentos mais conturbados da história da Igreja em Portugal, dado estar em causa a defesa dos valores humanos e cristãos, a liberdade de expressão e a restituição à Igreja da Rádio Renascença (Lisboa), a Emissora Católica Portuguesa.⁶⁰ Celebrou-se também, nesse ano mais um Sínodo

⁵⁴ Cf. *Novidades*, LXXXII/23940 (29.IX.1967) 1-2; Cf. *Correio do Vouga*, XXXVII/1865 (29.IX.1967) 5.

⁵⁵ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 242; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 52; Cf. *Correio do Vouga*, XXXVII/1865 (29.IX.1967) 5.

⁵⁶ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 255.

⁵⁷ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 267; Cf. *Litoral*, XVI/805 (18.IV.1970) 1; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 302.

⁵⁸ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 275.277; Cf. *Novidades*, LXXXVI/25326 (30.IX.1971) 1.8; Cf. *Novidades*, LXXXVI/25323 (27.IX.1972) 1.

D. Manuel de Almeida Trindade era na altura vice-presidente do Conselho Permanente e presidente da Comissão Episcopal dos Seminários da CEP.

⁵⁹ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 284; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 298.305.

⁶⁰ Sobre este assunto D. Manuel descreve-o exaustivamente no capítulo XV do seu livro *Memórias de um bispo*. Entretanto, deixamos uma breve abordagem a este problema, segundo D. António Marcelino: «Quanto ao conflito da Rádio Renascença, creio que já se disse demais sobre isso. Tratou-se, como hoje é por de mais evidente, de um problema muito mais ideológico do que laboral. Aliás, se não fosse um problema ideológico seria fácil de resolver». [*Luta*, (24.III.1976) s.p.]

ordinário dos bispos em Roma, onde se tratou da Evangelização. D. Manuel tomou parte desses trabalhos como delegado da CEP.⁶¹

Em 1975, depois do chamado Verão Quente⁶², D. Manuel permitiu a realização de uma “manifestação dos cristãos”, que se realizou em Aveiro, a 13 de Julho do mesmo ano.⁶³ Esta manifestação teve em vista «a defesa dos direitos da pessoa humana e dos portugueses, especialmente, do direito à informação livre, objectiva e independente».⁶⁴ Isto viria a despoletar, noutras cidades e dioceses, movimentações e manifestações importantes, que foram benéficas para a alteração da ordem social e política de Portugal.⁶⁵

A 30 de Setembro de 1975, o Papa Paulo VI nomeia D. Manuel como membro da Sagrada Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino⁶⁶, demonstrando a atenção do Santo Padre por uma maior internacionalização da Cúria Romana, e o seu interesse por Portugal e reconhecimento das qualidades de D. Manuel.⁶⁷ Ainda em 1975, na Assembleia Plenária

⁶¹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 290.295.

⁶² O “Verão Quente” diz respeito a um determinado período da história de Portugal, no pós 25 de Abril, caracterizado por uma acentuada violência política que se fundamentava, principalmente, na revolta popular contra os comunistas ou comunismo. Os casos de violência que se foram sentindo no país, pautados por uma série de acções violentas, nomeadamente junto das sedes dos partidos e das organizações políticas de esquerda, desencadearam-se depois do processo revolucionário, onde já havia passado um ano da Revolução dos Cravos e três meses depois das eleições constituintes. Foi neste período que se verificou uma ruptura da «coligação democrática» que havia substituído a ditadura. Para mais aprofundamento deste tema: [Cf. PALACIOS CEREALES, Diego - «Um caso de violência política: o “Verão quente” de 1975», in *Análise Social*, XXXVII/165 (2003) 1127-1157].

⁶³ *Correio do Vouga*, LXXXIII/2012 (12.XII.2012) 22.

Nas páginas do livro *Memórias de um bispo*, D. Manuel descreve como surgiu a ideia desta ‘Manifestação dos cristãos’ e como se desenrolou e concretizou (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 352-359).

⁶⁴ Cf. SOUSA, Maria A.; VENTURA, Zélia – *Dom Manuel de Almeida Trindade: Bispo Emérito de Aveiro. Bibliografia Analítica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, 22.

⁶⁵ Cf. GASPAS, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 55-56; Cf. *Correio do Vouga*, LXXXIII/2012 (12.XII.2012) 22.

⁶⁶ *AAS*, LXVII (1975) 601; Cf. ANEXO C. Refira-se que os recortes de jornais presentes em anexo foram compilados pelo próprio D. Manuel, numa pasta no seu escritório, no Seminário Maior de Coimbra, dedicada a recortes do ano de 1975.

Nota: quanto a esta data é de corrigir a *Bibliografia Analítica* que diz ter sido no ano de 1985, o que não é verdade. (Cf. SOUSA, Maria A.; VENTURA, Zélia – *Dom Manuel de Almeida Trindade: Bispo Emérito de Aveiro. Bibliografia Analítica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995, 22).

⁶⁷ Cf. «Notícias em diálogo: o Bispo de Aveiro na Congregação para o Culto Divino», in *Síntese*, 49 (Jan-Fev 1976) 85.

Ordinária da CEP, foi eleito como vice-presidente do Conselho Permanente.⁶⁸ A esta nomeação segue-se um período árduo e laborioso na mesma CEP⁶⁹, que se perpetuará por sucessivas nomeações, ora como vice-presidente do Conselho Permanente, ora como presidente da Comissão Episcopal da Liturgia⁷⁰, no triénio de 1978-1981)⁷¹; é eleito mais tarde, e novamente, presidente do Conselho Permanente (1981-1987) em dois triénios sucessivos.⁷² Foram dezoito anos de grande responsabilidade e desafios.⁷³ É de referir também que, na Assembleia Plenária Ordinária realizada entre 26 a 30 de Abril de 1976, D. Manuel passou a ocupar o lugar vago da Comissão do Clero, Seminários e Vocações, dado o falecimento do bispo de Coimbra, que na altura era o presidente dessa Comissão.⁷⁴

Nos últimos anos do seu episcopado, D. Manuel contou com a ajuda e presença inestimável de dois bispos⁷⁵: D. António dos Santos, de 4 de Abril de 1975 a 2 de Fevereiro de

⁶⁸ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 306; Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 304.

⁶⁹ Escolhido pelos seus pares, D. Manuel, foi presidente e vice-presidente do Conselho Permanente da Conferência Episcopal Portuguesa: vice-presidente (1970-1972); presidente (1972-1975); vice-presidente (1975-1978/1978-1981); presidente (1981-1984/1984-1987). A 23 de Junho de 1987 foi eleito como vogal do Conselho Permanente da CEP e presidente da Comissão Episcopal da Doutrina da Fé.

Nota: É de referir que as Comissões Episcopais são necessárias e decisivas para que a CEP realize a sua missão, nas diferentes áreas de intervenção específicas.

Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 54.

⁷⁰ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Braga, 1984, 246.

⁷¹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 304; Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Braga, 1984, 242.

⁷² Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Braga, 1984, 261; CEP – *Documentos Pastorais 1983-1990*, III; Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 43-44.

⁷³ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 55-56.

D. Manuel demonstra a perda de forças para continuar como presidente da CEP, mas tal como ele nos testemunha «(...) contra a minha expectativa (a minha vida andou sempre cheia de surpresas), passado um triénio da minha presidência da Conferência, os bispos voltaram a votar em mim. [...] e assim me mantive, com grande dispêndio de energias, até Junho de 1987. Terminavam então, por força dos estatutos, as minhas funções de presidente da Conferência» [Cf. *Correio do Vouga*, LXXVIII/3848 (12.VIII.2008) 2].

⁷⁴ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 307.

⁷⁵ «À medida que os anos passavam e ia dando conta (...) de que, tendo de ter um auxiliar ou um coadjutor – dadas as minhas funções cada vez mais prementes na Conferência Episcopal -, não devia lançar-me a um empreendimento deste vulto sem ter assegurado, de uma maneira definitiva, quem me continuasse no serviço pastoral da Diocese de Aveiro. Foi por isso que a ideia só tomou corpo quando vi ao meu lado, com o título de bispo coadjutor e, pouco depois, com o título de coadjutor com direito de sucessão, D. António Baltasar Marcelino» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 204).

«Em certa altura, comecei a sentir que o trabalho (do serviço de uma Diocese e o que me impunha a presidência da Conferência) era superior às minhas forças. Foi então, em 1975, que pedi à Santa Sé um bispo auxiliar. Esse

1980, como bispo auxiliar, e que antes já exercera a função de vigário-geral⁷⁶; e de D. António Baltasar Marcelino, como bispo coadjutor, a partir de 1 de Fevereiro de 1981. Este último será fundamental no auxílio e impulsionamento pastoral da diocese de Aveiro, a quem D. Manuel ficou muito grato.⁷⁷

Por convite da Conferência Episcopal Angolana, em 1985, D. Manuel, na altura bispo de Aveiro e presidente da CEP, viajou até Luanda, permanecendo ali de 10 a 24 de Outubro de 1985. Era a primeira visita de carácter oficial de um bispo português a Angola, após a sua independência.⁷⁸ Os bispos de Angola desejavam consagrar Angola a Nossa Senhora, assim sendo, fez-se a 13 de Outubro de 1985, a proclamação da Virgem Maria, sob a invocação do seu Imaculado Coração, como Padroeira da Nação Angolana e, na mesma ocasião, os bispos de Angola fizeram a consagração solene do País ao Imaculado Coração de Maria.⁷⁹ Refira-se, no entanto, que já em Maio de 1971, D. Manuel tinha viajado pela primeira vez a Angola, por convite particular do Arcebispo de Luanda, D. Manuel Nunes Gabriel, em plena época de guerra colonial.⁸⁰

De 24 de Novembro a 8 de Dezembro de 1985, realizou-se em Roma, o Sínodo extraordinário dos bispos, que teve como finalidade celebrar e assinalar o vigésimo aniversário do II Concílio Ecuménico do Vaticano. D. Manuel participou neste Sínodo na qualidade de presidente da CEP, deixando-nos o seu testemunho sobre o decorrer dos trabalhos: «é com

bispo foi-me dado na pessoa de D. António dos Santos, um sacerdote culto e exemplar» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 425).

⁷⁶ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 425; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 28; *Correio do Vouga*, XLV/2286 (5.III.1976); *Correio do Vouga*, L/2474 (11.I.1980) 9.

⁷⁷ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 57-59; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 426s.

⁷⁸ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 390.

⁷⁹ Cf. CEP – *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 294; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 19.390-392; Cf. *Litoral*, XXXII/1392 (11.X.1985) 4; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 269-295.

⁸⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 388.

alegria interior que vejo reafirmar, neste Sínodo, o primado de Deus e do Mistério do seu Amor. E a afirmação do Mistério de Deus é a única via para redescobrir o mistério do homem».⁸¹

Para o triénio 1987-1990, D. Manuel foi eleito vogal do Conselho Permanente da CEP⁸² e Presidente da Comissão Episcopal da Doutrina da Fé.⁸³ A 25 de Novembro, o Papa João Paulo II enviou-lhe uma mensagem particular, em carta autógrafa, transcrita no seu livro *Memórias de um bispo*, elogiando as virtudes de D. Manuel e do seu múnus episcopal.⁸⁴

No mês de Dezembro do ano de 1987, por ocasião das várias festas jubilares – o início dos 50 anos da restauração da diocese de Aveiro; os 25 anos de ordenação episcopal e de serviço pastoral de D. Manuel; o início da comemoração dos 500 anos da morte de Santa Joana Princesa – deram-se vários acontecimentos celebrativos a nível diocesano.⁸⁵ A Câmara Municipal de Aveiro decidiu, por unanimidade, atribuir a D. Manuel no dia 7 do mesmo mês a Medalha de Mérito Municipal, em ouro⁸⁶; e mais tarde, com o seu nome, ficará uma alameda da freguesia

⁸¹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 17.233-268.

⁸² CEP – *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 302.

⁸³ CEP – *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 114-115.

⁸⁴ Cf. *Correio do Vouga*, LXXVIII/3848 (12.VIII.2008) 2; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 427-428.

⁸⁵ Cf. *Boletim Informação Pastoral* (Diocese de Aveiro), I (Novembro 1987) 10-11.

⁸⁶ Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO - *Reunião Ordinária de 07-12-1987*, in *Actas*, L (Dezembro 1987) 4-5.

«Após troca de impressões, a Câmara deliberou, por unanimidade, atribuir ao Excelentíssimo e Reverendíssimo Sr. D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro, a Medalha de Mérito Municipal em Ouro, tendo em vista a proposta que a seguir se transcreve: "Considerando que os Aveirenses e mesmo outras pessoas do País, incluindo autoridades civis e eclesíásticas, vão prestar significativa e justa homenagem, nos próximos dias oito e dezasseis de Dezembro, ao Senhor Dom Manuel de Almeida Trindade, na ocorrência do vigésimo quinto aniversário do seu ministério episcopal como Bispo de Aveiro; Considerando que o Senhor Dom Manuel de Almeida Trindade muito tem honrado o nome de AVEIRO, tanto no País como no Estrangeiro, especialmente em encontros e contactos com eminentes personalidades da Santa Sé e com membros preponderantes do Episcopado de outras Nações, inclusivamente de Países de expressão portuguesa; Considerando que, além de participar em todas as sessões do Concílio Ecuménico Vaticano Segundo (1962-1965) e em quatro Sínodos Mundiais dos Bispos, presidiu, durante dezoito anos, por eleição dos seus Colegas, Conferência Episcopal Portuguesa e foi membro da Sagrada Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino; Considerando que, pela sua acção extremamente prudente e conciliadora, conseguiu congregar as populações dos lugares que já formavam a paróquia de Nossa Senhora de Fátima, deste Concelho - o que veio facilitar a criação da freguesia do mesmo nome; Considerando que instituiu a paróquia de Santa Joana, nos subúrbios de Aveiro, que foi o acto inicial para a criação da freguesia do mesmo nome; Considerando que, também no campo das Letras, sobressai a actividade do Senhor Dom Manuel de Almeida Trindade, cuja obra tem a marca do rigor e da honestidade, além de colaboração em revistas e jornais não apenas sobre temas teológicos mas também de análise religiosa e social, tem-lhe sido familiar o domínio da história em que se distinguem os valiosos livros "O Padre Luís Lopes de Melo e a sua Época (1885-1951)" e "Maria Carolina Sousa Gomes e as Criaditas dos Pobres"; Considerando que demonstrou firmeza e determinação em época

de Santa Joana, em Aveiro.⁸⁷ Precisamente, por essa dedicação exemplar ao serviço de Deus e do seu povo, que milhares de pessoas manifestaram a sua gratidão pelo tanto bem que fizera à diocese. No dia seguinte, era condecorado com o grau de Grã-Cruz da Ordem de Mérito, pelo presidente da República Portuguesa, Dr. Mário Alberto Nobre Lopes Soares, que então se fez representar – como testemunha D. Manuel – pelo Senhor Doutor José de Azeredo Perdigão.⁸⁸

As homenagens sucederam-se. No dia 16 de Dezembro do mesmo ano⁸⁹, numa sessão solene e pública, com a presença do núncio apostólico da Santa Sé, do cardeal-patriarca de Lisboa, de todos os bispos portugueses e alguns estrangeiros, dos representantes do presidente da República, do Governo de Portugal e de todas as Câmaras Municipais da área da diocese de Aveiro, assim como de outras autoridades civis e delegados dos diversos movimentos e Arciprestados, em uníssono, prestaram-lhe merecida homenagem. Foi o doutor José de Azeredo Perdigão – tal como testemunha D. Manuel – que representava o presidente da República, ausente no estrangeiro, que lhe impôs as insígnias da referida grã-cruz da Ordem de Mérito.⁹⁰

Passados vinte e cinco anos de episcopado ao serviço da Igreja local, D. Manuel, cansado e esgotado por tanto trabalho que fora acumulando e assumindo pede a resignação ao seu múnus pastoral.⁹¹ A 20 de Janeiro de 1988, o Papa João Paulo II aceitou o seu pedido de renúncia de bispo da diocese de Aveiro⁹², assumindo o título de “bispo emérito de Aveiro”.⁹³

conturbada que se viveu no País, quando, apesar das ameaças e ataques declarados de certas forças políticas e sociais, não hesitou em defender intransigentemente os direitos fundamentais dos Portugueses, em particular o direito à informação livre, objectiva e independente, sobretudo na grandiosa e histórica "manifestação pública dos cristãos" em treze de Julho de mil novecentos e setenta e cinco”» [Cf. CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO - *Reunião Ordinária de 11-01-1988*, in *Actas*, II (Dezembro 1988) 1].

⁸⁷ D. Manuel mediante tão honrado reconhecimento da sua fidelidade a Aveiro, brinda-nos com um texto intitulado “Aveiro – a minha ‘pequena pátria’”, que demonstra a sua afectividade para com a cidade e diocese (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 107).

⁸⁸ Cf. *Diário de Aveiro*, (18.XII.1987) 1.4.

⁸⁹ Cf. *Litoral*, XXXIV/1494 (8.I.1988) 1.3.

⁹⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 107-108.124-127; Cf. *Correio do Vouga*, LXXVIII/3848 (12.VIII.2008) 2.

⁹¹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 287.

⁹² *Boletim Informação Pastoral* (Diocese de Aveiro), II (Janeiro 1988) 1-3.

⁹³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 428-430.

No dia 7 do mês seguinte, como sinal de gratidão, a diocese que tanto serviu, instituiu-se a Fundação D. Manuel de Almeida Trindade.⁹⁴ A partir desse mesmo dia, passou D. Manuel a residir no Seminário Maior de Coimbra,⁹⁵ onde se foi dedicando a escrever algumas das suas obras mais importantes,⁹⁶ a orientar retiros e a colaborar com D. João Alves, bispo de Coimbra, no que fosse necessário e lhe fosse possível.⁹⁷

É de realçar ainda que, a 15 de Setembro de 1988, D. Manuel foi distinguido com o título de Doutor «Honoris Causa» pela Universidade de Aveiro.⁹⁸ Dois anos mais tarde, é nomeado vogal para a Comissão Episcopal das Missões e para a Comissão Episcopal da Doutrina da Fé, para o triénio de 1990-1993 da CEP.⁹⁹

Um pouco mais tarde, com o agravar-se do seu estado de saúde, viria a falecer nos Hospitais da Universidade de Coimbra a 5 de Agosto de 2008. Dois dias depois, realizaram-se as Exéquias na Sé da diocese de Aveiro, uma vez que manifestara publicamente vontade de ser trasladado de Coimbra para Aveiro, para ser tumulado no jazigo da diocese, no *Cemitério Central* da cidade, junto à Sé de Aveiro.¹⁰⁰

⁹⁴ Aqui pode verificar um pouco o decurso e desenvolvimento da criação da Fundação até à sua instituição: *Boletim Informação Pastoral* (Diocese de Aveiro), I (Novembro 1987) 10-11; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 53.

⁹⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 267.

⁹⁶ Algumas das obras de D. Manuel que merecem destaque: *Memórias de um bispo* (1993), *Fundo de baú* (2005), *...E porque não eu?* (2009), *Padre Joaquim Alves Brás, uma vida, uma obra* (2001).

⁹⁷ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 433-449; Cf. *Boletim Informação Pastoral* (Diocese de Aveiro), I (Novembro 1987) 6.

⁹⁸ Cf. *Correio do Vouga*, LXXVI/3765 (22.XI.2006) 8.

⁹⁹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991.

¹⁰⁰ Deixamos aqui a partilha do Mons. João Gonçalves Gaspar: «D. Manuel já havia dito publicamente que vinha para ficar; quando pediu a resignação, numa conversa que manteve comigo, afirmou-me que finalmente resolvera ir para Coimbra, mas queria regressar depois da morte, para permanecer entre os aveirenses e ser acarinhado por eles» [*Correio do Vouga*, LXXXIII/2012 (12.XII.2012) 22].

2. EPISCOPADO E SERVIÇO PASTORAL NA DIOCESE DE AVEIRO (1962-1988)

Pretendemos, a partir de agora, destacar o início do seu episcopado, a sua vida e acção pastoral na diocese de Aveiro, que em 1962, se encontrava já dotada das estruturas necessárias para exercer o seu múnus, permitindo de aqui em diante, reconhecer «a caridade para com os sacerdotes, o desvelo em cuidar da doutrina pastoral acerca da família e das vocações, a convocação dos leigos para o apostolado que exprime a sua condição de cristãos».¹⁰¹

A diocese de Aveiro encontrava-se sem pastor, desde o falecimento repentino de D. Domingos da Apresentação Fernandes (+21-01-1962). Cerca de oito meses depois, a 16 de Setembro de 1962, Papa João XXIII por documento pontifício nomeia como bispo de Aveiro D. Manuel de Almeida Trindade.¹⁰²

2.1. Pastor de uma Igreja serva e pobre

D. Manuel de Almeida Trindade foi pastor de uma Igreja serva e pobre, tal como ele mesmo vivia, servindo na sua pobreza evangélica a diocese a ele confiada. É como bispo desta diocese que vive um período intenso de alterações históricas, quer a nível diocesano, quer a nível nacional.

¹⁰¹ ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 63-64; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 146-150.

¹⁰² Cf. ANEXO A; Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/1628 (08.XII.1962) 1; Cf. JOÃO XXIII – Sagrado Consistório: Bispos, in *AAS*, XV (28.XII.1962) 833.

Como nos apresenta D. Manuel em seu livro *Memórias de um bispo*, a notícia da sua nomeação «em *L'Osservatore Romano* apareceu a 16 de Setembro, dia de S. Cornélio e de S. Cipriano» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 157). É de referir que a edição italiana de *L'Osservatore Romano* não corrobora esta informação, uma vez que apenas no dia 17-18 de Setembro de 1962 saiu a nota informativa da sua nomeação como bispo de Aveiro [Cf. *L'Osservatore Romano*, CXIII/31087 (17-18.IX.1962) 1].

A Bula de nomeação apresenta-o como «sacerdote de verdadeira e sólida piedade e de invulgar talento e experiência».¹⁰³

Na diocese de Aveiro, o regozijo e acção de graças pela nomeação¹⁰⁴ do novo bispo está patente nas palavras do Mons. Júlio Tavares Rebimbas aquando da feliz notícia:

«Ao fim de oito meses, vividos em orfandade e sempre na expectativa de novo Pastor, é jubilosamente e em ambiente de mútuas felicitações que todo o Clero e Fiéis dão graças a Deus pela nomeação de Monsenhor Cónego Dr. Manuel de Almeida Trindade para Bispo de Aveiro (...). Justamente se regozija toda a Diocese de Aveiro dá graças a Deus por Sua Santidade o Papa João XXIII lhe ter concedido novo Pastor e ele ser o Senhor D. Manuel de Almeida Trindade».¹⁰⁵

Logo, em seguida, o vigário pró-capitular determinou a 18 de Setembro de 1962, terça-feira, que no próximo domingo, 23 de Setembro, os sacerdotes comunicassem a todos os fiéis a merecida notícia e que expressassem esse júbilo no toque dos sinos das igrejas e das capelas.¹⁰⁶

Depois de nomeado bispo de Aveiro, D. Manuel prontamente “tomou parte” por direito próprio nos trabalhos do II Concílio Ecuménico do Vaticano, em Roma¹⁰⁷, o que levou a que só passado cerca de três meses tomasse posse por *procuração* da diocese de Aveiro perante o Colégio dos Consultores Diocesanos: «Foi no dia 8 de Dezembro de 1962, precisamente no dia em que eu, em Roma, estava a participar no encerramento da primeira sessão do Concílio. A

¹⁰³ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 47. *Correio do Vouga*, XXXIII/1628 (08.XII.1962) 1; Cf. *Litoral*, IX/425 (15.XII.1962) 1.3; Cf. *Litoral*, IX/428 (5.I.1963) 1-4; Cf. *Novidades*, LXXVII/22162 (18.IX.1962) 4; Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/Supl. Especial (18.IX.1962) 1-2.

¹⁰⁴ No *Correio do Vouga* temos uma descrição detalhada da nomeação: «A primeira notícia chegou a Aveiro às 15 horas e 15 minutos de ontem, dia 17. Transmitiu-a a Rádio Vaticano, na sua emissão em língua espanhola. (...) A mesma rádio Vaticano, às 16h30, na emissão em português, voltou a dar a feliz notícia (...). Serenamente, aguardámos ainda a confirmação oficial. E foi o Exmo. Vigário Capitular da Diocese, Monsenhor Júlio Tavares Rebimbas, quem, às 18h00, comunicou o facto à Redacção» [*Correio do Vouga*, XXXII/Supl. Especial (18.IX.1962) 1-2].

¹⁰⁵ *Correio do Vouga*, XXXII/Supl. especial (18.IX.1962) 1.

¹⁰⁶ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 515.

¹⁰⁷ Cf. *Correio do Vouga*, XXXII/Supl. especial (18.IX.1962) 4.

razão da escolha desta data, para ambos os casos, tinha sido a mesma: celebrar-se nessa data a festa (agora diz-se solenidade), da Imaculada Conceição».¹⁰⁸

Todavia, dada a sua ausência em Roma nos trabalhos conciliares, D. Manuel nomeou por decreto Mons. Júlio Tavares Rebimbas como legítimo procurador da diocese, a 15 de Novembro de 1962, deixando as funções que assumira até então como vigário capitular.¹⁰⁹

O bispo eleito de Aveiro, D. Manuel, foi sagrado na diocese de Coimbra, na Sé Nova, a 16 de Dezembro de 1962. Depois da sua sagração episcopal, chegava a Aveiro, como Pastor encaminhar um povo que *bem conhecia e que lhe era tão querido*.¹¹⁰ O Município esperava-o com grande alegria, tendo sido recebido D. Manuel, no salão nobre, inicialmente com a saudação do presidente do Município, o engenheiro Henrique Álvares Pinho de Mascarenhas, e do Governador-Civil do Distrito de Aveiro, Dr. António Fernando Marques.

Na Sé de Aveiro, após a leitura da bula pontifícia, dirigiu D. Manuel a sua primeira *saudação pastoral* cheia de beleza, serena, referindo-nos que a sua elevação ao Episcopado e a sua designação para a diocese de Aveiro constituiu para ele uma surpresa, e que assumia essa nova missão consciente de que nela deverá reflectir o prestígio e o esplendor da Santa Madre Igreja, está consciente que uma honra, é um peso e uma responsabilidade:

«A cruz de oiro que me pende aos ombros é de oiro, sim, mas não deixará de ser cruz. Mesmo que a amizade e a lealdade dos seus mais próximos colaboradores lhe não falte, mesmo que a compreensão daqueles que são detentores do poder o ajude na sua missão, ainda que a estima e disciplina do povo cristão facilitem a sua actividade pastoral, sempre os cuidados e os trabalhos de um Bispo hão-de constituir uma cruz».¹¹¹

¹⁰⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 177.

¹⁰⁹ Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/1629 (15.XII.1962) 5.

D. Manuel homenageia o Padre Júlio Tavares Rebimbas no seu livro *Memórias de um bispo*, e privilegia-nos ler algumas palavras daquele que três anos mais tarde seria nomeado pela Santa Sé, bispo do Algarve (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 177-178).

«[Mons. Júlio Tavares Rebimbas dizia] Fui seu procurador na tomada de posse, no dia 8 de Dezembro de 1962» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 179).

¹¹⁰ Anunciava o *Correio do Vouga* que a Diocese de Aveiro receberia o novo Prelado a 23 de Dezembro de 1962.

¹¹¹ *Correio do Vouga*, XXXIII/1631 (29.XII.1962) 1.4.

Na *saudação pastoral*, marcada por uma linguagem e testemunho de prudência, sabedoria, mostra claramente que não se deixava iludir por triunfalismos fugazes: «Eu não queria ter demasiadas ilusões; como não queria também que a perspectiva de trabalhos e cansaça e, porventura, de dores e sofrimentos me tirasse do coração o entusiasmo e o desejo sincero de servir».¹¹²

Não menos interessante é a forma como “construiu” a sua *saudação pastoral*, dado que num primeiro momento dirige algumas palavras de acção de graças ao Senhor, aos seus pais, aos seus formadores de seminário e da universidade, e especialmente a dois bispos: D. António Antunes e D. Ernesto Sena de Oliveira. Num segundo momento, fala do tempo que está a viver a Igreja, uma hora extraordinária, que é a hora do II Concílio Ecuménico do Vaticano, onde D. Manuel teve a graça de viver e testemunhar a sua fidelidade e confiança, veneração e obediência a Sua Santidade, Papa João XXIII. Posteriormente, faz a evocação de D. João Evangelista de Lima Vidal, primeiro bispo de Aveiro, na qual D. Manuel lembrou o papel fundamental que teve na restauração da diocese, e da fundação do Seminário Maior de Aveiro, mostrando a importância que tinha no acréscimo dos valores espirituais na cidade e comunidades. Depois, realça o papel do seu antecessor, D. Domingos da Apresentação Fernandes, que se esmerou no contacto e visita a todas as paróquias, num vasto projecto de missionação da diocese, no zelo pela Catequese e pelas Vocações Sacerdotais, e a especial atenção para com os Sacerdotes. Subsequentemente saudou as autoridades civis, os sacerdotes, os seminaristas, o laicado católico e as Congregações Religiosas.¹¹³

A 11 de Janeiro de 1963, D. Manuel assinou o primeiro documento oficial como bispo de Aveiro, dado que findava o prazo da nomeação dos Consultores Diocesanos que se encontravam no exercício das suas funções. Assim, o prelado segundo o disposto nos cânones do Código de Direito Canónico confirmou por mais três anos os consultores diocesanos em

¹¹² *Correio do Vouga*, XXXIII/1631 (29.XII.1962) 4.

¹¹³ Cf. *Correio do Vouga*, XXXIII/1631 (29.XII.1962) 4-5.

exercício, e nomeou para o mesmo cargo, Mons. Júlio Tavares Rebimbas e Mons. Aníbal de Oliveira Ramos. Aos Consultores deixava a seguinte mensagem:

«Esperamos de todos os nossos imediatos colaboradores, que dedicadamente auxiliaram os saudosos prelados que nos precederam nos cargos que a autoridade eclesiástica lhes havia cometido, nos ajudem também a nós no governo da diocese de Aveiro com o seu prudente conselho e a sua exemplar dedicação ao serviço da Igreja».¹¹⁴

Sequentemente, a 2 de Fevereiro de 1963, redigira o segundo documento oficial, tratando da nomeação de Mons. Júlio Tavares Rebimbas como vigário-geral da diocese, esperando D. Manuel que, «continuando embora pároco e arcepreste de Ílhavo, se haverá de modo conveniente no desempenho do múnus que lhe confiamos, tendo em vista o serviço da Santa Igreja e o bem das almas».¹¹⁵ O vigário-geral, Mons. Júlio Tavares Rebimbas tomou posse no dia 14 do mesmo mês e ano.¹¹⁶ Mas, dadas as ausências constantes de D. Manuel em Roma, este nomeou Mons. Júlio Tavares Rebimbas, a 19 de Setembro de 1963, como governador da diocese.¹¹⁷ Contudo, o governador do episcopado ao ser nomeado para bispo do Algarve, fez com que D. Manuel tivesse que nomear outro para o governo da diocese, sendo designado e escolhido o padre João Pedro de Abreu Freire a 22 de Setembro de 1965, que permanecera com essa responsabilidade até dia 11 de Dezembro de 1965.¹¹⁸

No termo do II Concílio Ecuménico do Vaticano, ao regressar à sua diocese, D. Manuel fora acolhido com entusiasmo no dia 11 de Dezembro de 1965, por parte de sacerdotes, leigos e autoridades. Em cortejo até à sua Sé, o governador do bispado dirigiu a D. Manuel uma

¹¹⁴ *Correio do Vouga*, XXXIII/1633 (19.I.1963) 5.

¹¹⁵ *Correio do Vouga*, XXXIII/1636 (9.II.1963) 5.

¹¹⁶ *Correio do Vouga*, XXXIII/1637 (16.II.1963) 5; Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 518.

¹¹⁷ *Correio do Vouga*, XXXIII/1668 (27.IX.1963) 5.

¹¹⁸ *Correio do Vouga*, XXXV/1767 (01.X.1965) 1; Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 519.

saudação; depois, entoou-se o «Te Deum» e D. Manuel finalizara com algumas palavras, dado que neste dia se celebrava o vigésimo sétimo aniversário da restauração da diocese de Aveiro.¹¹⁹

Se fora assim o início do seu múnus episcopal, vejamos quanta aclamação de louvor professada por D. Manuel à sua «pequena Pátria»¹²⁰, como chamava a Aveiro, acontecera a 16 de Dezembro de 1987, nas comemorações das suas bodas de prata de ordenação episcopal, por ocasião das Festas Jubilares (os 50 anos da restauração da diocese; 25 anos de Ordenação Episcopal de D. Manuel) integradas no Plano Pastoral de 1987/88: «Diocese – uma família em festa»; deixa-nos um testemunho de fidelidade e de humildade, olhando a todos e em todos a cada um, expresso nas palavras de outrem nesse mesmo dia:

«Tenho o ensejo de me associar, por palavras expressas, à homenagem ao Prelado da diocese onde recebi o baptismo, a esta espécie de tributo moral, com significado cristão, a um pastor da Igreja que, desde cedo, através das circunstâncias diversas, me habituei a admirar e a respeitar. Vozes autorizadas recordam o zelo apostólico do Senhor D. Manuel d’Almeida Trindade, na diocese de Aveiro, ao longo de um quarto de século».¹²¹

A respeito da missão pastoral de D. Manuel, afirmaríamos tal como Georgino Rocha, que a sua obra mais eloquente como bispo de Aveiro foi precisamente dar expressão à Igreja Diocesana, «procurando despertar o sentido da corresponsabilidade eclesial que, repetidas vezes, apresenta como ‘palavra-chave’ do Concílio Vaticano II».¹²²

¹¹⁹ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 520.

¹²⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «D. Manuel de Almeida Trindade nas Bodas de Prata Episcopais», in *Lumen*, XLIX/2 (Fevereiro 1988) 7-11.

«A ele [D. Manuel] se associa o Papa João Paulo II que, por meio do Núncio Apostólico, em Lisboa, D. Salvatore Asta, lhe entrega uma mensagem pessoal. O Presidente da República Portuguesa agracia-o com as insígnias da Grã-Cruz da Ordem de Mérito e o Primeiro Ministro envia-lhe uma carta em que reconhece os seus dotes de Homem da Igreja que muito honra Portugal. A Câmara de Aveiro distingue-o, entregando-lhe a Medalha de Mérito Municipal. Também o Episcopado Português se desloca a Aveiro e a Conferência Episcopal de Angola envia o seu Presidente para lhe tributar sentida homenagem» [Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 53]. Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 63-64.

¹²¹ COSTA, Mário - «Para um perfil do Bispo de Aveiro», in *Lumen*, XLIX/2 (Fevereiro 1988) 12.

¹²² Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 49.

Sem dúvida que o contributo e graças ao ministério episcopal de D. Manuel, deu-se continuidade a uma renovação da Igreja Diocesana, reconhecida pelo Papa João Paulo II, em carta pessoal dirigida a D. Manuel, pelo seu Jubileu Episcopal: «assim aconteceu que, por conjugação de esforços, a Diocese de Aveiro não só floresceu, mas nem sequer foi alterada pela crise das realidades civis».¹²³

2.2. Actividades marcantes do seu episcopado

De seguida, apresentamos um conjunto de actividades e de acção pastoral marcantes do episcopado de D. Manuel na diocese de Aveiro, cujas marcas ainda hoje subsistem ora nas pessoas, ora nos edifícios, ora nos gestos concretizados, ora em algumas iniciativas que se perpetuam no tempo.¹²⁴

Como Padre conciliar que foi, o seu episcopado inicia-se na diocese de Aveiro envolto de toda esta reforma e novidade conciliar. Por ter vivido esse acontecimento, não deixou de incansavelmente, transmitir aquilo que adquiriu pela experiência e reflexão, e que foram os primeiros frutos do Concílio. Procurou então junto dos sacerdotes e também dos leigos, incrementar a doutrina, as directrizes conciliares, lendo, clarificando e expondo a sua riqueza

¹²³ AA.VV - *Homenagem e gratidão: nas "bodas de prata" episcopais de D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1988, 47-48.

¹²⁴ Conta-nos Mons. João Gaspar: «(...) concordando plenamente com as opções pastorais do bispo coadjutor [D. António Marcelino], D. Manuel impulsionou a realização anual das seguintes iniciativas, que começaram em 1982 e continuam a perdurar: - Assembleia Diocesana, no dia 05 de Outubro, para o lançamento do “ano apostólico”, com o seu programa; Assembleia do Clero, num dos dias da última semana de Dezembro; Dia dos Consagrados, no primeiro domingo de Fevereiro, com testemunhos públicos das religiosas e das pessoas consagradas conforme os seus carismas particulares, proclamados nas liturgias paroquiais; e Dia da Igreja Diocesana, no último domingo de Junho, para a avaliação do “ano apostólico”, com a participação dos diversos Movimentos e Obras, cm o convívio partilhado e com a celebração da Eucaristia» (GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 57).

Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 147-150.

Uma Diocese que a nível territorial conheceu novos limites aquando da sua restauração, mas com poucas diferenças desde 1962 a 1988. Importa por isso salientar, que no início do seu episcopado, a Diocese dividia-se em dez arceprestados, que agrupavam as então 93 paróquias existentes: «Mais tarde, como referiremos adiante foram criadas mais três paróquias: Santa Joana, Borralha, Santa Catarina. Aliás, já no final do seu episcopado propôs ao Conselho Presbiteral a 11 e 12 de Março de 1987, um levantamento que tivesse em atenção as novas realidades e a possível criação de novas paróquias, cuja continuidade será prosseguida pelo seu sucessor D. António Marcelino com a respectiva comissão nomeada anteriormente» (GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 57).

por onde passava. Essa realidade vê-se muito de perto, nos encontros e mensagens dirigidas aos clérigos e a toda a sua diocese.¹²⁵

2.2.1. O Seminário e os seminaristas

D. Manuel tendo sido reitor e vice-reitor do Seminário Maior de Coimbra durante longos anos, sempre manifestou uma atenção e um carinho especial por tudo e todos os que se relacionasse(m) com o Seminário e com os seminaristas. O Seminário era para ele uma “espécie de paixão”, paixão essa que viveu durante 21 anos ao seu serviço em Coimbra, assim como no acompanhamento pessoal e próximo dos seminaristas, quer em encontros, colóquios, conversas particulares e passeios.¹²⁶

Refere D. Manuel, alguns meses depois da sua eleição, na sua primeira carta ao Clero, que a Igreja de Aveiro deve encontrar no Seminário, uma obra essencial à sua vida, pois constituem os Seminários a «infra-estrutura da vida de uma Diocese».¹²⁷ Quanto à importância do Seminário para D. Manuel encontramos-a expressa no livro *Pessoas e acontecimentos*, do seguinte modo: «se alguém me pudesse espremer como se espreme um limão, veria que das entranhas saía um suco que dá pelo nome de Seminário».¹²⁸

Ao longo dos 25 anos de episcopado, na diocese de Aveiro, D. Manuel deparou-se com presbíteros formados em diferentes seminários, e a formação dos seus seminaristas passou pelos seminários maiores de Lisboa, Porto e Coimbra.¹²⁹

¹²⁵ GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 52.

¹²⁶ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 50; Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 526.

¹²⁷ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 24 de Janeiro de 1963, Aveiro.

¹²⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 22.

¹²⁹ Ao tomar posse da Diocese de Aveiro, D. Manuel iria encontrar nesse momento os seminaristas a estudarem no Seminário dos Olivais, Patriarcado de Lisboa, considerado na época um Seminário modelar pelo próprio. A isso junta-se não só a razão de a diocese não ter arcaboço suficiente para ministrar o Curso de Teologia, mas

No que diz respeito ao Seminário Diocesano, funcionava apenas o Seminário Menor, designado de Santa Joana Princesa, em Aveiro, com início em 1939. Em 1960, inicia-se o Seminário Menor em Calvão – Seminário de Nossa Senhora da Apresentação, que ficaria com o 1º e 2º anos ou ciclo preparatório, onde entraram 60 candidatos, permitindo a diocese animar-se e alimentar esperanças no caminho empreendido.¹³⁰ Todavia, este terminaria as suas funções como Seminário em 1984, embora tivesse consumido muito tempo (cerca de 10 anos) na vida e múnus de D. Manuel, mas ajudaram-no na concretização e adaptação desse Seminário, a Conferência Episcopal Alemã e a generosidade dos fiéis diocesanos.¹³¹

D. Manuel assiste a um decréscimo dos candidatos ao Seminário, o que lhe vai dando profundas preocupações, daí um insistente apelo à oração pelas vocações, especialmente da parte dos presbíteros.¹³²

também, um outro motivo, que se prende à restauração da Diocese. Conta-nos D. Manuel: «é sabido que a Diocese de Aveiro foi restaurada em 1938 com parcelas da Diocese de Coimbra (incluindo a própria cidade de Aveiro), da Diocese do Porto e da de Viseu. Impunha-se que alunos provenientes destas variadas origens se encontrassem na mesma casa de formação, não só para se relacionarem entre si, mas para obterem uma formação e um estilo de vida uniforme. Uniformidade não significa fazer tábua rasa das diversidades. Estas podem (e devem) até constituir um factor de enriquecimento» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 212).

¹³⁰ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 34; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 89-91.

«Como nos restantes sectores da vida da Igreja Católica, os esforços empreendidos anteriormente no recrutamento e formação de agentes pastorais, nomeadamente a nível do clero e dos religiosos, começou a dar os seus frutos nas décadas de 40 a 60. A restauração e reorganização dos seminários menores e maiores (com os cursos de Filosofia ou Teologia) continuou em várias dioceses do país: em 1948, Braga (Filosofia); em 1951, Fátima (Leiria, menor) e Vila Viçosa (nova secção, Évora ,menor); em 1955, Portalegre (maior); em 1957, Buarcos (Coimbra ,menor); em 1958, Funchal (maior); em 1960 ,Viseu (maior), Penafirme (Lisboa ,menor) e Calvão (Aveiro, menor); em 1961, Lamego (maior); em 1962, Évora (maior ,no Conventinho); em 1963, Porto (menor, no Paraíso); em 1964, Ponta Delgada (menor, Angra)» (FONTES, Paulo - «O Catolicismo Português no século XX: da Separação à Democracia», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) - *História Religiosa de Portugal*, III, Círculo de Leitores, Lisboa, 205).

¹³¹ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 212.

¹³² TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 7 de Abril de 1966.

A mensagem escrita a 13 de Abril de 1968, e publicada no *Correio do Vouga* a 19 de Abril do mesmo ano, reflecte a sua preocupação pelas vocações. Centra a sua mensagem em três vectores: uma obra altamente meritória as vocações ao serviço da Igreja; as vocações para o sacerdócio, e por fim, a perseverança dos seminaristas [Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «Um problema que persiste», in *Correio do Vouga*, XXXVIII/1893 (19.IV.1968) 3-4].

O tempo vai ditando mudanças; em 1982, a admissão ao Seminário passa para a 6ª classe ou o 2º ano do ciclo geral; em 1987, começa a funcionar o Pré-Seminário¹³³ por decreto episcopal de 13 de Junho¹³⁴, com o intuito de acompanhar os seminaristas que permanecem na sua família e escola e, que mais tarde entrariam no Seminário de Santa Joana Princesa quando chegassem ao décimo ano de escolaridade.¹³⁵

O percurso de Seminário Maior, não será estável durante o seu episcopado, não pelas suas opções pastorais, mas pelas tribulações próprias sentidas no seio eclesial e na contextualização sociopolítica. Há que destacar, que no percurso do Seminário Maior, existiram mudanças, nomeadamente: no ano lectivo de 1969-1970, quando os seminaristas dos estudos filosófico-teológicos deixaram de estar no Seminário Maior de Cristo-Rei, passando a residir numa casa em Sintra, e frequentando a Faculdade de Teologia de Lisboa, da Universidade Católica Portuguesa¹³⁶; em 1972, os que terminaram o curso de preparatórios em Aveiro, já não foram em Outubro para Lisboa, mas para o Seminário de Valadares, pertencente à Sociedade

¹³³ A este propósito temos um balanço da forma como se ia procedendo à instituição na Diocese do Pré-Seminário, reflectido no Conselho Presbiteral de 4 de Junho de 1987, sendo depois continuada a sua reflexão nos sucessivos encontros sacerdotais e na Assembleia do Clero. Fiquemos com esta nota acerca de como era definido na altura o Pré-Seminário: «ser Seminário com estrutura diferente da tradicional, acompanhar os candidatos que fazem a sua caminhada fora, escalonar esta caminhada e articular os seus passos mais importantes com as famílias, a escola, a paróquia, os Serviços diocesanos sobretudo a Pastoral da adolescência e da juventude» (*Boletim de Informação Pastoral* (Diocese de Aveiro), I (Junho 1987) s.p.).

¹³⁴ A 13 de Junho de 1987, D. Manuel publicou uma *Nota* sobre o Pré-Seminário e a sua criação: «O Pré-Seminário não é apenas um trabalho de promoção vocacional. É uma autêntica instituição que se destina, fundamentalmente, a acompanhar no discernimento e no amadurecimento da sua vocação, os jovens que, pensando ou desejando vir a ser sacerdotes, continuam a viver com os seus pais e família e a estudar nas escolas oficiais ou particulares, em princípio até completarem o 9º ano de escolaridade» (*Boletim de Informação Pastoral* (Diocese de Aveiro), I (Junho 1987) s.p.).

Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 46.

¹³⁵ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 216-217; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 46-47.

A este respeito diz-nos D. Manuel, que a decisão de criação do Pré-Seminário pareceu a mais viável, em contraste com a possibilidade de frequentarem o Seminário da Figueira da Foz, pertencente à Diocese de Coimbra. Foi assim que se iniciou o Pré-Seminário na Diocese de Aveiro, onde os alunos candidatos foram sendo acompanhados pelo Padre Alberto Nestor, que presidia a equipa de responsáveis do mesmo (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 244).

¹³⁶ Não aprofundaremos este tema, o qual é relatado explicitamente por D. Manuel (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 214-216).

Missionária da Boa-Nova¹³⁷, e frequentavam as aulas do Instituto Superior de Teologia, no Porto, que mais tarde, sendo filiando na Universidade Católica, teria a designação de Instituto de Ciências Humanas e Teológicas.¹³⁸ Por fim, já só em 1985-1986, os seminaristas passaram a frequentar o Seminário Maior da Sagrada Família, em Coimbra,¹³⁹ estudando no Instituto Superior de Estudos Teológicos, dentro do próprio seminário.¹⁴⁰

Sublinha Georgino Rocha que, ao verificar-se os dados numéricos no que respeita ao número de seminaristas maiores ao longo do episcopado de D. Manuel, se verifica, de facto, um decréscimo enorme, a isso se alia o facto do envelhecimento dos sacerdotes. Neste sentido, D. Manuel torna-se incansável nas atenções para com a dimensão vocacional em toda a sua amplitude, procurando uma atenta renovação pastoral na linha do concílio e de acordo com as realidades.¹⁴¹

¹³⁷ Esta decisão aconteceu num encontro dos padres dos Seminários da Diocese de Aveiro, em Julho de 1972. Aliás, foi o primeiro assunto abordado nessa reunião: «que destino dar aos alunos que terminavam naquele ano o curso de preparatórios no Seminário de Aveiro? Parecia-lhes a eles que não era conveniente que fossem para Lisboa. Segundo a sua expressão, o ambiente ali seria “corrosivo”. Não se referiam certamente ao ambiente da casa de Sintra, mas ao que os alunos encontravam na cidade e na própria Faculdade de Teologia. É bom não esquecer que se estava no fim do ano lectivo de 1972. A hipótese de continuarem em Aveiro não encontrou grande apoio. Restava Valadares, donde os alunos poderiam seguir o curso do Instituto Teológico fundado pelos religiosos» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 221).

Prossegue mais adiante D. Manuel: «(...) no ano lectivo de 1972-73, os alunos que tinham terminado em Aveiro o curso de preparatórios foram recebidos no Seminário de Valadares, da Sociedade Missionária da Boa Nova. Acompanhava-os o Padre Armando Araújo Martins. De Valadares, os alunos iam ao Porto, às aulas no Instituto de Teologia, fundado pelos Religiosos. (...) Os alunos mais adiantados no curso continuavam em Sintra, frequentando a Universidade Católica. Com eles, o Dr. Pinho, que, no ano seguinte, terminada ali a sua missão, foi para Valadares, reforçando a presença superior, que se tornava necessária devido ao progressivo crescimento do número de alunos» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 225-226).

¹³⁸ Relativamente aos desenvolvimentos e criação deste Instituto e todo o seu futuro, aparece detalhadamente nas *Memórias* de D. Manuel (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 226-227).

¹³⁹ Sobre esta temática, D. Manuel apresenta as razões de tal mudança nas suas *Memórias*, tendo optado por não continuar no Porto, decidindo por Coimbra, onde ficaria então o Seminário de Aveiro como alunos do curso complementar, na altura 10.º, 11.º e 12.º quer da diocese de Aveiro, como de Coimbra (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 243-244).

¹⁴⁰ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 209-210; Cf. GASPAS, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 526.

¹⁴¹ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 217.

D. Manuel ciente da importância que têm as vocações sacerdotais na vida da Igreja, procura demonstrar ao Clero e a toda a comunidade cristã, a urgência de mais vocações para todo o serviço da Igreja.¹⁴² Nessa preocupação, o pensamento de D. Manuel era abrangente, no pensar do prelado, urgia despertar vocações para todo o serviço a Deus e à Igreja:

«(...) este serviço tanto se pode realizar cuidando de doentes num hospital, desempenhando funções docentes numa escola, como pastoreando o povo de Deus numa paróquia, assistindo a uma obra de apostolado, ou consumindo a vida em oração e penitência dentro dos muros de um claustro. Na casa de Deus há muitas mansões».¹⁴³

Mas, para que isso acontecesse, aconselha: penitência e oração. Todos, mesmo todos, rezem por esta intenção. Mais tarde, D. Manuel sublinhando o decreto sobre o Ministério e a Vida dos Sacerdotes (PO)¹⁴⁴ e o decreto sobre a Formação Sacerdotal (OT), realça a dimensão das vocações tardias, e a necessidade de um acompanhamento pessoal mais personalizado e adequado a esses candidatos (cf. PO 11; OT 3.6).¹⁴⁵

Aproveitando a análise de D. Manuel ao decreto sobre a Formação Sacerdotal «Optatam totius», salientamos a sua peremptoriedade ao referir que a vocação não é alguma coisa de já feito, de que é simplesmente apresentação de sinais. O decreto «Optatam totius» evitou usar a palavra «sinais» de vocação, empregando sim a expressão «gérmenes da vocação»¹⁴⁶, pois expressa esta o carácter dinâmico e progressivo da vocação. Neste sentido, um seminarista,

¹⁴² Esta importância é relevante e estruturante nas Cartas ao Clero. Um exemplo é a Carta datada a 27 de Maio de 1967: «O meio normal para termos padres consiste em encaminharmos para o Seminário jovens que dêem esperanças de vir a sê-lo. Sei que muitos ficam pelo caminho. Nem por isso devemos desanimar nem julgar que os Seminários tais como os quer o Decreto Conciliar sobre a formação dos futuros padres (falo especialmente dos Seminários Menores) deixaram de ser oportunos entre nós». (TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 27 de Maio de 1967).

¹⁴³ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 7 de Abril de 1966.

¹⁴⁴ Cf. Decreto sobre o Ministério e a Vida dos Sacerdotes «Presbyterorum Ordinis», 11, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 329-330.

¹⁴⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 27 de Maio de 1967.

Cf. Decreto sobre a Formação Sacerdotal «Optatam totius», 6, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 190-191.

¹⁴⁶ Decreto sobre a Formação Sacerdotal «Optatam totius», 3, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 190-191.

aquele que se prepara para ser padre, deve ser auxiliado pelos seus educadores, padres, para que façam crescer os gérmenes de vocação. Exortava D. Manuel que «o testemunho de uma vida exemplar e a alegria, que é como que o seu perfume, são o melhor despertador de vocações sacerdotais».¹⁴⁷

D. Manuel, numa *Carta ao Clero*, a 27 de Maio de 1967, evidencia claramente, a importância do decreto sobre a Formação Sacerdotal,¹⁴⁸ e alerta para o amparo necessário que eles, os seminaristas, devem encontrar nos seus Párocos.¹⁴⁹ A 5 de Agosto deste mesmo ano, concretiza numa *Carta* o que se evidenciou antes, pelo testemunho dos seminaristas teólogos em estágio, fundamentado a partir do decreto «Optatam totius» (cf. OT 11-12)¹⁵⁰, onde esses devem ser leis para consigo próprios e para com a Igreja, antes de assumir um compromisso definitivo. Aposta-se, por isso, em itinerários formativos que permitam amadurecer a vocação dos seminaristas para bem servir a Deus e a Igreja.¹⁵¹

Será incontornável, neste desenvolvimento, referir a importância que tivera as suas “cartas aos seminaristas”, das quais seis, publicadas pelo próprio D. Manuel, no seu livro *Fundo de Baú*, e outras mais nas suas *Memórias*.¹⁵² Todas elas manifestam, como o próprio D. Manuel

¹⁴⁷ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 27 de Maio de 1967.

¹⁴⁸ Decreto sobre a Formação Sacerdotal «Optatam totius», 3, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, 11^o 1992, 189.

¹⁴⁹ «Os Rev.^s Párocos exercem, durante as férias, de algum modo, as funções que competem, durante o tempo lectivo, aos Superiores do Seminário. Que os seminaristas encontrem nos seus Párocos amigos e conselheiros, que os advirjam carinhosamente (e, se for preciso, também com firmeza) das suas «verduras» e das suas faltas; que procurem saber por onde andam e os chamem, quando derem conta das suas ausências; que os estimulem, com o testemunho da sua vida e também coma sua palavra, no prosseguimento do caminho encetado; que façam deles seus colaboradores nas tarefas pastorais compatíveis com a idade e adiantamento nos estudos. Evitem os sacerdotes diminuir, em pouco que seja, a autoridade e o prestígio dos Superiores do Seminário» (TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 27 de Maio de 1967).

Continua, «(...) O meio normal para termos padres consiste em encaminharmos para o Seminário jovens que dêem esperanças de vir a sê-lo. Sei que muitos ficam pelo caminho. Nem por isso devemos desanimar nem julgar que os Seminários tais como os quer o Decreto Conciliar sobre a formação dos futuros padres (falo especialmente dos Seminários Menores) deixaram de ser oportunos entre nós» (TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 27 de Maio de 1967).

¹⁵⁰ Decreto sobre a Formação Sacerdotal «Optatam totius», 11-12, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, 11^o 1992, 195-196.

¹⁵¹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 5 de Agosto de 1967.

¹⁵² Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 9-38.

refere, um estilo directo como «expressão de uma solicitude e de uma amizade pessoal».¹⁵³ Será constante nas recomendações aos seminaristas, as temáticas sobre a vida baptismal, o seu percurso e história vocacional, a necessidade de uma contínua conversão, a integridade da consciência e a incontornável virtude da penitência. Apraz referir ainda, a propósito da comemoração das bodas de prata do seu episcopado, que uma das últimas palavras dirigidas aos seus seminaristas manifesta a paternidade espiritual do prelado.¹⁵⁴

2.2.2. O Clero diocesano: vida, formação e trabalho pastoral

D. Manuel era um pastor atento ao seu rebanho e àqueles que lhe eram confiados mais directamente, os seus colaboradores, os presbíteros. Como o próprio sublinha, os padres eram como os dedos de uma mão, que sendo todos diferentes uns dos outros, são ao mesmo tempo partes do mesmo todo. Uma variedade que provoca riqueza, mas enfrenta igualmente dificuldades.¹⁵⁵

Logo na sua primeira saudação pastoral, a 23 de Dezembro de 1962, manifestou que a missão do bispo não se pode realizar sem a colaboração dos seus padres:

«Traz o bispo a cruz ao peito. Uma parte há-de levá-la ele – e espera não abdicar da parte que lhe coube. Mas a outra parte pertence aos seus padres. Eles são, por natureza, os cireneos do seu bispo. É assim que desejo considerá-los. A causa que servimos não é nossa. O êxito da missão dependerá do espírito de união e da disciplina que existir entre nós».¹⁵⁶

A este respeito, D. Manuel era incansável no diálogo com o clero da diocese, sempre preocupado com a sua vida, formação e trabalho pastoral. Numa relação de proximidade, visível

¹⁵³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baiú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 9.15

¹⁵⁴ «eles sabem que os amo como as pupilas dos meus olhos» (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baiú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 108).

¹⁵⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 191-192.

¹⁵⁶ GASPAR, João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 526; TRINDADE, Manuel de Almeida - *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 192.

e manifestada ainda hoje¹⁵⁷, especialmente, no diálogo com alguns sacerdotes, fazendo jus a uma das frases que repetidamente dizia, segundo Mons. João Gaspar: «A Igreja não precisa de sacerdotes que condenem, mas que perdoem e transmitam a paz de Cristo».¹⁵⁸ Acompanhava, por isso, de modo especial, os seus presbíteros quando visitava as paróquias, quando havia encontros formativos ou semanas de estudo, encontros arciprestais, retiros e recollecções espirituais.¹⁵⁹

A sua presença assídua nas reuniões dos arciprestados, a visita aos mais doentes nas suas casas ou hospitais, entre outros gestos que podemos constatar, atesta um D. Manuel que se preocupava em manter viva a fé da Igreja, na sua diocese, consciente de que os presbíteros são um dos rostos que deve ser rosto de comunhão e testemunho do Bom Pastor.

Seria muito pouco dizer apenas isto de D. Manuel quanto ao seu clero pois, chamado a servir da Igreja de Aveiro numa época histórica difícil, muitas vezes derramou lágrimas, especialmente, pela tristeza de ver alguns presbíteros abandonarem o ministério.¹⁶⁰ Contudo, a diocese de Aveiro foi das mais poupadas a este nível:

«Se uma das alegrias de um bispo é impor as mãos e ordenar um presbítero, a sua maior tristeza é ver alguém arrependido de ter dado esse passo. Diante de cados destes, não me acusa a consciência de não ter feito tudo quanto estava ao meu alcance, inclusivamente de ter oferecido a minha vida, se ela pudesse ter preço aos olhos de Deus, para que a tragédia não se consumasse».¹⁶¹

¹⁵⁷ No diálogo com alguns padres que foram ordenados por D. Manuel de Almeida Trindade, e que hoje se encontram vivos, desvelam este olhar de “pai” e “amigo” que esteve sempre presente nas suas caminhadas, não apenas no seminário, mas depois no próprio presbitério.

¹⁵⁸ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 527.

¹⁵⁹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 10.

¹⁶⁰ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 50-51; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 191-193; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 57.

É significativa a Carta de D. Manuel dirigida aos Padres na Quinta-feira Santa de 1969, no dia 3 de Abril, para avivar a imagem autêntica do que é o padre, para que todos se saibam “ouvir uns aos outros”, como o próprio dizia (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 3 de Abril de 1969).

¹⁶¹ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 193.

No sentido de melhor compreender os pontos que serão abordados de seguida, vale a pena ter em consideração uma análise contextual da composição e evolução do clero, pois o presbitério da diocese integrava durante o seu episcopado, padres provenientes das dioceses do Porto, Coimbra e Viseu.¹⁶² Depois, há a realçar que desde 1960 até 1988, D. Manuel assistiu a uma diminuição do número de sacerdotes residentes na diocese, cerca de 17,6%. São dados demonstrativos de uma dificuldade clara e da urgência de vocações sacerdotais ao nível da diocese, pois como testemunha Georgino Rocha, «com o crescimento significativo da população, avolumam-se, como se vê na análise do contexto sociocultural, a complexidade e a quantidade dos desafios pastorais», pois «houve 61 ordenações que não chegam a cobrir os 65 padres que morrem e os 13 que deixam o ministério com ou sem pedido de redução ao estado laical».¹⁶³

É esta situação preocupante, que leva D. Manuel a tomar algumas iniciativas e a propor alguns desafios ao clero para que a situação não se torne tão drástica. Um dos meios privilegiados que usará, para além do contacto pessoal e próximo, será a carta escrita.¹⁶⁴ É com base nessas missivas que detalharemos algumas decisões e implementações fundadas nas perspectivas conciliares. Cremos que a Carta dirigida ao Clero, a 5 de Agosto de 1967, é uma das mais influentes em tudo isso. Destaca-se particularmente o seguinte:

«Não é desconhecido de ninguém que se têm dado, aqui e além, defecções sacerdotais. Alguns padres têm passado por cima dos seus compromissos e criado situações ilegítimas; outros, arrependidos do passo dado na sua ordenação e com possibilidade de apresentar motivos para

¹⁶² Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 208-209.

¹⁶³ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 209-210. Para aprofundamento desta análise, merecida, ler as páginas seguintes da tese antes apresentada de Georgino Rocha (Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 208-255).

¹⁶⁴ Um dos mais belos exemplares conhecidos, é uma carta que o próprio D. Manuel transcreve no seu livro *Memórias de um bispo*, enviada a partir de Roma a um sacerdote, no dia 24 de Outubro de 1974 (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 193-194).

conseguir a dispensa, têm sido reduzidos ao estado laical. Alguns destes casos não eram novos; o Concílio apenas veio apressar a sua “liquidação”». ¹⁶⁵

O que adiante apresentamos manifesta toda uma preocupação que D. Manuel teve ao longo da sua vida, para com os seus colaboradores, manifestada «quer por carta, quer em alocações, quer tomando parte em assembleias diocesanas do Clero, nas reuniões do Conselho Presbiteral ou, mais frequentes vezes, nos encontros mensais dos sacerdotes dos dez arceprestados de que se compõe a diocese». ¹⁶⁶ Tudo isto, aliado a uma firmeza própria na sua autoridade, D. Manuel não se deixava jogar por influências nem jogos de interesse, mesmo no que dizia respeito à colocação de padres, as incertezas políticas, os medos, mas sempre prudente em toda a informação que analisasse quanto a decisões de acção pastoral, muito concretamente nos casos do clero. ¹⁶⁷

2.2.2.1. A aplicação do II Concílio Ecuménico do Vaticano e a reforma conciliar

Inicialmente, podemos dizer que essa aplicação e reforma conciliar se iniciou com o conhecimento e aprofundamento dos textos do Concílio, através do estudo dos mesmos nas Conferências Eclesiásticas ¹⁶⁸ e nas colecções, como o próprio D. Manuel testemunha nas suas Cartas ao Clero: «Aos Bispos, sacerdotes e leigos incumbe agora nova tarefa: a de se

¹⁶⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 5 de Agosto de 1967.

¹⁶⁶ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 22.

¹⁶⁷ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 195ss.

¹⁶⁸ As Conferências Eclesiásticas, dotadas de regulamento oficial pelo I Sínodo diocesano de Aveiro (realizado e celebrado em 21 de Maio de 1944), consistiam em reuniões mensais do clero arceprestal. No episcopado de D. Manuel, essas reuniões continham um programa próprio e variável, onde constava normalmente: oração prolongada; exposição de um tema oportuno para as comunidades e desafios pastorais; diálogo entre os presentes em que intervinha o bispo ou o delegado/arcepreste; almoço e convívio; leitura da acta; revisão e programação da vida pastoral para o mês seguinte ou para o tempo mais próximo. Habitualmente, terminavam o encontro com uma oração. É de realçar que no tempo de D. Manuel muito dos temas tratados nessas Conferências diziam respeito ao II Concílio Ecuménico do Vaticano, assim como os documentos pós-conciliares para a implementação e continuidade do dinamismo conciliar. Para além disso, a vida diocesana também era tida em conta nestes encontros, podendo verificar-se a situação do clero, a missão regional, a catequese, entre outros. Actualmente, o que antes se designava por Conferências Eclesiásticas, assume-se como sendo as *reuniões arceprestais do clero*, que decorrem sob a responsabilidade do arcepreste ou do responsável diocesano delegado pelo bispo (Cf. *Sínodo Diocesano de Aveiro*, I, Tipografia Minerva, Aveiro, 1944, 148-149; Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, ²2014, 418.444-447).

debruçarem sobre os textos promulgados. (...) Neles encontra-se a palavra que o Espírito Santo dirige aos homens de hoje. O que importa agora é conhecer essa palavra, estudá-la, traduzi-la em vida».¹⁶⁹

Posteriormente, deu-se por meio da vida diocesana e dos dinamismos nela implantados, que através do seu pastor, padre conciliar, procurou impregnar essa renovação diocesana, consciente de que o bispo não faz nada sozinho, e que o auxílio dos sacerdotes na missão da Igreja, permitiria uma colaboração íntima e ordenada nas novas perspectivas de trabalho pastoral. Daí que ao longo do episcopado, nas suas mensagens e conversas, dirigidas ao Clero, o dinamismo conciliar e a sua tradução na vida dos próprios padres, nas suas paróquias e nas acções pastorais paroquiais e diocesanas, se procure cultivar uma Igreja em missão.

A primeira manifestação visível a acontecer na diocese de Aveiro, surge, depois da aprovação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia « Sacrosanctum Concilium»,¹⁷⁰ onde D. Manuel, na Conferência Eclesiástica de Janeiro de 1964, já expõe o documento junto do clero. Mais tarde, escreverá uma Carta ao Clero, datada de 14 de Fevereiro do mesmo ano, para incentivar à aplicação da Constituição sobre a Sagrada Liturgia na diocese e nas paróquias, onde apresenta os pontos fundamentais dos documentos, que entretanto, foram sendo publicados a respeito da Sagrada Liturgia¹⁷¹. Debruça-se D. Manuel no Motu Proprio «Sacram Liturgiam», destacando as faculdades concedidas aos ordinários, a saber: a constituição ou recomposição das comissões de Liturgia, Música Sacra e Arte Sacra, a dimensão homilética, aspectos relativos ao Sacramento da Confirmação, o uso da língua vernácula e os livros

¹⁶⁹ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 6 de Janeiro de 1966; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 69.

¹⁷⁰ Cf. Constituição sobre a Sagrada Liturgia «Sacrosanctum Concilium», in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, 11992, 13-44.

¹⁷¹ PAULO VI - Carta Apostólica sob forma de Motu Proprio «Pastorale Munus», 30 de Novembro de 1963, in *AAS*, LVI (1964) 5-12; PAULO VI - Carta Apostólica sob forma de Motu Proprio «Sacram Liturgiam», 25 de Janeiro de 1964, in *AAS*, LVI (1964) 139-144.

litúrgicos.¹⁷² Destacamos estes dados iniciais, por forma a perceber, o fulgor e urgência da aplicação do Concílio em terras diocesanas.

Ainda em 1964, numa Carta dirigida ao Clero a 11 de Dezembro, D. Manuel tratou de aprofundar a assistência espiritual necessária aos sacerdotes e para os sacerdotes. Para tal, elencou alguns pontos fulcrais do decreto que ainda não havia sido definitivamente aprovado.

Um primeiro ponto é a dimensão do Sacerdócio como um ministério, isto é, como um serviço. Assim, o padre entende-se como estando ao serviço do Povo de Deus e não vice-versa. Neste espírito, o Padre está ao serviço dos seus irmãos, e toda a sua missão é envolta pela dimensão do serviço: na obediência, no celibato, na formação e actualização permanente. Todavia, D. Manuel sublinha que a fecundidade e alegria desse espírito de serviço, só têm sentido quando o Sacerdote tem uma vida espiritual constantemente renovada.¹⁷³

A importância de uma vida espiritual não apenas individual, mas em comum entre os sacerdotes, urge como prioridade no início do episcopado de D. Manuel, considerando que «o Sacerdote que se isola, que evita o contacto ou a companhia dos colegas, que não sabe ou não quer trabalhar em equipa, está muito mais exposto a desânimos e fracassos».¹⁷⁴ Assim, uma das missões mais importantes assumidas por D. Manuel foi procurar elevar o nível intelectual, moral e espiritual dos seus Sacerdotes, porque tinha plena consciência da importância que tem no futuro religioso da diocese, e muito concretamente, no despertar de novas vocações eclesiais.¹⁷⁵

¹⁷² TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 14 de Fevereiro de 1964.

¹⁷³ Passamos a citar: «Para ser perseverante e permanecer firme no serviço das almas – o que importa renúncias e sacrifícios – é preciso ver o invisível. Ver, porém, neste mundo o invisível só o consegue aquele que tem fé e vive da fé. Todos os meios espirituais postos à disposição do sacerdote – desde a recitação do breviário até à celebração digna e fervorosa da sua Missa – devem tender para manter desperta a vida da fé no coração dele» (TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 11 de Dezembro de 1964).

¹⁷⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 11 de Dezembro de 1964.

¹⁷⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 11 de Dezembro de 1964.

Aliás, neste horizonte de renovação conciliar, D. Manuel acabaria por instituir na sua diocese o Diaconado Permanente, com o auxílio de D. António Marcelino, sendo este quem mais tarde, a 22 de Maio de 1988, ordenaria os primeiros diáconos.¹⁷⁶

2.2.2.2. Fraternidade Sacerdotal da diocese de Aveiro

No início da sua vida de pastor em terras de Aveiro, cedo se deparou com o grave problema das carências económicas, dos sacerdotes idosos e doentes. A este respeito a “Obra de Auxílio ao Clero”, já não suportava nem satisfazia as necessidades do clero, cujos fins estavam na sua constituição.¹⁷⁷

Neste sentido, D. Manuel procurou dar corpo à chamada Fraternidade Sacerdotal da diocese de Aveiro, constituindo uma obra de previdência destinada ao Clero, procurando salvaguardar o futuro do Sacerdote:

«ficará ele mais livre para se dar à sua missão com toda a generosidade da alma. Se adoecer, não lhe faltará assistência médica ou mesmo hospitalização, se dela tiver carecido. Se vier a tornar-se inválido para o múnus sacerdotal, a Fraternidade garantir-lhe-á uma quantia que foi tida como normalmente suficiente para levar uma vida decente, embora modesta».¹⁷⁸

A Fraternidade Sacerdotal constituiu-se como associação religiosa por decreto de 30 de Novembro de 1964.¹⁷⁹ Nasceu para «facilitar aos seus associados o espírito de abnegação e de

¹⁷⁶ A este propósito, temos um breve dado: «São 11 os candidatos ao diaconado permanente na nossa Diocese. No dia 18 de Outubro, o Senhor Bispo conferiu-lhes, na Sé, o ministério de leitor. A 22 de Novembro serão instituídos no de acólito. A sua ordenação diaconal está prevista para 22 de Maio, dia de Pentecostes» [*Boletim de Informação Pastoral* (Diocese de Aveiro), I (Novembro 1987) 11].

Palavras proferidas na Homilia de Ordenação dos novos Diáconos: «A ordenação dos novos Diáconos Permanentes insere-se num processo de renovação da nossa Igreja Diocesana, no qual nos vimos empenhando desde há anos. Por isso mesmo, eles não vão ser nem mini-padres, nem leigos promovidos. Este ministério tem a sua especificidade própria» [*Correio do Vouga*, LVIII/2884 (27.V.1988) 6].

Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 59; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 32.

¹⁷⁷ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 211.

¹⁷⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 11 de Dezembro de 1964.

¹⁷⁹ *Correio do Vouga*, XXXIV/1727 (4.XII.1964) 5; ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 211.

desprendimento para um mais perfeito exercício do múnus apostólico, de prestar assistência espiritual e económica aos seus associados nos casos de doença, invalidez ou acidente, e de sufragar as almas dos associados falecidos».¹⁸⁰

A comissão organizadora instituída por D. Manuel a 30 de Novembro desse mesmo ano, tinha à presidência Mons. Aníbal de Oliveira Marques Ramos, auxiliado pelos padres João Pedro de Abreu Freire, Manuel de Oliveira e Albano Ferreira Pimentel.¹⁸¹

A 25 de Janeiro de 1965, realizou-se a primeira Assembleia Geral, sendo eleitos para os corpos gerentes os padres Aníbal de Oliveira Marques Ramos, João Gonçalves Gaspar, Manuel da Silva Simão, António Martins Belém e Manuel Rei de Oliveira. Uma semana depois, são confirmados por D. Manuel, a 31 de Janeiro do mesmo mês.¹⁸² Hoje, ainda se mantém viva a Fraternidade Sacerdotal.

2.2.2.3. Conselho Presbiteral e Assembleias do Clero

D. Manuel constituiu o Conselho Presbiteral a 3 de Novembro de 1967. Estabeleceu igualmente os critérios, as regras básicas da eleição e designação dos conselheiros do funcionamento das sessões¹⁸³, que funcionara ininterruptamente com duas ou três sessões regulares durante cada ano.¹⁸⁴ Diga-se porém, que o anúncio da constituição deste Conselho,

¹⁸⁰ GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 53; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 211.

¹⁸¹ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 528; Cf. *Correio do Vouga*, XXXV/1733 (31.I.1965) 5.

¹⁸² Cf. *Correio do Vouga*, XXXV/1733 (31.I.1965) 5.

¹⁸³ ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 277-278. Aqui apresenta em Anexo, os fins e membros que compunham o Conselho Presbiteral.

¹⁸⁴ *Correio do Vouga*, XXXVII/1871 (10.XI.1967) 1.5; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 40.

acontecera numa Homilia pelo encerramento da Semana de Estudos Pastorais, em 1967, que tratava da Pastoral das Vocações na Pastoral Diocesana.¹⁸⁵

Numa Carta dirigida ao Clero, em 15 de Janeiro de 1971, D. Manuel mostrava que o Conselho Presbiteral, tinha como finalidade «ajudar o Bispo no governo da Diocese», pedindo que todos comunguem na ajuda e compreensão, para que este órgão realize aquilo para que foi instituído. Sublinha ainda D. Manuel que, a eficácia do Conselho Presbiteral estará dependente «de um acendrado amor da Igreja e da sua unidade, de uma purificação de toda a marca de egoísmo e de ressentimento, de que às vezes padecem instituições similares do mundo profano».¹⁸⁶

Consequentemente, só após a realização do Sínodo ordinário dos bispos em 1971 e, na sequência da publicação do Directório Pastoral dos Bispos, em 1976, é que se reformulam as orientações que estavam pensadas para uma reformulação periódica. Todavia, o Conselho presbiteral só é dotado de Estatutos e de Regulamento Interno a 25 de Março de 1984, tendo sido elaborados e aprovados pelos seus membros em Plenário, a 19 de Março de 1984, e confirmados pelo bispo de Aveiro, D. Manuel de Almeida Trindade.¹⁸⁷

O Conselho Presbiteral e as Assembleias Diocesanas do Clero com o seu tempo demonstraram ser um espaço de auscultamento do estado de espírito do Clero de Aveiro. Segundo Georgino Rocha, essas instituições foram positivas:

«Pelo número de presenças nos encontros mensais dos sacerdotes, pela participação e interesse nas reuniões, pela frequência das colecções e retiros, pela inscrição na Fraternidade Sacerdotal

¹⁸⁵ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 126.

¹⁸⁶ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 15 de Janeiro de 1971.

¹⁸⁷ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 241; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 41.

e colaboração na resolução de problemas que surgem, pela acção responsável nas campanhas e nos planos pastorais, pela habitual disposição alegre e pelo testemunho de felicidade (...).¹⁸⁸

Alguns momentos conturbados também se fizeram sentir, e como são referidos pelo autor anterior:

[foi o] «caso do cansaço e saturação psicológica, da sensação desconfortante de que as normas claramente definidas não são assumidas, da demora em resolver problemas urgentes, de desencontros na observância das orientações pastorais estabelecidas, da longa permanência de alguns no mesmo ofício, da falta de férias e de descanso, da articulação, às vezes difícil, das ‘bases’ com os serviços centrais, da situação económica com aspectos de desigualdade injusta, do período etário e psicológico que cada um vive e do espaço que é reconhecido para a sua criatividade e expansão no campo da pastoral do conjunto».¹⁸⁹

Tal como salienta D. Manuel, os Conselhos Presbiterais foram uma criação do II Concílio Ecuménico do Vaticano, para auxiliar o bispo no governo da sua diocese. A sua eficácia, será e estará dependente, «de um acendrado amor da Igreja e da sua unidade, de uma purificação de toda a marca de egoísmo e de ressentimento, de que às vezes padecem instituições similares do mundo profano».¹⁹⁰

A acção de D. Manuel caracterizou-se por fazer tudo para maior glória de Deus e para bem dos fiéis; e uma das suas notas foi o incentivo à reparação, ampliação e construção de novas Igrejas. Mas não ficamos por aqui, como testemunha Mons. João Gaspar: promoveu a criação de Centros Sociais Paroquiais, «convencido de que, se não existir amor afectivo e efectivo, não haverá acção pastoral capaz».¹⁹¹

Durante o seu pastoreio em Aveiro, dada a subida do índice demográfico na diocese, foram instituídas por D. Manuel, três paróquias: a 6 de Fevereiro de 1968 – a paróquia da

¹⁸⁸ ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 213.

¹⁸⁹ ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 213.

¹⁹⁰ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 15 de Janeiro de 1971.

¹⁹¹ GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 51.

Borralha (Águeda)¹⁹²; a 11 de Novembro de 1969 – a paróquia de Santa Joana (Aveiro); a 21 de Novembro de 1987 – a paróquia de Santa Catarina (Vagos).¹⁹³ Contudo, a preocupação pela renovação do património religioso e artístico não ficou só pela criação e instituição de novas igrejas paroquiais, pois seria um pequeno apontamento, dado que inaugurou muitas igrejas e capelas. Muitas outras foram ampliadas e remodeladas.¹⁹⁴

Muitos outros temas foram tratados no Conselho Presbiteral, pois como órgão de apoio ao bispo diocesano, esses temas tratados manifestam e expressam a solicitude pastoral e a difícil caminhada desse Conselho e a sua relevante importância.¹⁹⁵

No que diz respeito às Assembleias do Clero, realizadas periodicamente, foi um costume prolongado no tempo pelos bispos de Aveiro, que realizavam encontros com os seus padres em datas significativas da diocese. Por um lado, estas assembleias eram o testemunho expressivo

¹⁹² TRINDADE, Manuel de Almeida - «Decreto da Criação da Reitoria de Nossa Senhora de La Salette da Borralha», in *Correio do Vouga*, XXXVIII/1883 (9.II.1968) 5.

¹⁹³ GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 54.

¹⁹⁴ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 19. As Igrejas paroquiais construídas de raiz foram a de Bustos, Calvão, Fátima, Gafanha da Boa Hora, Gafanha do Carmo, Ouca, Palhaça, Paradela do Vouga, Ponte de Vagos, Ribeira de Fráguas, Santo André, Santo António, São Bernardo e Vagos. D. Manuel detalhou especificamente essa construção ou intervenção em obras de culto e de acção social na Diocese de Aveiro, durante os seus 25 anos de episcopado (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 201-203).

¹⁹⁵ Georgino Rocha elenca-nos um conjunto de temas que abrange o período de 1971 a 1988, pois não encontrara dados em relação aos anos anteriores, de 1967 a 1970. Eis os temas: A evangelização em todas as fases etárias; Animação missionária; assembleia do Clero; Associação de fiéis; Casa diocesana; Centro Universitário ‘Fé e Cultura’; Círculo de Cultura Católica; Congresso Diocesano dos Leigos; Conselhos Pastorais Paroquiais; Conselho Presbiteral; Constituição e funcionamento dos Conselhos Económicos e do Fundo paroquial; Criação de novas paróquias e revisão de limites territoriais; Critérios para a nomeação de sacerdotes; Cursilhos de Cristandade; Cursos de Pastoral; Democratização da orgânica religiosa; Encontros mensais do clero; Estatuto sócio-pastoral do clero; Festas religiosas; Festas jubilares da Diocese; Formação permanente do Clero; Fundação D. Manuel de Almeida Trindade; Imprensa da Igreja; Instauração do Diaconado Permanente; Instituições particulares de solidariedade social (da Igreja); Intenções de Missa; Pastoral dos baptizados; Presbitério diocesano; Pluri-emprego dos padres, a situação dos capelães militares e dos professores; Preparação dos Sínodos; Pré-Seminário e promoção vocacional; Prioridades Pastorais da Diocese; Promoção do laicado; Recenseamento da prática religiosa; Retiros para o clero e vida espiritual; Sacerdote numa sociedade em mudança; Sacramentos da Iniciação Cristã; Seminários; Situação da família e desafios pastorais; Universidade de Aveiro e presença cristã; Vinda das Carmelitas e construção do Convento de Cristo Redentor [Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, II, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 477-478].

da comunhão e participação do clero, por outro, contribuíam para fomentar caminhos de corresponsabilidade consistente.¹⁹⁶

Segundo Georgino Rocha, existiam dois tipos de Assembleias, uma que dizia respeito aos padres com responsabilidades por certas funções na diocese, outra onde se congregavam todo o presbitério. Mas, é esta última que nos apraz aprofundar, pois eram átrios de encontro e amizade, de diálogo franco, de evocação saudosa, de reunião com o seu bispo. Dimensões consideradas fundamentais e imprescindíveis, para crescer na fraternidade sacramental.¹⁹⁷

Salientamos três dessas Assembleias, devido ao número de participantes, dos temas tratados e das circunstâncias em que foram realizadas: a de 5 de Outubro de 1973, convocada por Carta pessoal de D. Manuel; a de 28 e 29 de Dezembro de 1982, na Curia; e por fim, a de 29 e 30 de Dezembro de 1987, que acontece integrada no programa das Festas Jubilares de D. Manuel e da diocese restaurada.¹⁹⁸

Creemos que podemos sintetizar a preocupação de D. Manuel, através deste excerto de 1983, numa Nota Pastoral dirigida aos fiéis:

«A santidade dos sacerdotes, que devem ser pastores e modelos da grei, é elemento imprescindível da sua vida pessoal e da sua actividade pastoral. E dado o lugar que o sacerdote ocupa na Igreja, todos os fiéis se devem sentir interessados em que os fiéis possam dizer de cada um dos seus padres o que o Evangelho de S. João diz de Jesus Cristo: ‘É d plenitude da sua graça que todos nós recebemos’».¹⁹⁹

¹⁹⁶ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 245.

Este autor apresenta-nos como referência duas Assembleias do Clero, datadas de 29 e 30 de Dezembro de 1982; e outra, de 28 e 29 de Dezembro de 1987 (Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 214). Depois ainda realça a de 5 de Outubro de 1977, no Seminário de Aveiro [ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 113].

¹⁹⁷ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 158-159.

¹⁹⁸ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 200.158-161; AA.VV - *Homenagem e gratidão: nas "bodas de prata" episcopais de D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1988, 94.

¹⁹⁹ *Correio do Vouga*, LIII/2645 (8.VII.1983) 5.

Muito terreno há para desbravar na acção episcopal de D. Manuel para com o clero da diocese de Aveiro, mas deixemos para investigações futuras, quer a formação e renovação permanente do clero, quer os retiros espirituais, entre outras dimensões.

2.2.3. Missão Regional e Visitas Pastorais

D. Manuel percorreu várias vezes, em muitas centenas de visitas pastorais, as paróquias e comunidades religiosas da diocese de Aveiro, seguindo criteriosamente as suas preocupações no conhecimento da realidade:

«visitando, durante dias seguidos, doentes ou idosos nas suas próprias casas, em lares ou em hospitais, alunos e professores nas escolas dos vários níveis de ensino, empresas industriais ou comerciais, autarquias locais, corporações de bombeiros e outras associações de cultura ou recreio, no desejo de tornar presente a mensagem do Evangelho em todos os meios sociais».²⁰⁰

Na verdade, D. Manuel deu seguimento ao projecto do seu antecessor, D. Domingos da Apresentação Fernandes, que não pôde concluir a última visita pastoral devido ao seu falecimento repentino. Subsequentemente, a 17 de Março de 1963, D. Manuel retomara a visita pastoral de D. Domingos da Apresentação Fernandes, na freguesia do Préstimo, concelho de Águeda, tendo sido esta a primeira visita pastoral realizada no múnus episcopal de D. Manuel.²⁰¹ Escreveu D. Manuel que uma das obrigações do bispo é a visita pastoral às suas paróquias, e era nelas que o prelado mais se sentia pastor das almas e mais alegria lhe era dada, apesar de todo o cansaço que daí adviesse.²⁰²

D. Domingos da Apresentação Fernandes havia introduzido no seu episcopado um certo molde de Missões Regionais, com as inerentes visitas pastorais, que D. Manuel refez, ajustando e enriquecendo as mesmas. Prosseguiu com a iniciativa do seu antecessor, atendendo a uma

²⁰⁰ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 10.

²⁰¹ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 541.

²⁰² Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 268.

programação mais cuidada, centrada no anúncio do Evangelho em qualquer ambiente. Os moldes foram assim definidos:

«(...) duração de, pelo menos, doze dias em cada freguesia, sendo os três primeiros ocupados com serões de formação e de esclarecimento, orientados pelo testemunho e pela palavra de leigos (casais a casais, jovens a jovens, etc.). os dias seguintes eram destinados à actividade específica do bispo e dos sacerdotes. Simultaneamente, deslocava-se a aldeias e a povoações, mesmo de acesso difícil, para se encontrar com as pessoas, sobretudo alunos e professores nas suas e suas escolas e idosos e doentes nas próprias casas e nos hospitais».²⁰³

As referidas Missões Regionais foram retomadas por D. Manuel após dois anos da sua nomeação para a diocese de Aveiro, depois de a ter «já percorrido de lés a lés, de ter tomado contacto com todos os Sacerdotes, quer seculares quer regulares, de ter feito a visita canónica a todas as Casas Religiosas e de ter conhecido um a um todos os seus membros».²⁰⁴ No fundo, a Missão Regional, juntamente com a Visita Pastoral, traduz uma «acção concertada empreendida por toda a Diocese em prol da evangelização de uma região e da indispensável organização do apostolado paroquial»²⁰⁵, que pela sua importância, é inolvidável no cristianismo actual na região de Aveiro. D. Manuel define a missão a partir do diálogo de Jesus com a Samaritana (Jo 4, 1-42), afirmando que «a Santa Missão é isto: uma passagem de Jesus por meio dos homens, para que se convertam e acreditem que só Ele é o Salvador do mundo».²⁰⁶

A Missão Regional como agente mobilizador é tão importante, que desde que se inicia o Ano Apostólico e o período em que decorrem os trabalhos respectivos, a diocese é convidada através de Notas Pastorais, para que os frutos da Missão sejam bons frutos. Essas Notas

²⁰³ GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 52; Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 543.

²⁰⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 30 de Setembro de 1964.

A Missão Regional foi inspirada na Missão de Milão, levada a efeito pelo Cardeal Montini, que viria a ser o Papa Paulo VI. A Missão Regional realiza-se até 1973, com muito poucas interrupções. Percorre a Diocese inteira, e em alguns sítios mais do que uma vez. Nela tomam parte activa leigos, adultos e jovens, homens e mulheres, fazendo a sua comunicação e dando o seu testemunho em locais, de preferência fora do templo. Nela intervêm o clero, sobretudo diocesano, pregando normalmente nos espaços litúrgicos e atendendo o povo nas suas necessidades espirituais.

²⁰⁵ ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 92.

²⁰⁶ *Correio do Vouga*, XXXVI/1822 (11.XI.1966) 7.

Pastorais são ao longo do episcopado de D. Manuel, lidas e comentadas, para que decorra segundo o Espírito de Deus, quer «pela escolha, preparação e envio dos missionários leigos e padres», quer «pela campanha geral da oração pelos bons frutos da Missão».²⁰⁷

Na Nota Pastoral publicada a 27 de Outubro de 1967, D. Manuel apresenta-nos claramente, como noutros tempos idos, a forma como a diocese deve moldar-se à Missão Regional: «o meu desejo é que a Diocese viva a Missão e se solidarize com ela, como os membros de uma parte do corpo se solidarizam com os membros da outra parte. É a doutrina do Corpo Místico e da sua consequência natural, que é a Comunhão dos Santos».²⁰⁸

Após a terceira sessão do II Concílio Ecuménico do Vaticano, D. Manuel prossegue com as Missões Regionais. A primeira Missão realizada no seu episcopado foi a Missão da Bairrada, com início marcado com visitas pastorais nas paróquias do arciprestado de Oliveira do Bairro, de 3 de Dezembro de 1964 a 24 de Fevereiro de 1965. D. Manuel continuaria, não cessando de apelar e convidar a que toda a diocese vivesse estas Missões Regionais.²⁰⁹ Verificando o bom caminho encetado com a primeira Missão, prosseguiu depois com a Missão de Aveiro, e outras Missões que foram sempre acções pastorais de intenso fulgor apostólico.

Convém destacar o importantíssimo papel dos leigos no decorrer das Missões Regionais, pois também eles com o II Concílio Ecuménico do Vaticano, viram uma rajada de ar fresco que lhes permitiu compreender o seu papel na dimensão eclesial da Igreja. Os leigos ajudam outros leigos, e por isso a sua integração nas Missões, passava precisamente por serem testemunhos e terem um testemunho a transmitir aos seus irmãos. Este papel é traçado claramente por D. Manuel a 29 de Setembro de 1967, quando escreve:

²⁰⁷ ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 92.

²⁰⁸ *Correio do Vouga*, XXXVII/1869 (27.X.1967) 7.

²⁰⁹ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Exortação Pastoral sobre a Missão Regional*, 12 de Setembro de 1965, in *Correio do Vouga*, XXXV/1766 (24.IX.1965) 4.9; TRINDADE, Manuel de Almeida - *Exortação Pastoral sobre a Missão Regional*, 22 de Maio de 1973, in *Correio do Vouga*, XLIII/2147 (1.VI.1973) 5.

«Nos primeiros dias terão a palavra os leigos; eles têm um testemunho a transmitir aos seus irmãos. Ninguém se admire de ver homens de gravata (ou sem gravata), mães de família, rapazes e raparigas a dirigir a palavra aos seus irmãos. Há problemas em que os leigos têm obrigação de ser mais eloquentes do que os padres. O seu testemunho será, por outro lado, mais eficaz. Não se trata de uma novidade na Igreja. (...). Hoje, mais do que nunca, volta a ser necessário o testemunho dos leigos. É verdade que eles não falam por si, por sua autoridade; eles ‘são enviados’ pelo bispo; é esta circunstância que dá segurança, valor e autenticidade à sua missão».²¹⁰

Em 1970 acontece a Missão Regional em Águeda. Salientamos esta Missão, dadas as alterações que aconteceram nos esquemas e organização da mesma, diferenciando-se das anteriores. Como nos refere João Gaspar, foram os cristãos da mesma zona que orientaram os encontros com os leigos, as equipas paróquias e os respectivos párocos que organizaram os cursos de preparação, e a comissão responsável pela missão Regional passava a ficar agregada ao Secretariado Diocesano de Pastoral. Quanto a D. Manuel, próprio da sua postura de servo, concretizava a missão de que era responsável, sem esquecer ninguém e dotado de uma discrição e prudência que aguçavam a sua atenção de pastor.²¹¹

Em 1972, a Secretaria do Episcopado informa que já havia decorrido a Missão Regional em todos os arciprestados, pelo que D. Manuel, «depois de ouvir o parecer de várias pessoas, resolveu suspender a referida Missão».²¹² No que dizia respeito às Visitas Pastorais que estavam inerentes à Missão Regional, D. Manuel deixa à disposição dos Párocos, sendo que essas devem, segundo essa Nota, ser precedidas por uma semana (pelo menos) de pregação.²¹³ Aliás, se a primeira fase da Missão correspondia ao que havemos indicado antes, era claro haver um segundo momento da Missão, que se confiava aos sacerdotes, na sua acção específica.²¹⁴

²¹⁰ *Correio do Vouga*, XXXVII/1867 (13.X.1967) 4.

²¹¹ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 544-545.

²¹² *Correio do Vouga*, XLII/2106 (28.VII.1972) 5.

²¹³ *Correio do Vouga*, XLII/2106 (28.VII.1972) 5.

²¹⁴ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 543.

A Visita Pastoral, quer com Missão Regional ou com a Semana de Pregação, consistia numa oportunidade única «para suscitar a consciência eclesial diocesana, tornando viva e operante a Igreja que, por meio do Bispo e dos seus colaboradores, se faz próxima e familiar, revelando a sua preocupação pela salvação de todos os homens».²¹⁵

Há no entanto, que salientar, uma primeira excepção, onde a 22 de Maio de 1973, D. Manuel anunciou que haveria uma próxima Missão regional com visitas pastorais, que decorreria de 4 de Novembro a 2 de Dezembro de 1973, no arceprelado de Vagos, distribuída por duas quinzenas. Sublinha Mons. João Gaspar, que mesmo depois na Nota da Secretaria já referida anteriormente, D. Manuel continuou a preferir a organização das visitas pastorais nos moldes da missão regional, embora se fossem valorizando outros meios de evangelização distintos das anteriores programações. Abriu-se espaço a semanas, minicursos e cursos de pastoral, transformados em catequeses especializadas e direccionadas, consoante os sinais dos tempos e a natureza orgânica dessas comunidades eclesiais.²¹⁶

D. Manuel sempre viveu com entusiasmo estes momentos de Missão Regional e de Visitas Pastorais, e embora não se possa avaliar as consequências espirituais e morais de todos os que foram envolvidos nestas acções evangelizadoras, há a firmeza de que se ultrapassaram barreiras e viveu-se um dinamismo evangelizador muito querido em toda a diocese.²¹⁷

²¹⁵ ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 93.

²¹⁶ Cf. GASPARG, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 545.

²¹⁷ Com certeza que não temos melhor descrição, se não esta do Mons. João Gaspar a propósito de D. Manuel: «Tornou-se demais evidente que D. Manuel, rico com o traquejo conciliar, aspirava entabular diálogos, sem discussão, ultrapassando os muros da Igreja para se relacionar com toda a gente; portanto, não se coibia de conversar com os crentes de outras tendências cristãs e de religiões diferentes ou mesmo com os adeptos do ateísmo, tendo a consciência de que tais concepções não são simples mentiras, mas verdades incompletas. Nos seus contactos sociais, sabia distinguir o pecado do pecador; se aquele deve ser desaprovado e condenado, este deve ser tido e respeitado como pessoa. Ele aspirava inserir-se no seu tempo, e não no tempo antigo e ultrapassado; ele ambicionava viver nos diversos ambientes, sem cálculos nem medos, para transmitir a todos a boa-nova de Cristo; ele queria aparecer como testemunha aberta e alegre na transmissão do Evangelho; ele pretendia estar presente, quer em areópagos de cultura, quer em espaços de lazer, tendo a certeza de que, também aí, seria uma voz diferente a inquietar os apáticos» (GASPARG, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 547-548).

2.2.4. A importância da formação cristã e da vida espiritual diocesana

D. João Evangelista de Lima Vidal, bispo da restauração da diocese de Aveiro, havia criado em Outubro de 1952, o Centro de Acção Pastoral (CAP) que tratava das actividades relacionadas com a pastoral, a liturgia e a catequese, fruto dos desafios que o crescente mundo urbano requeria com mais acuidade pastoral.²¹⁸ Animado pela renovação pastoral necessária na diocese, nesse mesmo mês D. João Evangelista iniciara as chamadas “Semanas de Estudo Pastorais”, e que D. Domingos da Apresentação Fernandes e D. Manuel de Almeida Trindade deram continuidade.²¹⁹

D. Manuel em 1966, indagado pelos sacerdotes, verificando os frutos conciliares e a sua presente renovação, aceita a reformulação do CAP²²⁰, para ser possível uma evangelização mais séria e eficaz para toda a diocese, reconhecendo o CAP como «um valioso órgão de estudos, de coordenação e de vitalização de todas as obras de apostolado e de acção pastoral da nossa Diocese».²²¹

²¹⁸ Um marco da vitalidade católica vivido naquela altura. Cf. FONTES, Paulo - «O Catolicismo Português no século XX: da Separação à Democracia», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) - *História Religiosa de Portugal*, III, Círculo de Leitores, Lisboa, 198.

²¹⁹ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 193-195.

²²⁰ O Centro de Acção Pastoral vai ser fundamental para que D. Manuel, no seu episcopado, possa ter em exercício o *Conselho Diocesano de Pastoral* fundamentado no decreto «Christus Dominus» (cf. Decreto sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja «Christus Dominus», 28 de Outubro de 1965, 27, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 164). Assim, a partir de 7 de Março de 1966 até 1973 manteve-se esta estrutura orgânica, que visava investigar e apreciar as actividades pastorais diocesanas, e posteriormente formular conclusões práticas. A partir de 1973, com o Plano pastoral focado na dimensão Profética, reformula-se o Centro de Acção Pastoral, passando a denominar-se de Secretariado Diocesano de Pastoral. Mais tarde, em 1981, com o Plano Pastoral sobre o ‘Domingo na Renovação da Igreja’, é criado o Conselho do Secretariado Diocesano de Pastoral. Como nos transcreve Padre Georgino Rocha, o Conselho deste Secretariado é «o órgão de encontro, de estudo, de reflexão e de sensibilização à realidade diocesana em ordem a procurar as melhores soluções pastorais» [ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 40].

²²¹ Estatutos datados de 1 de Março de 1966 e aprovados *ad experimentum*, por três anos, a 7 de Março de 1966. Numa das Cartas ao Clero, datada a 7 de Março de 1966, onde consta os “estatutos” da reformulação do Centro de Acção Pastoral, os membros da Direcção, expõem a sua reformulação do Centro de Acção Pastoral, evocando primeiramente as suas raízes, objectivos, constituição fins. A revisão do Centro de Acção Pastoral sucede depois da promulgação dos textos conciliares, para que possibilite esse Centro uma mais larga participação de todos, enriquecendo-o, a partir da experiência das pessoas e dinamizando a acção apostólica da diocese. Conforme nos diz o decreto, era constituído por: «uma Comissão Central, que promova, coordene e impulse, sempre de acordo

Acontece que, em Outubro de 1969, os serviços do Centro de Acção Pastoral passam para um imóvel legado à diocese, onde pouco tempo depois, já em 1970, se regulamentaria o seu uso, ainda que provisoriamente pois só em 1977 é tornado definitivo. Mas começam a surgir os frutos desta mudança. Será aqui que estarão presentes muitas estruturas diocesanas, nomeadamente os Secretariados Diocesanos, alguns Movimentos e Obras, entre outros. Não estaria se não a cumprir a sua missão como Centro de Acção Pastoral: apoiar e coordenar os serviços pastorais da diocese. Será durante estes anos que se irá assistir a uma renovação das estruturas diocesanas, impulsionadas quer pelas sugestões do Conselho Presbiteral, assim como o sentir dos bispos de Aveiro, que permitem a reformulação/reorganização de serviços e criação de outros que provem às necessidades do tempo e urgência pastoral, como aconteceu com a Pastoral Familiar.²²²

Quando D. Manuel assume o governo da diocese, haviam já sido realizados sete encontros de “Semana de Estudos Pastorais” e dois “Cursos Sociais”.²²³ D. Manuel deu continuidade às Semanas de Estudos Pastorais, que se destinavam a sacerdotes e leigos, tratando

com o Bispo da Diocese e tendo em atenção as sugestões do Conselho, as actividades que são próprias do “Conselho de Pastoral” tal como vêm descritas no citado número 27 do Decreto sobre o Múnus Pastoral dos Bispos; por um Conselho formado por sacerdotes diocesanos e regulares, religiosas e leigos, responsáveis pelas actividades pastorais da Diocese, a designar da maneira que adiante se propõe» (TRINDADE, Manuel de Almeida - *Cartas ao Clero*, 7 de Março de 1966).

²²² Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 241-242.

²²³ Até ao momento da nomeação de D. Manuel de Almeida Trindade, como bispo de Aveiro, já havia sido realizado nove Semanas de Estudos Pastorais de Aveiro, assumindo a terminologia do autor Pinharanda Gomes, embora, essas Semanas, tenham tido outras designações. Vejamos que, até 1962, se realizaram as seguintes semanas: A primeira sobre liturgia e pastoral decorreu de 6 a 10 de Outubro de 1952; a segunda, sobre a renovação da vida paroquial pela colaboração de sacerdotes e leigos, decorreu entre 14 e 18 de Setembro de 1953; a terceira decorreu de 13 a 17 de Setembro de 1954, reflectindo sobre a Eucaristia; a quarta, também designada por “I Curso de Estudos Sociais”, reflectiu sobre a doutrina social da Igreja, decorrendo de 24 a 26 de Agosto de 1955; a quinta Semana, decorrida entre 9 e 12 de Julho de 1952, teve como estudo a missão da paróquia na vida dos homens; a sexta Semana ou “II Curso de Estudos Sociais” reflectiu sobre o problema agrário, e decorreu de 22 a 25 de Julho de 1958; a sétima Semana decorreu entre 28 e 31 de Julho de 1959, tendo por reflexão o papel da Acção Católica; a oitava Semana decorreu entre 26 e 29 de Julho de 1960 e teve como tema o Domingo e a santificação do Dia do Senhor; a nona Semana reflectiu sobre o tema «Bíblia e Pastoral» entre 25 e 28 de Julho de 1961. Estas foram as *Semanas de Estudos Pastorais da Diocese de Aveiro* realizadas antes da nomeação de D. Manuel; todavia, já D. Manuel havia participado na segunda Semana, em 1953, e na sétima Semana, em 1959, proferindo algumas lições (Cf. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal*, Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, Lisboa, 1984, 111-113).

sobre temas como o Matrimónio Cristão, a Família, o II Concílio Ecuménico do Vaticano, a Pastoral das Vocações, entre outros.²²⁴

A primeira “Semana de Estudos Pastorais”²²⁵, no início do episcopado de D. Manuel realizou-se em 1963, com o tema “O matrimónio Cristão”. Com o incentivo renovador da reforma conciliar, estas “Semanas” prolongaram-se até 1970, depois passaram a realizar-se noutra modalidade, os chamados “Cursos Pastorais”.²²⁶ Refira-se também que, em Aveiro, se realizou de 18 a 23 de Setembro de 1966, a V Semana de Estudos Missionários, uma semana que ao tempo era de âmbito nacional.²²⁷

Refere Georgino Rocha, que a partir de 1969, surgiu a modalidade de “Cursos” ou “Encontros Diocesanos de Pastoral”, com uma periodicidade anual até 1982. Acontecera que, por vezes, eram complementadas com as “Assembleias de Agentes Pastorais”.²²⁸ A partir de 1983, a programação pastoral reformula estes momentos, dando início às “Jornadas” por ocasião de abertura do ano apostólico, com data de 5 de Outubro, «revista em assembleias de

²²⁴ Depois de nomeado bispo de Aveiro, prosseguiu com as Semanas de Estudos até 1965. A décima Semana decorreu entre 23 e 26 de Julho de 1963, debatendo o tema do Matrimónio Cristão, onde D. Manuel participou como palestrante. A décima primeira Semana realizada entre 20 e 24 de Julho de 1964 foi sobre a família. A décima segunda e última Semana, realizou-se de 26 a 30 de Julho de 1965, sendo estudada a *Constituição dogmática sobre a Igreja – Lumen Gentium*, do Concílio Vaticano II, onde proferiu igualmente D. Manuel algumas lições (Cf. GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal*, Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, Lisboa, 1984, 113-114).

GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 51; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 10 de Fevereiro de 1967; Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 530.

²²⁵ Para aprofundamento consultar: ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 99.

²²⁶ Para aprofundar as distintas modalidades: ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 193-195.

²²⁷ GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 51; Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 538-539.

«[Foi] sobre o tema a missão à luz do Concílio, na presença do bispo de Aveiro. Foram conferencistas: Pedro Sammartin, Joseph le Guillou, José Labandibar, David de Azevedo, Francisco Gonçalves dos Santos, e o Nuncio Maximiliano de Fustenberg. Foi prestada especial atenção à teologia conciliar sobre a missão nos novos tempos, numa perspectiva de diálogo. A marcha de missão efectuou-se na Ria de Aveiro» (GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal*, Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, Lisboa, 1984, 146).

²²⁸ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 35.

responsáveis ou de equipas arciprestais e secretariados diocesanos em Maio ou Junho, e ‘saboreada’ em experiência familiar no Dia da Igreja Diocesana».²²⁹

Avançava-se assim - através de Semanas Pastorais, Cursos, Encontros e Dias Diocesanos, Jornadas Apostólicas, Assembleias de Agentes Pastorais, Planos Pastorais – numa renovada e notável dinamização da vida diocesana, expressando uma consciência de comunhão e corresponsabilidade eclesial. Por isso, também neste dinamismo foram muito importantes os Planos Pastorais, habitualmente, trienais, significativamente reafirmados na sua indelével importância: «O Plano Pastoral surge, assim, como a melhor maneira de assinalar a restauração diocesana, de organizar o apostolado familiar, de mobilizar dinamicamente toda a Diocese».²³⁰

Todos estes acontecimentos denotam a importância do repensar a pastoral em Igreja e na vida Diocesana, assim como de uma estratégia de maior eficácia pastoral, aliada a uma primordial tarefa da pastoral da Evangelização e da Catequese.

2.2.4.1. Movimentos e Associações na diocese

D. Manuel introduz na diocese alguns movimentos laicais e irá fomentando ao longo do seu episcopado a sua espiritualidade, como veremos a partir de agora, confirmando uma consciência laical progressiva no labor diocesano.

²²⁹ ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 35.

Será extremamente relevante o Dia da Igreja Diocesana, como elemento integrador e de encontro de toda a Diocese. Foi instituída por D. Manuel em 1983, ao qual consagrou as seguintes palavras: «um grande Encontro Diocesano para os sacerdotes e fiéis tomarem parte e celebrarem festivamente a alegria de serem parcela da Igreja de Jesus Cristo e de colaborarem na sua construção. Esta é a ideia primeira que progressivamente se foi desenvolvendo» [*Correio do Vouga*, LIII/2642 (17.VI.1983) 5].

ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 104-106.

²³⁰ ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 36.

Veja-se também que «a Diocese de Aveiro elabora e realiza Planos Pastorais em 1973/76 sobre ‘Acção profética’; em 1976/79, sobre a ‘Pastoral Familiar’; em 1979/82, sobre ‘O Domingo na Renovação da Igreja’ e em 1985/88 sobre ‘a Família em Renovação’. De 1982 a 1985, a atenção pastoral centra-se na iniciação cristã e na pastoral da fé, na promoção das equipas arciprestais e nos conselhos paroquiais» [ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 36].

Os Cursilhos de Cristandade iniciaram-se na diocese de Aveiro com o impulso de D. Manuel, e com a ajuda e auxílio do padre Albino Rodrigues de Pinho. O primeiro cursilho de Aveiro, destinado a homens, realizara-se entre 27 e 30 de Dezembro de 1963, em Mira.²³¹ Todavia, o movimento já tinha chegado a Portugal em 1960, tendo decorrido em Fátima o primeiro cursilho, de 29 de Novembro a 2 de Dezembro de 1960. Damos-lhe destaque, porque era para D. Manuel um movimento que se encontrava em grande expansão quer em Portugal, quer no estrangeiro.

Conta-nos D. Manuel, numa Carta que escrevera ao Clero, a 28 de Março de 1964, que «a Diocese de Aveiro, depois de uma fase de preparação que se tornava indispensável, realizou já o 2.º Curso e tenciona levar a efeito o 3.º [Curso]». ²³² Neste sentido, D. Manuel expõe na Carta ao Clero, a forma como se procede quanto às inscrições dos cursistas, nomeadamente, o conhecimento pelos seus párocos antes de se inscreverem. Contudo, o mais importante a propósito deste movimento diz respeito à conversão e inserção na comunidade eclesial, dos que nele participam:

«em toda a parte onde se têm realizado Cursos de Cristandade se tem verificado o fenómeno consolador de vidas que se modificam, passando de um estado de apatia e de tibieza espiritual ou mesmo de pecado para uma vida habitual em graça, ou até o caso de passagens bruscas do cepticismo e da descrença para uma autêntica vida cristã. A estes, de modo especial, se lhes dá o nome de convertidos». ²³³

No fundo, D. Manuel apela para a importância de os presbíteros terem em atenção os embates e os contrastes existentes entre os cristãos convertidos e a indiferença de certos católicos quanto à conversão de outros. É o Sacerdote, no dizer de D. Manuel, quem terá a

²³¹ Veja-se o testemunho de D. Manuel ao participar no primeiro Curso de Cristandade, o 13º realizado em Entre-os-Rios, na Diocese do Porto. Acompanhou-o o Padre Albino Rodrigues de Pinho. Participando durante quatro dias, reconheceu a importância de tal movimento como um instrumento válido para implementar na vida das comunidades e dos seus membros. Foi a partir daqui que ainda no mesmo ano se iniciou o movimento na Diocese. (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 248-249).

²³² TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 28 de Março de 1964; Cf. GASPARG, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 531.

Uma das mais belas mensagens dirigidas aos cursistas é-nos possível encontrar no *Correio do Vouga*, quando lhes dirigiu algumas palavras a 26 de Setembro de 1966 [Cf. *Correio do Vouga*, XXXVI/1816 (30.IX.1966) 1.9].

²³³ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 28 de Março de 1964.

solução dos conflitos existentes nas realidades que são próprias, e o mesmo com este movimento, onde os cursistas vêm nos sacerdotes aqueles que têm a responsabilidade de serem *embaixadores de Cristo* e de serem “pais” do Povo cristão.²³⁴

Outro movimento introduzido pelo prelado na diocese foram os Convívios Fraternos, destinado a jovens de ambos os sexos, que propõe a vivência, o testemunho e o anúncio de Jesus Cristo. Este movimento foi iniciado em Castelo Branco, em 1968, mas a sua origem e fundação resulta do sonho do Padre António Valente de Matos, que na altura era capelão militar, e natural de Avanca, da diocese de Aveiro. Este com a ajuda do padre Artur Tavares de Almeida, inicia a partir de 1970, o primeiro curso, durante três dias, procurando levar os jovens católicos a viver perseverantes cristãmente, procurando em cada espaço da sua vida viverem realizados a nível individual, familiar, religioso e social. A colaboração activa do padre Artur Tavares de Almeida, permaneceu nos anos seguintes, tendo sido Director Espiritual desde 1974 até 1996.²³⁵

Desde 1966, que existia em Aveiro, o Clube “Stella Maris”, cuja orientação estava sob o domínio da Direcção Nacional do Apostolado do Mar. A nível diocesano o seu primeiro director foi o P. Manuel António Fernandes, coadjuvado por padre Messias da Rocha Hipólito, que lhe sucedeu no cargo, passados dois anos. Este clube pretendia apoiar a pastoral do mar, nas diversas formas e expressões, proporcionando acções de promoção e de evangelização. A 29 de Janeiro de 1979, D. Manuel deu personalidade jurídica canónica à Obra do Apostolado

²³⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 28 de Março de 1964.

²³⁵ GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 52.

Sobre este movimento teve, a 30 de Dezembro de 1973, o prelado aveirense palavras de apreço e estímulo: «Queridos jovens, os frutos destes três dias dependem de cada um de vós. Há movimentos que têm uma curva de ascensão e depois declinam!... Também as coisas de Deus estão sujeitas às leis da história: subir e descer!... Que a este Movimento, que eu venho encontrar com frutos visíveis de alegria, isso não venha a acontecer; que seja um Movimento sempre em ascensão, onde não haja quebras, onde não haja curvas. Queridos jovens, cresci em idade, cresci em sabedoria, cresci na fé, cresci em graça diante de Deus, mas também, para exemplo dos outros, diante dos homens» (GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 532).

do Mar, com o objectivo principal de realizar uma acção pastoral junto das pessoas que trabalhavam nas fainas do mar e da ria.²³⁶

O Escutismo católico na diocese apresentava, no início da década de 60, um grande dinamismo, concretizado especialmente pelos acampamentos regionais de 1960 (Vale de Cambra) e de 1962 (Paranho da Arca), assim como a abertura de mais agrupamentos e a acção vigorosa da Junta Regional junto dos movimentos e as orientações de D. Manuel. Mas, a meados da década, passaram por momentos de crise, devido à necessidade e importância própria da identidade dos Escuteiros Católicos e a sua vivência como Igreja. Realça, Georgino Rocha, que o «dinamismo do movimento depende muito dos seus dirigentes, da sua mentalidade e formação»²³⁷, daí que se tenha incentivado a formação e as necessidades para que os auxiliares e dirigentes tivessem cursos específicos, de acordo com a sua acção educativa na Igreja e no espírito de Baden-Powell.²³⁸

As Conferências Vicentinas tinham em Aveiro, no ano de 1963, vinte conferências masculinas com 132 membros e vinte e seis femininas com 369 membros. Responsáveis pela pastoral social e caritativa, sofreram alguns momentos de crise devido às transformações sociais, às mudanças em questões da justiça e de direitos humanos, ao aparecimento de novos serviços públicos e privados e à reorganização da pastoral sócio-caritativa na diocese, em ordem a uma igreja que desse resposta às periferias. Mediante os novos contextos eclesiais, vêm-se também na necessidade de recompor a sua missão enquanto Sociedade Vicentina, sobretudo a

²³⁶ GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 56; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 205.

²³⁷ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 181.

²³⁸ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 182.

partir de 1981, impulsionando um novo vigor nas conferências já existentes, e na criação e fundação de novas.²³⁹

O Apostolado da Oração tinha em 1963, uma presença significativa na diocese, e que ainda hoje se mantém. Implantada na altura em 77 paróquias, significava que havia uma corrente de oração e penitência, como vivência própria de apostolado, que se expandia igualmente, nas paróquias, visitando os doentes, idosos, os pobres e necessitados. O Apostolado da Oração tinha ainda a Cruzada Eucarística das Crianças, destinada às Crianças, e já em 1963, existiam 27 paróquias que totalizavam cerca de 2000 crianças que seguiam o lema: «ora, comunga, sacrifica-te, sê apóstolo». Todavia, assistiu-se a um decréscimo fulcral, devido a factores diversos, da sua presença na diocese de Aveiro.²⁴⁰

A diocese continha ainda uma obra auxiliar da Acção Católica, intitulado *Cruzados de Fátima*, dotado de estatuto de Pia União, com o intuito de reavivar e viver a Mensagem de Fátima. Existia, em 1963, em mais de sessenta paróquias, contando com cerca de seis mil associados. Todavia, assiste a uma progressiva diminuição, e já em 1984 vai suceder à Pia União, «numa linha de continuidade e dinamismo, assumindo os seus direitos e obrigações. Concretamente, na diocese de Aveiro, este movimento será importante a partir de então, no serviço do apostolado dos doentes. Porém, mais tarde, embora com o esforço de renovação pastoral da própria expressão sócio-religiosa e sócio-cultural, vai apresentar sinais claros de tradicionalismo apologético e de piedade mariana absorvente, como sublinha Georgino Rocha, por esse não assumir o compromisso de renovação e de releitura da mensagem de Fátima.²⁴¹

As Equipas de Nossa Senhora constituem um movimento de espiritualidade conjugal e familiar, iniciando a sua missão na diocese, com o Aveiro I, a 18 de Julho de 1959, ainda antes

²³⁹ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 182-183.

²⁴⁰ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 183-184.

²⁴¹ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 154.

do episcopado de D. Manuel. Organizavam-se em equipas, promovendo o estímulo, a entajuda e o controle mútuo, assumindo Evangelho como a “carta magna” de serviço à família e à igreja. Também passaram momentos difíceis, algumas crises, mas denotou-se especialmente, a falta de articulação entre as Equipas existentes, que no início da década de 80, e já com D. António Marcelino, como bispo coadjutor, contribuirá para a acção dinamizadora e um esforço de recuperação da espiritualidade conjugal e familiar. Assim, a partir de 1982, algumas Equipas retomam com vigor e esperança a sua missão. No final da sua missão como bispo de Aveiro, D. Manuel tinha na sua diocese um total de 13 Equipas, que se encontravam empenhadas em expandir e revigorar a sua missão.²⁴²

O Centro de Preparação para o Matrimónio chegou à diocese de Aveiro no início da década de 60, e realizaria as suas primeiras sessões nas paróquias da Vera-Cruz e da Glória, em 1962-1963, onde se associaram as paróquias de Ílhavo e da Gafanha da Nazaré. A constituição do Secretariado deste Centro, assim como o reconhecimento oficial aconteceu apenas em 1966.²⁴³ Foi um movimento que pretendeu ser uma ajuda, a partir da revisão de vida, aos noivos que fazem a preparação para o seu matrimónio. Uma ajuda oferecida em nome da Igreja, por alguns casais. Deve-se contudo dizer, que naturalmente, foi uma evolução lenta a implantação deste Centro na diocese de Aveiro.

Aliado à crise da sociedade e o progressivo decréscimo que, segundo Georgino Rocha, também motivado «pela auto-demissão do Assistente Diocesano e dispersão da Equipa Responsável», urge na diocese superar esses sintomas, o que aconteceu através do Encontro Diocesano da Pastoral Familiar, realizado a 30 de Maio de 1976, apontando caminhos de futuro, através de uma reorganização ao longo dos anos seguintes. Esta culminará com a pastoral

²⁴² Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 187-188.

²⁴³ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 187.

familiar a ser tomada como dimensão essencial nos planos pastorais, muito concretamente, o Plano Trienal “A Família na construção da nova sociedade” e o Plano em “Família em Renovação”.²⁴⁴

Na década de 70 chega o Movimento de Schönstatt à diocese de Aveiro, instalando-se na Paróquia da Gafanha da Nazaré, inicialmente com o Padre Miguel de Lencastre, que em 1970 era coadjutor do Pároco, Padre Domingos Rebelo, assumindo aquele mais tarde, em 1973, a Paróquia. Contudo, nos anos seguintes, vão chegando mais alguns padres do Instituto Schönstattiano, oficialmente reconhecido a 24 de Setembro de 1975. Neste mesmo ano, estabelecem-se na Colónia Agrícola da Gafanha da Nazaré, as irmãs de “Maria Três Vezes Admirável”, que no ano seguinte, a 25 de Fevereiro de 1976, obtêm autorização para promoverem a sua Obra.²⁴⁵

Os Padres do Instituto assumem, através de um acordo com D. Manuel, bispo diocesano, a posse da Paróquia da Gafanha da Nazaré, acontecimento datado de 31 de Maio de 1976. Na Colónia Agrícola, que ainda hoje se mantém, foram construídos progressivamente o Santuário da “Mãe Três Vezes Admirável”, a Casa das Irmãs, o Noviciado, uma casa para os padres, e instalações de apoio, como a Casa José Engling e o Centro Social.²⁴⁶

2.2.5. Centros de cultura e de espiritualidade

A 14 de Outubro de 1977, D. Manuel procurou facultar aos fiéis da sua diocese uma oportunidade de aprofundamento da fé cristã e da sua vida teologal, tendo criado o Círculo de

²⁴⁴ *Correio do Vouga*, XLVI/2303 (9.VII.1976) 5; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 189-190.

²⁴⁵ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 192.

²⁴⁶ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 192-193.

Cultura Católica,²⁴⁷ proporcionando um ensino sistemático, através de cursos de fins-de-semana, de conferências sobre temas relevantes, de formação contínua dos agentes de pastoral.²⁴⁸ Todavia, esta instituição findara em 1990, dando lugar ao actual e ainda existente Instituto Superior de Ciências Religiosas de Aveiro (ISCRA).²⁴⁹

2.2.5.1. Centro Académico Fé e Cultura

As necessidades emergentes para uma pastoral universitária mais próxima e estruturada conduziram a que se repensasse a presença da Igreja no meio universitário. Refira-se que na diocese se tinham instalado alguns Institutos Politécnicos, Institutos Superiores e a Universidade de Aveiro, aos quais era preciso dar uma resposta concreta e um espaço visível. Aconteceu a 25 de Março de 1987, com a erecção canónica da instituição de solidariedade social denominada Centro Académico Fé e Cultura, que ocupara e ocupa um lugar importante, pois encontra-se situado entre o Seminário e a Universidade de Aveiro, como se fosse o coração da Igreja a bater no meio universitário, com uma sede própria, e cujo nome actual é Centro Universitário Fé e Cultura (CUFC), inaugurado já não por D. Manuel, mas por D. António Marcelino a 24 de Outubro de 1990.²⁵⁰

²⁴⁷ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 49.200. Era um organismo destinado à formação dos leigos, visando uma formação teológica de nível médio e que se adequasse às necessidades pastorais.

²⁴⁸ Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 200.

²⁴⁹ Fundado em 29 de Junho de 1989, pelo então bispo de Aveiro, D. António Baltasar Marcelino, o ISCRA tem como Director o Pe. Dr. Querubim José da Silva. O Instituto Superior de Ciências Religiosas tem como objectivo prioritário o ensino das disciplinas teológicas, e de outras que pertençam à cultura cristã e cívica, possibilitando aos seus alunos a normal aquisição de habilitação própria para o exercício de funções e serviços que dela precisam. Confere ainda formação contínua acreditada a professores de EMRC e de outras áreas pedagógicas. Proporciona também uma melhor preparação para o exercício dos ministérios pastorais.

²⁵⁰ GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 58-59.

Já antes era denominado por Centro Universitário Fé e Cultura, tendo iniciado as suas actividades a 19 de Novembro de 1986, que consistia acima de tudo num centro ao serviço da Fé e da Cultura, no meio universitário [Cf. *Boletim de Informação Pastoral* (Diocese de Aveiro), I (Fevereiro 1987) 11-12].

A reflexão sobre a urgência de uma resposta de Pastoral Universitária prosseguiu no Conselho Presbiteral de 4 de Junho de 1987 [Cf. *Boletim de Informação Pastoral* (Diocese de Aveiro), I (Junho 1987) s.p.].

2.2.5.2. Centros de espiritualidade na diocese

Coadjuvado por D. António Marcelino, D. Manuel avançou com outros projectos importantes. Um deles, que se destacou foi a edificação da Casa Diocesana, junto do santuário da Senhora do Socorro.²⁵¹ Trata-se de uma casa de espiritualidade destinada a encontros de espiritualidade, assim como para acções de formação para sacerdotes e leigos. Uma obra da diocese para toda a Diocese.²⁵² D. Manuel começou a idealizar tal projecto depois de realizar o seu retiro para a recepção do episcopado, quando se encontrava em Ariccia, perto de Castelgandolfo, por ocasião da festa de Todos-os-Santos e da Comemoração dos Fiéis defuntos, em 1962.²⁵³ Para tal, foi-se adiando essa realização por dificuldades económicas, e ao mesmo tempo procurando outras soluções, como a casa do Redolho, na Borralha, contudo esta não dava resposta nem condições ao projecto ambicionado.

Era uma necessidade para a Igreja diocesana, permanentemente presente no espírito de D. Manuel, mas este tendo muitas funções, nomeadamente na Conferência Episcopal, só conseguiu ir adiante com este empreendimento, quando foi nomeado D. António Marcelino, como bispo coadjutor, para assegurar e auxiliar na vida diocesana.

Uma iniciativa que desde o início contou com a generosidade de muitas pessoas e empresas para que se tornasse realidade, e assim se procedeu à bênção da primeira pedra a 17 de Outubro de 1982. Mas de seguida, depois de construída, era necessário prover às necessidades da casa e quem permaneceria ali a servir os fins da mesma. Foi então que D. Manuel chegou às religiosas da Divina Providência e da Sagrada Família, que aceitaram essa missão. A primeira madre superiora foi a Irmã Maria da Conceição Primo, que constituíra

²⁵¹Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 203-205.

²⁵² D. Manuel demonstraria que a Construção da Casa Diocesana, assim como foi a Construção do Seminário de Santa Joana, nos tempos idos, é reflexo de uma Igreja Diocesana que está viva, que compreende as necessidades que tem, e que deseja responder aos apelos e reptos que o mundo lança à Igreja. (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 275).

²⁵³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 361-362; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 142-143.

comunidade com mais três irmãs, chegando à Casa Diocesana no dia 26 de Dezembro de 1985. Cedo, se depararam com árdua tarefa, ainda estava tudo a concluir e a necessitar de profundas limpezas e arrumações. Não conhecendo as Irmãs o local, ficaram igualmente assustadas com o isolamento da casa Diocesana. Mas, nesse mesmo dia D. Manuel ficou a auxiliar as irmãs nos trabalhos da casa, e aí pernoitou mais algum tempo.²⁵⁴

Situada num terreno cedido pela Confraria de Nossa Senhora do Socorro, em Vale Maior, concelho de Albergaria-a-Velha, foi inaugurada em 29 de Dezembro de 1985.²⁵⁵

Novamente, com a cooperação de D. António Marcelino, D. Manuel prosseguiu na fundação do actual Carmelo de Cristo Redentor, onde sem encontram as irmãs carmelitas de clausura. Dadas as situações precárias em que se encontravam desde 1983, na residência paroquial de Eirol, foi necessário edificar um Carmelo próprio, que foi construído de raiz em Aveiro, na paróquia de São Bernardo. Diga-se contudo, que D. Manuel já não era bispo de Aveiro, quando este foi inaugurado, o que aconteceu a 3 de Fevereiro de 1991.²⁵⁶

Neste capítulo temos vindo a observar a missão de D. Manuel, durante 25 anos, ao serviço da Igreja de Aveiro. Sem mais perlongas, denota-se a renovação de todas as áreas da

²⁵⁴ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 207-208.

²⁵⁵ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 57-58; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 20; Cf. GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 528.

A respeito deste tema, é valiosa a entrevista que D. Manuel concedeu ao semanário *Soberania do povo*, onde destaca a ideia de a construir e o porquê dessa construção. Como ele próprio afirma, foi “Uma Aventura”, e considerava que era uma obra fundamental e imprescindível para a vida da Diocese, para que as pessoas possam aprofundar a fé. Como nos é possível verificar, «D. Manuel escreveu para o Correio do Vouga, de seu próprio punho, uma crónica semanal sobre a Casa Diocesana de Nossa Senhora do Socorro. Ali se dizia em epígrafe que era uma obra de toda a Diocese. E foi-o de facto. A Casa está felizmente construída e a funcionar» (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 363-365).

Mais haveria a dizer sobre toda a envolvimento deste projecto, mas pela clareza e exposição do tema retractado por D. Manuel, deixamos a indicação para esse aprofundamento. Também aqui conta e têm muita importância as Crónicas que durante cinco anos D. Manuel foi escrevendo no Correio do Vouga, a partir de Setembro de 1981 até 11 de Dezembro de 1987 (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 205-209).

²⁵⁶ ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 213; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 143.

pastoral diocesana, das estruturas e organizações, tendo por base e alicerce toda a hermenêutica conciliar, fomentada na operabilidade de uma programação participativa e co-responsável, onde a todos engloba:

«Se este convite não for aceite corresponsavelmente por todos e cada um dos cristãos (Bispo, padres, Religiosos/as e Leigos), a programação pastoral será mesmo uma máquina onde se distinguem os mandantes e os executores, sem mais. Nem haveria lugar para o Espírito de Deus. Um sistema, assim, é desumano e, por isso mesmo, anti-cristão».²⁵⁷

Esta atenção para o lugar do Espírito de Deus, que mais tarde, sublinharia D. Manuel no dia da Igreja Diocesana de 1986, ao dizer: «damos pois conta de como é preciso estar atento e não desperdiçar o apelo e a força renovadora do Espírito de Deus – que renova a face da terra – para que a Igreja mantenha a sua frescura e o seu dinamismo ao serviço do Reino de Deus».²⁵⁸ Será contudo ilusão, crer que a renovação conciliar como programa episcopal de D. Manuel se tenha centrado apenas nas estruturas, pois, o foco de toda a renovação está na identidade conciliar e renovador da Igreja Diocesana restaurada.

²⁵⁷ ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, III, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 82.

²⁵⁸ *Correio do Vouga*, LVI/2791 (6.VII.1986) 4.

3. PRESENÇA NO II CONCÍLIO ECUMÉNICO DO VATICANO

Eleito a 28 de Outubro de 1958, o Papa João XXIII passados alguns meses anuncia na Festa da Conversão de São Paulo e por ocasião do encerramento do Oitavário para a Unidade da Igreja, a 25 de Janeiro de 1959, a intenção de realizar proximamente um Concílio Ecuménico para a Igreja Universal, um Sínodo diocesano para Roma e a necessária actualização e revisão do Código de Direito Canónico.²⁵⁹

A iniciativa papal expressava um «acontecimento da vida interna da Igreja Católica, e tinha por fim realizar uma renovação do seu esplendor e levar as suas instituições a um florescimento que as torne mais adequadas ao tempo em que se vivia de forma a irradiar a luz de Cristo por todos os povos, abrindo a Igreja ao mundo».²⁶⁰

Contudo, o concílio não se pode entender apenas, embora o seja, como um acontecimento essencialmente religioso, da Igreja Católica. Sem dúvida, foi um acontecimento de grande relevância na história contemporânea, principalmente, nos lugares e espaços em que se encontra a Igreja Católica, mas tudo isso é situado num contexto sociocultural da sua época, de que não se deve prescindir.

3.1.A participação da Igreja Portuguesa no Concílio

A Participação da Igreja portuguesa no II Concílio Ecuménico do Vaticano fez-se representar não apenas pela presença de bispos, mas também de alguns peritos. Não foi uma mera presença, mas também uma voz activa, embora pouco activa, mas mesmo assim são dignas de destaque muitas das intervenções do prelado português da metrópole e do ultramar

²⁵⁹ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, I/1 (Maio 1959) 6; Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, I/5 (Dezembro 1959) 26; Cf. *AAS*, LI (1959) 832; Cf. JOÃO XXIII – Constituição Apostólica «*Humanae Salutis*», 25 Dezembro 1961, in *AAS*, LIV (1962) 5-13; Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, III/15 (Novembro-Dezembro 1961) 27-30.

²⁶⁰ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, III/15 (Novembro-Dezembro 1961) 27-30.

neste *aggiornamento* conciliar. Mas, como poderíamos nós fazer um balanço desta participação se ela não se efectivasse na vivência da renovação conciliar na realidade portuguesa? É isso que propomos ao terminar este subcapítulo, tendo presentes as dioceses e os seus prelados, assim como uma análise da acção pastoral em conjunto na igreja portuguesa.

3.1.1. Os bispos portugueses na preparação do Concílio

Lançada a semente, foi instituída a 17 de Maio de 1959 a *Comissão Ante-preparatória*²⁶¹ do Concílio Ecuménico, presidida pelo Cardeal Tardini. Esta tratou de ouvir o parecer «do Colégio Cardinalício, do Episcopado de todo o mundo, das Sagradas Congregações da Cúria Romana, dos Superiores Gerais das Ordens e das Congregações Religiosas, das Universidades católicas e das Faculdades eclesiásticas».²⁶² Na missiva enviada pela Comissão, a 18 de Junho de 1959,²⁶³ vê-se a máxima importância que tinham junto do Papa João XXIII as opiniões, os conselhos, os pareceres, os assuntos e desafios que fossem referidos pelos bispos de todo o mundo,²⁶⁴ para o futuro Concílio. Refere D. Manuel que,

«Não se fizeram esperar os resultados. Em poucos meses eram recebidas 1998 respostas, isto é, 77% das pessoas ou instituições inquiridas. De Portugal (Metrópole e Ultramar) essa

²⁶¹ Instituída na Festa de Pentecostes, as atribuições dada a esta Comissão constavam em «tomar contactos oportunos com o Episcopado católico das diversas nações para recolher sugestões e conselhos; recolher as proposições formuladas pelos Sagrados Dicasterios da Cúria Romana; traçar as linhas gerais dos assuntos a tratar no Concílio, tendo ouvido igualmente as opiniões das faculdades de Teologia e Direito Canónico das Universidades Católicas; sugerir a composição de diversos órgãos (Comissões, Secretariados, etc.) que deverão assegurar posteriormente a preparação dos trabalhos que o Concílio será chamado a encarar» [*Boletim de Informação Pastoral*, I/5 (Dezembro 1959) 28-29]

²⁶² JOÃO XXIII – Constituição Apostólica «*Humanae Salutis*», 25 Dezembro 1961, in *AAS*, LIV (1962) 5-13; *Boletim de Informação Pastoral*, III/15 (Novembro-Dezembro 1961) 29.

²⁶³ Cf. ACTA ET DOCUMENTA CONCILIO OECUMENICO VATICANO II APPARANDO, cura et studio Arcivi Concilii Oecumenici Vaticani II, serie I: *Antepreparatoria*, I: *Acta Summi Pontificis Johannis XXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1960, 153-158; Cf. MARCELINO, António B. – *Vaticano II ao alcance de todos*, Paulinas, Prior Velho, 2012, 23-24.

²⁶⁴ Um exemplar dessa missiva enviada a todos os bispos e prelados, está presente numa recolha de textos feita por Mons. João Gonçalves Gaspar e apresentada em livro (Cf. FERNANDES, Domingos d'Apresentação – *Como bom soldado de Cristo*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1994, 353-355).

percentagem foi um pouco mais elevada (88%), o que é um índice do interesse suscitado pela notícia da convocação do Concílio». ²⁶⁵

Assim aconteceu com o Episcopado português, que dos dezassete bispos portugueses residenciais inicialmente consultados, dezasseis responderam. ²⁶⁶ Depois da consulta realizada pela Comissão *Ante-preparatória* foram criadas dez Comissões preparatórias e o Secretariado para a União das Igrejas, para o estudo das sugestões e pareceres acerca dos temas a tratar no Concílio. ²⁶⁷

A participação portuguesa foi notória na preparação do Concílio, tendo cinco bispos e dois sacerdotes nas comissões preparatórias. ²⁶⁸ Porém, para além da participação nas comissões preparatórias do Concílio, deve-se assinalar a lenta e cautelosa receptividade na sociedade e igreja portuguesa, em torno do mesmo.

Segundo David Barbosa, apraz-nos ter em atenção que «entre o anúncio e a abertura conciliar, há pronunciamentos cautelosos da hierarquia portuguesa em face da expectativa renovadora; matizam-se conceitos e refreiam-se esperanças, acarinhadas por alguns sectores da

²⁶⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 3; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «O Vaticano II no seu tempo: um testemunho», in *Humanística e Teologia*, 5 (1984) 153-177.

²⁶⁶ «Em 30 de Outubro, em Conferência de Imprensa, o Cardeal Tardini anunciou que foram pedidas sugestões e opiniões a 2700 bispos, abades e superiores, membros de direito do Concílio. Tinham respondido 80% dos bispos residenciais. No total, 1700 respostas: a totalidade dos bispos espanhóis, 230 dos 291 bispos italianos, 85 dos 91 bispos franceses, 20 dos 26 bispos alemães, 15 dos 30 bispos polacos, 16 dos 17 bispos portugueses» [*Boletim de Informação Pastoral*, I/5 (Dezembro 1959) 27].

²⁶⁷ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 3.

²⁶⁸ «Dessas Comissões preparatórias fizeram parte, como membros (*sodales*) ou como consultores, alguns Bispos ou sacerdotes portugueses. D. Manuel Gonçalves Cerejeira (Cardeal Patriarca de Lisboa) e D. Teodósio Clemente de Gouveia (Arcebispo de Lourenço Marques) foram nomeados membros da Comissão Central e D. José da Costa Nunes (Arcebispo de Goa e Patriarca das Índias) consultor dessa mesma Comissão; D. António Ferreira Gomes (Bispo do Porto), membro da Comissão dos Seminários e Estudos; D. Manuel Trindade Salgueiro (Arcebispo de Évora), consultor da Comissão do Apostolado dos Leigos; Mons. Manuel Lopes da Cruz (Director do Secretariado do Cinema e da Rádio), consultor da Comissão dos Meios de Difusão do Pensamento; e o Padre Dr. José Craveiro (antigo superior provincial da Companhia de Jesus em Portugal), consultor da Comissão da Disciplina do Clero e do Povo Cristão» [TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 3].

Boletim de Informação Pastoral, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 21; Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, I/5 (Dezembro 1959) 27; Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, XL.

Igreja».²⁶⁹ Urge referir que, desde que se deu o anúncio até à abertura do Concílio, poucos ou nenhuns foram os pronunciamentos do Episcopado (na sua colectividade) acerca deste, reforçando assim, a opinião de David Barbosa, acima citada.²⁷⁰ Relembre-se que, já a 11 de Abril de 1961, pela carta Apostólica «Celebrandi Concilii Ecumenici»,²⁷¹ o Papa João XXIII afirmava que as iniciativas destinadas a dar a conhecer aos fiéis a importância e os fins do próximo Concílio Ecuménico, deviam ser cada vez mais encorajadas. Ao convocar o Concílio, pediu que os bispos de todo o mundo informassem e orientassem os seus fiéis, alimentando neles a esperança de uma renovação cristã, o que foi sendo possível, pela publicação de Cartas Pastorais.²⁷²

Realçamos, a título de exemplo, o testemunho presente na Carta de D. Domingos da Apresentação Fernandes à diocese de Aveiro, pela convocação do Concílio:

«(...) pertence a cada um de nós, amados diocesanos, perfilhar os sentimentos do Pai Comum e começar, desde já, a pôr em actividade as nossas reservas espirituais, considerando as nossas almas em estado de Concílio. (...) Impõe-se desde já, da nossa parte, uma decidida colaboração, a fim de que o Concílio Ecuménico resulte naquele maravilhoso espectáculo de verdade, unidade e caridade, ansiosamente esperado pelo Pai (...).»²⁷³

²⁶⁹ BARBOSA, David – «Concílios Ecuménicos e Portugal», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, III (A-C), Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, 412.

²⁷⁰ Desde o anúncio do Concílio Vaticano II, a 25 de Janeiro de 1959, até à publicação desta Pastoral Colectiva, publicada a 2 de Julho de 1962, vemos os pronunciamentos existentes pela Conferência do episcopado da metrópole e ultramar, até à abertura solene do Concílio. Em 1959, vemos que após o anúncio, durante esse ano nada consta de pronunciamentos ou comunicados pelos bispos portugueses. No ano seguinte, parece que continuamos com o mesmo silêncio por parte do episcopado português, embora o Papa João XXIII tenha reflectido e dado início à fase ante-preparatória e preparatória do Concílio Ecuménico. No entanto, é-nos possível verificar quais as preocupações da vida da Igreja em Portugal, no final do ano de 1960, a partir de uma síntese elaborada pelo *Boletim de Informação Pastoral*, mas no qual não figura nenhuma alocução pelos bispos (Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, II/10 (Novembro-Dezembro 1960) 7-9).

Em 1961, vemos que o Concílio continua à frente das preocupações do Santo Padre. É no final deste ano, a 25 de Dezembro de 1961, que João XXIII publica sob a forma solene de Bula, a Constituição Apostólica «*Humanae Salutis*», pelo qual pede a toda a Igreja para renovar a sua vida, convocando o II Concílio Ecuménico do Vaticano. Não havendo testemunhos ao povo português pelos bispos até à data da convocação, sabemos, no entanto, que os bispos portugueses aderiram razoavelmente à preparação do Concílio, pelo envio de 23 respostas dos bispos metropolitanos, e 12 dos bispos do Ultramar, às propostas pedidas pela Comissão Central Pré-Conciliar [Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, III/12 (Março/Abril/Maio 1961) 3].

²⁷¹ JOÃO XXIII – Carta Apostólica «*Celebrandi Concilii Ecumenici*», 11 de Abril de 1961, in *AAS*, LIII (1961) 241-242.

²⁷² Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, III/12 (Novembro-Dezembro 1961) 30-31.

²⁷³ Cf. FERNANDES, Domingos d'Apresentação – *Como bom soldado de Cristo*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1994, 353-355.

Porém, veja-se que desde 11 de Abril de 1961, apenas em 1962, começam a surgir as primeiras *cartas/exortações pastorais* do Episcopado Português sobre Concílio Ecuménico: D. Domingos d'Apresentação Fernandes, bispo de Aveiro, 13 de Janeiro de 1962²⁷⁴; D. Paulo José Tavares, bispo de Macau, 7 de Março de 1962²⁷⁵; D. Sebastião Soares de Resende, bispo da Beira, 1 de Maio de 1962²⁷⁶; D. Agostinho de Moura, bispo de Portalegre e Castelo-Branco, 17 de Maio de 1962²⁷⁷; D. Florentino de Andrade e Silva, bispo titular de Heliosebaste e Administrador Apostólico da diocese do Porto, 31 de Maio de 1962.²⁷⁸

Posteriormente a estas Cartas,²⁷⁹ é notória a *Pastoral Colectiva do Episcopado da Metrópole sobre o próximo Concílio Ecuménico*, publicada a 2 de Julho de 1962.²⁸⁰ A *Pastoral Colectiva* encontra-se programaticamente assim dividida: o Papa e o Concílio, o que é o Concílio, Concílio e «opinião católica», os fins do Concílio, a expectativa duma revolução na Igreja, o Mistério da Igreja, a prova da fé na Igreja, elevação sobrenatural do mundo e a Igreja em estado de Concílio.²⁸¹

É de salientar a sua construção e a esperança nela presente, ao abordar o futuro Concílio Ecuménico, realçando a dimensão ecuménica, universal e católica, com que ele mesmo se realizará. Acentua que o Concílio demonstrará ao mundo que não é uma reunião de cristãos divididos, mas constituirá aos olhos do mundo uma magnífica expressão plenária do Colégio Episcopal, o qual continua o Colégio Apostólico, da Igreja Una, Santa, Católica e Apostólica.²⁸²

²⁷⁴ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/16 (Janeiro-Março 1962) 9-10.

²⁷⁵ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/16 (Janeiro-Março 1962) 10.

²⁷⁶ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/17 (Abril-Junho 1962) 19.

²⁷⁷ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/17 (Abril-Junho 1962) 20-21.25.

²⁷⁸ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/17 (Abril-Junho 1962) 17-19.

²⁷⁹ Cremos ser relevante referir que apenas a 25 de Julho de 1962, já depois da publicação da *Pastoral Colectiva* do episcopado da metrópole, surge uma *Nota da Cúria Patriarcal de Lisboa sobre o Próximo Concílio* [Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/18 (Julho-Agosto 1962) 15].

Posteriormente, a 1 de Agosto, é assinado por D. José Pedro, Bispo de Tiava, em nome da Presidência Central da Acção Católica Portuguesa, um comunicado sobre o Concílio [Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/18 (Julho-Agosto 1962) 14-17].

²⁸⁰ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/18 (Julho-Agosto 1962) 14-17.

²⁸¹ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/18 (Julho-Agosto 1962) 14-17.

²⁸² Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/18 (Julho-Agosto 1962) 14.

Tendo em vista, mostrar ao mundo actual o verdadeiro rosto da Igreja, a celebração do Concílio, nas palavras do episcopado português, vem reforçar que a Igreja é um Mistério de fé e o seu Mistério é o próprio Mistério de Cristo.²⁸³ Por isso, mais adiante, refere que «o Concílio não pode ser de modo nenhum considerado como uma encruzilhada do movimento histórico para a resolução dos problemas temporais desta hora do mundo».²⁸⁴

Atenda-se à *Nota Pastoral*²⁸⁵ também publicada pelo Episcopado Português, a 20 de Janeiro de 1962, onde se realça e define em sete alíneas, a posição defendida pela Igreja perante certos acontecimentos «com maior reflexo na vida espiritual da Nação, denunciando erros e perigos, esclarecendo pontos de doutrina porventura esquecidos, apontando ideais a viver e deveres a cumprir».²⁸⁶ Temas fulcrais ali apontados, que referem a realidade portuguesa, e cujo Episcopado apela a que se viva um clima de justiça, liberdade e fraternidade. Nisto, advém o

²⁸³ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/18 (Julho-Agosto 1962) 15-16.

²⁸⁴ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/18 (Julho-Agosto 1962) 17.

²⁸⁵ «1. (...) As dores da Pátria – e a perda de Goa foi como se roubassem do seu tesouro a jóia mais preciosa (...). Não terminou a missão histórica de Portugal. Portugal continua. (...) 2. - Nesta hora grave e dolorosa da história de Portugal, em que tão necessária é a paz cívica e a união de esforços, o Episcopado julga oportuno recordar a doutrina católica (...). É doutrina universal, (...) Vale em todos os tempos e para todos os povos, onde a lei humana se não oponha à lei de Deus. É defesa, ao mesmo tempo, contra a anarquia e a tirania. Mas vale especialmente neste momento em que o comunismo, com o qual nenhum católico pode colaborar, assesta contra a nossa Pátria todas as suas peças de assalto. O seu triunfo seria a negação total de Deus, a destruição da Igreja, a escravidão do homem. 3. – A obra ingente que espera Portugal, ou seja, o desenvolvimento económico, social, moral, religioso e missionário, exige a união e colaboração de todos os portugueses de boa vontade. (...) A pátria é o lugar onde a Providência nos colocou para a edificação comum deste «mundo melhor». Servi-la lealmente, por processos cristãos, é condição para cumprir a nossa missão no mundo. (...) Cabem, no coração do cristão, todos os amores naturais do nosso crescimento humano: a família, a Pátria, a humanidade. 4. (...) A todos ncumbe incumbe, cada um na sua esfera e segundo a sua capacidade, cooperar nesta tríplice obra: tornar Portugal mais rico, torna-lo mais humano, torna-lo mais cristão. (...) 5. – Aflige-nos ver grande parte da nossa juventude tão vazia de ambição heroica. (...) Alguma anda perdida – juventude sem flor – por doutrinas homicidas, que pretendem destruir o bem que se possui por um quimérico ideal futuro. Desenraizada de Deus, da família, da Pátria, ignora o dever imediato e concreto, (...). E grande número se deixa contagiar das ideias, tendências e atitudes, cuja inspiração é anti-cristã. (...) 6. – Não pode negar-se o facto da confusão ideológica dos nossos dias. (...) A universidade, cujo valor formativo, e insubstituível, na técnica, na cultura, na arte, na convivência, é forçoso proclamar, não defende eficazmente, e não pode defender, a juventude, contra a embriaguez do vinho novo de doutrinas capitosas. (...) o grande problema, o trágico problema, o único, o problema de todos os tempos é o problema de Deus. E o problema de Deus só Cristo o resolve, com luz vinda do céu para o espírito e amor para o coração. Por isto o Episcopado está empenhado em criar um Instituto superior, onde a doutrina cristã possa ser professada em nível universitário. (...) Mas não é só o ensino cristão superior que está em causa. Urge rever as condições de eficácia do ensino cristão elementar e secundário. (...) 7. - É Deus o Senhor da História (...) Tudo o que for edificado sem Ele, cairá. Ele é o fundamento de toda a ordem, física e moral. Está no princípio, no meio e no fim de tudo. (...) Aí andam o laicismo e todas as modernas formas do ateísmo a descristianizar a vida individual, familiar, política e social» [*Boletim de Informação Pastoral*, IV/16 (Janeiro-Março 1962) 11-13].

²⁸⁶ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/16 (Janeiro-Março 1962) 11.

alerta, pela Nota oficiosa por altura das eleições, de que «a nenhum católico é lícito aliar-se, na empresa política, com aqueles que negam Cristo, e querem destruir, ou pelo menos encadear e emudecer, a Igreja».²⁸⁷ No fundo, está presente o esforço do episcopado português em apresentar ao povo uma visão sobrenatural da realidade do Concílio, e por isso na sua pastoral colectiva, demora-se na descrição e tratamento de uma visão de fé e de caridade sobre o Concílio.²⁸⁸

É contudo possível estranhar, que em nenhum momento se faça uma referência, pequena que seja, à realidade portuguesa e aos cristãos da metrópole e ultramar, mas haverá aqui uma aspiração e esperança no substracto da *Pastoral Colectiva*. Crê-se que a animosidade presente entre Estado e Igreja na metrópole, nesta altura, tenha conduzido os bispos a ponderar muito bem qualquer frase escrita e pronunciada.

Compreenda-se agora, a importância de alguns pronunciamentos do Episcopado Português, nas chamadas “horas graves da vida nacional”, dado que as realidades e vicissitudes da vida nacional, estavam a pôr em causa, a responsabilidade do Estado e da própria Igreja, entre tantos.²⁸⁹ Todavia, a par destas adversidades, assinala-se o pensamento e as preocupações que os bispos portugueses levavam para o Concílio, e que a sua maioria nos deixou em forma de entrevista/depoimento, realizada pelo *Boletim Informação pastoral*.²⁹⁰

Uma das primeiras preocupações que aparece, e a fundamental - que está presente na *pastoral colectiva* -, é a procura do rosto verdadeiro da Igreja, da sua autenticidade, isto é, viver na Verdade. Apontando para aspectos práticos, os bispos portugueses são unânimes em manifestar preocupações, a saber: a formação dos sacerdotes, leigos e religiosos; o apostolado dos leigos; as vocações sacerdotais e a santificação e sustentação do clero; aprofundamento da

²⁸⁷ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/16 (Janeiro-Março 1962) 13.

²⁸⁸ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, V/21 (Novembro-Dezembro 1963) 14.

²⁸⁹ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/16 (Janeiro-Março 1962) 11.

²⁹⁰ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/19 (Setembro-Outubro 1962) 21-37.

doutrina cristã e uma catequese que forme os cristãos integralmente; a questão da emigração e imigração; os problemas relacionados com a família; a educação católica e religiosa nos estabelecimentos e colégios; a dimensão missionária; a assistência religiosa; entre outros. Sublinhe-se, no entanto, a resposta de D. Sebastião Soares de Resende, bispo da Beira, à questão entre tantos problemas que mais preocupavam durante a vivência conciliar:

«Os problemas pastorais que (...) mais me preocupam, nesta hora, são os da pessoa humana em si considerada e em algumas de suas verticais. De facto, o problema fundamental do mundo e, portanto, o grande problema da Igreja, é a visão total do homem. (...) o homem, como criatura, depende essencialmente de Deus e, em virtude de sua própria estrutura, ordena-se também para Deus». ²⁹¹

O Cardeal-Patriarca, D. Manuel Cerejeira, dizia a propósito dos prognósticos sobre os frutos do Concílio em Portugal, que estes passarão pela realização de um trabalho em conjunto, de um esforço comum, a que sintetizava nestes verbos: *inquirir, rever e confrontar, alancar e realizar*.²⁹² Neste sentido, parecem-nos fundamentais as palavras de D. José Joaquim Ribeiro, bispo de Egeia e Auxiliar de Évora, durante o Concílio:

«À parte a reunião de 2.500 bispos de todo o Mundo – espectáculo, de facto, único na História a mostrar a unidade e a caridade e, conseqüentemente, a força vital da Igreja Católica – a acção deste 2º Concílio do Vaticano irá a exercer-se, como fermento e a longo prazo, numa renovação de mentalidades e de consciências, de actividades e de estruturas, a princípio insensível, depois naturalmente constatável, mas sempre sobrenaturalmente eficaz. E os seus efeitos ir-se-ão fazendo sentir, de geração em geração, numa reforma e reintegração do homem total e das instituições sociais no Pensamento e na Acção e na Vida de Nosso Senhor Jesus Cristo em Quem tudo deve ser restaurado e Que continua na Igreja Católica». ²⁹³

Assim, prosseguimos agora com a presença na abertura e decorrer do Concílio, dos bispos portugueses, salientando que este acontecimento não deixará de proporcionar a todos os bispos, momentos de reflexão e estudo dos problemas para que seja possível pelo Concílio responder aos mesmos e efectivar um diálogo com o mundo contemporâneo.

²⁹¹ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/19 (Setembro-Outubro 1962) 35.

²⁹² Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/19 (Setembro-Outubro 1962) 22.

²⁹³ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/19 (Setembro-Outubro 1962) 33.

3.1.2. Os bispos portugueses na abertura e decurso do II Concílio Vaticano

A 25 de Dezembro de 1961, o Papa João XXIII, por Motu Proprio²⁹⁴ fixou a data de abertura do Concílio Ecuménico a 11 de Outubro de 1962, dia da Maternidade divina de Nossa Senhora: «decidimos marcar para o dia 11 do próximo mês de Outubro a inauguração do próximo Concílio Ecuménico do Vaticano. Escolhemos esta data porque se liga à memória do grande Concílio de Éfeso, que teve importância capital na História da Igreja».²⁹⁵

A participação portuguesa, na abertura do Concílio, não se fez representar apenas pelo episcopado português, mas também pela comitiva oficial de Portugal na cerimónia inaugural:

«Srs. Prof. Dr. Mário de Figueiredo (que presidiu), Dr. António Leite de Faria, na altura Embaixador de Portugal junto da Santa Sé, e Embaixador Dr. José Nosolini. Estes dois últimos fizeram também parte da representação portuguesa que esteve presente nas cerimónias do encerramento, a 8 de Dezembro de 1965, e que foi chefiada pelo Sr. Dr. Alberto Franco Nogueira, então Ministro dos Negócios Estrangeiros».²⁹⁶

Todavia, a representação portuguesa mais importante na abertura do Concílio era a dos prelados portugueses. Com direito a tomar parte na aula conciliar, quando esse se iniciou em Outubro de 1962, constavam 43 padres conciliares da metrópole e do ultramar Português.²⁹⁷

Todavia, dos 43 padres conciliares com direito a tomar parte, nos trabalhos conciliares, só 38 compareceram na sessão inaugural ou primeira sessão,²⁹⁸ dado que, D. António Bento Martins Júnior, D. José da Cruz Moreira Pinto, D. José do Patrocínio Dias e D. José dos Santos

²⁹⁴ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, III/15 (Novembro-Dezembro 1961) 27-30; JOÃO XXIII – Constituição Apostólica «*Humanae Salutis*», 25 Dezembro 1961, in *AAS*, LIV (1962) 5-13;

²⁹⁵ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/16 (Janeiro -Março 1962) 4.

²⁹⁶ PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XXXIX; Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/19 (Setembro-Outubro 1962) 37.

²⁹⁷ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/19 (Setembro-Outubro 1962) 21-37; Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 20.

A este propósito é necessário confrontar esta informação, pois há fontes que indicam terem sido apenas 42 padres conciliares portugueses a tomar parte nos trabalhos (Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XXXIX-XL). Cf. APÊNDICE 2; Cf. APÊNDICE 7; Cf. APÊNDICE 7A.

²⁹⁸ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 157. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 20; Cf. APÊNDICE 7.

Garcia encontravam-se ausentes por motivos de saúde, assim como não compareceu o Mons. Martinho da Silva Carvalhosa (Prefeito da Guiné Portuguesa).²⁹⁹

Logo, no início dos trabalhos conciliares, sucedeu que na primeira Congregação Geral, a 13 de Outubro de 1962, pela pertinência da intervenção do Cardeal Liénart, bispo de Lille, ao contrário das disposições conciliares previstas, esse pedia um adiamento da votação dos 160 membros das Comissões Conciliares, ao que o Conselho de Presidência acabara por aceitar.³⁰⁰

Três dias depois, a 16 de Outubro, na segunda Congregação Geral, procedeu-se então à eleição dos membros para as dez Comissões conciliares,³⁰¹ sendo que cada comissão, inicialmente, teria vinte e quatro membros, e destes, dois terços a eleger pela assembleia conciliar, tal como estabelecia o Regulamento do Concílio.³⁰² Isto tornara-se num apuramento demoroso, embora na segunda Congregação geral já fossem apurados os 16 membros, contudo,

²⁹⁹ Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL; Cf. APÊNDICE 7A.

³⁰⁰ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 6-7.

«O primeiro dia foi consagrado à eleição dos membros das Comissões Conciliares. Pelo regulamento cada Comissão devia ter 24 membros, dois terços dos quais a eleger pela assembleia conciliar e o outro terço a designar pelo Papa. O Papa reservava-se a escolha de nove membros de cada Comissão, a fim de colmatar as lacunas deixadas em aberto pelo jogo da lei dos números. Sem esta possibilidade de intervenção do Papa, as pequenas nações e os países novos não conseguiriam qualquer representação nas Comissões conciliares. (...) No meu caderno de apontamentos encontro anotado o seguinte: “realizou-se hoje a primeira Congregação Geral. Os prelados, de batina e manteleta vermelha, entraram pela «porta di bronzo» por causa da chuva. Eram 9 horas quando começou a missa celebrada por Mons. Florit, arcebispo de Florença e dialogada por todos os padres do Concílio. No fim da Missa e feita a entronização do Evangelho pelo Secretário Geral do Concílio, Mons. Péricles Felici, o Cardeal Liénart, bispo de Lille (secundado logo de seguida pelo Cardeal Frings, bispo de Colónia) propôs que não se fizesse logo ali a eleição dos membros das Comissões, como era intenção da Secretaria Geral, mas que se desse tempo para consultas entre os episcopados das várias nações.” (...) o Conselho da Presidência aceitou a proposta do Cardeal Liénart» [TRINDADE, Manuel de Almeida - «O Vaticano II no seu tempo: um testemunho», in *Humanística e Teologia*, 5 (1984) 160-161].

«(...) nunca dei conta de uma falta grave de educação, mesmo daquela vez, logo no primeiro dia do Concílio, em que o Cardeal Liénart, vendo que o Presidente (cardeal Tisserant) não lhe dava a palavra por ele pedida, tomou por sua iniciativa o micro nas mãos e fez à assembleia conciliar uma proposta em que a presidência não tnhá pensado. Mas, sem essa proposta, o Concílio teria sido diferente. Ela tinha que ver com a constituição das dez Comissões conciliares. O gesto terá parecido uma descortesia. Os moralistas chamam a gestos destes destes desassombrados, que não estão rpevistas nos regulamentos – uma “epiqueia”. O Espírito Santo, que é o primeiro Doutor do Concílio, também se serve destas epiqueias» [TRINDADE, Manuel de Almeida - «Testemunho de um “Padre Conciliar”»: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 248].

³⁰¹ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 7.

³⁰² A este respeito, diga-se que cada uma das dez Comissões seria constituída por um presidente nomeado pelo Santo Padre; depois, 16 membros eram eleitos pelo Concílio de entre os Padres; por fim, 8 membros eram nomeado pelo Santo padre, que mais tarde acabaria por definir 9 membros [Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 8].

faltava ter os resultados definitivos desses sufrágios que acontecera a 20 de Outubro, na Terceira Congregação Geral.

Para além dos membros eleitos pelos Padres conciliares, ainda faltavam os membros escolhidos directamente pelo Papa, o que permitiria a representação de diferentes nações, das mais pequenas, tarefa concluída a 22 de Outubro de 1962.³⁰³ Não podemos deixar passar em claro, que D. Manuel Trindade Salgueiro fez parte de uma comissão, mas não pela iniciativa do Papa, mas sim pela votação de cerca de dois mil e quatrocentos Padres conciliares, o que foi um caso único no episcopado português, demonstrando o prestígio que mantinha além-fronteiras.³⁰⁴

Deste processo de eleição, a participação portuguesa nas Comissões Conciliares fez-se sentir pela eleição e/ou nomeação dos seguintes prelados³⁰⁵: D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo-bispo de Coimbra³⁰⁶ (*Membro nomeado pelo Papa para a Comissão dos Seminários, Estudos e Escolas Católicas*); D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa

³⁰³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 4.

³⁰⁴ Para tal contribuíra os seus estudos teológicos em Estrasburgo, a sua influente participação e acção na Acção Católica Nacional, mas sublinhamos o testemunho de D. Manuel de Almeida Trindade sobre ele: «Trindade Salgueiro foi um homem imerso no tempo, ávido de fazer descobrir aos homens que ele foi encontrando pelo caminho as certezas donde contemplava e amava os seus irmãos (...). Este aristocrata do espírito era capaz de se fazer estimar tanto de altos magistrados, de professores da Universidade ou de pessoas de estirpe como de gente humilde. (...) Depois da Grande Guerra, a Alsácia voltou à posse da França. O governo francês deu-se presa em restaurar as antigas faculdades de Teologia de Estrasburgo. [Trindade Salgueiro foi indigitado para lá pelo seu prelado]. (...) A passagem pela França deixou marca indelével no espírito do jovem estudante. Desde então Trindade Salgueiro nunca mais deixou de ser um leitor apaixonado dos livros franceses» (TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 194.196).

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 199; Cf. MATOS, Luís Salgado de - «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspectos», in *Análise Social*, XXIX/125-126 (1994) 321-322.

Para uma análise mais profunda de D. Manuel Trindade Salgueiro veja-se: CRUZ, Guilherme Braga da - «Grandeza e valor do bispo», in *Alvoradas*, XXII (Abril-Junho 1961) s.p..

³⁰⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 4-5; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 21; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «O Vaticano II no seu tempo: um testemunho», in *Humanística e Teologia*, 5 (1984) 163-164.

³⁰⁶ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 9; TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 199.

O seu nome foi divulgado na nona Congregação geral, a 29 de Outubro de 1962.

(Membro nomeado pelo Papa para a Comissão das Missões³⁰⁷, Nomeado pelo Papa para a Comissão da revisão do Direito Canónico³⁰⁸); D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora³⁰⁹ (Membro eleito pelos Padres Conciliares para a Comissão da Disciplina do clero e do povo cristão); D. José Pedro da Silva, bispo de Tiava e auxiliar do Patriarcado de Lisboa³¹⁰ (Membro designado para a Comissão do Apostolado dos Leigos, Imprensa, e Espectáculos); D. Agostinho Lopes de Moura, bispo de Portalegre e Castelo Branco³¹¹ (Membro nomeado pelo Papa para o Conselho para a aplicação da Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia).

Observamos que o episcopado português que desempenhava funções nas comissões conciliares, encontrava-se em «situação semelhante à da Áustria, da Irlanda e da Inglaterra».³¹²

Quanto aos *peritos*, encontrávamo-nos numa situação complexa,³¹³ uma vez que apenas esteve presente como perito o Mons. Manuel Lopes da Cruz, Director do Secretariado do Cinema e da Rádio.³¹⁴ A este respeito parece-nos pertinente o testemunho de D. Manuel de Almeida Trindade:

«Neste ponto a quase nula presença de Portugal revelava a modéstia dos estudos teológicos entre nós e também a falta de experiência do que é um Concílio ecuménico. Alguns bispos

³⁰⁷ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 9; TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 199.

O seu nome foi divulgado na nona Congregação geral, a 29 de Outubro de 1962.

³⁰⁸ *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 24.

³⁰⁹ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 8; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 199.

³¹⁰ Esta nomeação realizou-se depois da morte de D. Manuel Trindade Salgueiro, tendo D. José Pedro da Silva sido nomeado para a respectiva Comissão [Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 4-5].

³¹¹ *Boletim de Informação Pastoral*, VI/30 (Março-Abril 1964) 32-33.

³¹² TRINDADE, Manuel de Almeida - «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 5; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «O Vaticano II no seu tempo: um testemunho», in *Humanística e Teologia*, 5 (1984) 164.

³¹³ A este respeito, diz-nos Bento Domingues, que embora não tivéssemos peritos, o episcopado de outras países recorreram e levaram pessoas consigo para Roma, fazendo-as viver aquele acontecimento, para que no regresso aos seus países, estivessem recicladas. Diz ainda que «houve episcopados que organizaram com peritos de todo o mundo, cursos, conferências, debates, para uma aclimação à nova problemática, às novas pistas e à forma de fazer face aos desafios de um mundo que se revelava novo» [DOMINGUES, Bento - «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 528].

³¹⁴ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 21.

portugueses, ao fazerem, no final do Concílio, a sua avaliação, não deixaram de lamentar que o episcopado português não se tivesse feito acompanhar de alguns Presbíteros mais capazes». ³¹⁵

Todavia, é de referir que, D. Manuel Trindade Salgueiro, ainda se fez acompanhar pelo Mons. Cónego Reitor do Seminário Maior de Évora, José Filipe Mendeiros, como teólogo particular. Contudo, aconteceu apenas na primeira sessão, uma vez que por razões do governo da diocese de Évora, e sendo ele o vigário-geral, não lhe foi possível continuar a acompanhar o Prelado nas restantes sessões conciliares. ³¹⁶ Mas, a pobreza de uma presença, sentiu-se igualmente, ao nível da informação, pois os órgãos informativos, mesmo os católicos, não tinham enviado jornalistas que acompanhassem o Concílio, e por isso, a informação era insuficiente e conduziu a um desconhecimento por parte das pessoas do que era o Concílio, e o que verdadeiramente estava a acontecer. Muito desse acompanhamento, só se tornou possível a partir da imprensa estrangeira. ³¹⁷

Saliente-se a opinião de D. Francisco Nunes Teixeira, perentório no que se refere à preparação do Concílio:

«Foi precisamente a falta de estudo empenhado na investigação nos temas teológicos que fez com que a participação da Igreja Portuguesa no Concílio Vaticano II fosse o que foi, (...) Não houve preparação adequada, nem sequer se incumbiu um pequeno grupo de peritos que acompanhasse os Padres Conciliares Portugueses nos trabalhos do referido Concílio. E se foi assim em Portugal continental, pior foi na terra de Missões, como era Moçambique, onde o trabalho missionário era absorvente, e não tínhamos, nem centros culturais eclesiais, nem Universidade Católica». ³¹⁸

³¹⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 5.

³¹⁶ Cf. «Bispos Portugueses no Concílio Vaticano II – Addenda», in *Lumen*, XLVII/2 (Fevereiro 1986) 14. «Nem todos [os bispos portugueses] – dada a diferença de idades, de preparação cultural, dos ambientes donde provinham – tinham igual maneira de ver o Concílio e de aferir as suas ideias com aquelas que os participantes iam manifestando nas intervenções na aula conciliar. Mas o que digo dos bispos portugueses poderia dizer de bispos de outras nações. Uma falha nossa foi não termos levado connosco meia dúzia de peritos, conhecedores das questões debatidas. Ter-nos-iam auxiliado em assuntos de que nem todos estavam a par, e após o Concílio poderiam ajudar os bispos a traduzir na prática as conclusões das reflexões conciliares» [*Expresso*, (8.XII.1995) 102].

³¹⁷ Cf. DOMINGUES, Bento – «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 528-529.

³¹⁸ Cf. ANEXO B.

Entrevista endereçada a D. Manuel de Almeida Trindade, a 23 de Outubro de 1996, pelo então aluno Nuno Miguel Rodrigues, no âmbito da realização de um Seminário da Faculdade de Teologia, na Universidade Católica

No decorrer do Concílio viriam a falecer três prelados, e que estavam dispensados por motivos de saúde: D. António Bento Martins Júnior, D. José da Cruz Moreira Pinto e D. José do Patrocínio Dias. Também faleceria D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora.³¹⁹ Aconteceu que, de 1962 a 1965, foram nomeados 13 bispos portugueses, passando de 39 a 51 prelados presentes com direito a participarem nos trabalhos conciliares.³²⁰

Podemos, por fim, constatar que o panorama geral da participação portuguesa, no que diz respeito ao número de bispos, ajuda-nos a perceber melhor as suas preocupações reais e concretas, sendo claro que os bispos da metrópole tinham determinadas preocupações e, em muito, distintas das que existiam no ultramar. Todavia, como diz D. Ernesto da Costa Gonçalves, parece que «alguns Bispos Portugueses só se deram conta dos grandes problemas da Igreja, quando começaram a entrar na aula conciliar e a escutar muitas intervenções de cardeais e bispos, que eram assessorados por grandes teólogos».³²¹ Prosseguimos agora, verificando as intervenções dos bispos portugueses, acentuando a clarividência dos mesmos no Concílio perante os desafios do mundo contemporâneo.

Portuguesa, Lisboa, intitulado “A Participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II”. D. Manuel respondeu ao pedido, escrevendo as suas respostas, tendo-as concluídas a 26 de Outubro de 1996.

Veja-se ainda Yves Congar, que recorda a falta de um perito como Bento Domingues, português, no II Concílio Ecuménico do Vaticano: «Je sens le problème actuel des jeunes, pour lesquels la Tradition n’est pas une valeur en elle-même. Certains posent ces questions d’une manière valable et, au fond, sérieuse, ainsi le P. Dominguez, du Portugal, qui me semble être un homme d’avenir. D’autres sont plus radicaux (P. Willemse, de Nimègue)» (CONGAR, Yves - *Mon Journal du Concile*, II, Cerf, Paris, 2002, 524); e continua, «Séance de conclusions. Encore des demandes: P. Ryan: il faut venir conférer à Oxford; la situation oecuménique y est intéressante. P. Dominguez: il faut venir au Portugal; nous y sommes isolés!» (CONGAR, Yves - *Mon Journal du Concile*, II, Cerf, Paris, 2002, 526).

³¹⁹ Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) - *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 199.

«Pouco antes da quarta e última sessão, faleceu em Portugal o arcebispo de Évora, D. Manuel Trindade Sagueiro, que fora padre conciliar desde a sua preparação. O triste acontecimento foi evocado na primeira reunião daquela, pelo cardeal decano Tisserant, que rezou um *De Profundis*, com toda a assembleia» (AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 25).

³²⁰ Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) - *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XXXIX-XL. Afonso Praça refere que foram nomeados 11 bispos, e que passaram a ser 49 os prelados com direito a participar nos trabalhos conciliares. Segundo D. Eurico Dias Nogueira, Portugal marcou presença no Vaticano II de forma muito modesta. Segundo ele, «os bispos de Portugal eram 42, no início, e 49 no final. Abrangiam a metrópole e as então designadas províncias ultramarinas, de Cabo Verde a Timor, com destaque para os extensos territórios portugueses em África» (AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 25).

³²¹ Cf. ANEXO B.

3.1.3. As intervenções no Concílio

Os bispos portugueses nos debates conciliares fizeram-se presentes em tomadas de posição, intervindo oralmente nas Congregações Gerais e, outras vezes, a maioria, por escrito, fazendo chegar as suas observações à Secretaria Geral do Concílio. Todas estas intervenções podem se consultar nas *Actas do II Concilio Ecuménico do Vaticano*,³²² e que nos são úteis neste momento para um apontamento histórico-teológico.

As intervenções no Concílio tomaram formas distintas, pois nem todos os bispos participaram igualmente no Concílio. Quer oralmente, quer por escrito, vemos a ausência destas intervenções por parte de alguns bispos portugueses, sendo que alguns nomes aparecem apenas nas votações finais; e outros chegaram a dar o seu nome a intervenções orais ou escritas. Diz-nos D. Manuel que:

«Os nomes de alguns [bispos portugueses] aparecem apenas nas votações finais; outros deram o seu nome a intervenções orais ou escritas de alguns Padres Conciliares portugueses (ou de outros Países) que eles julgavam interpretar bem o próprio pensamento; outros apresentaram as suas intervenções por escrito (...); outros ainda não se limitaram a intervenções por escrito, mas fizeram ecoar a sua voz na «aula» conciliar, em intervenções orais».³²³

Destas intervenções, apresentam-se as referências bibliográficas das intervenções orais e escritas de todos os bispos da metrópole e ultramar. Dos Padres conciliares da metrópole e ultramar constatam, neste momento, que, no todo, foram realizadas 120 intervenções (quer orais, quer escritas) nas várias Sessões Conciliares: 42 intervenções foram orais e 78 foram escritas.³²⁴ É de realçar, ainda, que das 42 intervenções orais, apenas 17 bispos participaram

³²² ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, I-VI, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970-1999.

³²³ TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 7.

³²⁴ Cf. APÊNDICE 12; APÊNDICE 13. Não coincide com o artigo de Afonso Praça, em *A Igreja Presente e futuro*, que diz ser apenas 38 intervenções orais. Possivelmente, essa diferença resulta de neste trabalho serem tomadas em conta as *propostas de emenda*, aquando a redacção final dos documentos discutidas nas Congregações Gerais. Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL.

nesses debates realizados na aula conciliar.³²⁵ E, das 78 intervenções escritas, foram apenas 27 bispos que se pronunciaram. Verificando as intervenções orais e escritas, realizadas no conjunto das quatro sessões conciliares, é-nos possível demonstrar que a segunda e terceira sessões foram as que mais intervenções tiveram dos bispos portugueses.³²⁶

Perante os dados anteriormente mencionados, resulta que de todos os bispos da metrópole e ultramar aquele que mais interveio oralmente foi D. Sebastião Soares Resende, bispo da diocese da Beira, Moçambique. Este destacou-se de todos os outros preladados portugueses ali presentes, pelo elevado número de intervenções individuais.³²⁷ Vejamos, por exemplo, Cardeal Cerejeira teve apenas quatro intervenções orais, e de seguida, com três intervenções orais temos D. Manuel Trindade Salgueiro, Mons. João Ferreira, D. Custódio Alvim Pereira e D. Agostinho Lopes de Moura.³²⁸

Todavia, D. Sebastião Soares Resende não se distinguiria apenas pelo número de intervenções, isto é, pela quantidade, mas sim pela qualidade das suas intervenções,³²⁹ naquele que foi o II Concílio Ecuménico do Vaticano, acontecimento que considerou como uma «espécie de Novo Testamento da época actual».³³⁰

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «Vaticano II – Uma visão de conjunto», in *Lumen*, LVII/2 (Março-Abril 1996) 15.

³²⁵ Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL.

³²⁶ Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL-XLI.

³²⁷ Cf. AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 24.

Conta-nos ainda D. Eurico Dias Nogueira que « outros pretenderam falar e apresentaram o teor dos temas, mas foram impedidos, por entretanto se suspenderem as intervenções, considerado o assunto já suficientemente esclarecido. Assim sucedeu comigo, que desejei falar duas vezes, entregando os textos no secretariado. mas fui impedido por aqueles motivos, constando das Actas do Concílio como *scripto tradita*» (AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 24-25).

³²⁸ Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL-XLI.

³²⁹ Cf. AZEVEDO, Carlos A. Moreira - «Perfil biográfico de D. Sebastião Soares de Resende», in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 6 (1994) 391-415.

³³⁰ RESENDE, Sebastião Soares de - «A alma do Concílio» [25.07.1966], Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1966, 3. Para aprofundar o *perfil biográfico* de D. Sebastião Soares Resende recomendamos o artigo de D. Carlos Azevedo [AZEVEDO, Carlos A. Moreira - «Perfil biográfico de D. Sebastião Soares de Resende», in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 6 (1994) 391-415].

Se nos questionarmos sobre a importância dos bispos portugueses no debate conciliar, muitos dizem não ter sido evidente e decisiva. A propósito disso, refere D. Manuel, que «a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra acabou por ser suprimida com o advento da República, em 1910. (...) a fundação da Universidade Católica Portuguesa data de há cerca de 25 anos, já depois do Concílio». ³³¹ Neste sentido, sublinhe-se que o contributo teológico existente na altura provinha do Pontifício Colégio Português em Roma, e dos Seminários Maiores, mas mesmo assim muito aquém das necessidades, não só de Portugal continental como ultramarino. Com alguma admiração, acentua D. Manuel, como foi possível «que o nome dos bispos portugueses tenha ocupado um tão largo espaço nas Actas do Concílio e contribuído, desse modo, pelo menos para o aperfeiçoamento dos textos conciliares». ³³²

A tendência de comparar as intervenções dos nossos bispos com bispos de outras nações, incorre, em alguns riscos. Primeiro, porque se compararmos os conteúdos das nossas intervenções não são assim tão pobres, quando analisadas comparativamente com intervenções de bispos de outros países. D. Manuel refere, porém, que há intervenções, de enormíssima qualidade e pertinência teológica, como foram as de D. Sebastião. ³³³ Segundo, não temos que nos envergonhar, mas reconhecer que os bispos portugueses não estavam devidamente preparados para aquilo que era o Concílio, demonstrando claramente o seu isolamento no Concílio, que foi forte e visível. ³³⁴

³³¹ Cf. ANEXO B.

³³² Cf. ANEXO B.

³³³ Cf. ANEXO B.

³³⁴ Sublinhe-se porém a posição de D. Eurico Dias Nogueira: «Afirmo e mantenho que as intervenções portuguesas, excluídas as do bispo da Beira, não foram brilhantes, passando quase despercebidas. A razão é simples: elas representam um esforço grande, mas inglório, pois eram obra de um bispo que tomava a iniciativa e, sozinho, redigia o texto, sem colaboração visível» (AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 25).

Porém, é merecido o destaque que D. Manuel atribui às intervenções de D. Sebastião Soares Resende, D. António Ferreira Gomes, D. Francisco Rendeiro, D. Manuel Gonçalves Cerejeira, dignas do nível do episcopado central da Europa.³³⁵

Não era só uma preparação adequada que acentuava o trabalho isolado dos bispos portugueses, mas Portugal não tinha como, por exemplo os Estados Unidos, uma obra colectiva e em equipa, com teólogos, canonistas e sociólogos, escolhidos das melhores escolas de teologia e que acompanhassem as sessões conciliares. Esta lacuna, referida por D. Eurico Dias Nogueira, numa conversa com outro prelado, onde este último ao sublinhar que não tinham teólogos como os dos Estados Unidos ou da Europa, D. Eurico, diz:

«Em verdade é verdade; mas não seria difícil encontrar uma dezena de sacerdotes ou mesmo leigos, embora, ao tempo, se sentisse a falta de uma universidade católica entre nós; ou, ao menos, uma faculdade de Teologia. Perguntando-me aquele bispo: «Quem?», citei-lhe mais de meia dúzia de nomes bem conhecidos: de Braga, Coimbra, Évora, Lisboa e Porto. Aceitou, mas acrescentou que faziam falta nos seminários de Portugal. Respondi que isso não era de ter em conta, perante o serviço que prestariam no Concílio».³³⁶

Veja-se que não estamos colocados no centro da Europa, e por isso, as actualizações teológicas não eram tão abundantes entre os bispos portugueses, como era com os de outras nações. Porém, essa actualização foi acontecendo no Concílio:

«O próprio debate teológico ao longo das sessões foi-nos ajudando a nós e a outros padres conciliares de países como o nosso a uma actualização que se fez quer dentro da aula conciliar e, ouvindo os intervenientes, quer em casa, ou nos intervalos dos períodos conciliares, nas dioceses de origem, lendo, porventura pela primeira vez, livros que outros já conheciam, mas que a presença em Roma permitia conhecer e adquirir a quem ainda não os tinha lido».³³⁷

Um contributo final, no que foi a intervenção portuguesa no Concílio, foram as suas três reuniões realizadas em Novembro de 1962, nos dias 14, 20 e 23, em que abordaram problemas específicos da Igreja em Portugal e comuns a todas as dioceses: «selecção dos alunos dos

³³⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 173-174.

³³⁶ AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 26.

³³⁷ Cf. ANEXO B.

Seminários; preparação espiritual próxima para o Curso teológico dos seminaristas, com o problema da vocação já resolvido, estrutura da formação religiosa a realizar com os emigrantes e pessoas que partem para o Ultramar». ³³⁸

3.1.4. A vivência da renovação conciliar em Portugal: perspectivas e desafios

O II Concílio Ecuménico do Vaticano distingue-se pelo facto de procurar dar resposta a problemas reais da Igreja no mundo contemporâneo. Contudo, distingue-se de nação para nação, de sociedade para sociedade, e por isso, a sua aplicação divergirá mediante a realidade em que se insere. ³³⁹ Dizia-nos João XXIII que:

«o próximo Concílio reúne-se, felizmente, no momento em que a Igreja percebe, de modo mais vivo, o desejo de fortificar a sua fé e de se difundir na própria e maravilhosa unidade; como também percebe melhor o dever urgente de dar mais eficácia à sua robusta vitalidade e de promover a santificação dos seus membros, a difusão da verdade revelada e a consolidação das suas estruturas. Será esta uma demonstração da Igreja, sempre viva e sempre jovem, que sente o ritmo do tempo e que, em cada século, se orna de novo esplendor, irradia novas luzes, realiza novas conquistas, permanecendo, contudo, sempre idêntica a si mesma, fiel à imagem divina impressa na sua face pelo Esposo, Jesus Cristo, que a ama e a protege». ³⁴⁰

É fruto desta nova consciência, deste novo espírito conciliar, que advem as necessárias condições para a eficácia de um Concílio. Nesta esperança, semeada pelo papa João XXIII, durante a realização do Concílio, os bispos e todos os cristãos são chamados a mostrar ao mundo

³³⁸ PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XLIII.

³³⁹ É muito oportuno o que nos diz o Fr. Bento Domingues, aquando dos dez anos de Concílio em Portugal, ao referir-se à necessidade de fazer um balanço do o Concílio trouxe a Portugal: «(...) um balanço exigia que pudessemos dispor de documentação referente a: 1 – antes do Concílio: a) um estudo da situação da Igreja em Portugal quando foi anunciado o Concílio; b) como foi acolhido no meio católico e não católico esse anúncio; c) que medidas foram tomadas para o preparar e que resultado obtiveram essas medidas. 2 – durante o Concílio: a) como espelharam os bispos portugueses nos trabalhos conciliares os problemas das igrejas locais; b) que equipas de peritos portugueses foram formadas para estudar, debater, propor acerca dos temas sobre os quais o concílio se iria pronunciar; c) que grupos de animadores cristãos foram criados, para, uma vez traçadas as linhas de orientação da acção da Igreja, se dedicarem à tarefa de mobilizar as comunidades cristãs para o *aggiornamento* de que falava João XXIII. 3 – Depois do Concílio: a) como foram estudados os documentos conciliares em confronto com os problemas da Igreja em Portugal e com os problemas da sociedade portuguesa; b) que mediações estruturais foram criadas para lhes dar resposta e como têm trabalhado; c) que resultados foram obtidos até ao presente e que perspectivas se abrem para o futuro» [DOMINGUES, Bento – «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 523-524].

³⁴⁰ JOÃO XXIII – Constituição Apostólica «*Humanae Salutis*», 25 Dezembro 1961, in *AAS*, LIV (1962) 8-9.

o verdadeiro rosto da Igreja, visando dizer ao mundo o que a Igreja é, afirmava o Cardeal-Patriarca de Lisboa.³⁴¹ Aprofunda ainda que, a propósito do Concílio, muitos ao referirem-se ao fim da “era constantiniana”, significaria a perda e ausência da Igreja em toda a vida pública, e isto não é bom que se acentue. Deve antes, existir uma íntima associação do Estado e da Igreja *ao serviço das esperanças terrestres do reino de Deus*, para que a Igreja não viva de todo desencarnada da realidade terrestre e sociológica. Se assim fosse, isto contrariava todo o esforço do II Concílio Ecuménico do Vaticano, que no fundo pretende dizer que a Igreja e só nela se pode «completar, elevar e santificar a obra providencial da natureza e do homem».³⁴²

No início do Concílio,³⁴³ havia em Portugal demasiada confiança nas organizações antigas, até então vigentes e cujo dinamismo adentrou-se pela década de 60. Esse optimismo encontra-se presente até nas declarações do Cardeal Patriarca:

«A Igreja em Portugal não tem que vir, já veio. Tem organizado várias comissões, e algumas desde há muito: Acção Católica, Imprensa, Colégio Português em Roma, Educação Cristã, Seminários, Emigração, Universidade Católica, Liturgia (...) pelo que diz respeito a Secretariados, estão criados e funcionam com provada eficiência, de carácter nacional, os de informação Religiosa, da Catequese, do Cinema e da Rádio, do Ensino Secundário. Mas o próprio crescimento da vida religiosa e apostólica impõe a criação de outros, que só esperam pessoa capaz e livre para os dirigir. É sabida a nossa pobreza em pessoas e meios materiais».³⁴⁴

Por isso, no último regresso do Concílio, Cardeal Cerejeira afirmava que os bispos da metrópole traziam com eles «a missão e a responsabilidade de Pós-Concílio, com as esperanças que ele abre para a Igreja e para o Mundo».³⁴⁵

³⁴¹ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, V/23 (Março 1963) 35.

³⁴² Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, V/23 (Março 1963) 35-36.

³⁴³ Refira-se que já antes do Concílio, este olhar renovador da Igreja, se fazia sentir no campo da liturgia. Contamos D. António B. Marcelino que no âmbito da liturgia «a renovação chegou a Portugal por D. António Coelho, que havia restaurado o mosteiro beneditino de Singeverga e fez dele uma escola litúrgica de influência, pela sua prática e publicações». Prossegue, dizendo que «o Seminário de Cristo Rei (Olivais, Lisboa), com o seu reitor, Monsenhor Pereira dos Reis, teve, nas décadas de quarenta e cinquenta, um papel preponderante na criação de uma nova mentalidade e prática litúrgica, através dos novos padres que ali estudaram e que difundiram nas suas dioceses um espírito litúrgico, novo e aberto» (MARCELINO, António B. – *Vaticano II ao alcance de todos*, Paulinas, 2012, 27-28).

³⁴⁴ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/19 (Setembro-Outubro 1962) 22.

³⁴⁵ *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 25.

Vejamus que em Portugal, o Concílio encontrou um contexto sócio-político e cultural bastante delicado, pois existiam fortes tensões num sistema social claramente fechado, com cariz autoritário.³⁴⁶ A realização de um Concílio acabava por ser uma “ameaça” ao *status quo* que presidia em Portugal. Ao contrário, era um impulso para aqueles que ansiavam uma reforma e renovação na Igreja e na sociedade³⁴⁷:

«... o arranque da renovação conciliar foi muito condicionado, entre nós, pelas condições sócio-políticas desfavoráveis e pelo peso que a essa situação foi dado nos pratos da balança com que a Igreja de então, designadamente a maioria da hierarquia provou os prós e os contra da renovação conciliar: de facto, pôr em prática a doutrina do Concílio obrigava a Igreja a posicionar—se de forma diferente na sociedade portuguesa, correndo o risco de entrar em confronto com o regime político de então e os interesses que o apoiavam».³⁴⁸

Apraz-nos dizer que, mediante as expectativas transmitidas pelos bispos portugueses,³⁴⁹ na partida e durante o Concílio, traduziam uma esperança forte naquilo que todo o mundo esperava: «*aggiornamento*».

³⁴⁶ Cf. MARCELINO, António B. – *Vaticano II ao alcance de todos*, Paulinas, Prior Velho, 2012, 19.

³⁴⁷ Cf. ANTUNES, M. L. Marinho - «Um olhar sobre a renovação conciliar em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 56.

³⁴⁸ ANTUNES, M. L. Marinho - «Um olhar sobre a renovação conciliar em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 56.

³⁴⁹ Veja-se a este propósito os pequenos apontamentos jornalísticos de Urbano Duarte, ao falar do regresso dos bispos portugueses depois de realizadas as sessões conciliares, às suas dioceses.

No regresso da primeira sessão, a 13 de Dezembro de 1962: «A primeira fase do Concílio terminou e a maior parte dos dois mil e tal padres conciliares regressaram às suas dioceses para um poiso que vai até Setembro. A estadia em Roma meteu-lhes na alma muitas saudades, pela seara entregue ao seu zelo apostólico – mais do que supunham; e inundou-os de claridade a propósito de muitos mistérios, como se eles fossem os pastores de Belém. Regressaram mensageiros da confiança, mais abertos aos problemas dos seus contemporâneos, mais unidos aos irmãos que até aqui desconheciam, com certezas mais firmes apesar da liberdade nas divergências, dando conta que o Cristianismo é mais amplo do que permitem supor as habituais formulações polémicas; tão amplo e rico que nenhuma época poderá ter a veledade de o interpretar de modo definitivo» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio Biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 204).

No regresso da segunda sessão, a 12 de Dezembro de 1963: «Regressaram às suas dioceses os Padres conciliares, após meses de minucioso labor e, para muitos, em virtude da idade, excessivamente esgotante. Longe das discussões, continuará o estudo, aquele esforço de reflexão e de capacidade apreensiva de que deram mostras impressionantes em plena aula magna. O intervalo entre a segunda e a terceira sessão é uma vigília preparatória, segundo a qual o corpo episcopal, colocado frente a frente com as novas exigências não só do seu País mas de todas as regiões da Terra, meditará a actualização para se que se reuniu o Concílio e as consequentes linhas de rumo. Se a Igreja fosse uma diocese e não tivesse de se rever à luz da eternidade, para lá do espaço e do tempo, talvez se justificasse a luta pela fixação de certos hábitos adquiridos no pensar e no agir» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio Biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 224).

No regresso da terceira sessão, a 26 de Novembro de 1964: «Estão a regressar a Portugal os nossos bispos ocupados em Roma, durante dois meses, com os trabalhos conciliares. Para muitos foi tarefa esgotante, porque, lado a lado com os esquemas que era necessário estudar, acumulavam-se sobre as suas mesas, esperando resposta, inúmeras questões das próprias dioceses. Não trazem consigo, talvez, tantas soluções como era de esperar; mas é

Reflexo desta esperança encontra-se na *Nota Pastoral do Episcopado da Metrópole sobre o Concílio*, publicada a 6 de Agosto de 1965. Apelava antes de mais, a uma necessária reforma feita com disciplina e actualização com ordem, de modo a não cair numa anarquia destruidora. Depois, interpelava a que todos fossem co-responsáveis e colaboradores desta missão, que é trazer o Concílio para as nossas vidas. Têm especial relevo os bispos da metrópole, que sublinham «precisamente com plena consciência da sua responsabilidade e o vivo empenho em que este salutar movimento de actualização siga fiel à letra e ao espírito do Concílio Ecuménico do Vaticano II».³⁵⁰ São muitas as indicações e preocupações presentes nesta *Nota Pastoral*.³⁵¹ Com certeza que nos poderemos perguntar da razão de tal. A isso seguimos o pensamento de Bento Domingues, que refere que tais preocupações prendiam-se a dois pontos:

«Dada a confiança que se tinha em tantas e tão prestigiadas organizações católicas e a vitalidade que revelaram na primeira metade da década de 60, todo o cuidado era pouco para que não

incontestável que quem viveu de perto esta hora histórica de *renovação* se impregnou de um novo espírito e de uma nova luz – que é o fundamental para enfrentar todas as questões. Sejam bem-vindos, porque eles são, junto de nós, as testemunhas autênticas do Concílio, aqueles que darão corpo ao espírito renovado da Igreja. (...) Mais que os homens manda Deus. É Ele que preside ao Concílio e assiste ao corpo episcopal de todo o mundo» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio Biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 241).

³⁵⁰ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VII/41-42 (Setembro-Novembro 1965) 61-62.

³⁵¹ Vejamos algumas preocupações: a unidade e aproximação de todos os cristãos, sem comprometer as exigências doutrinárias, às quais se deve fidelidade integral; as reformas, incrementos e actualizações nas estruturas internas da Igreja, de forma a que sejam em todos os meios presenças vivas de luz e de amor; o Ecumenismo como realidade a cultivar, através daquilo que é o movimento bíblico e litúrgico, a pregação da palavra de Deus e a catequese, o apostolado dos leigos, as novas formas de vida religiosa, a espiritualidade do matrimónio, a doutrina e a actividade no campo social; relevar a importância que o empenho e iniciativas dos sacerdotes diocesanos e religiosos, bem como dos leigos, devem realizar para se manifeste a vitalidade da Igreja no mundo. Devemos procurar ser zelosos naquela que é a missão da Igreja; não cair em matéria de disciplinas e mesmo em matéria de fé, em proporções ou desvios daquilo que é a renovação conciliar. Tenhamos todos na memória e no espírito os princípios fundamentais do mesmo Concílio. Destacamos o *ponto 8* desta *Nota pastoral*: «Ninguém, porém, pode evitar o sacrifício do dever, que levará os Bispos a dar-se ainda com mais generosidade às exigências da sua missão, multiplicando as obras de renovação e de actualização previstas pelo Concílio, abrindo-se ainda mais com os seus padres, tornando-se presença de Cristo em toda a parte; os presbíteros a considerarem com mais fé Jesus Cristo, Senhor nosso, nos seus superiores, e a viverem com mais intensidade aquele espírito de pobreza, de submissão, de castidade e de caridade tão encarecido pelos Papas, manifestarem em toda a sua vida e até no seu vestuário a beleza e pureza das suas virtudes sacerdotais, «a procurarem tomar contacto com os seus paroquianos, estudando com eles problemas reais da existência, confiando-lhes tarefas precisas, adaptadas às suas possibilidades e à sua competência, estendendo progressivamente o terreno das suas iniciativas e das suas responsabilidades»; e os leigos, em claro e filiar ambiente católico, a verem na Igreja o corpo místico de Cristo, no seu Bispo, no seu Pároco e no Sacerdote em geral, a despeito das naturais deficiências, ministros de Cristo, participantes da sua missão divina, a harmonizarem a sua actividade, profissional e social, com as exigências da nossa fé, a compreenderem e sentirem os problemas do apostolado como problemas próprios, de que não podem alhear-se, sem transgredir as obrigações assumidas já no Baptismo e na Confirmação» [*Boletim de Informação Pastoral*, VII/41-42 (Setembro-Novembro 1965) 62].

fossem atingidas pela dúvida e pela discussão desamparada da autoridade. Isto por um lado. Por outro, parece que havia esperança de se poder meter “vinho novo em odres velhos” sem que estes rebentassem. Talvez porque se não julgassem os odres assim tão velhos ou então porque se pensasse que o vinho não era assim tão novo como muitos diziam». ³⁵²

No contexto português, cedo se traduziu numa «actualização», nos diferentes contextos diocesanos, especialmente na relação bispo-sacerdotes-leigos, focalizado no uso por parte dos bispos dos meios de comunicação social para *transmitir experiências, dar directrizes, esclarecer pontos da doutrina, entre outros*. ³⁵³ Isso foi acontecendo lentamente, contudo, é um dado incontornável fazer esta referência aos pronunciamentos do episcopado português, ao seu povo, aos seus diocesanos e à sociedade em geral. A partir de agora, o reflectir da aceitação do Concílio em Portugal, toca em alguns aspectos, que tal como referia D. António Marcelino, «dada a importância do tema e o caminho positivo andado, há ainda desvios, velhos e novos, a merecer atenção e cuidado». ³⁵⁴

Durante a primeira sessão conciliar temos já aí, entrevistas de quatro prelados portugueses à Rádio Vaticana, onde proferiram saudações pastorais e enviaram mensagens aos seus diocesanos. Entretanto, ainda na primeira sessão e depois, nas seguintes, iniciaram publicações nos seus jornais diocesanos, mas foram-se aprofundando estas dinâmicas de interacção e de conhecimento, através de cartas, notas pastorais, intervenções, entrevistas, que foram sendo publicadas nos meios de comunicação social, especialmente, semanários, boletins, jornais e diários católicos:

«Os bispos portugueses foram todos ao concílio. Publicaram documentos pastorais em conjunto, redigiram cartas e notas pastorais e recomendações de actos de culto. De Roma enviaram cartas ao seus diocesanos. Apenas cinco não revelaram individualmente aos leitores do BIP o seu pensamento e preocupações». ³⁵⁵

³⁵² DOMINGUES, Bento – «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 530.

³⁵³ Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XLIII.

³⁵⁴ MARCELINO, António B. – *Vaticano II ao alcance de todos*, Paulinas, Prior Velho, 2012, 37.

³⁵⁵ DOMINGUES, Bento – «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 525.

Nestes vastos pronunciamentos realce-se uma série de vinte e quatro Cartas de D. Agostinho de Moura, bispo de Portalegre e Castelo Branco aos seus diocesanos, e as Cartas do Cardeal Patriarca de Lisboa, que correspondiam a um conjunto mais doutrinário, e por isso, digno de serem referidas.³⁵⁶

Desde o fim do Concílio, note-se que a situação em Portugal não era favorável, como já foi referido anteriormente, a algumas mudanças bruscas, e por isso, também se pode concluir que a renovação conciliar até ao 25 de Abril de 1974 foi um percurso lento, «muitas vezes a partir de pequenos grupos, no meio de tensões, indecisões, excessos, resistências, sofrimentos, pressões várias e divergentes, ao longo de quase uma década difícil e confusa».³⁵⁷ Foi um momento para que se “abrisse asas” à esperança e à criatividade, que futuramente, com as condições sociopolíticas geradas com o 25 de Abril, permitiram criar condições sociais e políticas para uma *modernização da sociedade portuguesa*. cremos que, tal como reforça Marinho Antunes, que a Igreja Portuguesa teve perante a nova realidade social, oportunidade de redescobrir a «urgência da renovação conciliar», procurando meios para conhecer e aplicar os ensinamentos conciliares.³⁵⁸

Na procura de dar cumprimento ao II Concílio Ecuménico do Vaticano, o papa Paulo VI no encerramento do Concílio lançava os motes para prosseguir: «evitar a inércia, para não obstaculizar o sopro do Espírito, cultivar a sabedoria espiritual, para permitir ao Espírito soprar onde quiser».³⁵⁹ Na consequência deste acontecimento, o Papa Paulo VI viria a publicar a

³⁵⁶ Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XLIII-XLV. Vimos já a existência de cartas de teor mais pastoral e doutrinário; mas entre os bispos as acentuações diferem, existindo também outras cartas com um teor mais epistolar – D. Eurico Dias Nogueira (em jeito de crónicas).

³⁵⁷ Cf. ANTUNES, M. L. Marinho - «Um olhar sobre a renovação conciliar em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 56.

³⁵⁸ Cf. ANTUNES, M. L. Marinho - «Um olhar sobre a renovação conciliar em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 56.

³⁵⁹ LEITE, António - «A vida da Igreja cinco anos após o Concílio», in *Brotéria*, XCIV/2 (Fevereiro 1972) 212.

Exortação Apostólica «Quinque iam anni», a 8 de Dezembro de 1970, convidando a Igreja a ser fiel ao compromisso assumido no Concílio:

«Entretanto, não é nossa intenção, hoje, tentar fazer um balanço daquilo que se procurou ensaiar, das iniciativas e das reformas que se multiplicaram, a partir do fim do Concílio para cá. Com ânimo atento para descobrir os sinais dos tempos, quereríamos, em espírito fraterno e simultaneamente convosco, fazer um exame de consciência acerca da nossa fidelidade ao compromisso que tomávamos à entrada no Concílio, na nossa Mensagem a todos os homens: «Procuraremos apresentar aos homens do nosso tempo, íntegra e pura, a verdade de Deus, de tal maneira que eles a possam entender e a ela aderir de boa-vontade».³⁶⁰

Daí que para o Sínodo ordinário dos bispos de 1971, tenha sido revisitada a vida da Igreja e os principais problemas da época realizando uma consulta prévia às Conferências Episcopais, e da qual a Conferência Portuguesa, depois de consultar as diversas dioceses, expôs os seus principais problemas, assim como as iniciativas tomadas, a respeito dos temas a tratar: o sacerdócio ministerial e a justiça no mundo.³⁶¹

Parece-nos oportuno realçar alguns dos factos e mudanças sublinhados pelas Conferências Episcopais: as grandes mudanças no âmbito da cultura; e não menos importante, as alterações ao nível sócio-económico; a influência determinante dos *meios de comunicação social* na evolução cultural, moral e sócio-económica do mundo; a *dignidade da pessoa humana, dos direitos dos indivíduos e da unidade do género humano* emerge como positivo. Por fim, como negativo, referiram *o declínio do senso moral*, e uma deterioração dos costumes públicos e privados. Estes serão também alguns dos retratos ou influências quer positivos quer negativos, que brevemente apresentamos, para mostrar que a Igreja encontra um terreno arenoso difícil de penetrar, e por isso os desafios e a situação em que vive o Povo de Deus, são em muito realidades desencarnadas de Cristo e na periferia das estruturas eclesiais.³⁶²

³⁶⁰ PAULO VI - Exortação Apostólica «Quinque iam Anni», 8 de Dezembro de 1970, in *AAS*, LXIII (1971) 98.

³⁶¹ Cf. LEITE, António - «A vida da Igreja cinco anos após o Concílio», in *Brotéria*, XCIV/2 (Fevereiro 1972) 211-212; Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 275.

³⁶² Cf. LEITE, António - «A vida da Igreja cinco anos após o Concílio», in *Brotéria*, XCIV/2 (Fevereiro 1972) 213-216.

Na Igreja portuguesa, assim como em todas as igrejas particulares, antes de verificar os efeitos do Concílio será sempre necessário recordar quais as condições necessárias para que ele possa ser devidamente aplicado. A este respeito, D. António Ribeiro testemunha que «os concílios podem falhar, se não forem recebidos pela Igreja e se lhes falta a actuação pastoral de quem os deve pôr em prática».³⁶³ Acrescem a estas duas condições, outras duas: «o compromisso eclesial dos cristãos e o testemunho da santidade».³⁶⁴

A partir destas condições, vemos o quanto tem sido necessário trabalhar com seriedade na aplicação deste Concílio, e por isso, será ainda cedo para traçar um balanço realista do mesmo. A efectivação deste Concílio, dizia D. António Ribeiro, requer assim como outros Concílios anteriores, um longo tempo de espera de algumas centenas de anos, para que seja avaliado convenientemente. Todavia, é de realçar os esforços que têm sido realizados.³⁶⁵

Vejamos mais alguns:

«Da conferência episcopal e das várias comissões episcopais saíram diversos documentos de orientação. As informações das reuniões das conferências episcopais são lacónicas, como de

³⁶³ RIBEIRO, António – *Obras Escolhidas – O mistério da Igreja*, III, UCE, Lisboa, 2009, 285.

³⁶⁴ RIBEIRO, António – *Obras Escolhidas – O mistério da Igreja*, III, UCE, Lisboa, 2009, 285.286-288.

Explicitamos algumas dessas condições necessárias à eficácia do Concílio Vaticano II, como refere D. António Ribeiro: «Em primeiro lugar, vem a boa recepção do concílio. Se um concílio não for convenientemente recebido pela Igreja, não poderá produzir frutos duradouros. (...) Para a boa recepção do concílio, é evidentemente indispensável que ele seja conhecido. (...) Requer-se o conhecimento exacto dos próprios textos conciliares, para já não falar da sua génese histórica e dos condicionalismos que os ditaram. (...) E não basta ler uns tantos, mesmo que sejam os de maior vulto: os documentos conciliares constituem um todo, completam-se e esclarecem-se uns aos outros. Mais do que ler, é preciso assimilá-los. É necessário ouvir o que por eles o Espírito diz à Igreja e às Igrejas; é preciso lê-los como quem lê a Bíblia». «Em segundo lugar, um concílio só está adequadamente recebido, quando passa a ser vida das pessoas e das comunidades cristãs. No geral, é longa esta fase de recepção. (...) A passagem de um concílio à vida vivida, o pôr em prática as suas decisões e o seu espírito, depende de vários factores, nem sempre controláveis. (...) a aplicação dos concílios reclama dinamismo acrescido nos pastores da Igreja. Refiro-me, evidentemente, aos bispos, mas também aos presbíteros. Compete-lhes serem os impulsionadores da renovação conciliar, motivando, sem desfalecimento, as pessoas e as comunidades cristãs para a necessária conversão das mentalidades e dos comportamentos, e para o correcto lançamento e actuação das estruturas preconizadas pelo concílio». «(...) É preciso, pois, que toda a Igreja se deixe mobilizar. É indispensável que os cristãos em geral acertem o passo pela cadência das novas exigências conciliares: há que vencer rotinas e hábitos anquilosados de comportamento religioso. Neste ponto, assumem particular importância os grupos mobilizadores. É irrealista pensar que o grande corpo da Igreja inteira se pode mover, sem o entrave da lei da inércia. Se não há grupos empenhados na tarefa de impulsionar a renovação, dificilmente ela se alcançará. (...) Por fim, não haverá boa recepção do concílio, se ele não suscitar novos testemunhos de santidade no seio da Igreja. (...) Não é exagero de retórica afirmar que a mais urgente necessidade da Igreja de hoje, em ordem ao cumprimento da sua missão no mundo contemporâneo, é a necessidade de santos» (RIBEIRO, António – *Obras Escolhidas – O mistério da Igreja*, III, UCE, Lisboa, 2009, 285-288).

³⁶⁵ Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., LIII.

costume. Entretanto, a Comissão Episcopal de Pastoral teve a iniciativa de promover de 8 de Agosto a 10 de Setembro de 1966 o 1º *Curso Nacional de pastoral* à luz da eclesiologia do Vaticano II, orientado por professores do Instituto Superior de Pastoral de Madrid: P. Casiano Floristán, P. Manuel Useros e P. Echarren, com a presença de bispos e padres de quase todas as dioceses. Daí saiu o Secretariado Nacional de Pastoral e começaram a organizar-se os secretariados de acção pastoral».³⁶⁶

Segundo nos diz Bento Domingues, nem tudo parecia ser tão bem, mostrando que seis anos depois de ser publicada a *Ecclesiae Sanctae*,³⁶⁷ que promovia a constituição de Conselhos na Igreja, cedo se verificou que só em metade das dioceses do país existiam Conselhos Presbiterais a funcionar regularmente, porque noutras nem foram nomeados ou os que foram nomeados, ficaram apenas registados no papel. Ao nível dos Conselhos Pastorais, a sua constituição e funcionamento era também reduzido, mesmo tendo passado já uma década de renovação conciliar. No que dizia respeito aos Secretariados de Pastoral, existiam já em todas as dioceses, talvez por serem serviços com uma certa autonomia.³⁶⁸

No V aniversário do Concílio era já possível apresentar uma síntese, fruto dos pronunciamentos das Conferências Episcopais. Uma das primeiras realizações conciliares dizia respeito à reforma litúrgica, promovida pela Constituição sobre a Sagrada Liturgia «Sacrosanctum Concilium» e documentos seguintes que permitiram essa reforma, influenciando positivamente a vida cristã.³⁶⁹ Houve uma maior consciência da participação do

³⁶⁶ DOMINGUES, Bento – «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 525-526.

³⁶⁷ PAULO VI – Carta Apostólica sob forma Motu Proprio «Ecclesiae Sanctae», 6 de Agosto de 1966, in *AAS*, LVIII (1966) 757-787.

³⁶⁸ DOMINGUES, Bento – «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 526.

Deixamos também aqui em continuidade ao artigo de Bento Domingues, alguns dados da aplicação conciliar: «O Conselho de Leigos não existe a plano nacional. No Porto, em 6/3/1971, realizou-se o III Encontro de Leigos com representação de todos os movimentos para a formação do Conselho. (...) Em algumas, mas poucas, dioceses têm-se realizado semanas de reciclagem teológica para o clero. Os cursos de reciclagem organizados pelo secretariado da diocese de Lisboa têm despertado verdadeiro interesse. Não existe comissão nacional de «Justiça e Paz». A única comissão diocesana de «Justiça e Paz» pertence à Diocese do Porto. É também nessa diocese que surge um dos órgãos de nformação pós-conciliar hoje conhecido em todo o país – *A Voz Portucalense*. O centro de cultura católica do Porto tem desenvolvido a nível da cidade, algumas iniciativas de grande alcance para a elucidação da problemática conciliar. A 1.ª Assembleia do Clero do patriarcado de Lisboa (26 de Setembro a 1 de Outubro de 1966) foi uma grande esperança. O Senhor Cardeal Patriarca no Decreto de 29 de Novembro desse ano referiu-se-lhe nestes termos: «Desde os antigos sínodos diocesanos – e o último já lá vai para mais de três séculos – que tal não sucedia» [DOMINGUES, Bento – «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 526-527].

³⁶⁹ Na realidade anterior à realização do Concílio Vaticano II, deixo aqui uma curiosidade testemunhada por D. António Marcelino: «O Concílio Plenário Português (1926) tornou obrigatória, para os párocos, a homilia

Povo de Deus na Eucaristia e nos Sacramentos, de uma maior proclamação da Palavra de Deus e enriquecimento de toda a comunidade cristã pelo uso da língua vernácula. Isto permitira nascer «nos fiéis a consciência mais viva de pertencerem ao Povo de Deus e do dever de participarem na vida e na missão da Igreja».³⁷⁰

Como consequência desta primeira realização, verificou-se também uma *maturação do laicado*, acentuado pelo sentido de corresponsabilidade e da sua missão como filhos de Deus (cf. LG 31). Um outro influxo notável advém da *renovação da teologia*, marcada por «um contacto mais íntimo e constante com a Sagrada Escritura, com o estudo mais atento da Tradição, com uma auscultação contínua da vida da Igreja, animada pelo Espírito Santo e, por outro lado, com o confronto humilde e leal com os problemas do nosso tempo».³⁷¹ Todavia, as Conferências Episcopais alertaram para o facto de existirem nos primeiros cinco anos de pós-concílio abusos e deturpação na aplicação do Concílio, especialmente na chamada *renovação teológica*.

Uma outra realização conciliar que se verificou está relacionada com a notável *renovação estrutural da Igreja*: a reforma da Cúria Romana, a constituição de Conferências episcopais e relações que se foram estabelecendo entre elas, a experiência sinodal como expressão da Colegialidade episcopal, a constituição dos Conselhos Presbiteral e Pastoral e o aumento da responsabilidade do clero e do laicado.³⁷² Salientamos um tema importante – o

dominical, sinal de que muitos a não faziam. Ainda presenciei, na década de trinta, como «menino de coro», este facto curioso. No momento da homília, a maioria dos homens saía para o adro» (MARCELINO, António B. – *Vaticano II ao alcance de todos*, Paulinas, Prior Velho, 2012, 39).

Este dado apresentado por D. António Marcelino ajuda a compreender o que será o pós-Concílio no que diz respeito à preparação de homílias, tendo em consideração pontos orientadores: relação com a Palavra proclamada, com o Mistério que se celebra, com a vida concreta das pessoas e da comunidade.

³⁷⁰ Cf. LEITE, António - «A vida da Igreja cinco anos após o Concílio», in *Brotéria*, XCIV/2 (Fevereiro 1972) 217.

³⁷¹ Cf. LEITE, António - «A vida da Igreja cinco anos após o Concílio», in *Brotéria*, XCIV/2 (Fevereiro 1972) 218.

³⁷² Cf. LEITE, António - «A vida da Igreja cinco anos após o Concílio», in *Brotéria*, XCIV/2 (Fevereiro 1972) 218-219.

ecumenismo – que, ainda hoje, é inseparável dos temas da actualidade e do diálogo com o mundo e os cristãos. Diz-nos António Leite que:

«(...) [o Ecumenismo] não se limitou ao trabalho de algumas comissões de trabalho, formadas por teólogos, ou a históricos no vértice; favoreceu a compreensão e o respeito pelos irmãos separados, e suscitou numerosas iniciativas de oração, de diálogo e de colaboração, em especial em obras de caridade e auxílio ao terceiro mundo. Apesar de alguns perigos de fácil irenismo, a participação no movimento ecuménico tem sido acolhida com entusiasmo, especialmente pelas novas gerações».³⁷³

Mas, se temos vindo a realçar alguns aspectos notáveis da renovação conciliar, na verdade, nem tudo foi nem é brilhante, pois assistiu-se igualmente a uma crise de fé e a uma difusão de teorias, afirmações e hipóteses em clara contradição com os ensinamentos da Igreja. Aprofundando, estas crises não se deram só nos leigos, mas até numa falta de reconhecimento dos padres da importância e do primado da fé, aliando-se à crise de fé uma crise de oração, uma crise de ministério. Segue-se também uma crise da vida moral, fruto de uma mentalidade permissiva, assim como da compreensão do conceito de pecado como limitador da liberdade humana, o que levou ao declínio do sacramento da penitência. São algumas consequências daquilo que foi menos bem nos primeiros anos da renovação conciliar, também sentidas entre nós, em Portugal.³⁷⁴

De forma sucinta, consideraríamos duas realidades destes cinco anos, como relevantes na Igreja em Portugal: a fé do Povo de Deus e o abandono da vida sacerdotal ou religiosa. Quanto ao primeiro, poderíamos dizer que temos como resposta nestes primeiros anos de

³⁷³ Cf. LEITE, António - «A vida da Igreja cinco anos após o Concílio», in *Brotéria*, XCIV/2 (Fevereiro 1972) 219.

³⁷⁴ Cf. LEITE, António - «A vida da Igreja cinco anos após o Concílio», in *Brotéria*, XCIV/2 (Fevereiro 1972) 219-222.

renovação conciliar a *Nota Pastoral sobre a Celebração do Ano da Fé*³⁷⁵ e a *Instrução Pastoral sobre a Fé*³⁷⁶, onde sobressai a força destes dois documentos.

Assim, é possível verificar que o futuro da Igreja concretiza-se nos esforços de uma “conversão” interior e exterior, à semelhança das *bem-aventuranças*, procurando ser capazes de levar a Boa-Nova a todos os homens, para que se manifeste em todos o Mistério de Deus (cf. LG 8).

Passados dez anos depois do Concílio, Bento Domingues dizia que as vias oficiais da renovação foram lentas, e sublinha, demasiado lentas, observando nessa altura, que algumas ainda não tinham começado. Considera ainda, que não haviam sido criadas as condições de um catolicismo pós-conciliar entre nós:

«(...) os problemas de uma nova forma de viver em Igreja, de ser padre, de ecumenismo, de liberdade religiosa, de informação, de justiça, não foram confrontados com a Concórdia, com o Acordo Missionário, com os direitos fundamentais do cidadão, com a emigração, com a situação de guerra. (...) Não creio que a Igreja em Portugal tenha ganho muito em credibilidade com o Concílio Ecuménico».³⁷⁷

Indo mais longe, documentos como «Pacem in Terris», «Populorum Progressio», «Octogesima Adveniens» e «Communio et Progressio», diz-nos Bento Domingues não terem o eco merecido em Portugal, assim como refere que o último Sínodo ordinário dos bispos de 1971, pouco eco e interesse despertara, embora o tema sobre «o sacerdócio ministerial» e a

³⁷⁵ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 11-14.

«Com a fé animada pela esperança e caridade cristãs, vem o que chamamos espírito de fé. É a visão sobrenatural, profunda, serena, consoladora das realidades quotidianas da vida à luz de Deus que é bom e providente; (...) A segurança e a alegria de quem tem fé sugere um pensamento cristão para quem a perdeu ou a não vive, ou nunca a teve. O mistério da fé tem como reverso o mistério da incredulidade. Devemos abeirar-nos de quem não tem fé com muito respeito, com muita compreensão, com muita caridade. (...) A incredulidade, nas diversas formas de que hoje se reveste, desde a indiferença a ateísmo militante, preocupa justamente a Igreja» (CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 13).

³⁷⁶ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 15-32.

«Nunca como hoje se falou tanto de autenticidade com que o homem se deve comportar na vida. Com tal modo de falar, pretende-se exprimir a necessidade de o homem ser totalmente fiel à sua situação concreta no mundo. E não é de admirar que esta ânsia de autenticidade atinja a própria vida religiosa. Também nela o homem quer ser fiel a si próprio, receando tudo quanto seja frustração das mais profundas aspirações do seu espírito e do seu coração» (CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 25).

³⁷⁷ DOMINGUES, Bento – «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 531.

«justiça no mundo» fosse de extrema relevância.³⁷⁸ Também aqui, Isidro Ribeiro, recorda que embora seja lenta a recepção desses documentos, há algo de irreversível na Igreja que vai assimilando os mesmos, incluindo a Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Actual «Gaudium et Spes». Deste esforço, resultaram alguns documentos das Conferências Episcopais.³⁷⁹ Mas é provocadora a resposta de D. Manuel, quando questionado sobre o facto de alguns sectores da Igreja em Portugal dizerem que esta é conservadora e que a renovação conciliar só superficialmente nela se fez sentir:

«Apetecia-me perguntar: qual [renovação conciliar]? É porque há duas: a renovação querida pelo Concílio e insistentemente inculcada, promovida e defendida pelos papas Paulo VI e João Paulo II e pelos Sínodos dos Bispos e também querida por nós, e aquela que aqui e acolá se tem tentado fazer à margem do Concílio e muitas vezes contra ele. (...) Ao falar da renovação conciliar é preciso, antes de mais, saber distinguir os autênticos objectivos do Concílio daqueles que uma impaciência desordenada foi apresentando como tais».³⁸⁰

Todavia, não se pode ocultar nem olhar por alto as transformações ocorridas, dado que se verificou ao longo dos tempos ser imparável uma nova consciência de Igreja, como foi testemunhado por D. Manuel.³⁸¹ Sem dúvida, que no caso português, Fátima desempenhou e um papel importante, afirmava D. Manuel, que é «como que uma central de renovação conciliar através das múltiplas iniciativas que, ao longo do ano, ali têm lugar».³⁸²

³⁷⁸ DOMINGUES, Bento – «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 531.

³⁷⁹ Da Conferência Episcopal Portuguesa temos, a título de exemplo, a *Declaração sobre o problema da liberdade religiosa* (13.XI.1970), a *Nota sobre o Sínodo Geral dos Bispos de 1971* (13-17.XII.1971), a *Carta Pastoral no décimo aniversário da «Pacem in Terris»* (4.V.1974), a *Carta Pastoral sobre o contributo dos cristãos para a vida social e política* (16.VII.1974), a *Nota Pastoral sobre a Liberdade do Ensino* (24.XI.1972).

³⁸⁰ «É ainda muito cedo para avaliar os frutos do Concílio» [*Expresso*, (23.XII.1981) 26-R].

³⁸¹ Já no Sínodo dos bispos verificamos esta nova consciência eclesial: «(...) a acção pela justiça e a participação na transformação do mundo, aparecem-nos claramente como uma dimensão constitutiva do Evangelho, que o mesmo é dizer, da missão da Igreja em prol da redenção e libertação do género humano de todas as situações opressivas. (...) Se, efectivamente, a mensagem cristã sobre o amor e a justiça não mostra a sua eficácia na acção pela justiça no mundo, muito dificilmente ela será aceitável para os homens do nosso tempo». «O aspecto que mais tem dado nas vistas é a renovação litúrgica. Pode dizer-se que ela se tem processado sem os sobressaltos verificados noutros países. Isso se deve, em grande parte, ao trabalho do respectivo Secretariado Nacional. Mas a renovação conciliar não se tem confinado ao aspecto litúrgico. Cada Diocese e cada família religiosa poderia já hoje fazer o elenco das iniciativas realizadas para levar o pensamento conciliar aos vários níveis da vida Igreja» [*Expresso*, (23.XII.1981) 26-R].

³⁸² *Expresso*, (23.XII.1981) 26-R.

Vinte anos após a celebração, são elucidativas as palavras do Papa João Paulo II, para quem a aplicação do Concílio «não só é possível, mas necessária»³⁸³, crendo que «o Vaticano II se torna para a nossa época o tema e o lugar privilegiados de graças, nos quais o Espírito Santo, o Espírito de Jesus Cristo, ‘falou’ a toda a Igreja».³⁸⁴ Por isso, aos vinte anos depois do Concílio será justo não olhar para a renovação conciliar de forma impaciente, pessimista e até conflituoso, porque estamos a caminho. Decorridos na altura vinte anos, Isidro Ribeiro constata que o caminho «apesar das lentidões, desvios e recuos, continua aberto e bem assinalado pelos grandes marcos das orientações conciliares».³⁸⁵ Todavia, não devemos andar de olhos vendados aquelas que são e foram «as resistências, inércias, alheamentos, e tentativas de estancamento da nova dinâmica eclesial ou de retorno a esquemas arcaicos».³⁸⁶ Contudo, vinte anos analisados por Isidro Ribeiro, permitem verificar que é arco temporal curto para esgotar a riqueza que emana do II Concílio Ecuménico do Vaticano, e por isso, há que subsistir um espírito de optimismo teológico, e o compromisso da Igreja para com o mundo no mundo, pois o mundo transforma-se em lugar teológico.³⁸⁷

Numa outra análise, passados vinte anos, diz Frederico Wulf, ser demasiado cedo para realizar essa apreciação:

«(...) como no caso do Concílio de Trento, também quanto a este, o que se viu perante tarefa tão ingente, passará muitíssimo tempo antes de atingir todos os estratos e dimensões da Igreja, tanto mais que a temperatura espiritual e cultural do nosso tempo não parece oferecer clima propício

³⁸³ *Documentation Catholique*, 1788 (15.VI.1980) 589.

³⁸⁴ RIBEIRO, Isidro - «Esperança conciliar: vinte anos depois do Vaticano II», in *Brotéria*, 116/1 (Janeiro 1983) 94.

³⁸⁵ RIBEIRO, Isidro - «Esperança conciliar: vinte anos depois do Vaticano II», in *Brotéria*, 116/1 (Janeiro 1983) 94.

Essa abertura prossegue a partir de «todos os documentos ulteriores emanados dos diversos Sínodos Mundiais e particulares, pelas orientações das Conferências Episcopais e pelas instruções saídas dos novos organismos centrais criados na sequência do Concílio: Secretariados para a União dos Cristãos, religiões não cristãs e não crentes; Conselhos Pontifícios para os Leigos, Família e Cultura; Comissão dos meios de comunicação social; Justiça e Paz, *Cor Unum...* e tantos outros» [RIBEIRO, Isidro - «Esperança conciliar: vinte anos depois do Vaticano II», in *Brotéria*, CXVI/1 (Janeiro 1983) 94].

³⁸⁶ RIBEIRO, Isidro - «Esperança conciliar: vinte anos depois do Vaticano II», in *Brotéria*, CXVI/1 (Janeiro 1983) 95.

³⁸⁷ Cf. RIBEIRO, Isidro - «Esperança conciliar: vinte anos depois do Vaticano II», in *Brotéria*, CXVI/1 (Janeiro 1983) 96-99.

para uma renovação da Igreja no sentido do Evangelho.(...) nos devemos absolutamente defender de ficar à espera de um sucesso rápido».³⁸⁸

Por isso, a tentação de um sucesso rápido, acabaria por ser contrariada por aquilo que António Ribeiro dizia ser as «alterações de clima civilizacional, ocorridas sobretudo na Europa, após a segunda metade da década dos anos sessenta».³⁸⁹

Todavia, há que realçar o que nas palavras de Borges de Pinho, são aspectos do desenvolvimento pós-conciliar, através de algumas linhas de como foi entendido e concretizado o Concílio. Vejamos algumas realidades observáveis na renovação conciliar: a permanência de tendências dualistas ou dicotómicas: sagrado – profano, Igreja – Mundo, Igreja docente – Igreja discente, os que têm o poder sagrado na Igreja – os que não têm esse poder, Hierarquia no centro – leigos na periferia; uma participação de todos os crentes, difícil de concretizar na vida eclesial; a busca da «serenidade» do espaço intra-eclesial, traduzida no aconchego eclesial face às condições complexas do testemunho cristão no mundo e, concomitantemente, pela falta de dinamização da presença laical no mundo; a procura de uma identidade e espiritualidade laicais, para que não seja feita à sombra de padrões clericais; uma mentalidade clericalizante; tensão entre estabilidade/fidelidade às origens e tradição, e criatividade /fidelidade aos novos dinamismo que brotam do Espírito.³⁹⁰

³⁸⁸ SANTARÉM, C. de - «Saudades do Vaticano II – Um balanço mais», in *Brotéria*, CXXI/5 (Novembro 1985) 463 [O autor deste artigo – António da Silva, s.j., recorreu ao pseudónimo “C. de Santarém”] Neste sentido, mantemos o seu pseudónimo no decorrer do dissertação].

³⁸⁹ RIBEIRO, António - «O Concílio na vida da Igreja», in *Jornadas de Teologia: O Concílio Vaticano II: 20 anos depois*, ISET – Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1987, 19.

³⁹⁰ Esta síntese sobre o papel dos leigos na construção da cidade de Deus creio ser digna de um aprofundamento vital ainda para os dias de hoje, pois o Concílio constitui também hoje uma tarefa. Borges de Pinho propõe para esse aprofundamento algumas perspectivas dignas de serem avaliadas na renovação conciliar: a formação da fé dos cristãos; uma acção laical em liberdade e pluralidade; o lugar da mulher na Igreja; Igreja como comunhão – uma identidade em processo; a questão de Deus e a credibilidade do Evangelho (Cf. BORGES DE PINHO, José E. - «Os leigos na construção da cidade de Deus», in *Jornadas de Teologia: O Concílio Vaticano II: 20 anos depois*, ISET – Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1987, 118-126).

À luz da última realidade acima referida, a missão da Igreja realiza-se por meio de um equilíbrio difícil de manter.³⁹¹ Esse equilíbrio só é possível nos anos consequentes, segundo José Policarpo, pela «fidelidade à perenidade da mensagem recebida de Deus, por Jesus Cristo e adaptação às diversas linguagens e culturas dos povos a que se destina».³⁹²

As Jornadas de Estudo do episcopado português, que decorreram de 4 a 7 de Fevereiro de 1991, tiveram como tema “*o Concílio e a sua aplicação em Portugal*”. Diz-se ter sido nestas Jornadas a primeira vez que os bispos estiveram com sacerdotes, religiosos e leigos, para juntos analisarem “*As grandes linhas de orientação pastoral do Vaticano II – A sua aplicação em Portugal vinte e cinco anos depois*”.³⁹³

Na procura de uma imagem clara, o quanto possível, de como estava a ser aplicado o Concílio em Portugal, abordara-se três grandes temas: “Liturgia, a Igreja em Oração”³⁹⁴; “Comunhão e co-responsabilidade na Igreja” e “A edificação da Igreja como Povo de Profetas”. Foram três dias de trabalho, analisando propostas concretas, e definindo caminhos, que partindo dos documentos conciliares se concretizem na vida das pessoas. Como afirmaram, houve um bom trabalho já realizado no «campo da liturgia, da formação cristã, do apostolado organizado dos leigos, no campo da acção sócio-caritativa, da cultura, da corresponsabilidade»³⁹⁵; porém,

³⁹¹ Já D. Manuel testemunha a dificuldade que era sentida em toda a Igreja, pois mesmo considerando e constatando que o Concílio foi um dom de Deus à sua Igreja, também iam sendo apontados muitos problemas e algumas deficiências na sua aplicação. Por isso, deixamos aqui o pequeno apontamento de D. Manuel, do que disse o Arcebispo de Costa Rica sobre algumas causas da má aplicação: «Os males da Igreja, nos passados vinte anos, provieram daqueles: 1.º, que se acercaram do Concílio vazios do Espírito de Cristo e de autêntico amor à Igreja; 2.º, que não se preocuparam com lê-lo e estudá-lo detidamente e encarna-lo na sua vida e nas dos demais; 3.º, que só o usaram como pretexto para difundir as suas próprias opiniões; 4.º, que interpretaram falsamente os ensinamentos conciliares» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 241).

³⁹² POLICARPO, José da Cruz - «Igreja – Mundo, uma nova relação», in *Jornadas de Teologia: O Concílio Vaticano II: 20 anos depois*, ISET – Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1987, 127.

³⁹³ Cf. «A Aplicação do Concílio em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 44-45.

³⁹⁴ Cf. CORDEIRO, José Leão - «Liturgia, A Igreja em Oração», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 7-10.

A propósito da liturgia, refere A. Rego: «a Liturgia foi o primeiro rosto do concílio. E, para muitos, o fruto mais notório e exequível. A liturgia é essencial e esteve no primeiro plano do concílio. Mas este foi muito mais longe na visão da Igreja e no empenho dos cristãos. É mau sinal para cada comunidade e para toda a Igreja fechar-se na liturgia» (MARUJO, António – *Quando a Igreja desceu à Terra - Testemunhos de memória e futuro nos 50 anos do Concílio Vaticano II*, IMC-Lucerna, Lisboa, 2013, 39).

³⁹⁵ «A Aplicação do Concílio em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 44.

era preciso intensificá-lo, procurando aprofundá-lo e alargando a sua aplicação a todos. Daí que se tenham observado alguns desafios, que hoje, são prementes para a necessária renovação conciliar, porque não se pode pensar que a evangelização se restrinja a algo meramente teórico e abstracto.³⁹⁶ E, para além desses, fizeram algumas interpelações, que passamos a citar algumas:

«4. Afirmou-se que a maioria dos leigos não exerce a sua missão evangelizadora no meio em que vive, na realização do seu compromisso temporal. 5. Será necessário planificar uma séria formação dos leigos? (...) 12. Será conveniente ou inconveniente uma concertação mais visível da acção pastoral entre as dioceses portuguesas? (...) 15. É preciso descobrir, compreender e viver muito mais o mistério interior aos próprios ritos e celebrações. (...) 16. Que fazer para tornar a imagem da Igreja mais conciliar e evangélica na praça pública e nos meios de comunicação social?».³⁹⁷

Quando questionado D. Manuel, sobre a forma como a Igreja portuguesa acompanhou o Concílio, dizia não haver uma uniformidade. Justificava a sua opinião partindo de três modelos dos que acompanharam o Concílio: os medrosos,³⁹⁸ os que aguardavam confirmação das suas ideias³⁹⁹ e os esperançosos dos frutos do Concílio.⁴⁰⁰

Talvez por isso, D. António Ribeiro, por ocasião dos 25 anos do Concílio, nos apresente igualmente três imagens relevantes quanto àqueles que julgam não encontrar ou ainda não encontraram no II Concílio Ecuménico do Vaticano, um esforço de renovação eclesiológico:

³⁹⁶ Primeiro, tornar o Concílio, os seus documentos, mais conhecidos; e depois, divulgar os grandes princípios e orientações do Concílio, promovendo a leitura, contacto e conhecimento dos documentos [Cf. «A Aplicação do Concílio em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 44-45]; Cf. GONÇALVES, Jardim - «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 47-48.

³⁹⁷ «A Aplicação do Concílio em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 45.

³⁹⁸ «(...) para quem a convocação do Concílio tinha sido uma aventura escusada, o papa João XXIII pouco menos que um louco e as doutrinas aprovadas cheias de alçapões por onde os inimigos da Igreja poderiam facilmente infiltrar-se. Quem estava marcado pelas doutrinas maurasianas, as quais, mais do que a missão religiosa da Igreja, preferiam ver nela a guardiã da Ordem e da Cultura, acompanhou o Concílio com muito receio» [«Testemunho de um “Padre Conciliar”: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 8].

³⁹⁹ «(...) era a de quem esperava do Concílio a confirmação das suas próprias ideias, como agora vemos acontecer sempre que um Sínodo se realiza. E como o Concílio não confirmou essas ideias (e até porventura as contradisse), restava-lhes uma última esperança: a convocação para breve de um Vaticano III...» [«Testemunho de um “Padre Conciliar”: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 8].

⁴⁰⁰ E continua, «(...) a de quem acompanhou o Concílio dando graças a Deus que tal tivesse acontecido e esperando dele como que um roteiro seguro para esta nova idade em que o Mundo está a entrar ou já entrou. Creio que essa esperança não foi desiludida» [«Testemunho de um “Padre Conciliar”: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 8].

«(...) aos nostálgicos e restauracionistas há que proclamar a boa nova do II Concílio Vaticano, como sendo o grande sinal da acção de Deus na Igreja do nosso tempo. Aos vanguardistas, que já o consideram ultrapassado, há que fazer descobrir a enorme riqueza, ainda inexplorada, das principais afirmações e intuições conciliares. À multidão dos crentes e dos descrentes, que desconhece os documentos e o sentido do Concílio, é preciso dizer que está ali realmente a voz do Espírito para o nosso século».⁴⁰¹

Igualmente, D. Eurico Dias Nogueira, refere que não devemos ter saudades de uma Igreja demasiado «clerical, sacramentalista, tradicionalista, triunfalista, apegada aos bens materiais, muito voltada para dentro de si mesmo».⁴⁰²

Paralelamente a estas observações, temos Rui Osório, que fora registando as diferentes fases da recepção do Concílio em Portugal, dizendo-nos que na recepção «distinguiria um novo paradigma da Igreja com uma prática cada vez mais acentuada de comunhão e corresponsabilidade, apesar da resistência do nosso crónico clericalismo».⁴⁰³ Continua, dizendo que também houve uma razoável abertura da Igreja em diálogo com o Mundo.⁴⁰⁴

Pelas observações que temos acompanhado, nota-se uma percepção de que a Igreja seja serva e pobre, orante, compreensiva, dialogante e fermento vivo. Ontem, hoje e sempre, será necessário aferir e relançar como está a ser vivida a dinâmica conciliar, pois Deus por meio do Concílio, quer estar presente para mostrar a alegria de viver em comunhão. Conclue-se que as transformações operadas na Igreja, por um lado purificadoras e por outro dolorosas, comprovam já alguns efeitos salutares do II Concílio Ecuménico do Vaticano, como questiona D. António Ribeiro:

«Quem não observa hoje assembleias litúrgicas mais vivas e participadas do que outrora? Quem não verifica, em muitas comunidades eclesiais, um maior sentido de comunhão e corresponsabilidade apostólica? Quem não vê o notável acréscimo de serviços que os leigos, e também as religiosas, têm vindo a assumir na vida das dioceses e das paróquias? E quem não se alegra, no meio de tudo isso, com aquela nova consciência eclesial, que lentamente vai

⁴⁰¹ RIBEIRO, António - «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 46.

⁴⁰² NOGUEIRA, Eurico Dias - «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 47.

Já pela ocasião dos 10 anos depois do Concílio, Isidro Ribeiro retrata a fenomenologia das reacções, mediante uma feição mais conservadora, uma outra linha mais progressista e por fim, uma linha mais realista [Cf. RIBEIRO, Isidro - «Dez anos de Vaticano II», in *Brotéria*, CII/1 (Janeiro 1976) 3-8].

⁴⁰³ OSÓRIO, Rui - «Fidelidade e... Coragem», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 53.

⁴⁰⁴ Cf. OSÓRIO, Rui - «Fidelidade e... Coragem», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 53.

amadurecendo um pouco por toda a parte, aquela nova eclesiologia profundamente renovada, que é o fruto mais valioso do Concílio?».⁴⁰⁵

É um trabalho de todos e para todos. Não podemos calar a voz profética da Igreja, daí onde se tenha perdido este anúncio, deve-se procurar torná-lo presente. Já afirmara D. António Marcelino, que «o importante de um Concílio é precisamente o após-Concílio».⁴⁰⁶ Logo, o após-concílio, tem sentido e tem sido importante porque tem a ver com a vida das pessoas, dos cristãos, e por isso terá uma grande incidência em Portugal, pois um dos aspectos importantes foi a responsabilização dos leigos, não limitado apenas aos quadros da ACP, mas mais alargado, permitindo uma consciência de participação e compromisso que se fora semeando na realidade portuguesa.⁴⁰⁷

Dar continuidade à recepção conciliar é uma tarefa, é um dever que se impõe, porque a sua mensagem é plena de actualidade, e é fomento para a edificação, nossa e de todos. Diz Isabel Varanda que «a riqueza do Vaticano II deve enriquecer-nos e não manter-nos numa pobreza pacífica porque riqueza não encarnada».⁴⁰⁸

Como D. Manuel de Almeida Trindade referira por ocasião dos 25 anos do Concílio, para compreender a renovação da vida da Igreja em Portugal, a partir do pós-Concílio, seria necessário estabelecer um estudo comparativo entre a vida da Igreja em Portugal antes e pós concílio.⁴⁰⁹ Estudos que se vão realizando, mas ainda carentes de uma profunda análise, pois há ainda «muitas perguntas sem uma resposta suficientemente fundamentada, (...) sobre questões

⁴⁰⁵ RIBEIRO, António - «No 25.º aniversário do encerramento do Concílio Ecuménico Vaticano II», in RIBEIRO, António – *Obras Escolhidas – O mistério da Igreja*, III, UCE, Lisboa, 2009, 341s.

⁴⁰⁶ MARCELINO, António B. - «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 47.

⁴⁰⁷ Cf. GONÇALVES, Jardim - «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 47.

⁴⁰⁸ VARANDA, Isabel - «No coração da Igreja», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 61.

⁴⁰⁹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «Testemunho de um “Padre Conciliar”»: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 7-8.

tão importantes como as estratégias, os objectivos, os métodos, os agentes da renovação conciliar tanto no plano nacional, como a nível diocesano e local».⁴¹⁰

Embora esse aprofundamento, demoroso e complexo, se vá fazendo, passados 25 anos, D. Manuel elencava já alguns frutos da renovação conciliar: a liberdade de expressão e a dimensão profética da igreja é mais visível; recuperação e renovação do valor da vida consagrada, cuja vitalidade cresceu; a realidade dos seminários e a colaboração e cooperação inter-diocesana na formação dos novos presbíteros⁴¹¹; renovação no campo da Sagrada Liturgia,⁴¹² com uma participação mais consciente e activa do Povo de Deus⁴¹³; criação de espaços de corresponsabilidade (Conferência Episcopal, Conselhos Presbiterais e Pastorais Diocesanos, Conselhos Pastorais e Económicos paroquiais); novos espaços de diálogo e de acção nos âmbitos das Congregações Religiosas e Institutos Seculares.⁴¹⁴ É verdade que se verifica que a aplicação do Concílio prossegue mais avançada em alguns domínios do que noutros, mas é necessária cautela na análise, pois é necessário distinguir o que se encontra no

⁴¹⁰ ANTUNES, M. L. Marinho - «Um olhar sobre a renovação conciliar em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 55.

⁴¹¹ Sublinha D. Manuel, que a renovação da Igreja, segundo o Concílio, está dependente sobretudo da qualidade espiritual dos seus Padres [Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «Testemunho de um “Padre Conciliar”: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 9].

Faça-se uma necessária referência às Palavras de D. Manuel no Sínodo Extraordinário de 1985, que perante um dos oradores ter reflectido sobre o redescobrimento do papel dos leigos na vida da Igreja e a sua específica missão, não deixou de sublinhar que o renovamento da Igreja depende muito dos sacerdotes: «“o desejado renovamento de toda a Igreja depende em grande parte do ministério dos sacerdotes, animados pelo Espírito de Cristo” (...) Daí toda a atenção que devemos dar à formação dos candidatos ao sacerdócio e à importância de tudo quanto o Concílio ensina sobre o ministério e a vida dos presbíteros. Todavia, não basta preparar sacerdotes que, com coração indiviso e a tempo pleno, se consagrem ao ministério sacerdotal. É preciso fomentar também a vida em comum dos presbíteros e a sua formação permanente, mesmo com interrupções do seu ministério habitual, para que possam “nos tempos estabelecidos” fazer cursos mais prolongados de reciclagem» [TRINDADE, Manuel de Almeida – «Vinte anos de concílio em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 41].

⁴¹² Segundo Bento Domingues, o sector da Liturgia dói o mais rápido a ser aplicado, mas ressalva que passados dez anos do fim do Concílio, essa aplicação era muito no domínio da redução de textos, da disciplina, e no arranjo das igrejas. No fundo, ele diz que se fez o mínimo pedido, sem abertura a uma criatividade [Cf. DOMINGUES, Bento – «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 527].

⁴¹³ Na Sagrada Liturgia, D. Manuel refere dois momentos importantes em Portugal, como frutos do Concílio: a introdução da Língua Vernácula, e a realização dos Encontros Nacionais de Pastoral Litúrgica [Cf. «Testemunho de um “Padre Conciliar”: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 10].

⁴¹⁴ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «Testemunho de um “Padre Conciliar”: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 9-10.

plano das ideias daquilo que é o plano dos factos, para que em tudo se preserve a coerência da renovação conciliar.⁴¹⁵

A par do realismo e optimismo de D. Manuel, podemos elencar realidades positivas referidas por Rui Osório:

«A fundação da Universidade Católica, a “Revolução dos Cravos”, a desafeição elo fundamentalismo e restauracionismo (salvo algumas bolsas de resistência), a falta de continuidade de percursos progressistas, a assunção da vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo, as visitas de Paulo VI e João Paulo II, o aparecimento de novos movimentos eclesiais (apesar da crise da Acção Católica), os planos pastorais de algumas dioceses, os congressos diocesanos e nacional de leigos, algumas “pastorais” do Episcopado, a presença e acção de católicos nos “mass média” aconfessionais, a Semana Social, uma nova prática da “missão” da Igreja, o diaconado permanente e a educação da fé (destaque para experiências de catecumenado e de catequese de adultos)».⁴¹⁶

Contra a ideia de se pensar o Concílio como uma coisa do passado, D. Manuel reforça que a vitalidade do Concílio continua hoje, e por isso, a sua assimilação ou recepção, precisa de tempo. Algumas décadas, longos anos. Para isso foram criadas algumas condições para que o Concílio fosse aplicado, a saber:

«O Vaticano II (e o Papa Paulo VI que o conduziu com mão segura) tiveram a boa inspiração de criar órgãos apropriados para que a doutrina do Concílio se não tornasse letra morta. O Órgão mais importante é o Sínodo dos Bispos, que, desde 1967 se tem vindo a reunir de três em três anos com a participação de bispos leitos pelas Conferências Episcopais de todo o mundo ou especialmente designados pelo Papa, para reflectir sobre os temas da maior actualidade, sempre à luz dos princípios fundamentais do Concílio».⁴¹⁷

⁴¹⁵ «Em regra, há unanimidade quanto ao facto de a renovação conciliar se poder considerar, hoje, mais avançada em alguns domínios do que noutros, mais em algumas regiões do que noutras, mais em algumas categorias de cristãos ou tipos de comunidade e grupos do que noutros; porem, com base nas informações e análises publicadas até agora, é difícil fazer algum diagnóstico dos caminhos percorridos e do estado em que se encontra o processo da renovação conciliar na Igreja em Portugal. (...) Tratando-se de um processo que atinge todos os níveis e dimensões da vida e da actividade da Igreja, não só as formas, as estruturas e os métodos, mas o sentido e o espírito, exige tempo, como vontade firme e esclarecida de o prosseguir. Pelo seu alcance, obriga a Igreja a uma constante avaliação sobre o lugar, o espaço e as condições que são dadas a esta tarefa de auto-renovação comunitária e pessoal: assim a rotina, a indiferença, a desmobilização, a indefinição ou incongruência de objectivos pastorais, por exemplo, podem comprometer seriamente a renovação conciliar, ou consolidar a situação em que algumas formas exteriores decorrentes de reformas conciliares podem ser praticadas num contexto ou modelo que se mantém, basicamente, pré-conciliar» [ANTUNES, M. L. Marinho - «Um olhar sobre a renovação conciliar em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 55].

⁴¹⁶ OSÓRIO, Rui - «Fidelidade e... Coragem», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 53.

⁴¹⁷ TRINDADE, Manuel de Almeida - «Testemunho de um “Padre Conciliar”»: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 10.

Hoje, estes órgãos continuam a ser sinais visíveis de que a Igreja actualiza e traduz os princípios conciliares consoante as necessidades do tempo e do lugar. Logo, como testemunhava D. Manuel Falcão «o Concílio veio identificar a Igreja com todos os que são da Igreja».⁴¹⁸

A par de um dinamismo de acolhimento, a concretização de alguns aspectos continuam a fazer-se sentir como caminhos inadiáveis, que destacamos: 1) os meios de comunicação social tiveram um elevado crescimento e desenvolvimento, a que a Igreja não se encontrava preparada para responder; daí, que se note a falta de uma presença adequada e de uma intervenção pública mais próxima de todos, mesmo que isso implicasse um investimento primeiro; 2) intervenção da igreja na cooperação internacional, através do apadrinhamento de iniciativas que sejam boas, e induzam a um ardor missionário; 3) intervenção da Igreja no mundo da cultura, onde Portugal, beneficiado pela diversidade de etnias e culturas enriquecem uma missão eclesial que deve atender a uma mensagem ecuménica e inter-religiosa.⁴¹⁹

Alguns destes aspectos, foram sendo desenvolvidos, mas jamais se esquecerá a Igreja de que é «chamada a rever-se, a auscultar e a compreender os homens do seu tempo, a encontrar na Sagrada Escritura e na Tradição a inspiração e a fundamentação para se renovar e nas culturas contemporâneas os apelos e os caminhos concretos dessa renovação».⁴²⁰

As dificuldades, e até resistências nalgumas áreas importantes da pastoral são referidas por D. Eurico Dias Nogueira: o papel dos leigos nos ministérios; lentidão no restabelecimento do Diaconado Permanente; exagerado atraso na constituição dos Conselhos Pastorais e de administração. No que se refere a desvios, diz-nos D. Eurico, que muito se deve a uma errada compreensão de “democratização da Igreja”, onde há pouca e insuficiente distinção prática

⁴¹⁸ FALCÃO, Manuel - «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 47.

⁴¹⁹ Cf. GONÇALVES, Jardim - «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 48.

⁴²⁰ GONÇALVES, Jardim - «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 48.

entre o que é o sacerdócio comum dos fiéis e o sacerdócio ministerial; uma exagerada clericalização dos leigos e laicização dos padres, entre outros.⁴²¹

Aprofundando mais alguns pontos de vista sobre a aplicação do Concílio, sobressai-nos a avaliação de D. António Ribeiro pela clareza da sua exposição nos 25 anos do encerramento do mesmo, quando refere ser necessário «aferir, em cada comunidade, qual o seu grau de conhecimento e de aplicação da doutrina conciliar».⁴²² Sublinha, em seguida, que quando fazemos essa avaliação, nos detemos logo na consciência de que há muito para fazer, para caminhar, para que o Concílio se torne e esteja presente em Portugal. Diríamos, que maior clareza não é possível do que a que se encontra nas palavras de D. António Ribeiro. Vejamos primeiramente quanto à reforma litúrgica,

«Alteraram-se, é certo, ritos e textos de celebração, mas nem sempre se avançou até ao mais importante, que é a comunhão vital no mistério celebrado, a participação interior na graça própria de cada celebração litúrgica, a santificação pessoal e comunitária dos membros da Igreja, que celebram os mistérios da fé e projectam a sua luz no mundo pela irradiação apostólica».⁴²³

No que respeita à corresponsabilidade na missão da Igreja,

«Ensaaiaram-se novas formas de participação corresponsável na vida da Igreja – conselhos, assembleias, exercício de ministérios, etc. – mas não raro é demasiado imperfeito o seu funcionamento, porque não se descobriu o autêntico valor eclesial desses modelos participativos, não faltando até sacerdotes e leigos que deles desconfiam e conseqüentemente lhes resistem. No fundo, ainda não se aceitou a eclesiologia do Concílio, nem se tomou consciência dos seus imperativos essenciais».⁴²⁴

⁴²¹ Cf. NOGUEIRA, Eurico Dias - «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 47.

Porventura, tome-se em conta as palavras de Rui Osório, quando diz que numa primeira fase da aplicação do Concílio em Portugal, surge uma forquedura: por um lado, o entusiasmo pelo *aggiornamento* e, por outro, um ambiente de contestação em torno duma crise de crescimento. Tempos estes, onde nos diz, que alguns prefeririam o restauracionismo e, outros, sonhavam com um Vaticano III. E por isso, se compreende a sua síntese: «recebemos mais do que rejeitamos; temos sido mais fiéis e menos corajosos» [OSÓRIO, Rui - «Fidelidade e... Coragem», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 53].

⁴²² «No 25.º aniversário do encerramento do Concílio Ecuménico Vaticano II», in RIBEIRO, António – *Obras Escolhidas – O mistério da Igreja*, III, UCE, Lisboa, 2009, 342ss.

⁴²³ «No 25.º aniversário do encerramento do Concílio Ecuménico Vaticano II», in RIBEIRO, António – *Obras Escolhidas – O mistério da Igreja*, III, UCE, Lisboa, 2009, 342-343.

⁴²⁴ «No 25.º aniversário do encerramento do Concílio Ecuménico Vaticano II», in RIBEIRO, António – *Obras Escolhidas – O mistério da Igreja*, III, UCE, Lisboa, 2009, 343.

D. António Ribeiro prossegue afirmando a necessidade de uma sólida formação da fé, mas vai mais longe, ao dizer, que a maior deficiência que encontra na aplicação do Concílio está «na debilidade do testemunho cristão na sociedade portuguesa».⁴²⁵

Passados 50 anos do II Concílio Ecuménico do Vaticano, se nos abre uma compreensão dinâmica de uma vida conjunta, de um caminho percorrido, e por isso, não se pode avaliar como um revivalismo, mas como um desafio no encontro de novas respostas. Segundo Guilherme d'Oliveira Martins há algumas dimensões a explorar, veja-se a título de exemplo: o papel dos leigos e a colegialidade na Igreja, a dimensão sinodal como método e como modelo de viver, pensar teologicamente o papel da mulher na Igreja, o tema dos ritos e da diversidade cultural.⁴²⁶

De algumas fragilidades ainda se continua a falar:

«algumas vezes, fica a sensação de que a evocação do Vaticano II serve apenas para aquietar consciências e dinâmicas, exactamente ao contrário do que pretendeu João XXIII com a convocatória do concílio. E outras vezes dá a sensação de que se evoca o Vaticano II sem sequer se conhecer muito bem (ou mesmo menosprezando) os seus textos e a sua atitude teológica ou o que foi o processo de debate da assembleia conciliar. Também neste âmbito se nota uma das fragilidades do catolicismo português: enquanto noutros países proliferaram as obras de memória, investigação e aprofundamento sobre o Vaticano II, em Portugal ficámos reduzidos a duas ou três edições piedosas, que não entram no âmago da experiência conciliar nem apontam caminhos de futuro».⁴²⁷

Creemos, no entanto, que neste momento, por ocasião da comemoração dos 50 anos do encerramento do Concílio, o leque de obras, conferências e debates têm permitido adentrar mais no espírito conciliar e na riqueza incomensurável dos documentos conciliares.⁴²⁸ Porventura,

⁴²⁵ «No 25.º aniversário do encerramento do Concílio Ecuménico Vaticano II», in RIBEIRO, António – *Obras Escolhidas – O mistério da Igreja*, III, UCE, Lisboa, 2009,343.

⁴²⁶ Prefácio de Guilherme d'Oliveira Martins no livro de António Marujo em entrevista ao P. António Rego e P. Ramón Cazallas (Cf. MARUJO, António – *Quando a Igreja desceu à Terra - Testemunhos de memória e futuro nos 50 anos do Concílio Vaticano II*, IMC-Lucerna, Lisboa, 2013, 7-8).

⁴²⁷ MARUJO, António – *Quando a Igreja desceu à Terra - Testemunhos de memória e futuro nos 50 anos do Concílio Vaticano II*, IMC-Lucerna, Lisboa, 2013, 11.

⁴²⁸ Algumas publicações: MARUJO, António – *Quando a Igreja desceu à Terra - Testemunhos de memória e futuro nos 50 anos do Concílio Vaticano II*, IMC-Lucerna, Lisboa, 2013; MARCELINO, António B. – *Vaticano II ao alcance de todos*, Paulinas, Prior Velho, 2012; ZANON, Darlei - *Para Ler o Concílio do Vaticano II*, Paulus, Lisboa, 2012; SANTOS, Henrique – *A recepção do Concílio Vaticano II na Diocese da Guarda*, Paulus, Lisboa, 2011; AA.VV – *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012.

Deixamos aqui mais algumas referências quanto a Semanas/Conferências/Jornadas: Jornadas "Liturgia, Arte e Arquitetura nos 50 anos do Vaticano II", 15 e 16 de Novembro 2013, UCP Lisboa; Jornadas sobre o Concílio Vaticano II: "Fé – Igreja – Mundo", 5/6 Janeiro 2013, Lisboa; Jornadas Teotonianas "Atualidade do Concílio

poder-se-á cair igualmente na banalização, na redução deste acontecimento a uma memória histórica sem consequências na vida da humanidade.

Como refere António Rego, o II Concílio Ecuménico do Vaticano «é um compêndio vivo da Igreja»,⁴²⁹ e por isso não é efêmero. É necessário afirmar que hoje está vivo. Também hoje, é necessário perceber os sinais dos tempos, onde o Espírito de Deus procurar chegar a toda a humanidade. Nesse sentido, muito se fez já, e alguns desses sinais são o «dinamismo de muitos movimentos, empenhamento de leigos (...), revitalização do voluntariado (...), criação de iniciativas de diálogo com os não crentes».⁴³⁰

Sublinha D. Manuel Clemente, na sua visão, por ocasião dos 50 anos do Concílio, que este para ele, como para outros, na sua aplicação foi e continua a ser um desafio pautado pelo discernimento e identidade cristã e eclesial, para servir catolicamente o mundo.⁴³¹ Por isso, o Concílio foi «uma das mais evidentes comprovações das promessas – e exigências – de Cristo à Sua Igreja».⁴³² Chega a referir que nos encontramos na terceira fase do Concílio, sendo que a primeira foi a preparação, a segunda a sua realização e, por fim, a aplicação, na qual há ainda muito para caminhar.⁴³³

A vivência da renovação conciliar prossegue, redescobrimo-se a Igreja naquilo que é e na sua missão. Sem dúvida que podemos reconhecer algumas dimensões do caminho já feito,

Vaticano II 50 Anos Depois”, 15-17 de Fevereiro de 2013, Monção; Jornadas Culturais do Episcopado “A receção do Concílio Vaticano II na Igreja em Portugal”, 18-21 de Junho de 2012, Fátima; Jornadas Missionárias “Vaticano II, 50 anos, Missão, Memória e Profecia”, 14-16 de Setembro de 2012; XXVII Semana de Estudos sobre a Vida Consagrada: “Concílio Vaticano II – Renovação e esperança. Desafios à Vida Consagrada, 50 anos depois (1962-2012)”, 18-21 de Fevereiro de 2012, Fátima; «Simpósio sobre o Concílio Vaticano II», 23-24 de Novembro 2013, Faro; XXXV Jornadas de Estudos Teológicos: “Imaginar a Igreja, a Sinodalidade, Colegialidade e Ministério de Pedro”, 26-28 de Fevereiro 2014, UCP Lisboa; Conferência “O ano da fé e a memória do Concílio Vaticano II”, Felgueiras; «A Herança do Concílio Vaticano II em avaliação», in *Didaskalia*, 42/2 (2012); «Nos 50 anos do Concílio Vaticano II», in *Communio*, XXIX/3 (2012).

⁴²⁹ MARUJO, António – *Quando a Igreja desceu à Terra - Testemunhos de memória e futuro nos 50 anos do Concílio Vaticano II*, IMC-Lucerna, Lisboa, 2013, 28.

⁴³⁰ MARUJO, António – *Quando a Igreja desceu à Terra - Testemunhos de memória e futuro nos 50 anos do Concílio Vaticano II*, IMC-Lucerna, Lisboa, 2013, 72.

⁴³¹ Cf. AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 29.

⁴³² AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 29.

⁴³³ AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 29.

mas ainda nos encontramos na senda do Concílio «sem fixismos retro, nem ilusões de que apenas uma leitura é possível da e na nossa Fé».⁴³⁴

Concluimos este sub-capítulo, conscientes de que a «riqueza do Vaticano II aí está em tesouro de produção contínua: quanto mais se descobre, mais há que aprofundar porque o Espírito não tem limites na sua ternura de nos revelar o Amor do Pai».⁴³⁵ Assim, é muito necessário viver numa paciência diligente, onde não se dê espaço à resignação, ao conformismo. Hoje, podemos dizer, que passados cinquenta anos, o espaço de tempo passado é insignificante para a veuidade de qualquer balanço, fatalmente prematuro e arriscado por força das coisas e da diversidade de situações pastorais.

3.2.A Participação de D. Manuel no II Concílio Ecuménico do Vaticano

D. Manuel de Almeida Trindade, bispo eleito e ainda não sagrado, marcou presença desde o início no II Concílio Ecuménico do Vaticano, tomando parte em todos os momentos conciliares, e os quais temos registados nas *Actas do Concílio* com diversas intervenções.⁴³⁶ Considerou a sua nomeação e participação no II Concílio Ecuménico do Vaticano como uma

⁴³⁴ AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 34.

A Igreja redescobriu-se e o Concílio foi uma grande primavera. Daí resulta que possamos a partir do testemunho de João Bairos, reconhecer algumas dimensões dessa redescoberta: a Igreja como Povo de Deus; a ênfase da comunhão; a participação de todos na vida da Igreja e na responsabilidade da missão; apostolado dos leigos com uma novo vigor; um diálogo humilde e respeitador, ao nível interno, ecuménico, inter-religioso e intercultural. Muitas dimensões poderíamos sublinhar, mas pensamos ser relevante esta: a autenticidade e essencialidade, como realça João Bairos: «era a essencialidade evangélica que vinha ao de cima, aliás como fora sempre a pobreza evangélica a ditar todos os apelos e movimentos de reforma da Igreja» (Cf. AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 39-40).

Dando continuidade ao que é mais importante, vemos que é difícil escolher os benefícios do concílio, precisamente pela necessidade de os escolher, e não pela dificuldade de os enumerar. Queríamos, contudo, sublinhar as palavras de Carlo Martini, quando lhe parece que «não houve nada particularmente distorcido nos documentos do Vaticano II», mas o que é distorcido são e foram «algumas interpretações ou aplicações que lhe foram dadas» (Cf. AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 50-51).

⁴³⁵ TELES, Fernando - «Corresponsáveis na única missão da Igreja», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 54.

⁴³⁶ Cf. «As marcas de D. Manuel de Almeida Trindade», in *Agência Ecclesia (Boletim de Actualidade religiosa)*, 1159 (2-XI-2008) 13.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 10.

espécie de “noviciado” episcopal, uma vez que a sua nomeação se dera pouco tempo antes de se iniciar o Concílio, tendo-o preparado para a missão que lhe era confiada ao serviço da diocese de Aveiro.⁴³⁷

A partida para os trabalhos conciliares, realizou-se conjuntamente com os bispos D. Ernesto Sena de Oliveira e o seu bispo auxiliar, D. Manuel de Jesus Pereira e com D. José da Costa Nunes, numa viagem de barco, o conhecido *Vulcânia*.⁴³⁸

Com surpresa e até algum embaraço, testemunha D. Manuel que, quanto ao facto de ser apenas bispo eleito (sem ter sido ordenado e tomado posse da sua diocese), pois não tinha a certeza se poderia participar no Concílio. Todavia, não era caso único e, encontravam-se mais três bispos na mesma situação:

«Resolvi – refere D. Manuel – ir à Gregoriana consultar um professor de direito canónico: O Padre Lhovera. Mas o Padre Lhovera, mesmo depois de tirar das estantes livros onde poderia encontrar uma resposta, nada me soube dizer. Remeteu-me para um professor de grande reputação, o Padre Bidagor. Idêntico resultado. Mas abriu-me uma pista: «Vá à Secretaria do Concílio, a Mons. Lupi. O senhor não deve ser caso único». E não era. Mons. Lupi disse-me que sim, que podia tomar parte, apenas com uma condição: que, nas grandes solenidades do Concílio – como ia ser a abertura -, eu não poderia levar mitra, mas um simples barrete vermelho. E assim aconteceu».⁴³⁹

D. Manuel referiu, em entrevista, que a sua participação no Concílio, ao iniciar a sua vida de Pastor Diocesano, permitiu-lhe captar os problemas e as ansiedades da Igreja durante os meses em que esteve no concílio, vivendo a experiência acumulada por tantos pastores do mundo inteiro.⁴⁴⁰

⁴³⁷ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 158. Cf. «Testemunho de um “Padre Conciliar”»: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 7.

⁴³⁸ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 157.

⁴³⁹ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 158.

⁴⁴⁰ «como uma oportunidade única que a Providência me proporciona de, ao ter de abandonar a vida recolhida em que tenho vivido dedicado ao estudo e à formação da mocidade, especialmente da que se encaminha para o sacerdócio, poder captar em cheio os problemas e ansiedades da Igreja, vivendo em alguns meses a experiência acumulada de tantos pastores de almas espalhados pelo mundo inteiro e tendo possibilidades de a avaliar à luz dos Ensinamentos da Igreja» [*Correio do Vouga*, XXXIII/1630 (22.XII.1962) 5.11].

No fundo, as grandes questões estavam presentes no pensamento de D. Manuel, ao deparar-se com tal acontecimento, no dia em que o Concílio se iniciava. Pensava ele nos motivos pelos quais fora convocado: “Que podemos nós fazer pela Igreja?”, dizia o Papa João XXIII ao Mons. Tardini.⁴⁴¹

Na aula conciliar, D. Manuel tomava lugar «na tribuna, do lado esquerdo da basílica, armada entre os pilares que ficam mesmo em frente da velha estátua de S. Pedro».⁴⁴² Neste lugar, podia ver tudo o que acontecia na mesa da presidência, e, como refere, «assistir à missa que se celebrava todos os dias mesmo em frente do altar da “confissão”».⁴⁴³ Do primeiro dia de Concílio, destacou D. Manuel da homilia do Papa o seguinte:

«(...) o *punctum saliens* deste Concílio não é a discussão de um ou outro ponto da doutrina fundamental da Igreja, repetindo e proclamando o ensino dos padres e dos teólogos antigos e modernos, pois este supõe-se bem presente e familiar ao vosso espírito. Para isto não havia necessidade de um Concílio».⁴⁴⁴

João XXIII havia lançado o *mote* do Concílio: um *aggiornamento da Igreja*. Cedo se percebeu, com o início dos trabalhos, a 20 de Outubro, que havia muito a tratar e era uma utopia realizar tudo isso em apenas alguns meses:

«A ideia de concluir um Concílio, onde tinham sido postos à consideração dos padres conciliares nada menos que 72 documentos (depois reduzidos para 16), revelou-se uma utopia, dado que no final da primeira sessão, apesar de terem sido abordados e discutidos outros documentos, nenhum deles estava em condições de poder ser apresentado à votação dos padres conciliares».⁴⁴⁵

Relata D. Manuel que um primeiro enriquecimento pela participação no Concílio advém do facto de viver, no dia-a-dia e com frequência, com os bispos portugueses, sendo que uma parte se encontrava a residir na *Casa della Madonna di Fátima* (onde ele próprio se encontrava) e outra parte no *Pontifício Colégio Português*. Podemos dizer ainda, que outro foi o privilégio

⁴⁴¹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 160.

⁴⁴² TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 161.

⁴⁴³ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 161-162.

⁴⁴⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 162-163.

⁴⁴⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 164.

de participar num Concílio ecuménico que nem a todos os bispos é dado usufruir, até por ser na altura o maior e o mais importante.⁴⁴⁶

3.2.1. Intervenções nas sessões conciliares

A voz de D. Manuel nunca ressoou na aula conciliar em nenhuma das quatro sessões. Quer isto dizer, que oralmente, nunca se pronunciara. Todavia, tal como o próprio refere: «novato como era, e talvez tímido, nunca ouvi a minha voz ecoar na basílica de S. Pedro. Mas escrevi algumas notas de que na altura ninguém teve conhecimento senão eu».⁴⁴⁷

Temos agora a oportunidade de consultar as suas notas ou intervenções escritas, que na sua totalidade são quatro, sendo três dessas intervenções escritas realizadas no âmbito da segunda sessão conciliar, e a última intervenção escrita no âmbito da quarta sessão conciliar.⁴⁴⁸

Sabemos, que na elaboração do esquema «De Ecclesia», consta um longo tempo de debates, pois afinal a Igreja necessitava de um longo período para se contemplar a si mesma e responder aos desafios do mundo e da sua presença no mundo. Tudo isto envolto em reflexões, opiniões diversas, provocações, mas necessárias para que se definisse e constituísse a “espinha

⁴⁴⁶ «Entre 11 de Outubro de 1962 e 8 de Dezembro de 1965, reuniram-se no Vaticano, 2860 bispos do mundo inteiro: 2641 de raça branca, 150 de raça amarela e 69 de raça negra. Durante este período, realizaram-se 4 sessões, 168 assembleias gerais, 2212 intervenções orais, 4361 intervenções escritas, 544 votações e 11 sessões públicas. Como resultado de tão ingente trabalho, foram promulgados 16 documentos: 4 constituições, 9 decretos e 3 declarações» (RIBEIRO, António - «Vaticano II perante a Igreja e o Mundo», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, I, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., LIII).

⁴⁴⁷ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 173.

Algumas dessas notas podem encontrar-se a partir do livro *Memórias de um bispo*, da página 167 à 176.

⁴⁴⁸ Sobre o próêmio e o cap. 1º do esquema «De Ecclesia» (ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 151-152);

Sobre o cap. 2º do esquema «De Ecclesia» (ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 713-714).

Sobre o cap. 3º do esquema «De Ecclesia» (ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 434-436);

Sobre o esquema «De libertate religiosa» (ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 119-120).

dorsal” da natureza e estrutura da Igreja.⁴⁴⁹ Mas vejamos que, como sublinhava D. Manuel, um dos aspectos mais relevantes da vivência na aula conciliar era o ambiente de plena liberdade de expressão, e por isso, tornou-se possível tomar em consideração os pontos de vista sobre os temas mais delicados.⁴⁵⁰

Entenda-se por isso, a grande preocupação de D. Manuel em escrever sobre tal esquema, tendo dedicado três intervenções escritas a este propósito. Aliás, já para Paulo VI, o Concílio devia ocupar-se de um único problema: a Igreja.⁴⁵¹ Por isso, num primeiro momento se reflectiu sobre a natureza da Igreja, para posteriormente ponderar sobre a sua presença e acção no mundo. A este respeito diz-nos D. Manuel, que «a segunda sessão teria por tema: *Que é que a Igreja faz?* A Igreja que ensina; a Igreja que reza (aqui o capítulo sobre a Sagrada Liturgia); a Igreja que governa (empenhada nos vários officios temporais).⁴⁵²

3.2.1.1. Sobre o Proémio e o Capítulo Primeiro do esquema «De Ecclesia»

Nesta primeira intervenção escrita, D. Manuel reflecte sobre a compreensão do Mistério Trinitário. Realça a necessidade de no esquema «De Ecclesia», clarificar e aprofundar o papel, relação e missão das Pessoas da Santíssima Trindade no mistério da Igreja.⁴⁵³ Deste modo,

⁴⁴⁹ TRINDADE, Manuel - «Concílio – o esquema «de Ecclesia», in *Igreja e Missão*, XV/12 (Out-Dez 1963) 64-65.

⁴⁵⁰ Cf. «Testemunho de um “Padre Conciliar”»: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 7.

⁴⁵¹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 169.

⁴⁵² TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 169.

⁴⁵³ «Quando autem hoc propositum in rem deducitur in ipso constitutionis textu, meo humili iudicio res non ita feliciter evasit. Par. 2,3 et 4 textus non videtur satis in evidentiam ponere quae singulis SS. Trinitatis sunt propria vel de ipsis per appropriationem in Sacra Scriptura et traditione fundatam sunt dicta, quando agitur de describendo earum interventu in mysterio Ecclesiae efformando. Si ita fieret, evitarentur repetitiones quae in textu inveniuntur et aspectus cuiusdam operis musivi, de quo aliqui Patres iuste conquesti sunt» (ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972,151-152)

apresentou a sua perspectiva, no que se refere ao projecto do Pai Eterno,⁴⁵⁴ à missão do Filho⁴⁵⁵ e à missão do Espírito Santo,⁴⁵⁶ sendo que Deus, o Criador, enviou o Seu Filho ao mundo – Jesus Cristo – para no sacrifício da Cruz levantar a humanidade, para salvar a humanidade. Assim, pela encarnação do Verbo e, especialmente, pelo sacrifício de Cristo consumado na Cruz, para Salvação de todos, a Igreja de Cristo é sinal e sacramento de salvação.⁴⁵⁷

Hoje e sempre, a missão do Espírito Santo é animar e santificar na caridade a Igreja.⁴⁵⁸

Neste sentido, D. Manuel vai ao encontro da Constituição dogmática sobre a Igreja «Lumen

⁴⁵⁴ «En quae mihi viderentur dicenda: § 2. De aeterni Patris consilio. Pater omnes homines creavit (etsi tantum per appropriationem creatio ei tribuatur; haec bene fundatur tum in Sacrae Scripturae verbis tum in traditione; v. g. Symbolum Nicaeno-Constantin.). Homines lapsos Pater consuluit ad salutem revocare. Patri tribuitur sic discta «iniciativa» salutis. Ideo Pater misit Filium suum in mundum. (Missio Filii a Patre, quae huic est propria, esset in recto hac paragrapho affirmanda, non autem in sequenti, in qua mentio fit de Filii actione in opere salutis efficiendo). Denique Pater Filii sacrificium in cruce consummatum acceptavit eumque a mortuis suscitando ut Caput novae humanitatis constituit» (ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 151-152).

⁴⁵⁵ «§ 3. De missione Filii. In recto ponenda eset Incarnatio Verbi quae proprie Filio tribuitur, verbis e. g. quae in Symbolo Nicaeno-Const. Inveniuntur, et in obliquo (cum de hac re iam in § 2 in recto dictum est) eius missio a Patre, « quando venit plenitudo temporis». Vita et praesertim sacrificium Christi quo ipse novum populum sanguine suo sibi acquisivit et in Ecclesiam constituit cuius ipse est pedra angularis. Haec autem Ecclesia Christi voluntate est pro omnibus hominibus signum et instrumentum vel sacramentum salutis. Ideo ei formam visibilem dedit, eam super Petrum fundavit visibilibus salutis mediis eam instruendo» (ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 151-152).

⁴⁵⁶ «§ 4. De Spiritus Sancti missione. Opere Christi consummato, misit Deus Pentecostes die Spiritum Sanctum ut novus Israel, sanguine Christi acquisitus, in populum Dei aedificaretur (cf. Act. Ap., cap. II). Spiritus Sancti ductu Ecclesiae hierarchia constituitur quam ipse assistentia a Christo promissa dirigit, fovet atque illuminat. Spiritus Sancti gratia, praedertim sacramentis a Christo institutis et in sinu Ecclesiae positis, sanctificantur animae et caritate in Ecclesia, cuius ipse est anima, devinciuntur. Spiritus per virtutem Evangelii juvenescere facit Ecclesiam eamque perpetuo renovat, et ad consummatam cum sponso suo unionem perducit» (ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 151-152).

⁴⁵⁷ A este propósito veja-se o comentário histórico-doutrinal por D. Manuel de Almeida Trindade: «Muitos padres conciliares manifestaram o desejo de que a constituição dogmática começasse por esta citação [Efésios 1,3-14] completa da Carta aos Efésios. A comissão doutrinal preferiu, para não antecipar as coisas, exprimir por outras palavras os desígnios do Eterno Pai acerca da salvação da Humanidade, a missão do Filho Redentor e o papel do Espírito Santo como santificador da Igreja. (...) Mais tarde, a teologia, reflectindo na acção de Deus desenrolada fora do seio da Trindade (acções *ad extra*), distinguirá entre acções *próprias* de cada uma das Pessoas e acções que lhes são *apropriadas*» (TRINDADE, Manuel de Almeida - «Constituição Dogmática sobre a Igreja e comentário histórico-doutrinal», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d, 122).

⁴⁵⁸ «Consumada a obra que o Pai confiou ao Filho para Ele cumprir na terra (cfr. Jo. 17,4), foi enviado o Espírito Santo no dia de Pentecostes, para que santificasse continuamente a Igreja e deste modo os fiéis tivessem acesso ao Pai, por Cristo, num só Espírito (cfr. Ef. 2,18). Ele é o Espírito de vida, ou a fonte de água que jorra para a vida eterna (cfr. Jo. 4,14; 7, 38-39); por quem o Pai vivifica os homens mortos pelo pecado, até que ressuscite em Cristo os seus corpos mortais (cfr. Rom. 8, 10-11). O Espírito habita na Igreja e nos corações dos fiéis, como num templo (cfr. 1 Cor. 3,16; 6,19), e dentro deles ora e dá testemunho da adopção de filhos (cfr. Gál. 4,6; Rom. 8, 15-16. 26).

Gentium» nos capítulos dedicados ao «Mistério da Igreja» e depois à «vocação de todos à Santidade na Igreja», para mostrar que é pela graça do Espírito Santo que se entende a hierarquia na Igreja, pois só Ele faz a Igreja crescer e conduzir à união perfeita com seu esposo.⁴⁵⁹ A este propósito, vemos a importância que tem este documento ao afirmar logo de início que a Igreja é um Mistério: «Mistério quer dizer um plano concebido na mente divina, que depois se desenrola do decurso da história».⁴⁶⁰

D. Manuel recorda-nos que a Igreja, acção das três Pessoas divinas, mistério de salvação, vem de cima. Não é obra humana nem descoberta sua, mas é a misericórdia de Deus, que se insere na história humana, onde o Verbo encarnado é como presença de Deus entre homens, «incoactivo “Reino de Deus”, no qual para se salvarem, todos os homens são convidados a entrar». Mas já na sua intervenção, ele consagra a importância de uma perspectiva

A Igreja, que Ele conduz à verdade total (cfr. Jo. 16,13) e unifica na comunhão e no ministério, enriquece-a Ele e guia-a com diversos dons hierárquicos e carismáticos e adorna-a com os seus frutos (cfr. Ef. 4, 11-12; 1 Cor. 12,4; Gál. 5,22). Pela força do Evangelho rejuvenesce a Igreja e renova-a continuamente e leva-a à união perfeita com o seu Esposo (3). Porque o Espírito e a Esposa dizem ao Senhor Jesus: «Vem» (cfr. Apoc. 22,17)! Assim a Igreja toda aparece como «um povo unido pela unidade do Pai e do Filho e do Espírito Santo» (Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 4, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 60);

«A prometida restauração que esperamos, já começou, pois, em Cristo, progride com a missão do Espírito Santo e, por Ele, continua na Igreja; nesta, a fé ensina-nos o sentido da nossa vida temporal, enquanto, na esperança dos bens futuros, levamos a cabo a missão que o Pai nos confiou no mundo e trabalhamos na nossa salvação (cfr. Fil. 2,12)». (Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 48, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 102);

⁴⁵⁹ Cf. Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 8, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 63-65.

«Por isso, todos na Igreja, quer pertençam à Hierarquia quer por ela sejam pastoreados, são chamados à santidade, segundo a palavra do Apóstolo: «esta é a vontade de Deus, a vossa santificação» (1 Tess. 4,3; cfr. Ef. 1,4). Esta santidade da Igreja incessantemente se manifesta, e deve manifestar-se, nos frutos da graça que o Espírito Santo produz nos fiéis; exprime-se de muitas maneiras em cada um daqueles que, no seu estado de vida, tendem à perfeição da caridade, com edificação do próximo; aparece dum modo especial na prática dos conselhos chamados evangélicos. A prática destes conselhos, abraçada sob a moção do Espírito Santo por muitos cristãos, quer privadamente quer nas condições ou estados aprovados pela Igreja, leva e deve levar ao mundo um admirável testemunho e exemplo desta santidade» (Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 39, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 93).

⁴⁶⁰ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 211.

trinitária, cristológica e especialmente pneumática, que ilumina toda a Constituição Dogmática «Lumen Gentium».⁴⁶¹

D. Manuel dá um lugar de relevo na sua intervenção ao importante papel do Espírito Santo, pois como viria a firmar mais tarde não se pode entender o ser e o agir da Igreja (quer como estrutura hierárquica quer como realidade carismática) sem a presença constante do Espírito Santo, e que não se pode definir a Igreja sem a referir ao grande acontecimento do Pentecostes. No Pentecostes inicia-se a missão do Espírito Santo na comunidade fundada por Jesus, que na Igreja a sua missão é luz para aquilo que devem ser os cristãos para o mundo.⁴⁶²

3.2.1.2. Sobre o Capítulo Segundo do esquema «De Ecclesia»

Nas observações escritas, a 16 de Outubro de 1963, D. Manuel introduz e propôs uma correcção nas linhas 5-7 do capítulo segundo do esquema «De Ecclesia».⁴⁶³ Surge primeiramente, um pormenor de relevo: a palavra *plena*, do próemio do então esquema «De Ecclesia».⁴⁶⁴ Contudo, na redacção final vemos que raramente se usa o termo *plena* no âmbito

⁴⁶¹ «Opere Christi consummato, misit Deus Pentecostes die Spiritum Sanctum ut novus Israel, sanguine Christi acquisitus, in populum Dei aedificaretur (cf. *Act. Ap.*, cap. II). Spiritus Sancti ductu Ecclesiae hierarchia constituitur quam ipse assistentia a Christo promissa dirigit, fovet atque illuminat. Spiritus Sancti gratia, praedertim sacramentis a Christo institutis et in sinu Ecclesiae positus, sanctificantur animae et caritate in Ecclesia, cuius ipse est anima, devinciuntur. Spiritus per virtutem Evangelii iuvenescere facit Ecclesiam eamque perpetuo renovat, et ad consummatam cum sponso suo unionem perducit» (ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 151-152).

⁴⁶² Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «Constituição Dogmática sobre a Igreja e comentário histórico-doutrinal», in RIBEIRO, António (dir.) - *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 123.

⁴⁶³ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 713-714.

⁴⁶⁴ «Quaero utrum peccatores, qui utpote in sinu Ecclesiae degunt et e Populo Dei sunt eiusque membra, etiam ipsi *plena* dignitate hominis christianis gaudeant. Nonne melius foret si verbum *plena* tollatur et simpliciter dicatur: “Quicumque e populo Dei sunt eo ipso dignitate hominis christianis gaudent?”» (ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 713-714).

inicialmente pensado. Cremos que depois de retocado o esquema, possamos situar essa expressão na «Lumen Gentium» (LG 18).⁴⁶⁵

Apraz-nos dizer, se nos é possível, que há uma mudança quanto ao sentido, passando de *plena* para *vera*, o que já não é propriamente uma condição do cristão mas uma identidade própria do ser cristão. D. Manuel não chegou a introduzir uma alteração de palavras, mas apenas referir que se deveria pôr de lado a palavra *plena*, garantindo, cremos nós, uma ampla visão eclesiológica. Todavia, considerava D. Manuel que todos aqueles que pertencem ao Povo de Deus, alegram-se com isso mesmo na dignidade do homem cristão.⁴⁶⁶

Na abordagem deste capítulo, está o privilegiar de uma imagem significativa que é a *imagem* do Povo de Deus, para expressar, segundo D. Manuel, «ao mesmo tempo, uma realidade colectiva, um devir histórico e, como característica específica, o ser Povo de Deus».⁴⁶⁷ Convém, no entanto, realçar que no Concílio prevalece uma consideração de ordem lógica, do que propriamente uma ordem histórica e institucional, o que se traduz na existência de «um poder e de um serviço pastoral»⁴⁶⁸ que, só é entendível quando articulado com a existência de uma comunidade. Todavia, não está em causa a Igreja como sociedade hierárquica, pois a «hierarquia faz parte da ordem sacramental da Igreja peregrina».⁴⁶⁹

⁴⁶⁵ «Cristo Nosso Senhor, para apascentar e aumentar continuamente o Povo de Deus, instituiu na Igreja diversos ministérios, para bem de todo o corpo. Com efeito, os ministros que têm o poder sagrado servem os seus irmãos para que todos os que pertencem ao Povo de Deus, e por isso possuem a verdadeira dignidade cristã, alcancem a salvação, conspirando livre e ordenadamente para o mesmo fim» (Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 18, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 74).

⁴⁶⁶ Cf. ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 713; Cf. Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 18, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 74.

⁴⁶⁷ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 212.

⁴⁶⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 199.

⁴⁶⁹ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 212.

«Eadem linea et sequenti – nempe 6-7 – asseritur: «... qui vero ut ministri potestate pollent, fratribus suis inserviunt». Videretur – et hoc mirum! – quod ministri, qui aliis hominibus inserviunt, non eadem dignitate pollerent ac illi quibus inserviunt, quasi ipsi de familia Dei non essent. Optime quidem in schemate pluries asseritur quod exercitium potestatis in Ecclesia est quoddam servitium, iuxta illud Christi: non veni ministrari sed ministrare; sed hoc ut fiat minime necesse est quod quasi in abscondito ponatur Ecclesiae ministrorum dignitas, qui

Continuamos a aprofundar o que já foi referido anteriormente, e urge de sentido que D. Manuel realce o papel dos ministros que no exercício do seu poder, é sempre um poder ao serviço dos seus irmãos. Acontece que segundo ele, no esquema aqui discutido, afirmava-se várias vezes que:

«o exercício do poder na Igreja é um tipo de serviço de acordo com frase de Cristo: não vim para ser servido mas para servir; mas para que isto se faça minimamente é necessário que a honra (dignitas) dos ministros da Igreja permaneça quase secreta, os que certamente sobressaem pelo menos pela mesma honra (dignitas) e os restantes que são distinguidos (honrados) com nome cristão».⁴⁷⁰

Mas onde D. Manuel parece querer chegar, é que de facto a família de Deus é um todo, que não deixa ninguém de fora, e que todos se encontram ao serviço dos outros, pela dignidade que lhes é comum pelo Baptismo.⁴⁷¹

Mais adiante, D. Manuel sublinha que não parece suficientemente claro e teologicamente exacto, o que constava no capítulo do esquema, pois a presença de Cristo no bispo, de que trata não seja *unívoca* em relação ao exercício de todas as suas funções. Afirma, que o próprio sacerdote é um instrumento de Cristo – uma extensão própria da humanidade de Cristo. Essa presença, porém, não se encontra do mesmo modo quando o bispo exerce o múnus

et ipsi certe saltem eadem dignitate pollent ceteri qui nomine christiano decorantur» (ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 713-714).

⁴⁷⁰ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 713-714.

⁴⁷¹ «São plenamente incorporados à sociedade que é a Igreja aqueles que, tendo o Espírito de Cristo, aceitam toda a sua organização e os meios de salvação nela instituídos, e que, pelos laços da profissão da fé, dos sacramentos, do governo eclesiástico e da comunhão, se unem, na sua estrutura visível, com Cristo, que a governa por meio do Sumo Pontífice e dos Bispos. Não se salva, porém, embora incorporado à Igreja, quem não persevera na caridade: permanecendo na Igreja pelo «corpo», não está nela com o coração. Lembrem-se, porém, todos os filhos da Igreja que a sua sublime condição não é devida aos méritos pessoais, mas sim à especial graça de Cristo; se a ela não corresponderem com os pensamentos, palavras e acções, bem longe de se salvarem, serão antes mais severamente julgados» (Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 14, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 70-71).

de ensinar e de governar, uma vez que o bispo, «resumidamente, age não como um instrumento de Cristo, mas o mais frequentemente possível age em seu nome ou em nome da Igreja».⁴⁷²

Era precisamente este inciso final que D. Manuel dissera que não estava evidentemente claro no texto da Constituição, e por isso, a clarificação quanto à natureza dos poderes dos bispos era necessário ser aprofundada, assim como a sua origem e extensão.⁴⁷³ Aliás, esta questão foi uma das que maior impacto teve em todo o documento, daí que possamos sublinhar como D. Manuel que a Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», dá-nos essa síntese.⁴⁷⁴

Portanto, o agir do bispo, não como um instrumento de Cristo, mas agindo em nome de Cristo e em nome da Igreja, tem em si inscrito a missão própria do episcopado: o múnus de pregar⁴⁷⁵, o múnus de santificar⁴⁷⁶ e o múnus de governar.⁴⁷⁷

⁴⁷² ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 713-714.

⁴⁷³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «Constituição Dogmática sobre a Igreja e comentário histórico-doutrinal», in RIBEIRO, António (dir.) - *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 134-137.

⁴⁷⁴ «Ensina, por isso, o sagrado Concílio que, por instituição divina, os Bispos sucedem aos Apóstolos, como pastores da Igreja; quem os ouve, ouve a Cristo; quem os despreza, despreza a Cristo e Aquele que enviou Cristo». (Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 20, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 75).

«De facto, consta pela tradição, manifestada sobretudo nos ritos litúrgicos da Igreja tanto ocidental como oriental, que a graça do Espírito Santo é conferida pela imposição das mãos e pelas palavras da consagração, e o carácter sagrado é impresso de tal modo que os Bispos representam de forma eminente e conspícua o próprio Cristo, mestre, pastor e pontífice, e actuam em vez d'Ele. Pertence aos Bispos assumir novos eleitos no corpo episcopal por meio do sacramento da Ordem» (Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 21, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 76).

⁴⁷⁵ Cf. Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 25, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 80-81.

⁴⁷⁶ Cf. Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 26, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 81-82.

⁴⁷⁷ Cf. Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 27, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 82-83.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «Constituição Dogmática sobre a Igreja e comentário histórico-doutrinal», in RIBEIRO, António (dir.) - *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 138-141.

3.2.1.3. Sobre o Capítulo Terceiro do esquema «De Ecclesia»

A intervenção escrita, de 25 de Outubro de 1962, correspondente ao capítulo terceiro do esquema «De Ecclesia»,⁴⁷⁸ permite-nos colocar em paralelo o pensamento de D. Manuel e o resultado do Concílio, ao procurar uma definição de leigo e a sua missão no mundo. Muitas são as semelhanças nas ideias e resultado final da Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium».

Primeiramente, vemos que D. Manuel procura testemunhar o que é um *leigo*, partindo de uma análise histórica e etimológica. Verificava ele, que na aula conciliar faltava ainda aprofundar algumas questões: o que é em última análise o leigo?; o que é o apostolado dos leigos e como devem eles participar no apostolado da hierarquia?; e em que sentido nos leigos se pode distinguir o sacerdócio ministerial do sacerdócio universal.⁴⁷⁹

Recorrendo ao verbo *laón*, o termo *leigo* é um adjectivo derivado desse verbo, e embora se possa encontrar um sentido positivo e outro negativo, é necessário aprofundar teologicamente o conceito:

«Convém trazer à memória o vocábulo ‘laicós’, derivado da língua grega, que se encontra somente na versão do Antigo Testamento feita por Aquila (jamais na versão da Septuaginta, e que aí, na verdade, nunca se refere a pessoas, mas sempre a coisas. O sentido primitivo do verbo ‘laicós’ é o mesmo de ‘profano’, ‘não consagrado’. O adjectivo ‘laicós’ aposto ao nome ‘homo’ (homem) aparece pela primeira vez na epístola de S. Clemente Romano aos Coríntios, e aí para designar que não pertencem ao estado clerical. Esta relação às coisas profanas, que está inerente à etimologia e ao uso primitivo pela força da própria palavra, deve ser integrado no conceito conciliar do homem leigo, a apresentar agora pela primeira vez».⁴⁸⁰

⁴⁷⁸ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 434-436.

⁴⁷⁹ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 434.

⁴⁸⁰ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 434-436.

D. Manuel sublinha que o homem é membro do Povo de Deus pelo Baptismo, e que se distingue do estatuto do clérigo e do religioso. Isto encontra-se em conformidade com a «Lumen Gentium», pois esta afirma o mesmo, quando diz que os fiéis, incorporados em Cristo pelo Baptismo, «constituídos em Povo de Deus e tornados participantes, a seu modo, da função sacerdotal, profética e real de Cristo, exercem, pela parte que lhes toca, a missão de todo o Povo cristão na Igreja se no mundo»⁴⁸¹ e de que «é própria e peculiar dos leigos a característica secular».⁴⁸²

No que se refere ao papel do apostolado dos leigos, a «Lumen Gentium» concretiza e aprofunda muito mais o que escreveu D. Manuel na sua intervenção. Contudo, não deixamos de ler sem verificar a importância das palavras e ideias de D. Manuel ali presentes, pois em ambos os textos se encontra a importância do cristão leigo que vive participando na própria missão salvadora da Igreja. Por isso, há em «todos os leigos a magnífica tarefa de trabalhar para que o desígnio de salvação atinja cada vez mais os homens de todos os tempos e lugares»⁴⁸³ e, como indica o próprio, «o homem leigo cristão é aquele que por vontade de Deus se ocupa das obras seculares, e mediante estas obras ordenadas para Deus procura a salvação eterna para si e para os outros».⁴⁸⁴ Portanto, a Igreja é um Povo, *o Povo de Deus*, ao qual todos são chamados e onde os seus membros, usufruem de uma igualdade fundamental, cuja raiz está no Baptismo. Poderemos concluir que há nos dois textos, a consciência real e concreta de que o leigo realiza a sua missão porque chamado por Deus. É Deus quem elege; é Deus quem chama, quem

⁴⁸¹ Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 31, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 87.

⁴⁸² Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 31, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 87.

⁴⁸³ Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 32, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 88.

⁴⁸⁴ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 434-436.

convida. Para o leigo ser e viver plenamente, como cristão, deve fazer tudo e entregar-se às tarefas seculares, testemunhando no mundo a ressurreição e a vida do Senhor Jesus, sendo sinal do Deus vivo: «... devem alimentar o mundo com frutos espirituais, e devem infundir-lhe o espírito que é próprio dos pobres, dos mansos e dos pacíficos, desses que o Senhor no Evangelho proclamou bem-aventurados».⁴⁸⁵

3.2.1.4. Sobre o esquema «De libertate religiosa»

No esquema *De Libertate Religiosa* que viria a ser denominado Declaração sobre a Liberdade Religiosa «*Dignitatis Humanae*»⁴⁸⁶, temos um dos assuntos que D. Manuel abundantemente espelha nas suas mensagens, declarações, conferências. Vê-se ser um dos temas queridos, entre outros, no seu episcopado.

Este documento teve dificuldades na sua redacção, especialmente, no terreno doutrinal, como nos afirma no comentário histórico-doutrinal António Montes Moreira, «as dificuldades fundamentais vieram do terreno doutrinal. Muitos padres consideravam inaceitável a própria ideia de liberdade religiosa civil porque viam nela uma porta aberta para o relativismo e o indiferentismo religioso».⁴⁸⁷ Daí que não tenha sido votado na terceira sessão, pois um grupo de padres pediu ao Conselho da Presidência do Concílio que a sua votação fosse adiada, pois existiam divergências profundas neste último texto em relação aos anteriores, e por isso, não queriam pronunciar-se sem o ler atentamente.⁴⁸⁸

⁴⁸⁵ Constituição Dogmática sobre a Igreja «*Lumen Gentium*», 38, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 92.

⁴⁸⁶ Declaração sobre a Liberdade Religiosa «*Dignitatis Humanae*», in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 265-276.

⁴⁸⁷ Cf. MOREIRA, António Montes - «Declaração sobre a Liberdade Religiosa e comentário histórico-doutrinal», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 635.

⁴⁸⁸ Cf. MOREIRA, António Montes - «Declaração sobre a Liberdade Religiosa e comentário histórico-doutrinal», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 637-638.

É neste ambiente, que nos é possível compreender a urgência da intervenção escrita de D. Manuel, a 22 de Setembro de 1965, - a mais longa das intervenções escritas que redigiu -, sobre o esquema da liberdade religiosa.⁴⁸⁹

Na quarta sessão, já tendo aproveitado o tempo de reflexão, e efectuado algumas correcções, o esquema foi debatido nas Congregações Gerais de 15,16,17,20,21 e 22 de Setembro. Podemos dizer que D. Manuel integra o conjunto das 108 emendas apresentadas por escrito ao Secretariado do Concílio.⁴⁹⁰ A proposta de D. Manuel era que na elaboração deste texto se considerassem três fases: a afirmação do carácter objectivo da revelação cristã; tivessem em atenção os que sem culpa deles ignoram o facto da Revelação Cristã; fortalecer as funções do Estado e daqueles que são seus membros que na sua condição, vivem em consciência, quer verdadeira, quer errónea, individualmente ou colectivamente.⁴⁹¹

Sem dúvida que não podemos passar ao lado do primeiro ponto, sublinhado por D. Manuel, que nos diz que o primeiro princípio, digno de um Concílio ecuménico, é esta afirmação de fé da própria Igreja em si humilde, mas sem sombra de dúvida de que ela é, não obstante os pecados e os defeitos de seus filhos, a expressão da revelação divina, o Reino de Deus construído neste mundo a partir de Cristo Senhor. Portanto, não pode a Igreja demitir-se

⁴⁸⁹ Cf. ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 119-120.

⁴⁹⁰ MOREIRA, António Montes - «Declaração sobre a Liberdade Religiosa e comentário histórico-doutrinal», in RIBEIRO, António (dir.) - *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 639.

⁴⁹¹ Cf. ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 119.

Sobre essas questões refere um dos estudiosos de D. Manuel o seguinte: «(...)apresentou várias observações escritas sobre o esquema da liberdade religiosa, que resumiu em três pontos: 1. Afirmar sem ambiguidade o carácter objectivo da revelação cristã, em que se fundamentam a própria Igreja, a sua missão e os seus direitos; 2. Atender claramente à situação em que se encontram os que sem sua culpa ignoram o facto da revelação cristã; 3. E sobre os deveres dos Estados e dos seus membros na ordenação da sociedade sem discriminação para com os que vivem, individual ou colectivamente, de consciência verdadeira ou errónea; “mas – disse – isto não impede que, por razões históricas, a sociedade civil conceda a determinada confissão religiosa um reconhecimento especial, sem prejuízo das outras comunidades que têm direito à sua liberdade”» (GASPAR, João Gonçalves - *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014, 519).

da função que tem, própria do seu Fundador, em se manifestar como coluna e baluarte da Verdade.⁴⁹²

Dando prioridade à essência ontológica da Igreja, D. Manuel reforçava que no documento deveria primeiramente constatar e incidir na afirmação da verdade divina da Revelação e da sua expressão histórica, em vez de entrar numa análise equívoca do que é a liberdade religiosa. Assim deveriam constar os seguintes passos, na redacção da declaração: a) a Revelação divina declara a religião cristã como a única verdadeira religião e a Igreja Católica como a única e verdadeira Igreja de Cristo⁴⁹³; b) esta não é uma afirmação gratuita, pois estão presentes os motivos objectivos que a justificam e verdadeiramente tornam a aprovação daqueles que livremente e de boa vontade tornam a aprovação como um «Imperativo da razão»; c) os homens são obrigados pela obrigação moral a abraçar a religião que a Revelação Divina lhes apresenta para professar e, primeiramente ponderando os motivos pelos quais a própria revelação se sustenta, para que rectamente formem a sua consciência desde que a notícia da Revelação Divina lhes chegue com argumentos, que verdadeira e suficientemente a possam recomendar (cf. DH 11.⁴⁹⁴

⁴⁹² ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 119-120.

⁴⁹³ «Em primeiro lugar, pois, afirma o sagrado Concílio que o próprio Deus deu a conhecer ao género humano o caminho pelo qual, servindo-O, os homens se podem salvar e alcançar a felicidade em Cristo. Acreditamos que esta única religião verdadeira se encontra na Igreja católica e apostólica, à qual o Senhor Jesus confiou o encargo de a levar a todos os homens, dizendo aos Apóstolos: “Ide, pois, fazer discípulos de todas as nações, baptizando os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo quanto vos prescrevi” (Mt. 28, 19-20)» (Declaração sobre a Liberdade Religiosa «Dignitatis Humanae», 11, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 265).

⁴⁹⁴ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 119-120.

«Por sua parte, todos os homens têm o dever de buscar a verdade, sobretudo no que diz respeito a Deus e à sua Igreja e, uma vez conhecida, de a abraçar e guardar» (Declaração sobre a Liberdade Religiosa «Dignitatis Humanae», 1, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 265).

Cf. Declaração sobre a Liberdade Religiosa «Dignitatis Humanae», 11, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 270-271.

Prossegue, depois, quanto à situação daqueles que sem culpa ignoram a divina Revelação e a verdadeira Igreja. Realça primeiramente, a dificuldade daqueles que sem culpa, não conseguem adequar a sua consciência em matéria religiosa de modo plenamente objectivo, ora porque não lhes chegou a proclamação da Divina Revelação, ora porque os argumentos não foram suficientemente fortes, ora porque não aceitaram a proclamação por razões externas, nomeadamente sociológicas ou históricas. A este propósito, sublinhe-se que «cada um tem o dever e consequentemente o direito de procurar a verdade em matéria religiosa, de modo a formar, prudentemente, usando de meios apropriados, juízos de consciência rectos e verdadeiros».⁴⁹⁵

Para corresponder esse dever e direito, deve também a Igreja desejar e prestar testemunho e serviço da verdade a todos os homens, «mesmo a custo de pesados sofrimentos e sacrifícios, para que todos possam reconhecer o Deus verdadeiro e aquele que Ele próprio enviou como Jesus Cristo».⁴⁹⁶ Daí que a Igreja «deseja realizar esta sua missão, e cumpre com grande respeito os caminhos do Senhor e as exigências da consciência humana, pois ela própria reprova toda e qualquer forma de coacção na adesão à fé e no exercício da religião».⁴⁹⁷

O Concílio afirmará aquilo que já era intuído por D. Manuel, e não só, em que a dignidade humana exige que na sua conduta o homem usufrua da sua própria decisão e liberdade e seja movido não pela repressão mas pela consciência do dever.⁴⁹⁸ Partindo do princípio enunciado em DH 2, o direito inscrito na ordenação jurídica da sociedade passa para

⁴⁹⁵ Declaração sobre a Liberdade Religiosa «Dignitatis Humanae», 3, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 266.

⁴⁹⁶ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 119-120.

⁴⁹⁷ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 119-120.

⁴⁹⁸ Cf. Declaração sobre a Liberdade Religiosa «Dignitatis Humanae», 2, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 266.

o direito civil, onde, segundo D. Manuel, todos os homens e todas as comunidades religiosas podem reivindicar para si legitimamente, pois nenhuma discriminação é legítima entre cidadãos da mesma pátria, baseada em razões meramente religiosas.⁴⁹⁹ No fundo, quer isto dizer que o direito à liberdade religiosa radica na dignidade da pessoa humana, isto é, na estrutura racional e livre do homem, para que nenhum seja forçado a agir contra a sua consciência. Sendo que o Estado não é capaz de se pronunciar sobre o grau de verdade das diferentes religiões, isso não leva nem conduz necessariamente à perda da sua dignidade fundamental, porque esta é um valor objectivo e universal, que existe para além da verdade ou da religião professada.⁵⁰⁰

Por fim, o que nos diz D. Manuel, ao terminar a sua intervenção escrita, é que «este especial reconhecimento não impede que a sociedade civil, por razões históricas, conceda isto a determinada confissão religiosa».⁵⁰¹ Mas para que assim aconteça, só na condição de «que seja reconhecido e seja concedido o direito de liberdade a todos os cidadãos e às comunidades religiosas».⁵⁰² A propósito do que diz respeito aos deveres do Estado e dos seus membros para com a liberdade religiosa, temos na declaração no n.º 6 a verificação disto mesmo que realçava D. Manuel: «Se, em razão das circunstâncias particulares dos diferentes povos, se atribui a determinado grupo religioso um reconhecimento civil especial na ordem jurídica, é necessário que, ao mesmo tempo, se reconheça e assegure a todos os cidadãos e comunidades religiosas o direito à liberdade em matéria religiosa».⁵⁰³

⁴⁹⁹ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 119-120.

⁵⁰⁰ MOREIRA, António Montes - «Declaração sobre a Liberdade Religiosa e comentário histórico-doutrinal», in RIBEIRO, António (dir.) - *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 649.

⁵⁰¹ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 120.

⁵⁰² ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 120.

⁵⁰³ *DH* 6. Quase que é uma citação literal da sua intervenção escrita.

3.2.2. Encerramento do Concílio

D. Manuel escreve nas suas *Memórias*, que não teve grandes surpresas com as ideias apresentadas no II Concílio Ecuménico do Vaticano, pois certas ideias que para alguns padres conciliares pareceriam avançadas, sem qualquer fundamento a justificá-las, tinha-as já D. Manuel, assimilado em «contacto com os melhores teólogos europeus, desde o Padre Congar, ao Padre Daniélou ou ao Padre de Lubac ou a outros grandes mestres. Devo desde já dizer que não tive grandes surpresas no Concílio».⁵⁰⁴ Mas também não caiu em ilusões, pois crê que tudo se fez para que os documentos conciliares fossem um referencial concreto daquilo que Deus quer. Sem dúvida, que há coisas a aperfeiçoar e que foram sendo aprofundados neste tempo pós-conciliar, pois o Concílio «foi uma escola em que também o tempo desempenhou o seu lugar».⁵⁰⁵

D. Manuel distingue os documentos conciliares em duas grandes categorias: «*cartas de reformas conciliares e cartas de diálogo pós-conciliar*».⁵⁰⁶ Quanto à primeira categoria, D. Manuel, agrupa como cartas de reformas conciliares alguns decretos (sobre o *mínus pastoral dos Bispos*, sobre o *ministério e a vida dos Presbíteros*, sobre a *formação dos futuros padres*, sobre a *renovação e adaptação da vida religiosa*, sobre a *actividade missionária na Igreja*, sobre *as Igrejas Orientais* e sobre o *apostolado dos leigos*); a declaração sobre a *educação cristã*; as constituições sobre a *Revelação divina* e sobre a *Sagrada Liturgia*.⁵⁰⁷

No que concerne à segunda, agrupa como *cartas de diálogo pós-conciliar* dois decretos (sobre a *ecumenismo* – diálogo com cristãos não católicos; e sobre as *comunicações sociais*),

⁵⁰⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 108.

⁵⁰⁵ «Testemunho de um “Padre Conciliar”»: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, *Lumen*, LII/6-7 (Junho-Julho 1991) 9.

⁵⁰⁶ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 218.

⁵⁰⁷ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 218.

duas declarações (sobre *as religiões não-cristãs*, e sobre a *liberdade religiosa*) e a Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Actual «Gaudium et Spes». ⁵⁰⁸

Creemos que já nos é possível retirar um apontamento a respeito das inquietações de D. Manuel, pelas suas intervenções escritas. Vemos que há uma primeira preocupação de D. Manuel quanto ao tronco da árvore, a «Lumen Gentium», e a respeito desta Constituição Dogmática, vale-nos o seu comentário histórico e profundo presente em *A Igreja do presente e do futuro* ⁵⁰⁹. Daí que nos documentos atribuídos e intitulados como *cartas de reformas conciliares*, embora não se tenha pronunciado sobre nenhum deles, especificamente, através de intervenção escrita ou oral durante o Concílio, temos, todavia, alguns temas que aprofundou: o múnus pastoral dos bispos e o apostolado dos leigos.

Parece-nos, porém, realçar a importância que D. Manuel tinha perante o tema sobre a *Liberdade Religiosa*, ao qual dedicou uma intervenção escrita. Refere D. Manuel:

«Das redacções dos documentos teve particular relevo (e trabalho!) a redacção sobre a Liberdade Religiosa, dado o sentido que a palavra teve ao longo de séculos, sobretudo a partir do Syllabus de Pio IX, cuja interpretação provocou certa celeuma. Sobre o tema interveio o bispo de Orléans, D. Felix Dupanloup, num livro que recebeu o aplauso de centenas de bispos e do próprio Papa Pio IX. O tema, como se vê, não era fácil. Daí o tempo que o texto conciliar levou a ser emendado e, finalmente, (no encerramento do Concílio) aprovado». ⁵¹⁰

Considera-a como sendo uma *carta de diálogo pós-conciliar*, e vê-se sem dúvida uma preocupação constante em D. Manuel aprofundar a sua importância, como veremos no subcapítulo seguinte. Aliás, veja-se o escrito de D. Marcel Lefebvre em carta dirigida ao papa, que D. Manuel recebera quando se encontrava no Sínodo extraordinário dos bispos, em 1985, a 29 de Novembro. Nesta, está claramente expressa a sua opinião acerca do decreto sobre a *liberdade religiosa*. Todavia, D. Marcel Lefebvre nunca citado no Sínodo, não se apresenta a

⁵⁰⁸ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 218.

⁵⁰⁹ TRINDADE, Manuel de Almeida - «Constituição Dogmática sobre a Igreja e comentário histórico-doutrinal», in RIBEIRO, D. António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 71-164.

⁵¹⁰ TRINDADE, Manuel de Almeida – «Memórias do Concílio Vaticano II», in *Agência Ecclesia*, (29-XI.2005). Consulta realizada a 10.XII.2013; Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=25814>.

falar da má aplicação do concílio, mas sim de uma falha na doutrina do Concílio, especialmente nesta declaração.⁵¹¹

D. Manuel apresenta-nos uma «Ecclesia Orans» para demonstrar que no início do Concílio, embora existissem 72 documentos, foi pelo esquema da Sagrada Liturgia que se iniciaram os trabalhos conciliares, deixando para depois o esquema sobre a Igreja e sobre a Divina Revelação. Considerava que o esquema da Sagrada Liturgia apresentava «um programa de reforma e de «aggiornamento» efectivo da Igreja, mas também aquele no qual os problemas-chave da vida da Igreja se encontravam postos virtualmente».⁵¹² Mas, a compreensão da Igreja como *Igreja Orante*, ajudava a todos a situarem-se e a orientarem-se no que é essencial da Igreja. E, a partir daqui tudo no Concílio centrar-se-ia no seu fundamento. Já no Sínodo extraordinário dos bispos, de 1985, D. Manuel reforça este seu pensamento ao questionar-se de «o que seria a Igreja, se não fosse uma Ecclesia orans?».⁵¹³

Em contraste com este esquema, temos a declaração sobre a *Liberdade Religiosa*, que teve um processo demoroso e doloroso. Teve uma acesa discussão na aula conciliar, passou por várias redacções e surgira, a determinado momento até como um apêndice ao decreto sobre o Ecumenismo. Não era tema para pouco debate, pois aqui estava uma questão central: *a consciência que a Igreja tem de si mesma*. Daqui resulta que «era evidente que a Igreja não se podia referir à liberdade religiosa da mesma maneira que o tinham feito as Nações Unidas em 1948 (...)»,⁵¹⁴ porque a liberdade religiosa em causa, era o direito à imunidade de coacção por parte do Estado, da sociedade e dos indivíduos. Este foi sem dúvida um dos grandes desafios, mas resolvido a 7 de Dezembro de 1965, contando apenas com 70 votos contra.⁵¹⁵

⁵¹¹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 250-251. Para aprofundar este tema, ler a carta de D. Marcel Lefebvre, e consultar a referência anterior para mais detalhes.

⁵¹² TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 219.

⁵¹³ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 239.

⁵¹⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 229.

⁵¹⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 229-230.

No testemunho de D. Manuel, o Concílio «terminava melhor do que se tinha esperado», envolvido por espírito comum, guiado pelo Espírito Santo. Esta nova primavera na Igreja, referida por João XXIII, não encontrou todo o acolhimento necessário, pois há ventos que rumam ainda em outros sentidos. Vale-nos a este respeito, as duas correntes sugeridas por D. Manuel: *meta-concílio* e *ana-concílio*:

«Há quem pretenda tirar do Concílio o que ele não disse (meta-concílio, valendo-se da predominância do espírito sobre a terra. Há também quem pretenda rejeitar os ensinamentos do presente por uma presumida fidelidade aos ensinamentos do magistério do passado (ana-concílio)».⁵¹⁶

Todo o testemunho conciliar de D. Manuel sublinha a necessidade de uma fidelidade contínua e operante ao Concílio, que foi uma graça para a Igreja.

3.2.3. As suas conclusões

Proseguimos agora tendo em consideração alguns apontamentos relevantes daquilo que D. Manuel foi testemunhando e contribuindo para a análise e implementação do Concílio, especialmente, na divulgação e aprofundamento dos documentos conciliares, assim como no testemunho de toda a envolvência que viveu e assistiu durante o tempo de Concílio.

Assim, urge referir que D. Manuel de Almeida Trindade, sobre como foi a Igreja portuguesa acompanhando o Concílio, dizia não haver uma harmonia, partindo de três princípios ou categorias, já referidos anteriormente, e que acompanhavam o Concílio: os medrosos; os que aguardavam confirmação das suas ideias; os esperançosos dos frutos do Concílio.⁵¹⁷ Assumimos o terceiro princípio, tal como o explicitou D. Manuel, para demonstrar como esse roteiro foi sendo feito no seu ministério episcopal.

⁵¹⁶ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 231.334-336.

⁵¹⁷ TRINDADE, Manuel de Almeida - «Testemunho de um “Padre Conciliar”»: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 8.

Após o termo do Concílio, Paulo VI promulgou um Jubileu extraordinário, que se iniciou a 1 de Janeiro e terminou no dia 29 de Maio de 1966, na Solenidade de Pentecostes. O Papa foi concreto quanto ao objectivo desse Jubileu, e que manifestou por estas palavras:

«É absolutamente necessário que, dentro do tempo sagrado que se segue, a Igreja, mantendo-se naquele caminho que constituiu o rumo do Concílio, não deixe de fazer uma profunda introspecção de si mesma; meditar no seu mistério; e, para a si mesma se estimular e instruir, perscrutar mais intimamente a doutrina da sua origem na pureza, execução do mandato recebido e do seu fim: doutrina essa que, embora já conhecida, esclarecida e divulgada no século passado, jamais se pode considerar suficientemente estudada e aprofundada».⁵¹⁸

Para concretizar este estudo e aprofundamento, Paulo VI convocou as dioceses de todo o mundo a pôr em prática os caminhos iniciados pelo Concílio. Neste sentido, D. Manuel de Almeida Trindade publicara uma *Exortação Pastoral sobre o Jubileu Extraordinário*, a 6 de Janeiro de 1966, onde convidara todos a assumir o compromisso acima proposto pelo Santo Padre:

«Para dar cumprimento a quanto foi estabelecido na Constituição Apostólica e os fiéis puderem lucrar o Jubileu, é nossa intenção celebrar a Missa Vespertina habitual na Catedral, nos Domingos da Quaresma. Durante o tempo quaresmal os revs. Párocos e pregadores poderão louvavelmente tomar como tema dos seus sermões ou práticas a explicação de algum dos documentos conciliares, designadamente da Constituição sobre a Igreja».⁵¹⁹

Procurando dar cumprimento aos meios previstos⁵²⁰ para que se conheça os documentos conciliares, e para que seja, de facto, uma «ocasião de renovação da Igreja»⁵²¹ e de

⁵¹⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Exortação pastoral sobre o Jubileu Extraordinário*, 6 de Janeiro de 1966: *Correio do Vouga* XXXVI/1781 (14.I.1966) 5; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 6 de Janeiro de 1966.

⁵¹⁹ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Exortação pastoral sobre o Jubileu Extraordinário*, 6 de Janeiro de 1966, in *Correio do Vouga* XXXVI/1781 (14.I.1966) 5.

⁵²⁰ Os meios previstos, segundo Paulo VI, na Constituição Apostólica *Mirificus Eventus*, para que durante o período jubilar possam ganhar uma Indulgência Plenária são: «1) todas as vezes que ou tenham ouvido ao menos três conferências sobre os documentos do II Concílio Ecuménico do Vaticano, ou tenham assistido ao menos a três pregações da Santa Missão, ou tenham tomado parte no Santo Sacrifício da Missa celebrado pelo Bispo, com certa solenidade, na sua Catedral; 2) *uma só vez*, se durante o mesmo santo tempo fizerem uma piedosa visita à Catedral e aí renovarem a sua profissão de fé, servindo-se de qualquer forma legítima» [PAULO VI - Constituição Apostólica «*Mirificus Eventus*», 7 de Dezembro de 1965, in *AAS*, LVII (1965) 945-951].

Georgino Rocha apresenta uma síntese clara e perceptível do Estudo dos Documentos do Vaticano II na Diocese de Aveiro [ROCHA, Georgino - *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 - 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 108-110].

⁵²¹ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Exortação pastoral sobre o Jubileu Extraordinário*, 6 de Janeiro de 1966; *Correio do Vouga* XXXVI/1781 (14.I.1966) 5.

«afervoramento espiritual de todos os seus filhos»,⁵²² D. Manuel tudo fez na sua diocese e na Igreja em Portugal para que o Concílio fosse conhecido.⁵²³

Todavia, diz-nos D. Manuel, que o estudo dos documentos conciliares na sua diocese foi sendo feito a partir do princípio de 1964. Nesse ano, as Conferências Eclesiásticas debruçaram-se na temática da Constituição sobre a Sagrada Liturgia e a Instrução emanada do Conselho da Liturgia. No ano seguinte, as Conferências trataram da Constituição sobre a Igreja, e, por sua vez, na realização da X Semana de Estudos pastorais, realizada em Julho do mesmo ano, o mesmo tema, assim como o decreto sobre o Ecumenismo. Prosseguiu, depois no ano de 1966, com o estudo do decreto sobre a Liberdade Religiosa tratado nas Conferências Eclesiásticas.

No que diz respeito ao decreto sobre a renovação da Vida Religiosa, esse estudo foi assumido pelas reuniões mensais das religiosas da diocese, desde o princípio de 1964. Quanto à Constituição Pastoral sobre a Igreja no Mundo Actual «Gaudium et Spes» foi sendo objecto de estudo e aprofundamento, nas Semanas de Estudos Pastorais. Por fim, quanto ao decreto sobre o Ministério e a Vida dos Sacerdotes (cf. PO), esse foi sendo aprofundado nas colecções, em clima de oração, no ano de 1966.

Efectivando os meios previstos no Jubileu extraordinário, D. Manuel iniciou um ciclo de homilias na Catedral onde apresentara e aprofundara os documentos conciliares, concretamente, as Constituições conciliares.

⁵²² TRINDADE, Manuel de Almeida - *Exortação pastoral sobre o Jubileu Extraordinário*, 6 de Janeiro de 1966: *Correio do Vouga* XXXVI/1781 (14.I.1966) 5.

⁵²³ «Em seguida e sem descanso, com saber adquirido pela experiência e pela reflexão, procurou interessar e esclarecer os sacerdotes e os leigos, em ordem a incrementar concretamente a doutrina e as directivas da reforma conciliar, lendo, clarificando e comentando com eles as Constituições, os Decretos e as Declarações, em particular o mistério da Igreja, a liturgia, a formação sacerdotal, a educação cristã, o apostolado laical e a acção da Igreja no mundo. E a sua acção neste sentido não se fez sentir apenas entre nós; serviu-se dos meios de comunicação social; deslocou-se a várias Dioceses e a diversos arceópagos, para transmitir algo daquilo que vivera apaixonadamente e que o entusiasmava profundamente» (GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 52-53).

A primeira homilia que D. Manuel pronunciou na Catedral, por ocasião das graças concedidas pelo Santo padre através do jubileu extraordinário do Concílio Ecuménico, aconteceu a 27 de Fevereiro de 1966. Primeiramente, D. Manuel refere que ainda é cedo para avaliar o acontecimento do II Concílio Ecuménico do Vaticano na vida da Igreja, e até mesmo na sociedade civil: «Só daqui a dez ou vinte anos é que poderemos começar a fazer um balanço daquilo que o Concílio representa na idade histórica em que a Providência nos chamou à existência».⁵²⁴

Em seguida, D. Manuel esclarece o sentido da frase, referida por muitos - «o Concílio não terminou, mas continua»,⁵²⁵ isto porque, segundo o bispo de Aveiro, cai-se num erro de análise, dado que o Concílio, é simplesmente uma parte de tudo o que foi e continua a ser, pois «foi também, como costuma acontecer em circunstâncias análogas, um “trabalho de corredor”, em que se trocaram experiências e se viveram anseios comuns, na certeza da mesma fé, encarnada embora em situações e culturas diversas».⁵²⁶

Lança ainda, na homilia, o repto de que a todos – os bispos, os sacerdotes, leigos, religiosos -, incumbe a tarefa de se debruçar sobre os documentos promulgados, pois num primeiro momento importa encontrar a palavra que o Espírito Santo dirige aos homens de hoje.⁵²⁷ A vivência de uma autêntica Primavera da existência da Igreja no mundo, como algumas vezes refere D. Manuel, exige que todos os fiéis e qualquer pessoa, não podem alhear-se dos

⁵²⁴ *Correio do Vouga*, XXXVI/1788 (4.III.1966) 1.

⁵²⁵ «Proferidas sem qualquer distinção, estas palavras poderiam prestar-se a um mal entendido. Como todos podemos verificar, qualquer que tenha sido o sítio donde o observámos, o tempo do Concílio foi um tempo de crise para a Igreja. O diálogo conciliar pôs em questão muitas coisas que alguns de nós julgavam intocáveis. (...) Os textos conciliares, depois das emendas a que repetidamente os sujeitou o Regulamento, foram finalmente promulgados. Com a promulgação acabou a fase do diálogo e do debate. Nesse Sentido, o Concílio terminou e, com ele, o tempo da discussão e da crise» (TRINDADE, Manuel de Almeida - *Carta ao Clero*, 6 de Janeiro de 1966).

⁵²⁶ *Correio do Vouga*, XXXVI/1788 (4.III.1966) 1.

⁵²⁷ «(...) importa agora conhecer essa palavra, estudá-la e traduzi-la em vida. Será tarefa demorada, pois em documentos conciliares todas as palavras têm valor; tudo foi ponderado numa dupla perspectiva: primeiro, na perspectiva duma inteira fidelidade à doutrina revelada; depois, na de uma adaptação às condições da vida moderna – aquilo a que João XXIII chamou o aggiornamento da Igreja» [*Correio do Vouga*, XXXVI/1788 (4.III.1966) 5].

documentos conciliares, pois constituem um tesouro precioso, que pelo menos, os cristãos devem conhecer com mais seriedade.⁵²⁸

A 6 de Março de 1966, D. Manuel prossegue na segunda homilia, a tratar do concílio na homilia proferida. Nessa, inicialmente traça um percurso histórico,⁵²⁹ conduzindo-nos à compreensão de que «em Jesus a religião cristã encontra-se na sua fonte. Fonte cristalina, sem a marca degradante do tempo».⁵³⁰ A fonte cristalina a que D. Manuel se refere, não corresponde às formas embrionárias dos tempos primeiros, dado que ao considerar isso, estaríamos a desvalorizar e a empobrecer o desenvolvimento. D. Manuel refere-se, sim, à pureza do espírito inicial, e com este dado introduz-nos na leitura e compreensão da Constituição conciliar sobre a Divina Revelação: «logicamente esta constitui a pedra angular do Concílio – como aliás o é da Igreja e de toda a vida cristã».⁵³¹ D. Manuel sublinha, primeiramente, o perigo de que quem lê se possa decepcionar com a Constituição sobre a Divina Revelação, por nunca ter estudado o «problema de Jesus», e a partir dessa leitura não chegar a nenhuma conclusão.⁵³² Prossegue

⁵²⁸ Cf. *Correio do Vouga*, XXXVI/1788 (4.III.1966) 5.

⁵²⁹ «Depois de 1870 – data que marca a perda dos Estados pontifícios e com ela uma era nova na vida da Igreja – foi João XXIII o primeiro Papa a empreender uma viagem para fora dos limites de Roma. Todos recordam a visita que o Pontífice fez ao túmulo de S. Francisco, em Assis, e ao Santuário de Loreto, poucos dias antes da abertura do Concílio. Paulo VI foi, por sua vez, o primeiro Papa, na já longa história do Catolicismo, a sair da Europa. E a sua primeira viagem foi à Terra Santa. Esta viagem tem um alto significado no momento histórico em que estamos a viver. A Palestina encontra-se hoje retalhada entre dois Estados – o Estado árabe, de Amã, e o Estado israelita, de Telavive, nascido das combinações diplomáticas que se seguiram à segunda guerra mundial. Todos sabemos quanto essa partilha tem sido dolorosa e como as diferenças raciais, políticas e religiosas ali constituem elemento explosivo sempre em perigo de deflagrar. Mas o Papa não foi à Palestina em virtude das especiais condições políticas que lá se verificam. A sua viagem foi uma viagem de carácter religioso – foi uma peregrinação. Ao seu encontro deslocou-se o Patriarca Atenágoras. O Papa e o chefe da «Ortodoxia» abraçaram-se na Palestina. A Palestina é para os cristãos – para todos os cristãos, qualquer que seja a sua confissão particular – uma terra de milagre. Emprego esta palavra no significado etimológico de coisa maravilhosa. Que coisa mais maravilhosa se poderá conceber que o facto de Deus se ter feito homem e ter habitado entre nós – como se exprime o autor do IV Evangelho? A ida de Paulo VI à Palestina é um regresso às nascentes. Foi na Palestina que Jesus Cristo nasceu; foi naquele cenário que se desenrolou a sua vida; foi ali que pregou, que morreu e que ressuscitou» [*Correio do Vouga*, XXXVI/1789 (11.III.1966) 1].

⁵³⁰ *Correio do Vouga*, XXXVI/1789 (11.III.1966) 1.

⁵³¹ *Correio do Vouga*, XXXVI/1789 (11.III.1966) 1.

⁵³² «A Igreja está intimamente convencida de que o Verbo incarnou e que a sua morte tem um valor redentor. É desta convicção que ela procura dar testemunho. No fundo de todos os textos conciliares está esta «certeza», que tem o nome de fé. A missão da Igreja consiste em fazer-se eco da «certeza» inicial. Foi assim no princípio e será assim até ao fim do mundo» [*Correio do Vouga*, XXXVI/1789 (11.III.1966) 5].

D. Manuel, definindo a relação entre Tradição e Escritura,⁵³³ e posteriormente a relação entre Tradição, Escritura e Magistério.⁵³⁴

Resulta que, para um cristão, as Escrituras «inspiradas» como são por Deus, segundo a Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina «Dei Verbum» (cf. DV 9-10), continuam a ser imutavelmente a palavra do próprio Deus.⁵³⁵ Crer em Jesus, é crer na Palavra que se fez ouvir. Daí que o motivo em que a Igreja se apoia hoje, como afirma D. Manuel, é o mesmo em que se apoiou a fé dos primeiros: a Ressurreição de Jesus, que ilumina toda a história.⁵³⁶

Passando uma semana, a 13 de Março de 1966, D. Manuel proferiu na Catedral de Aveiro, uma outra homilia já centrada no tema da *Liberdade Religiosa*, fruto da *Declaração conciliar sobre a liberdade religiosa*. Diz-nos que este era o texto que a família humana ansiosamente esperava, e por isso explicita essas razões durante a homilia. Primeiramente, explica em que não consiste a Liberdade religiosa, para depois se centrar no que é a liberdade religiosa:

«Não consiste em dizer que todas as religiões são iguais; ou que os homens não têm obrigação moral de buscar a verdadeira religião; ou que os homens não têm qualquer obrigação para com Deus. Se ao afirmar o direito à liberdade religiosa, o Concílio quisesse dizer isto, estaria a contradizer-se a si mesmo. Seria injusto e até injurioso afirmar que os Bispos do Concílio Vaticano II, preocupados com o problema da união das Igrejas e com a coexistência pacífica e amistosa de todos os homens, quaisquer que sejam as suas crenças religiosas, são menos firmes na fé e menos ortodoxos do que os Bispos de qualquer século passado».⁵³⁷

⁵³³ «A Tradição é como um fio de água que brota da nascente e, tornando-se regato e rio, vai caminhando para o mar. Avançando sem cessar, abre o seu caminho e cava o próprio leito. O leito é fixo, o rio é feito de água corrente. (...) Foi a Tradição que deu origem à Escritura. Embora «inspirada», a Escritura é letra morta que só se torna viva quando reentra na corrente que lhe deu origem – isto é, quando é lida e comentada na Igreja» [*Correio do Vouga*, XXXVI/1789 (11.III.1966) 5].

⁵³⁴ «Às vezes o rio transborda de leito; às suas águas vêm juntar-se outras águas. A quem contemplasse a cheia de longe pareceria que já não existe rio e muito menos leito do rio. Mas eis que um barco desliza sobre as águas levado pela impetuosidade da corrente. Não há dúvida: onde o barco desliza é aí que está a corrente e se encontra o seu leito. Tal é a função do Magistério. Ele não cria a Tradição nem a Escritura, mas na confusão e imprecisão das «cheias» diz e aponta onde uma e outra se encontram. A sua missão é apenas ser fiel e critério de fidelidade» [*Correio do Vouga*, XXXVI/1789 (11.III.1966) 5].

⁵³⁵ Cf. Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina «Dei Verbum», 9-10, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, 11992, 225-226.

⁵³⁶ Cf. *Correio do Vouga*, XXXVI/1789 (11.III.1966) 5.

⁵³⁷ Cf. *Correio do Vouga*, XXXVI/1790 (18.III.1966) 1.

D. Manuel reforça o que diz a declaração, ao manifestar que se há uma verdade objectiva em matéria religiosa, é nosso dever procurá-la, e tendo-a encontrado, abraçá-la e observar a mesma. Por isso, «a procura da verdade é um dever que impende sobre todos os homens - até sobre aqueles que já a encontraram. Mesmo quando se possui a verdade, nunca se possui a verdade toda».⁵³⁸

Mas, se antes apresentámos o que não era a liberdade religiosa, será agora, a partir da Declaração sobre a Liberdade Religiosa (cf. DH 2) que encontramos a resposta para o que consiste a liberdade religiosa.⁵³⁹ A este respeito, D. Manuel sublinha que a verdade só se impõe a partir de dentro. Isto acontece livremente, sendo que ninguém pode ser coagido em matéria religiosa.⁵⁴⁰

O tema da Liberdade Religiosa é sem dúvida pertinente e de palpitante interesse, e recordando o pórtico de entrada desta declaração conciliar vemos que não há espaço para equívocos: «Afirma o sagrado Concílio que o próprio Deus deu a conhecer ao género humano o caminho pelo qual, servindo-O, os homens se podem salvar e alcançar a felicidade em Cristo. Acreditamos que esta única religião verdadeira se encontra na Igreja católica e apostólica, à qual o Senhor Jesus confiou o encargo de a levar a todos os homens, dizendo aos Apóstolos: «Ide, pois, fazer discípulos de todas as nações, baptizando-os em nome do Pai, do Filho e do Espírito Santo, ensinando-os a cumprir tudo quanto vos prescrevi» (Mt. 28, 19-20). Por sua parte, todos os homens têm o dever de buscar a verdade, sobretudo no que diz respeito a Deus e à sua Igreja e, uma vez conhecida, de a abraçar e guardar» (Declaração sobre a Liberdade Religiosa «Dignitatis Humanae», 1, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 265).

⁵³⁸ *Correio do Vouga*, XXXVI/1790 (18.III.1966) 1.

⁵³⁹ «Esta liberdade consiste no seguinte: todos os homens devem estar livres de coacção, quer por parte dos indivíduos, quer dos grupos sociais ou qualquer autoridade humana; e de tal modo que, em matéria religiosa, ninguém seja forçado a agir contra a própria consciência, nem impedido de proceder segundo a mesma, em privado e em público, só ou associado com outros, dentro dos devidos limites. Declara, além disso, que o direito à liberdade religiosa se funda realmente na própria dignidade da pessoa humana, como a palavra revelada de Deus e a própria razão a dão a conhecer (2). Este direito da pessoa humana à liberdade religiosa na ordem jurídica da sociedade deve ser de tal modo reconhecido que se torne um direito civil» (Declaração sobre a Liberdade Religiosa «Dignitatis Humanae», 2, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 266).

⁵⁴⁰ Para que isso acontecesse, D. Manuel apontava, portanto, três observações: 1) «O direito à liberdade religiosa reveste, segundo o texto conciliar, duas modalidades: primeira, ninguém pode ser legitimamente forçado a agir contra a própria consciência [direito absoluto]; segunda, ninguém pode ser impedido de proceder segundo a própria consciência [direito, mas não absoluto]. (...) É por isso que a Declaração, quando trata da «liberdade de acção», isto é, do direito de proceder segundo a própria consciência, acrescenta uma cláusula: desde que seja dentro dos limites»; 2) A existência de direitos dos indivíduos e dos grupos sociais em matéria de liberdade religiosa supõe a obrigação correlativa, por parte dos outros indivíduos ou grupos sociais, designadamente da Igreja e do Estado, de respeitar esses direitos»; 3) «o segredo de uma convivência harmoniosa dos homens uns com os outros, mesmo quando professam ideias religiosas diferentes, está na educação da liberdade. O texto conciliar apela para os educadores» [*Correio do Vouga*, XXXVI/1790 (18.III.1966) 1.5].

D. Manuel sempre manifestou particular interesse neste tema, aliás, uma das suas intervenções escritas durante o Concílio foi precisamente sobre a liberdade religiosa. O bispo de Aveiro acentuava que o cristão tem como imperativo dar testemunho da Verdade. É esta a sua missão, e para a concretizar deve ter sempre em conta «as supremas exigências da verdade e o respeito e o amor que lhe merece a dignidade da pessoa humana»,⁵⁴¹ que não passa por um ideal utópico.

D. Manuel, num ciclo de Conferências promovido pelo Centro de Cultura Católica, na Sociedade de Geografia, no dia 28 de Março de 1966, sublinhara que, ao contrário de alguns pessimistas, «no Evangelho encontram-se alguns princípios que noutros tempos assim foram julgados e depois se verificou serem os mais «realistas» e os que se revelaram mais de acordo com as exigências e os postulados da consciência humana».⁵⁴²

Continuando com as homilias sobre o Concílio, D. Manuel aprofundara no dia 20 de Março de 1966, na Sé de Aveiro, a importância e participação dos leigos na vida e missão da Igreja.⁵⁴³ D. Manuel inicia esta homilia apresentando algumas consequências e deformações resultantes de uma visão da Igreja mais de tipo hierárquico, e por vezes, fechada a uma compreensão englobante de todos os baptizados na vida da Igreja. Este início é fruto da Constituição dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium» e que D. Manuel acentuou ao clarificar «o que é um leigo».⁵⁴⁴

Prossegue afirmando que o baptizado há-de ser aquele em que circula a própria vida de Deus, uma vida misteriosa e «escondida», lida à luz da pertença ao «Povo de Deus», à «Família

⁵⁴¹ *Correio do Vouga*, XXXVI/1790 (18.III.1966) 5.

⁵⁴² *Correio do Vouga*, XXXVI/1792 (1.IV.1966) 11.

⁵⁴³ Cf. *Correio do Vouga*, XXXVI/1791 (25.III.1966) 1.

⁵⁴⁴ «Um leigo é: 1) um baptizado; 2) que realiza a sua missão dedicando-se às tarefas seculares. A definição é muito simples. (...) O Baptismo (acompanhado, no caso do adulto, da fé e do arrependimento) é o meio de refazer a imagem de Deus no interior do Homem. . em cada baptizado repete-se a morte e a ressurreição de Jesus : a morte, por cujo mérito o baptizado é liberto do pecado(ele «morre» para o pecado); a ressurreição de Jesus, a cuja imagem o homem baptizado deve configurar a sua vida» [*Correio do Vouga*, XXXVI/1791 (25.III.1966) 9].

de Deus», mergulhados na vida de Cristo. Assim, o baptizado vive e participa, do que lhe é próprio, na tríplice missão de Cristo: Sacerdote, Profeta e Rei. Tema este, que vem aprofundado no Capítulo IV da Constituição dogmática sobre a Igreja (cf. LG 30-38).⁵⁴⁵

Continua, afirmando que os leigos são Igreja, mas não são a Igreja toda. Contudo, a necessária conveniência familiar existente entre leigos e pastores é vantajosa para a Igreja, na medida em que os leigos cresçam na responsabilidade própria coadunando com as forças dos Pastores. Termina esta homilia, dizendo que «na medida em que os leigos cristãos descobrirem que são Igreja, uma era nova se iniciará na peregrinação do Povo de Deus no mundo».⁵⁴⁶

Na quinta e última homilia sobre o Concílio, a 27 de Março de 1966, D. Manuel continuou a sua explanação sobre a importância dos leigos no mundo e na missão da Igreja. Completando a sua homilia do anterior domingo, aprofunda nesta um pouco mais o mesmo tema. Mostra que o leigo é um membro do Povo de Deus, que não apenas realiza a sua missão na Igreja, mas também no mundo. Diz-nos o Concílio que o que o leigo tem de próprio e peculiar é a sua índole secular (cf. LG 31).⁵⁴⁷ Assim, a sua índole secular está presente no

⁵⁴⁵ «O conteúdo do capítulo IV da Constituição Dogmática sobre a Igreja é a explicação do modo como os baptizados realizam – ou devem realizar – na vida as funções que por direito lhes competem pelo simples facto – simples e maravilhoso facto! – de terem recebido o baptismo. Primeiro, a função *sacerdotal*. Não tenhamos medo da palavra. Ela assustou, com receio de ser mal interpretada, alguns dos Padres conciliares. Mas o susto e o receio foram superados. O texto conciliar fala expressamente do «sacerdócio comum» dos fiéis, essencialmente distinto, é certo, do sacerdócio dos padres, mas sacerdócio autêntico. (...) A outra função é a função profética. Profeta, ou melhor, o Profeta por excelência, é um dos títulos por que no Novo Testamento é designado o Enviado de Deus. Esse título refere-se a uma das formas da sua missão: ser o pregador da «Boa nova». (...) Cristo continua a realizar, através dos tempos, o seu múnus profético «não apenas por meio de Hierarquia – diz o texto conciliar – que ensina em seu nome e o com o seu poder, mas também por meio dos leigos, a quem por isso chama suas testemunhas e quem dá o sentido da fé e a graça da palavra, para que façam brilhar a força do Evangelho na vida quotidiana, familiar e social. (...) Cristo teve também uma função *regia* e dela participa o baptizado. Mais do que os reis e do que todos aqueles que são detentores da autoridade, Cristo é *Senhor* do Universo. O Baptizado participa, a seu modo, desta função real do seu Senhor. Primeiro, na medida em que ele consegue pôr ordem dentro de si mesmo, adquirindo o domínio das suas forças interiores, numa afirmação progressiva de liberdade; depois, na medida em que ele reconduz o mundo criado, desviado do seu fim natural pelo uso de pecado a que o homem o sujeita e em que ele sofre «a escravatura da corrupção», à liberdade da glória dos filhos de Deus. Em terceiro lugar, procurando «contribuir eficazmente através da sua competência e da sua actividade no domínio profano interiormente elevado pela graça de Cristo para que os bons criados se explorem em benefício de todos os homens sejam melhor distribuídos segundo a ordenação do Criador e a Iluminação do seu Verbo, mediante que lhes é própria para o progresso universal na liberdade humana e cristã» [*Correio do Vouga*, XXXVI/1791 (25.III.1966) 9].

⁵⁴⁶ *Correio do Vouga*, XXXVI/1791 (25.III.1966) 9.

⁵⁴⁷ «O leigo cristão, que por vocação se dedica às tarefas seculares e à construção da cidade terrena, para que a sua acção seja lúcida, terá de ter presentes duas coisas: a primeira é que o «cenário deste mundo passa», (...) e que o mundo não é o fim do homem mas apenas seu instrumento. O fim do homem é Deus. A segunda é que, desde que

exercício da sua profissão, na colaboração e participação em actividades (a nível social, político, cultural, económico, desportivo...), na constituição de família. Logo, o leigo cristão deve estar empenhado em qualquer momento ou circunstância da sua vida, professando a sua fé em Cristo, vivendo-a no mundo com seriedade, com competência e com honestidade.⁵⁴⁸

Neste sentido, D. Manuel sublinha e tem em conta o que nos diz o Concílio (cf. LG 36-38), ao afirmar que os leigos devem ser no mundo, testemunhas da ressurreição e da vida do Senhor Jesus e sinal do Deus vivo (cf. LG 38).

Como padre conciliar, cremos que toda a sua vida e missão como pastor, é fruto da herança do Concílio, desta sensibilidade de quem está atento à Igreja no mundo. Não deixa de ser curioso a forma como no semanário da diocese de Aveiro – *Correio do Vouga* - foi referida, no decorrer da V Semana de Estudos Missionários, a vivência do Concílio: «Em Aveiro vamos ouvir o Concílio, escutar o Concílio, falar com o Concílio, aceitar e abraçar o Concílio, agradecer ao Concílio e oferecer juntos a nossa colaboração ao Concílio».⁵⁴⁹

No que diz respeito à missão de todos os cristãos em viver o Concílio, não podemos deixar de ter em conta a ressalva feita por Filipe Rocha:

«A única atitude digna é estudar os ensinamentos e decisões conciliares, esforçando-se por compreendê-los, surpreender-lhes o espírito e difundi-los, em ordem à sua execução prática. O Concílio aceita-se, não se discute: os seus ensinamentos vivem-se, não se sofismam. Para tanto,

o homem introduziu o pecado no mundo, este se tornou uma realidade ambivalente: tanto pode ajudá-lo a subir e a libertar-se, como pode concorrer para o agrilhoar» (*Correio do Vouga*, XXXVI/1792 (1.IV.1966) 1).

⁵⁴⁸ D. Manuel aprofunda estes três apontamentos, sendo que destacamos as seguintes frases, bastante pertinentes: «O leigo cristão só poderá orientar-se seriamente para a Causa primeira – que é Deus -, se tomar a sério as causas segundas que Ele lhe pôs nas mãos. (...) Ser competente no cumprimento do dever ou no desempenho de uma ocupação não se deve confundir com ser sério, embora a seriedade seja o primeiro caminho para conseguir a competência. (...) A competência não se consegue de um momento para o outro nem se adquire ordinariamente por mero empirismo. (...) um leigo cristão há-de preocupar-se com ser um profissional competente. (...) Para isso precisará de disciplinar a sua vida, de hierarquizar as ocupações, de defender o tempo. (...) A honestidade diz respeito à escolha dos meios para atingir o fim. Pode o fim ser honesto; se os meios o não forem, a causa está perdida. (...) Agindo com seriedade, competência e honestidade o leigo cristão constrói a cidade terrena e prepara a cidade futura. Na mesma pessoa encarnam, porém, o filho da Igreja e o membro da sociedade civil» [*Correio do Vouga*, XXXVI/1792 (1.IV.1966) 1].

⁵⁴⁹ *Correio do Vouga*, XXXVI/1808 (29.VII.1966) 5.

exige-se iniludivelmente uma conversão de espírito, uma mudança de mentalidade, alicerçadas no fervor e na docilidade interior à voz de Deus».⁵⁵⁰

Nas palavras de D. Manuel, o Concílio trouxe para a vida da Igreja uma consciência mais viva do carácter diaconal que deve assumir. Por isso, «ela não deve ser vista por ninguém como poder mas como um serviço: um serviço de Deus e, por isso mesmo também, um serviço à pessoa humana na sua verdadeira integridade».⁵⁵¹ A este respeito, cresce-se e amadurece-se ao longo destes anos de pós-concílio na compreensão de uma Igreja *serva e pobre*, que se encontra ao *serviço da humanidade*. E mais, desperta-se para o sentido de corresponsabilidade que os filhos de Deus são chamados a viver, para que sejamos construtores de um «mundo mais humano e, porque mais humano, mais aberto aos valores específicos do Evangelho de Jesus Cristo».⁵⁵²

Numa entrevista⁵⁵³ conduzida por ocasião da publicação da *Carta Pastoral* sobre a renovação da Igreja em Portugal, D. Manuel respondendo à seguinte questão – *a Igreja portuguesa estará, de facto, antes ou depois do Concílio?* -, observa que houve mudanças visíveis para todos, nomeadamente na Liturgia, na sua maioria de forma ordenada e digna. Mas outros contributos existiram em campos menos visíveis: «(...) a solidariedade dos Bispos no âmbito da Conferência Episcopal; a criação de órgãos de participação como são os conselhos presbiterais, a funcionar em todas as dioceses».⁵⁵⁴

⁵⁵⁰ *Correio do Vouga*, XXXVI/1811 (19.VIII.1966) 1.

⁵⁵¹ «Testemunho de um “Padre Conciliar”»: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 10.

⁵⁵² Cf. «Testemunho de um “Padre Conciliar”»: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 10.

⁵⁵³ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 333-352.

⁵⁵⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 341.

Ainda a este propósito, veja-se as lacunas e frutos apontados por D. Manuel: «(...) Frutos: a renovação litúrgica; o renovado interesse pela Palavra de Deus e a difusão da Bíblia; o incremento do dinamismo comunitário, que levou também a uma maior inserção dos religiosos e das religiosas na vida da Igreja local; o crescimento da corresponsabilidade apostólica sentida tanto por clérigos como por leigos; o empenhamento progressivo dos leigos nas tarefas de serviço litúrgico, catequético, administrativo e sociocaritativo; maior atenção à assistência espiritual aos emigrantes portugueses (cerca de 3,5 milhões) espalhados pelos cinco continentes; a criação da Universidade Católica, que era uma aspiração vinda de longe. (...) Lacunas: a falta de uma catequese sistemática de adultos e, consequentemente, a necessidade de incrementar a cultura religiosa nesta fase etária; após um certo retraimento,

Neste sentido, é merecido destaque para as palavras de D. Manuel no final dos trabalhos do Sínodo extraordinário dos bispos, em 1985, sobre os vinte anos já passados do encerramento do Concílio:

«a experiência cristã destes vinte anos levou-nos a redescobrir uma categoria evangélica a que tão dificilmente nos habituamos: aquilo a que os Padres sinodais chamaram «teologia da cruz». Ou, para ser mais exacto, a teologia do mistério pascal, que implica a morte e a ressurreição».⁵⁵⁵

Numa entrevista ao semanário *Expresso*, podemos dizer que encontramos, verdadeiramente, algumas das conclusões finais de D. Manuel acerca do Concílio, pois já havia passado trinta anos do seu término. Ao olhar para a vivência durante as sessões conciliares, diz-nos D. Manuel, que para si alguns caminhos foram-se abrindo, sem muita surpresa, mas já fruto de intuições nascidas em si, e que levava consigo, e outros que foram surgindo durante a vivência conciliar.⁵⁵⁶

Um dos caminhos já intuídos foi, de facto, o debate sobre *as fontes da Revelação*, que tinham sido já estabelecido por Trento, serem duas: a «Sagrada Escritura» e a «Tradição», que se encontravam ao mesmo nível. D. Manuel diz-nos que rejeitou o esquema sobre «As Fontes da Revelação», e não se encontrava sozinho. Segue a sua intuição de que «não existem duas fontes de Revelação ao mesmo nível; uma é fonte constitutiva (a Sagrada Escritura), outra é fonte interpretativa (a Tradição)».⁵⁵⁷ Mais tarde, após a rejeição desse esquema, surgiu a Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina «*Dei Verbum*», que teve aprovação quase

que coincidiu com a crise da Acção Católica, torna-se imperioso incentivar um maior empenhamento dos leigos não apenas nas tarefas intra-eclesiais (onde têm correspondido mais facilmente à chamada) mas também e sobretudo na animação cristã da ordem temporal (profissão, família, empresa, serviços públicos, política...). Outra lacuna: o insuficiente número de sacerdotes e a urgência de uma promoção vocacional, que importa incentivar, de modo a podermos ter uma nova geração de padres, entregue ao ministério a tempo inteiro, com dinamismo, testemunho de pobreza evangélica e frescura de alma. A formação dos leigos e de uma nova geração de sacerdotes, à altura dos tempos em que lhes é dado viver, vai continuar a ser, de futuro, um dos maiores empenhamentos da Igreja. De uma Igreja que não pretende viver para si mesma mas para o serviço de Deus e do mundo, ao qual foi enviada» (Entrevista realizada por Manuel Vilas-Boas a D. Manuel de Almeida Trindade a propósito do Sínodo Extraordinário dos Bispos, in *O Jornal* (22.XII.1985) 14/11).

⁵⁵⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 268.

⁵⁵⁶ *Expresso*, (8.XII.1995) 120-121.

⁵⁵⁷ *Expresso*, (8.XII.1995) 120; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 166-169.

unânime. Não deixa de ser relevante, que a este propósito, D. Manuel tenha referido, que se abria a partir desse momento o caminho para o diálogo ecuménico, mas embora seja de relevo porque se deram passos significativos, nomeadamente, quanto aos responsáveis das várias confissões, «devemos honestamente confessá-lo, há ainda muito caminho para andar».⁵⁵⁸

Outro caminho feito, foi a dimensão litúrgica, dando-se conta da dificuldade dos fiéis que assistiam à missa em Latim, pois verificou-se ser necessário clarificar os conceitos de «participar» e de «assistir», pois são distintos. Daí que a introdução do vernáculo na Liturgia, tenha tomado sentido, fruto da experiência colectiva dos próprios padres conciliares.⁵⁵⁹

Ao concluir a entrevista, que temos vindo a citar, D. Manuel sintetiza esse caminho longo de renovação conciliar, caracterizado às vezes com recuos medrosos e, por outras vezes, com avanços intempestivos. Mas, um dos acontecimentos mais significativos e importantes foi a criação do Sínodo dos bispos. Quanto a tudo o resto diz não haver limites e o tempo encarregar-se-á de mostrar para onde devemos caminhar. Refere que um outro passo significativo foi a relação de proximidade dos bispos com os seus cooperadores, e o povo em geral. E não nos deixou de lançar os desafios que se foram vivendo e vamos vivendo agora, já perspectivados por D. Manuel em 1995, como a intensificação das visitas pastorais, a organização de assembleias com a presença do prelado, e a realização de sínodos diocesanos. Apostas que se verificaram a seguir e outras mais de onde se esperam os melhores frutos.⁵⁶⁰

⁵⁵⁸ *Expresso*, (8.XII.1995) 120-121.

⁵⁵⁹ Cf. *Expresso*, (8.XII.1995) 120-121.

⁵⁶⁰ Cf. *Expresso*, (8.XII.1995) 121.

4. PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA

Após a análise da participação portuguesa no II Concílio Ecuménico do Vaticano, abre-se agora uma porta para um dos frutos *mais fecundos* do mesmo Concílio: as Conferências Episcopais. Sublinhando a colegialidade do episcopado de cada Nação, têm-se mostrado dinamizadoras de grandes directrizes e iniciativas pastorais, tal como é possível verificar nestes quase cinquenta anos de existência oficial em Portugal.⁵⁶¹

Primeiramente, trataremos de aprofundar o caminho que nos fez chegar à constituição da Conferência Episcopal Portuguesa, como a temos hodiernamente, pois é preciso evocar um longo caminho.⁵⁶² Posteriormente, trataremos da participação de D. Manuel na Conferência nos seus primeiros anos de episcopado, para depois terminar explorando todo o dinamismo e colegialidade testemunhada durante a participação de D. Manuel nos cargos de presidência da Conferência.

⁵⁶¹ Cf. OLIVEIRA, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994, 279.

«A par e em consonância com a tradição dos concílios particulares, nasceram em diversos países, a partir do século passado, por razões históricas, culturais, sociológicas e por objectivos pastorais específicos, as Conferências dos Bispos, tendo como finalidade enfrentar as várias questões eclesiais de interesse comum e encontrar as soluções mais oportunas para as mesmas. Ao contrário dos concílios, essas Conferências tiveram um carácter estável e permanente. A Instrução da Sagrada Congregação dos Bispos e Regulares, de 24 de Agosto de 1889, faz menção delas designando-as expressamente como “Conferências Episcopais”» [JOÃO PAULO II – Carta Apostólica sob forma de Motu Proprio «Apostolos Suos», 21 de Maio de 1998, 4, in *AAS*, XC (1998) 644].

⁵⁶² «No caso de Portugal, os bispos, após o advento da República, reuniram-se para tratar de assuntos que a nova situação da Igreja, criada pela Lei da Separação (20 de Abril de 1911), lhes fazia. A pastoral colectiva, então publicada, supõe que eles se tivessem encontrado para elaborar e aprovar um documento que iria ser publicado sob a responsabilidade de todos» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 290).

4.1. Tempos de angústia e de esperança que aproximam os bispos

Em finais do século XIX e inícios do século XX começaram a surgir, em Portugal, movimentos socialistas e republicanos, marcados por ideais laicos, em muito perpetuados pelo prestígio da Maçonaria e outras sociedades secretas que existiam por toda a parte.⁵⁶³ Tudo conduzia para o fim da Monarquia, depois do fracasso do reformismo liberal e o fiasco da chamada «monarquia nova», após o regicídio do rei D. Carlos e do príncipe real D. Luís Filipe, a 1 de Fevereiro de 1908.⁵⁶⁴ A verdade é que depois com a rainha D. Amélia e o seu filho D. Manuel II, tudo parecia conduzir a que este se mostrasse compreensivo com os republicanos, embora fosse aplanando as forças políticas de então, pois os partidos viam o rei como árbitro, embora contestassem as suas decisões.⁵⁶⁵

Sabe-se porém, que havia divisões entre os republicanos, assim como algumas limitações. Cedo se demonstrou um ataque à Igreja, marcado pelo seu anticlericalismo, «que hostilizava muita gente», e já não era num sentido proteccionista como antes, mas visava claramente destruir a igreja em Portugal, incentivando a criação de «uma igreja nacional, totalmente desligada da jurisdição romana e fiscalizada pelo poder civil».⁵⁶⁶ Segundo Roque de Almeida, «O chefe do governo António Teixeira de Sousa (1857-1917) tentou atrair os republicanos mandando encerrar as casas dos jesuítas... mas, o decreto não chegou a ser assinado pelo rei D. Manuel II (1908-1910), que veio a ser deposto pela Revolução de 5 de Outubro de 1910».⁵⁶⁷ Isto vem mostrar aquilo que dizia D. Carlos, afirmar que «em Portugal

⁵⁶³ Cf. ALMEIDA, A. Roque de – *Para ler a história da Igreja em Portugal*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1996, 177.

⁵⁶⁴ Cf. RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*, a esfera dos livros, Lisboa, 72009, 572.

⁵⁶⁵ Cf. RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*, a esfera dos livros, Lisboa, 72009, 572-573.

⁵⁶⁶ ALMEIDA, A. Roque de – *Para ler a história da Igreja em Portugal*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1996, 177; Cf. RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*, a esfera dos livros, Lisboa, 72009, 573-574.

⁵⁶⁷ Cf. ALMEIDA, A. Roque de – *Para ler a história da Igreja em Portugal*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1996, 178.

havia uma “monarquia sem monárquicos” (...) a monarquia constitucional era já de facto “uma república com um rei”». ⁵⁶⁸

A proclamação da República e a sua acção anti-religiosa revelou-se por um conjunto de combates sociais, políticos, culturais e religiosos na sociedade portuguesa dessa época, que não podem ser compreendidos como se em 1910, a 4 ou 5 de Outubro, tivesse desaparecido uma realidade humana e social dando lugar a uma outra totalmente distinta. Resulta que:

«(...) o processo da “questão religiosa” em Portugal não só é algo anterior ao 5 de Outubro de 1910, como o período da Primeira República, sendo de radicalização entre o Estado e a Igreja Católica Romana, foi simultaneamente um tempo de novos espaços e de novos entendimentos de autonomia entre a crença e a cidadania, entre o religioso e a organização social». ⁵⁶⁹

Assistiu-se à mudança do estatuto da Igreja Católica nas suas relações com o Estado, na sua forma republicana, laica e de separação que ultrapassou as implicações da chamada «questão religiosa», pois se a implantação do novo regime «acelerou e, em larga medida, radicalizou essa mesma “questão”, nem a inaugurou, nem conseguiu extinguir completamente as questões centrais respeitantes à modernização da sociedade e do próprio Estado», como testemunha Matos Ferreira. ⁵⁷⁰

⁵⁶⁸ RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*, a esfera dos livros, Lisboa, 72009, 581.

A expressão atribuída a D. Carlos I, «monarquia sem monárquicos» pode ser encontrada em BAPTISTA, Jacinto - *O 5 de Outubro*, Biblioteca Arcádia de Bolso, Lisboa, 1965, 183.

⁵⁶⁹ FERREIRA, António Matos – «Reacção, mobilização e inovação católica», in *Agência Ecclesia (Semário de actualidade religiosa)*, 1258/Ed. Especial (5.X.2010) 32.

⁵⁷⁰ Cf. FERREIRA, António Matos – «Reacção, mobilização e inovação católica», in *Agência Ecclesia (Semário de actualidade religiosa)*, 1258/Ed. Especial (5.X.2010) 32-39.

«A perseguição legal começou logo no dia 8 de Outubro, com o primeiro decreto do Dr. Afonso Augusto da Costa (1871-1937), que mandava pôr em vigor a velha legislação anticlerical do Marquês de Pombal contra os Jesuítas (leis de 3 de Setembro de 1759 e de 28 de Agosto de 1767) e a do “Mata-Frades”, Joaquim António de Aguiar, relativa às casas religiosas (lei de 28 de Maio de 1834) e anulava o decreto de Ernesto Hintze Ribeiro de 18 de Abril de 1901, que permitira o restabelecimento das congregações religiosas em Portugal. Expoliadas e expulsas as ordens e as congregações religiosas, intentou o Governo Provisório a laicização da vida política, por achar “conveniente dar satisfação às aspirações liberais e democráticas”. No mesmo dia da proclamação da República foram presos os Jesuítas residentes em Lisboa e, nos dias seguintes, os do resto do país e levados para as cadeias do Limoeiro e de Caxias. As suas casas foram saqueadas e destruídas e profanadas as igrejas, capelas e imagens. (...) O Governo Provisório, de Outubro de 1910 a Fevereiro de 1911, desenvolveu grande actividade legislativa, revelando, desde o início, uma tendência anticatólica» (ALMEIDA, A. Roque de – *Para ler a história da Igreja em Portugal*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1996, 178-179).

A produção de medidas legislativas pelo Governo Provisório, dão-nos conta da radicalização do seu regime, e que tinha como bandeira a Lei da Separação da Igreja e do Estado.⁵⁷¹ Contudo, apraz-nos ter em consideração que a Igreja Católica, no período da Monarquia Constitucional, encontrava-se enredada nas teias do Estado. Refira-se que o Núncio Apostólico de então, Domenico Jacobini, em 1891, insistiu na realização anual de reuniões dos bispos portugueses, que demoravam a concretizar-se. Todavia, segundo Matos Ferreira, foi a experiência dessas reuniões «que, mais ou menos em conjunto e de algum modo de forma articulada», levaram os bispos a situar os problemas da Igreja em Portugal, lançando apelos e recomendações à sociedade e ao Estado.⁵⁷² São estas reuniões que vão conduzir ao exercício de uma pastoral de conjunto como episcopado português, com significativos resultados, fruto da recomposição da autoridade eclesiástica, que se pode dizer, ter-se iniciado em 1890 e terminando com o Concílio Plenário Português, em 1926.⁵⁷³

Inicialmente, recordemos que uma das mais importantes intervenções dessa pastoral de conjunto dos bispos portugueses foi a *Pastoral Colectiva* de 24 de Dezembro 1910⁵⁷⁴ e o *Protesto Colectivo* de 5 de Maio de 1911, a propósito dos ataques da Primeira República e

⁵⁷¹ RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*, a esfera dos livros, Lisboa, 2009, 586.

Para verificar uma lista dessas medidas, consultar: ALMEIDA, A. Roque de – *Para ler a história da Igreja em Portugal*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1996, 179-180.

⁵⁷² Cf. FERREIRA, António Matos – «Reacção, mobilização e inovação católica», in *Agência Ecclesia (Semário de actualidade religiosa)*, 1258/Ed. Especial (5.X.2010) 32.

⁵⁷³ Cf. FERREIRA, António Matos – «Reacção, mobilização e inovação católica», in *Agência Ecclesia (Semário de actualidade religiosa)*, 1258/Ed. Especial (5.X.2010) 32.

«Este percurso, protagonizado por diversas gerações de bispos e de núncios, estendeu-se desde o pontificado de Leão XIII ao de Pio XI. O marco geral da intervenção episcopal, como conjunto, tendeu a sublinhar a política leonina de *ralliement* em face do Estado e da sua autoridade e legitimidade, apelando constantemente ao exercício da cidadania e à união entre o clero e os fiéis» [FERREIRA, António Matos – «Reacção, mobilização e inovação católica», in *Agência Ecclesia (Semário de actualidade religiosa)*, 1258/Ed. Especial (5.X.2010) 33].

⁵⁷⁴ A autoria da *primeira carta pastoral* do episcopado português é atribuída a D. Augusto Eduardo Nunes.

Para aprofundar esta *Pastoral Colectiva* sugerimos a leitura de «'Pastoral Colectiva' do Episcopado», in GASPARD, João Gonçalves – *1ª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 39-48.

«(...) uma Pastoral Colectiva onde reiteravam a doutrina do respeito devido aos poderes constituídos, rejeitando simultaneamente que os católicos cooperassem com quem hostilizasse a Igreja Católica, contrariando uma perspectiva de sedição política, apelando a, “por todos os meios legais e honestos, favorecer, na medida da sua possibilidade, a causa da religião e a Igreja Católica, e unidos em um terreno comum empenhar esforços para remover da legislação tudo que à mesma causa seja contrário”» [FERREIRA, António Matos – «Reacção, mobilização e inovação católica», in *Agência Ecclesia (Semário de actualidade religiosa)*, 1258/Ed. Especial (5.X.2010) 33].

violência exercida à religião.⁵⁷⁵ As relações entre o Governo e a Igreja Católica, embora com pontos negativos, injustas perseguições, entre outros, por parte do Governo implantado, também permitiu à Igreja beneficiar na conquista da sua própria autonomia, até porque «a situação da Igreja no século XIX, durante o tempo da Monarquia Liberal, não lhe era menos lesiva do que seria depois da *Lei da Separação do Estado das Igrejas de 1911*».⁵⁷⁶ Diante do conflito com o bispo de Beja, vê-se a que condições ficaram submetidos os bispos e as suas dioceses, pelo despacho assinado a 21 de Outubro de 1910, uma vez que os bispos eram entendidos como funcionários do Estado, por ele aprovados e apresentados, e no sistema das relações entre o Estado e a Igreja, era o Estado civil que subsidiava os bispos, lhes pagava um dote ou ordenado, e lhes consentia o uso e a fruição de bens da nação, afectos ao serviço das dioceses.⁵⁷⁷

Vê-se que o regime republicano, sem perseguir, vai mostrando hostilidade à Igreja. Por isso, no seio eclesial foram surgindo vozes, que mostraram que a revolução de 1910 não conseguia esmagar toda a vida à qual tinha ódio.⁵⁷⁸ Uma dessas vozes, surge por D. Augusto Eduardo Nunes, que depois da proclamação da chamada «Lei das Cultuais» pelos republicanos, ele reagira denunciando a mesma; porém, se os outros bispos foram desterrados das suas dioceses, ele permanecera mais tempo – até 8 de Abril de 1912, a que se deveu à sua ligação e proximidade com os governantes republicanos.⁵⁷⁹ Claro que o augúrio cedo terminaria, e o

⁵⁷⁵ «A política anticatólica da República desfez as frágeis estruturas formativas da Igreja, mas também despertou energias pouco previsíveis.» (CLEMENTE, Manuel – *1810 -1910 -2010 Datas e Desafios*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2009, 109ss). D. Manuel Clemente apresenta-nos uma breve síntese sobre a forma como o Catolicismo reagiu a este regime.

⁵⁷⁶ GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 10. 49-63; Cf. FERREIRA, António Matos – «Reacção, mobilização e inovação católica», in *Agência Ecclesia (Semanário de actualidade religiosa)*, 1258/Ed. Especial (5.X.2010) 33.

⁵⁷⁷ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 25.

⁵⁷⁸ GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 32.

⁵⁷⁹ «D. Augusto Eduardo Nunes e a I República», in *Agência Ecclesia*, (01.X.2010). Consulta realizada a 10.VII.2013; Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=80521>. (Entrevista realizada por Luís Filipe Santos ao Cón. Francisco Senra Coelho no ano de 2010).

«Também o arcebispo de Évora, D. Augusto Eduardo Nunes (1849-1920), logo após a implantação do novo Regime e num gesto de esperança, saudou o advento da República, içando a respectiva bandeira no paço episcopal e escrevendo ao dr. Bernardino Machado e ao dr. Afonso Costa. A primeiro formulou votos pelo bom diálogo com

Arcebispo de Évora, cairia na desilusão ao ver a acção e oposição à Igreja Católica investida pela Iª República.

Dotado de uma personalidade vincada, de uma cultura incomum, de uma grandeza espiritual e de capacidades invulgares, será D. Augusto Eduardo Nunes, um dos bispos mais influentes do episcopado português, e por isso, é ele quem prepara e redige os três grandes documentos desta década: as duas *Cartas pastorais* (1910 e 1917) e o *protesto colectivo* de 1911.⁵⁸⁰ Testemunha Senra Coelho, que D. Augusto Eduardo Nunes, era como que o teólogo dos bispos portugueses, pois era o «cérebro que fazia os documentos do episcopado e fazia a ponte entre a Nunciatura, Santa Sé e Governo provisório».⁵⁸¹

Acentuando o que acima referimos, vemos que a *Lei da Separação* que entrou em vigor no dia 1 de Julho de 1911, impeliu a uma reacção imediata do meio eclesiástico, porque vinha cheia de agressões, mesmo as mais pequenas, contra o clero e a população católica por consequência.⁵⁸² É possível até, dizer que essa Lei é como que uma «declaração formal de guerra contra a Igreja, a qual se viu tolhida na realização do culto público, espoliada dos seus bens e limitada nas suas fontes de subsistência».⁵⁸³ O *Protesto Colectivo*,⁵⁸⁴ é fruto não de um

relação às medidas sobre a separação da Igreja; ao segundo disse que, «tanto na qualidade de cidadão português como na de ministro da Igreja Católica, [...] acatava lealmente a nova forma de Governo como a expressão da vontade nacional» e auspiciava por que a República «siga o caminho da justiça e da paz, da ordem e do progresso, com todas as classes de pessoas» (GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 36-37).

⁵⁸⁰ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 37.

⁵⁸¹ «D. Augusto Eduardo Nunes e a I República», in *Agência Ecclesia*, (01.X.2010). Consulta realizada a 10.VII.2013; Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=80521>.

⁵⁸² «Ele escreveu o protesto colectivo dos bispos portugueses à Lei da Separação do Estado e das Igrejas. Classifica esta lei como vilipêndio. Como arcebispo de Évora a sua intervenção também é forte. Uma das obras mais belas da sua pena foi o protesto dirigido ao Presidente da República aquando do seu desterro. Nunca baixou a sua voz e denunciou com muita categoria todos os atropelos» [«D. Augusto Eduardo Nunes e a I República», in *Agência Ecclesia*, (01.X.2010). Consulta realizada a 10.VII.2013; Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=80521>]

⁵⁸³ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 62.

⁵⁸⁴ Recomenda-se para aprofundamento sobre o Protesto Colectivo do Episcopado: GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 63-67.

pronunciamento moderado como ia acontecendo, mas radical perante a publicação de tal *Lei*, e era necessário defender a Igreja e o livre exercício do múnus sacerdotal.⁵⁸⁵

Se em Portugal o clima era perturbador, na Santa Sé, o Papa Pio X, reagira a tal *Lei* e situação política, publicando a Carta Encíclica «*Jamdudum in Lusitania*»,⁵⁸⁶ a 24 de Maio, criticando-a severamente.⁵⁸⁷

⁵⁸⁵ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 64.

«No seu Protesto Colectivo de 5 de Maio de 1911, os bispos denunciaram o carácter afrontoso e persecutório do conteúdo e das disposições da *Lei da Separação*, insurgindo-se contra a expropriação dos bens móveis e imóveis da Igreja, o não reconhecimento da personalidade jurídica da autoridade eclesiástica; contra a ingerência do poder civil na formação do clero e na proibição do uso das vestes talares fora dos locais de culto; bem como contra a limitação das manifestações públicas de culto ou de fé; contra a criação de associações culturais, encaradas como interferência na vida católica e na administração dos bens da Igreja» [FERREIRA, António Matos – «Reacção, mobilização e inovação católica», in *Agência Ecclesia (Semanário de actualidade religiosa)*, 1258/Ed. Especial (5.X.2010) 34].

⁵⁸⁶ PIO X – Carta Encíclica «*Jamdudum in Lusitania*», 24 de Maio de 1911, in *AAS*, III (1911) 217-224.

«A questão religiosa prosseguiu durante os anos de 191, 1912 e 1913. A maioria dos párocos renunciou ao seu direito a pensões do Estado, e só menos de 20% as requereram. O Governo acusou os bispos de fazerem pressão sobre os padres para que recusassem as pensões e ainda para que fizessem “greve” nas suas funções religiosas. Por todo o país se defrontavam católicos e anticlericais, por vezes até ao limite da violência. Violando o beneplácito e resistindo às ordens do Governo, os prelados caíam sob a alçada da lei (...) O papa Pio X procurou interferir com a bula *Jamdudum in Lusitania* (1911, confirmada em 1912), que o Governo proibiu de ser publicada ou difundida no País. Foi suprimida no Vaticano e quebradas as relações diplomáticas com a Santa Sé (1913)» (MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal*, II, Edições Ágora, Lisboa, 1972, 222-224).

Para um maior aprofundamento deste tema, conferir: DANDOU, Pèpin - *Les conférences des évêques: Histoire et développement de 1830 à nos jours*, L’Harmattan, Paris, 2007, 80-86; FERREIRA, António Matos - «L’Espagne et le Portugal», in *Histoire du Christianisme*, t. 11, Desclée, Paris, 1995, 279-298.637-657.

⁵⁸⁷ «O papa criticou e condenou severamente a *Lei da Separação* como «péssima e perniciosíssima» por repudiar a Religião Católica, tentar apaga-la da vida do dia-a-dia, menosprezar a Deus e a fé cristã, oprimir e tyrannizar a Igreja, destruir os contratos celebrados solenemente entre Portugal e a Santa Sé, impedir a acção pastoral do pontífice romano, legislar sobre a formação nos seminários, abolir os juramentos religiosos, eliminar a instrução religiosa no ensino público, subtrair à Igreja a posse legítima dos seus bens e excluir o clero da própria organização do culto; e declarou claramente «nulo e sem valor tudo quanto nessa *Lei* se encontra de ofensivo aos direitos invioláveis da Igreja» (GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 68-69).

Segundo Matos Ferreira: «Todo o processo da instauração do regime republicano fora observado com enormes receios por parte da Santa Sé, na expectativa do que seria o comportamento dos católicos, bispos, clero e fiéis portugueses. A Santa Sé mantivera desde o início um distanciamento para com o regime revolucionário. Suspensas as relações diplomáticas a 5 de Outubro pela instauração de um novo regime, Mons. Júlio Tonti, arcebispo de Ancira, que ocupava o cargo de nuncio apostólico desde Dezembro de 1906, deixou Lisboa a 20 de Outubro, ficando a Nunciatura entregue a um Encarregado de Negócios, Mons. Bento Aloisi Masella. A 15 de Março de 1911, Pio X dirigiu-se publicamente aos bispos portugueses numa carta apoiando as suas tomadas de posição e reiterando as linhas fundamentais da doutrina expressa na Pastoral de 24 de Dezembro e cuja divulgação fora censurada e interdita. Contudo, o corte de relações diplomáticas só ocorre depois da promulgação da *Lei de Separação*, não regateando o papa Pio X o seu apoio directo às posições do episcopado português, o que faz em encíclica enviada a todo o mundo católico – *Jamdudum in Lusitania* – com data de 24 de Maio, onde denunciou o teor da *Lei da Separação*, e reiterou a doutrina católica sobre relações entre a Igreja e o Estado» [FERREIRA, António Matos – «Reacção, mobilização e inovação católica», in *Agência Ecclesia (Semanário de actualidade religiosa)*, 1258/Ed. Especial (5.X.2010) 38].

Sem dúvida que ao longo dos anos seguintes não deixou de haver acções condenáveis do Governo Republicano, nomeadamente o desterro dos padres e bispos das suas dioceses, o controlo das instituições, corporações, paróquias por parte do Governo, entre tantas outras coisas. No contexto europeu, a relação entre os países ia-se deteriorando, e por isso, é inevitável não referir a Primeira Guerra Mundial, que se iniciara a 2 de Agosto de 1914, quando a Alemanha invadiu o Luxemburgo e ditou um ultimato à Bélgica. Esta Grande Guerra apenas terminaria com o armistício assinado a 11 de Novembro de 1918. Neste sentido, Portugal também foi afectado; e no diálogo do Governo com a Igreja Católica, estava no centro a presença de capelães junto dos militares, dado que a liberdade de religião é um direito fundamental da pessoa humana, e não se deveria privar os soldados crentes dos seus direitos. Mas mesmo assim, até que fosse possível serem destacados capelães para as frentes de combate permitindo a assistência religiosa aos militares que a desejassem, foi um caminho penurioso.⁵⁸⁸

Prosseguimos agora para outros pronunciamentos colectivos, nomeadamente, sobre a vida portuguesa, no ano de 1917⁵⁸⁹ e 1922.⁵⁹⁰ Cremos que no fundo, o que se pensava ser fruto de um trabalho e esforço colegial, acaba por ser fruto de uma mente brilhante que primeiramente redigia os documentos, os mais importantes. Será oportuno reflectir num futuro sobre este dado, ao mesmo tempo novo e desafiador da história dos bispos portugueses perante a vida política.

A 22 de Janeiro de 1917, o episcopado português publicou a *Instrução Pastoral Colectiva*, onde os bispos se pronunciaram sobre alguns aspectos da doutrina cristã, recordando o que ia contra a Verdade: imodéstia, espectáculos indecentes, cinemas imorais, propaganda

⁵⁸⁸ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 103-109.

⁵⁸⁹ D. Augusto Eduardo Nunes pelo que fomos constatando acabaria por redigir os três documentos mais importantes da década de 10, pois redige três a primeira carta, o protesto e a carta de 1917 do episcopado português. Cf. «D. Augusto Eduardo Nunes e a I República», in *Agência Ecclesia*, (01.X.2010). Consulta realizada a 10.VII.2013; Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=80521> .

⁵⁹⁰ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 71.

anticristã. Neste sentido propunham aos católicos que agissem sem medo, mas revestidos de uma clarividência, serenidade, perseverança e clarividência.

O documento prossegue reforçando a necessidade urgentíssima de que os *verdadeiros católicos* se organizassem para promover a reivindicação das justas liberdades e legítimos direitos do Catolicismo. E depois, termina, referindo a importância de uma vida política que se adequasse aos ideais do Catolicismo. A importância desta *Instrução*, veio a ser reconhecida pelo Papa Bento XV, que manifestou a sua satisfação a quanto nela estava escrito, através de uma Carta que dirigiu ao episcopado, em 29 de Junho de 1919. Mas, com as mudanças que iam acontecendo a nível político, pode-se dizer que as modificações que foram realizadas pelo *Governo* à Lei da Separação permitiram um grande avanço para uma pacificação, muito necessária, nas relações entre o Governo e a Igreja. Essa concretização acontecera antes, a 9 de Julho de 1918, quando se publicara o decreto com força de lei sob o número 4558. Tudo isto permitiu um restabelecimento das relações diplomáticas entre Portugal e a Santa Sé, um reconhecimento recíproco do Estado e da Igreja.⁵⁹¹ Em 18 de Dezembro de 1919, Bento XV, escrevera novamente ao episcopado português, através da Carta «Celeberrima Evenisse», onde descreve o papel da Igreja e o papel do Estado, apelando aos fiéis o respeito por aqueles que se encontram no poder.⁵⁹²

Assim, depois dos efeitos negativos da *Lei da Separação*, encontrava-se agora o Estado e a Igreja a fazerem um caminho de reconciliação. Sem mais delongas, seria oportuno reflectir aqui como esta relação se deu no Ultramar, mas sem aprofundar, apenas referir que o Governo

⁵⁹¹ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 129.

⁵⁹² «(...) Seguindo, portanto, a doutrina e a tradição da Igreja, que habitualmente tem relações de amizade com os Governos de qualquer natureza, e considerando que recentemente se reataram as mútuas relações com a República Portuguesa, pedimos aos católicos que se submetam com ânimo sincero à forma de Governo agora constituído e que, sem relutância, aceitem aqueles officios públicos que lhes forem oferecidos com vantagem comum para a Religião e para a sociedade» [BENTO XV – Carta «Celeberrima Evenisse», 18 de Dezembro de 1919, in *AAS*, XII (1920) 32-33].

necessitou de atenuar a rigidez da Lei da Separação de 1911, para não asfixiar a acção missionária da Igreja Católica nesses países.⁵⁹³

Enquadrado depois no surto renovador da década de 30 temos, de 24 de Novembro a 3 de Dezembro de 1926, em Lisboa, acontece o primeiro e único *Concílio Plenário Português*. Não esqueçamos que neste ano, a 28 de Maio, se dera a instauração do regime ditatorial chefiado pelo General Gomes da Costa. Segundo Braga da Cruz, o regime tornara-se um «regime de orientação ideológica predominantemente católica»,⁵⁹⁴ em contraste com a vida política de Salazar, pois este último embora fosse católico, não actuava no seu governo e regime como *representante dos católicos*.⁵⁹⁵

O Concílio Plenário Português sob a presidência do Cardeal-Patriarca D. António Mendes Belo, como Legado Pontifício,⁵⁹⁶ contando com a presença de quase todos os bispos do continente e da metrópole, foi acontecimento marcante no início do séc. XX, em Portugal, que permitiu aos bispos tratar dos interesses da Igreja e das almas, actualizando «a Igreja face às novas condições sociais e face às exigências do Direito Canónico»⁵⁹⁷ de 1917. Posteriormente, foram aprovados pela Sagrada Congregação do Concílio Plenário, em 16 de Março de 1929, e pelo Papa Pio XI, a 25 de Março do mesmo ano, e depois pela Santa Sé. Nesse mesmo ano, os 503 artigos dos respectivos decretos do *Concílio Plenário Português*. Depois, promulgados por *Carta Pastoral* a 13 de Julho de 1930, vigorando desde 24 de Maio

⁵⁹³ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011, 136.

⁵⁹⁴ CRUZ, Manuel Braga da – «As elites católicas nos primórdios do salazarismo», in *Análise Social*, XXVII/116-117 (1992) 547.

⁵⁹⁵ CRUZ, Manuel Braga da – «As elites católicas nos primórdios do salazarismo», in *Análise Social*, XXVII/116-117 (1992) 547.

⁵⁹⁶ «O Código de Direito Canónico, de 1917, com a intenção de dar novamente vigor a tão veneranda instituição, apresenta também disposições para a celebração de concílios particulares. O cân. 281 do citado Código referia-se ao concílio plenário, estabelecendo que se podia celebrar com a autorização do Sumo Pontífice, que designava um seu delegado para o convocar e presidir» [JOÃO PAULO II – Carta Apostólica sob forma de Motu Proprio «Apostolos Suos», 21 de Maio de 1998, 3, in *AAS*, XC (1998) 643-644].

⁵⁹⁷ AA. VV – *Um século de cultura católica em Portugal*, Edições Laikos, Lisboa, 1984, 15.

Cf. CONCÍLIO PLENÁRIO PORTUGUÊS – *Decretos* (Edição Portuguesa Oficial), União Gráfica, Lisboa, 1926, XI-XLIII. Relembre-se que a vida política em Portugal encontrava-se neste momento em grandes mudanças e convulsões, pois não havia pouco tempo que se tinha dado a «revolução de 28 de Maio de 1926».

de 1931.⁵⁹⁸ Com a entrada do novo Código de Direito Canónico, estes foram ab-rogados a 7 de Janeiro de 1984, a pedido da Conferência Episcopal Portuguesa à Santa Sé. O Concílio Plenário Português é importante porque marcou uma viragem na disciplina eclesiástica Portuguesa e, por sua vez, demonstra a importância de uma *pastoral colectiva*, fruto da consciência de os bispos constituírem um corpo, e por este meio, manifestarem uma profunda comunhão e solicitude na acção pastoral.⁵⁹⁹ Sobre isso, refere D. Manuel acerca dos encontros entre bispos portugueses que,

«(...) é sobretudo a partir da eleição de D. Manuel Gonçalves Cerejeira como Patriarca de Lisboa [18 Novembro 1929] que os bispos passaram a reunir-se mais assiduamente para fazer o seu retiro anual e, naturalmente, aproveitando essa oportunidade, para tratar de assuntos que diziam respeito à Igreja em Portugal»⁶⁰⁰

Ainda na década de trinta, foram importantes e célebres as reuniões plenárias do episcopado, que aconteceram primeiramente no Luso, em Abril de 1932 e em Fevereiro de 1933, e depois, em Lisboa, no mês de Novembro de 1933. Nesta última, resultou a criação da ACP.⁶⁰¹ Na sequência do que foi referido vimos que os bispos portugueses já tinham uma longa tradição de trabalho conjunto, especialmente o costume de se reunir periodicamente desde 1932.⁶⁰² Todavia, seria no II Concílio Ecuménico do Vaticano que se demonstraria, igualmente,

⁵⁹⁸ Cf. MATOS, Luís Salgado de - «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspectos», *Análise Social*, XXIX/125-126 (1994) 321-322.

⁵⁹⁹ Cf. OLIVEIRA, Miguel de - *História Eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994, 279-280.

⁶⁰⁰ TRINDADE, Manuel de Almeida - *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 290.

⁶⁰¹ CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 71.

Vejam os breves apontamentos de D. Manuel Clemente: «Estávamos assim em 1917. Em Maio desse ano três pastorinhos de Fátima falam duma visita do Céu... A partir de então, a nossa identidade providencial irá tomando novos contornos. Fátima esperou até 1930 para ser oficialmente reconhecida pela Igreja. Nesse ano abriu-se uma década decisiva na reorganização do movimento católico que, a partir de 1933, ficou polarizado na Acção Católica Portuguesa: visava-se «reconquistar» Portugal para Cristo, levando o Evangelho a todas as dimensões da vida pessoal e colectiva. A par disso, o Estado Novo procurava também refazer o país em termos “tradicionalistas”» (CLEMENTE, Manuel - *1810 -1910 -2010 Datas e Desafios*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2009, 82-83).

⁶⁰² OLIVEIRA, Miguel de - *História Eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994, 279-280; CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 5; Cf. FONTES, Paulo - «Conferência Episcopal Portuguesa», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) - *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, III (A-C), Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, 440.

o papel das Conferências Episcopais, primeiramente pela iniciativa do episcopado francês, realçando a dimensão concreta de exercício da colegialidade episcopal.⁶⁰³

Na aula conciliar sublinha-se uma realidade nova, que é a das conferências episcopais, «conscientes doravante das suas responsabilidades e da sua autoridade. Esta noção da colegialidade dos Bispos ia precisar-se pouco a pouco no decorrer do Concílio».⁶⁰⁴ Primeiramente, é na Constituição dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», que se fala das conferências dos bispos: «De modo semelhante, as Conferências episcopais podem hoje aportar uma contribuição múltipla e fecunda para que o sentimento colegial leve a aplicações concretas».⁶⁰⁵ Posteriormente, o grande feito permitido pelo Papa João XXIII ao conceder audiências aos episcopados nacionais, contribuiu para um fraterno clima de confiança, caridade e liberdade.⁶⁰⁶

Acontece que, por essa ocasião, não era possível falar de uma Conferência Episcopal no sentido jurídico, pois a sua origem jurídica resultaria da aprovação do decreto sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja «Christus Dominus».⁶⁰⁷ A este respeito diz-nos D. Manuel:

⁶⁰³ «O Secretário do Concílio, Mons. Felici, pediu aos Padres para procederem à votação. Foi então que o Cardeal Liénart tomou a palavra. Em nome do episcopado francês, apresentou «uma moção de adiamento motivada pela necessidade de uma consulta preliminar entre os membros das diversas conferências episcopais, a fim de permitir aos Padres conhecerem melhor os candidatos» (WENGER, A. - «Diário do Concílio. A Primeira Sessão: Primeiros actos do Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, I, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 32-33).

⁶⁰⁴ «O historiador do II Concílio do Vaticano reterá deste acontecimento que no sábado, dia 13 de Outubro, apareceu no Concílio uma realidade nova: a das conferências episcopais, conscientes doravante das suas responsabilidades e da sua autoridade. Esta noção da colegialidade dos Bispos ia precisar-se pouco a pouco no decorrer do Concílio» (WENGER, A. - «Diário do Concílio. A Primeira Sessão: Primeiros actos do Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, I, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 32-33).

⁶⁰⁵ Cf. Constituição Dogmática sobre a Igreja «Lumen Gentium», 23, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 79.

⁶⁰⁶ WENGER, A. - «Diário do Concílio. A Primeira Sessão: o Papa e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, I, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 49-50; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 319.

⁶⁰⁷ Cf. Decreto sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja «Christus Dominus», 28 de Outubro de 1965, 37, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992, 169.

Tema bastante discutido na aula conciliar. Para aprofundamento: WENGER, A. - «Diário do Concílio. A Segunda Sessão: A hierarquia na Igreja», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, I, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 344-348.

«O texto conciliar não impõe a criação das Conferências episcopais, mas, dadas as provas de apostolado mais fecundo verificado onde já existiam, julga que “será muito conveniente que, em todo o mundo, os bispos da mesma nação se reúnam periodicamente em assembleia, para que, da comunicação de pareceres e experiências, e da troca de opiniões, resulte uma santa colaboração de esforços para o bem comum das Igrejas”». ⁶⁰⁸

O II Concílio Ecuménico do Vaticano foi uma oportunidade e ocasião privilegiada para os bispos portugueses, cuja Conferência Episcopal Portuguesa, embora não erecta canonicamente, ao reunir-se habitualmente em determinado dia da semana, já manifestava o sentimento de colegialidade, presente e necessário. ⁶⁰⁹

Porém, embora com longa tradição de trabalho comum, verifica-se que os bispos de Portugal, mesmo após o II Concílio Ecuménico do Vaticano, tendo intensificado o ritmo das Assembleias Plenárias, ⁶¹⁰ demoraram algum tempo para elaborar os estatutos da Conferência Episcopal, acontecendo, por exemplo, que a «Conferência do Episcopado de Angola e Moçambique» se adiantasse (mais tarde, esta viria a desdobrar-se em duas, a de Angola e a de Moçambique), pois já tinha os seus estatutos aprovados *ad experimentum* em 2 de Junho de 1958. ⁶¹¹ Ao invés destas, Macau, Timor e a prefeitura da Guiné integravam a Conferência Episcopal Portuguesa de pleno direito, «a par dos bispos residenciais, coadjutores e auxiliares das dioceses das três províncias eclesiásticas da então metrópole». ⁶¹²

«É por extensão analógica que os termos “colegialidade” ou “acção colegial” têm sido aplicados, mesmo pelos Papa Paulo VI e João Paulo II, a outros casos, como são o Sinodo dos Bispos – que é uma criação do Vaticano II – ou as Conferências Episcopais, que existindo já, de facto, antes do Concílio, em vários países, receberam a sua definição jurídica do decreto conciliar *Christus Dominus*. “Esta extensão analógica – nota Lubac – não é ilegítima, desde que se marquem as diferenças”» (TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 223).

TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 290.

⁶⁰⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 290.

⁶⁰⁹ «A Conferência Episcopal Portuguesa, embora ainda não erecta canonicamente, teve uma ocasião privilegiada para fazer os seus ensaios durante o Vaticano II, reunindo habitualmente em determinado dia da semana. Era natural que o seu presidente fosse o bispo mais categorizado – o Patriarca de Lisboa, D. Manuel Gonçalves Cerejeira» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 291).

⁶¹⁰ CEP – *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 71.

⁶¹¹ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, X/55 (Novembro 1968) 25.

⁶¹² Cf. FONTES, Paulo – «Conferência Episcopal Portuguesa», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, III (A-C), Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, 440.

A Conferência Episcopal Portuguesa não fechando os braços, e encontrando-se enriquecida nos seus efectivos pela nomeação de novos bispos, destacara-se, em 1967, pelo número de reuniões realizadas e pelo ritmo de actividade notável com que empreenderam e responderam aos desafios da Igreja em Portugal.

Partindo das determinações presentes no decreto «Christus Dominus» (CD 37-38),⁶¹³ concretizadas nas disposições do Motu Proprio «Ecclesiae Sanctae» de 6 de Agosto de 1966,⁶¹⁴ a Assembleia Plenária do episcopado «procedeu à redacção dos seus estatutos que foram por ela aprovados na última reunião de 1966 e enviados à Santa Sé para esta se pronunciar».⁶¹⁵ A Santa Sé apresentou algumas modificações, nas quais os bispos foram trabalhando, mas até serem aprovados os estatutos, os bispos assumiram o que neles estava redigido para servir de base ao funcionamento da Assembleia Plenária da Conferência.⁶¹⁶ Refere Paulo Fontes, que uma das dinâmicas de renovação conciliar mais visíveis e significativas deu-se pela institucionalização da Conferência Episcopal Portuguesa, a 16 de Maio de 1967, quando foram aprovados os primeiros estatutos, que depois seriam confirmados mais tarde.⁶¹⁷ A notícia da aprovação dos «Estatutos da Conferência Episcopal Portuguesa da Metrópole»⁶¹⁸ seria dada na reunião que decorreu de 12 a 15 de Dezembro de 1967.⁶¹⁹

⁶¹³ Cf. Decreto sobre o Múnus Pastoral dos Bispos na Igreja «Christus Dominus», 28 de Outubro de 1965, 37-38, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, 11 1992, 169-170.

⁶¹⁴ PAULO VI – Carta Apostólica sob forma Motu Proprio «Ecclesiae Sanctae», 6 de Agosto de 1966, in *AAS*, LVIII (1966) 757-758.

⁶¹⁵ *Boletim de Informação Pastoral*, X/55 (Novembro 1968) 26.

⁶¹⁶ *Boletim de Informação Pastoral*, X/55 (Novembro 1968) 26.

⁶¹⁷ Cf. FONTES, Paulo – «O catolicismo Português no século XX: da separação à democracia», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) - *História Religiosa de Portugal*, III, Círculo de Leitores, Lisboa, 2002, 250.

⁶¹⁸ Os Estatutos da Conferência Episcopal Portuguesa da metrópole foram aprovados pela Assembleia Plenária de 16-5-1967 e ratificados por Paulo VI «ad experimentum» por um triénio em 10-7-1967. Para consultar os estatutos, conferir *Boletim de Informação Pastoral*, X/55 (Novembro 1968) 33.

⁶¹⁹ *Boletim de Informação Pastoral*, X/55 (Novembro 1968) 32.

«Foi comunicado à Assembleia que a Santa Sé aprovou os “Estatutos da Conferência Episcopal Portuguesa da Metrópole” por ela apresentados. Este diploma básico define quais são os membros da Conferência e os seus órgãos. Além dos Bispos residenciais, coadjutores e auxiliares das dioceses das três províncias eclesiais da metrópole, fazem parte em certas condições os Bispos Titulares nela residentes e os do Ultramar que, não pertencendo às Conferências Episcopais de Angola e Moçambique, se agreguem à da metrópole. É o caso dos Bispos de Macau e Timor e do Prefeito Apostólico da Guiné. Quanto aos órgãos da Conferência, os Estatutos

O actual Código de Direito Canónico de 1983, no cân. 447 refere que:

«A Conferência episcopal, instituição permanente, é o agrupamento dos Bispos de uma nação ou determinado território, que exercem em conjunto certas funções pastorais a favor dos fiéis do seu território, a fim de promoverem o maior bem que a Igreja oferece aos homens, sobretudo por formas e métodos de apostolado convenientemente ajustados às circunstâncias do tempo e do lugar, nos termos do direito».⁶²⁰

Resulta que, a partir do Código de Direito Canónico de 1983, enquanto que a erecção, supressão ou alteração das conferências episcopais, compete à autoridade suprema da Igreja, o mesmo não acontece com a elaboração dos seus estatutos. Neste sentido, a elaboração destes dependem dos membros que integram a conferência episcopal, aplicando-se de igual modo, no que diz respeito à eleição do presidente, secretário e demais órgãos.⁶²¹

Já em tempos bem diferentes, em ordem à melhor forma de recepcionar o concílio e dinamizar as igrejas locais, estabelecendo-se as conferências episcopais, podemos evocar uma síntese presente na *Carta Pastoral sobre a renovação da Igreja em Portugal na fidelidade às orientações do Concílio e às Exigências do nosso tempo*, datada de 7 de Outubro de 1984, que retracta a actuação dos bispos portugueses no séc. XX.⁶²²

enumeram: a Assembleia Plenária, o Conselho Permanente, as Comissões Episcopais, o Secretariado-Geral e os Secretariados Nacionais» [*Boletim de Informação Pastoral*, X/55 (Novembro 1968) 33-35].

Enquanto que os bispos de Angola e Moçambique se reuniam regularmente desde 1957 - por iniciativa da Santa Sé, que assim reconheceu a especificidade pastoral e estimulava a autonomia eclesial das duas mais importantes colónias portuguesas—, os bispos de Macau e Timor e o prefeito apostólico da Guiné passaram então a integrar, de pleno direito, a CEP, a par dos bispos residenciais, coadjutores e auxiliares das dioceses das três províncias eclesiais da metrópole» (FONTES, Paulo – «O catolicismo Português no século XX: da separação à democracia», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) - *História Religiosa de Portugal*, III, Círculo de Leitores, Lisboa, 2002, 250-251).

⁶²⁰ Referir que o artigo da *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, contém um erro ao dizer ser no cân. 444 quando deveria ser o cân. 447 [cf. CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO (tradução portuguesa a cargo de José A. Marques; edição anotada a cargo de Pedro Lombardia e Juan Ignacio Arrieta), Edições Theologica, Braga, 1984, 327.329].

«Cardeal Castillo Lara chamou a atenção para o facto de o novo código não usar a expressão «Conferências Episcopais» mas «Conferências dos Bispos», o que significa que o Bispo tem dentro da Conferência uma responsabilidade inalienável» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 254).

⁶²¹ Cf. FONTES, Paulo – «Conferência Episcopal Portuguesa», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, III (A-C), Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, 440.

⁶²² Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 45-75.

Esta resenha histórica pretende ser uma introdução que nos conduza a compreender a acção episcopal de D. Manuel na e pela Conferência Episcopal Portuguesa, aludindo à dinâmica de trabalho que depende dos membros que a integram, e que tratamos de agora em diante, aprofundando o seu papel na Presidência da mesma Conferência.⁶²³ Este papel de relevo que passamos a testemunhar, vem a propósito da aprovação dos Estatutos da CEP, D. Manuel seria o primeiro a ser eleito Presidente, depois de cessar funções o Patriarca de Lisboa, em 1972.

4.2. Participação inicial na Conferência

A primeira participação de D. Manuel na Conferência Episcopal Portuguesa da Metrópole, deu-se pouco depois da sua ordenação episcopal. Havia regressado da primeira sessão do Concílio, e em Janeiro de 1963 integrava os encontros dos bispos «às quais tinham acesso apenas os bispos diocesanos – os auxiliares, que aliás eram apenas dois ou três, só participavam quando desempenhavam cargos oficiais na Conferência».⁶²⁴ Nessa primeira reunião, embora não tenha tirado notas, descreve as suas breves lembranças a partir das suas *memórias*.⁶²⁵ Acrescenta ainda, que ao participar nas primeiras assembleias do episcopado e/ou nos retiros espirituais verifica que:

«Quem – como eu – teve a oportunidade (e talvez a sorte) de viver metade da vida antes do Vaticano II e vai a caminho de viver a outra metade depois dele, pode, também neste campo, avaliar a diferença que existe, quando há muitos padres, entre as celebrações individuais de antigamente e a concelebração de agora. Quase diria ter valido a pena a realização do Concílio só para que se restaurasse o rito da concelebração eucarística»⁶²⁶

⁶²³ Deixamos como partilha, o testemunho e admiração de Aura Miguel por D. Manuel de Almeida Trindade: «Era um homem muito inteligente e sereno, interessado e atento e, sobretudo, dotado de grande humanidade. Ficou para a história a sua notável acção e firmeza como bispo, ao defender a Igreja em tempos conturbados (nomeadamente após o 25 de Abril de 1974) e também como presidente da Conferência Episcopal Portuguesa» (AA.VV - *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012, 193).

⁶²⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 293.

⁶²⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 294.

⁶²⁶ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 297.

Alguns anos depois, em 1967, o Papa Paulo VI vem como peregrino a Fátima, a 13 de Maio, depois de ser convidado insistentemente pelo episcopado.⁶²⁷ Deu-se também a aprovação dos Estatutos pela Conferência Episcopal Portuguesa a 16 de Maio de 1967, e depois com a sua confirmação em Dezembro do mesmo ano, pela Santa Sé, é-nos possível ter uma visão de conjunto da actividade da mesma ao longo destes anos, através dos documentos da Assembleia Plenária – Cartas, Declarações e Notas Pastorais, Comunicados das reuniões –, e dos documentos do Conselho Permanente, entre outros.⁶²⁸

O projecto de «Estatutos» apresentados à Santa Sé e conhecidos em Maio de 1967 refere no Art.º 3º do Capítulo I, que os órgãos⁶²⁹ da Conferência Episcopal Portuguesa da Metrópole são a Assembleia Plenária,⁶³⁰ o Conselho Permanente,⁶³¹ as Comissões Episcopais,⁶³² o

⁶²⁷ Breve testemunho de Urbano Duarte: «Paulo VI veio com simplicidade. Como simples peregrino. Mas foi o bastante para que Portugal inteiro vivesse um dia único, quer na Cova de Iria quer junto dos aparelhos de televisão. Manteve sempre o ar de pai, de olhar atento, de braços abertos, de coração para todos. Levou a certeza da estima e do carinho da alma portuguesa estruturalmente cristã. (...) O Papa deixou-nos uma certeza: mais que o Vaticano, e para lá das suas roupagens, existe Aquele que representa Cristo e o seu Evangelho. E conhecê-lo é ficar com uma lição de bondade» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio Biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 232).

Cf. OLIVEIRA, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994, 282. O historiador Miguel de Oliveira testemunha as dificuldades políticas de então, existentes entre o governo do Prof. Oliveira Salazar e a Santa Sé, acerca de uma recente visita do papa Paulo VI à Índia. Estas dificuldades conduziram a que a visita papal se resumisse à presença no Santuário de Fátima, não se deslocando a outros locais do país. Há vazios oficiais na recepção do Santo Padre, mas o Povo aclamou-o com júbilo.

⁶²⁸ «Paulo VI (...) publica documentos e promove iniciativas que encontram grande ressonância nos católicos mais despertos e proporcionam oportunidades especiais de intervenção do Episcopado Português. Sirva de referência o caso da proclamação do Ano da Fé, da publicação da *Populorum Progressio* e da realização do Sínodo dos Bispos. O Papa Montini manifesta a sua solicitude de outros modos, sobretudo na organização eclesial do Ultramar Português e na nomeação de Bispos» (ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 66).

⁶²⁹ *Boletim de Informação Pastoral*, X/55 (Novembro 1968) 34; CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 250-251.

⁶³⁰ A Assembleia Plenária é o órgão por que se exprime em forma plena a Conferência Episcopal Portuguesa da metrópole, e os seus membros são os mesmos da Conferência. Conforme o Art.º 6º do Capítulo II, esta elegerá de entre os seus membros, por um período renovável de três anos, o Presidente, o Vice-Presidente, o Secretário, os restantes membros do Conselho Permanente, e os Presidentes das Comissões Episcopais. Depois, ao abrigo do Art.º 7º é também da competência da Assembleia nomear os directores do Secretariado Geral e dos Secretariados Nacionais.

⁶³¹ O Conselho permanente, tal como demonstra o Art.º 15º, do capítulo III, é um órgão delegado da Assembleia Plenária, para a direcção dos seus trabalhos e execução das suas resoluções. É de realçar ainda o que nos diz o Art.º 16, onde refere que o Presidente do Conselho Permanente é o mesmo da Conferência, e tem como membros o Vice-Presidente e o Secretário da Conferência, assim como mais dois membros eleitos.

⁶³² Segundo o Art.º 18º do Capítulo IV, as Comissões Episcopais são órgãos da Conferência especialmente destinados ao estudo de problemas que se põem em determinados campos de acção pastoral.

Secretariado Geral⁶³³ e os Secretariados Nacionais.⁶³⁴ A partir desta constituição orgânica, já apresentada antes da estruturação definitiva, D. Manuel realça um pormenor interessante:

«Nos meus apontamentos referentes à assembleia plenária de Maio de 1967, em que foram discutidos os “Estatutos da Conferência Episcopal”, (as duas principais Províncias Ultramarinas tinham cada uma delas a sua Conferência episcopal independente), fui encontrar uma notícia que não deixou se ter a sua importância. Havia ficado assente o seguinte: o presidente da Conferência seria, de futuro, eleito; todavia, enquanto D. Manuel Gonçalves Cerejeira continuasse a exercer as funções de Cardeal Patriarca, seria ele o presidente da Conferência. Entretanto, no projecto de estatutos enviado a Roma para aprovação, o art.º 7 tinha sido retocado – creio que por iniciativa de Gonçalves Cerejeira -, recebendo a seguinte redacção: “Pela dignidade cardinalícia que por venerável tradição lhe cabe e pelas vantagens para o exercício do cargo que lhe advêm da sua residência na capital do País, o presidente nato da Assembleia será o Cardeal Patriarca de Lisboa”»⁶³⁵

Todavia, esse princípio não vingou, pois 9 bispos pronunciaram-se a favor e 10 votaram contra, embora o Patriarca de Lisboa tivesse sido já eleito por aclamação na última reunião em 1966.⁶³⁶ Resultou que, em Maio de 1967, era esta a constituição do Conselho Permanente: Presidente - D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal Patriarca de Lisboa; Vice-Presidente - D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo Primaz de Braga; Secretário - D. Manuel Franco Falcão, bispo auxiliar do Patriarcado de Lisboa.⁶³⁷

Sabemos, pelos «Estatutos» que o Presidente, Vice-Presidente e Secretário do Conselho Permanente são os mesmos que os da Conferência. Depois, conforme as normas estatutárias, foram eleitos dois membros – os vogais – para o Conselho Permanente nessa mesma reunião: D. Florentino de Andrade e Silva (Administrador Apostólico do Porto) e D. Agostinho de Moura (bispo de Portalegre e Castelo-Branco).⁶³⁸

⁶³³ O Secretariado Geral é um órgão técnico da Conferência para sua informação, para a execução das suas decisões através de serviços próprios ou dos Secretariados Nacionais cujas actividades coordena, e para as relações normais com outras Conferências e instituições. (Art.º 21.º Capítulo V)

⁶³⁴ Os Secretariados Nacionais, segundo o Art. 23º do Capítulo VI são órgãos técnicos para a execução de actividades que, em determinados campos, lhe são confiadas pela Assembleia Plenária, de acordo com os regulamentos por esta aprovados.

⁶³⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 293.

⁶³⁶ *Boletim de Informação Pastoral*, X/55 (Novembro 1968) 26.

⁶³⁷ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 299; *Boletim de Informação Pastoral*, X/55 (Novembro 1968) 26.

⁶³⁸ *Boletim de Informação Pastoral*, X/55 (Novembro 1968) 26; CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 243-244.

A respeito de D. Manuel, o seu primeiro cargo na Conferência Episcopal foi como Presidente na Comissão Episcopal dos Seminários, quer antes de ter aprovação jurídica quer posteriormente.⁶³⁹ Seria assim o início e dedicação a um dos temas que lhe era bastante querido: os *Seminários*.

Até ser eleito para exercer funções nos cargos de presidência da Assembleia Plenária e do Conselho Permanente, D. Manuel teve outros trabalhos na Conferência.⁶⁴⁰

Um primeiro e longo trabalho, tal como já foi referido no Capítulo I, foi o seu envio como delegado da Conferência para tratar de assuntos do Pontifício Colégio Português,⁶⁴¹ em Roma.⁶⁴² D. Manuel apresenta-nos a razão desse envio:

«A uma das assembleias plenárias da Conferência Episcopal de 1966, compareceu o reitor do Colégio Português em Roma, Mons. João Saraiva. Notava ele a conveniência de ser designado um bispo dentro da Conferência para se encarregar dos assuntos relativos ao Colégio Português: uma responsabilidade colectiva, como até então tinha acontecido, era uma responsabilidade diluída. Era preciso um delegado da Conferência para assuntos relativos ao Colégio»⁶⁴³

Após as eleições numa reunião extraordinária realizada a 15 de Maio de 1965, e uma vez que D. Manuel já desempenhava o cargo de presidente da Comissão Episcopal dos

⁶³⁹ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 255.

⁶⁴⁰ «D. Manuel de Almeida Trindade foi chamado a exercer as funções episcopais num período denso da história – não só da história da pátria como também da história da Igreja e da história universal. Desde muito cedo, os seus colegas o escolheram para desempenhar cargos de responsabilidade dentro da Conferência Episcopal Portuguesa» (GASPAR, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 288).

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 9.

⁶⁴¹ Para aprofundar um pouco mais a história e a fundação do Colégio Português, sugerimos a seguinte bibliografia: CARDOSO, A. Pinto – *A fundação do Colégio Português em Roma e a formação do Clero em Portugal no final do século XX*, in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 3 (1991) 291-348; CARDOSO, A. Pinto – *O Pontifício Colégio Português em Roma no Centenário da sua fundação*, Pontifício Colégio Português, Roma, 2000; AA.VV. – *O Pontifício Colégio Português em Roma. Subsídios para a sua história*, IGER, Roma, 1984.

Sobre a importância do Colégio Português, passamos a citar D. Manuel: «O Colégio Português é uma instituição nascida em 1898 e que vai ser visitada no próximo dia 12 de Janeiro [de 1984] pelo Papa João Paulo II. Não sei se R.R. já deu a notícia. É uma das instituições mais importantes da nossa Igreja. Nela estudaram muitos dos nossos padres, não só daqui, de Portugal, mas também de outros Países de expressão portuguesa. Por ali passaram, ao longo destes anos, cerca de 600 alunos, dos quais 48 vieram a ser Bispos e, entre estes, três cardeais» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 347).

⁶⁴² «A razão por que me refiro mais demoradamente ao Colégio Português em Roma não é apenas por ter sido um dos seus antigos alunos. Há outra. Desloquei-me a Roma para tomar parte nas quatro sessões do Concílio e em vários Sínodos dos Bispos, mas foram muitas mais as vezes em que fui àquela cidade para tratar de assuntos do Colégio» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 366).

⁶⁴³ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 366.

Seminários, a responsabilidade caíra sobre ele. Todavia, passado algum tempo, «a presidência da Comissão dos Seminários tivesse transitado para outras mãos, a Conferência julgou, então, que tal não devia acontecer em relação ao Colégio Português».⁶⁴⁴ Assim permaneceu D. Manuel como delegado durante mais de vinte anos.

A primeira vez que D. Manuel se fez presente, nos assuntos do Pontifício Colégio Português foi entre 27 de Fevereiro a 7 de Março de 1967.⁶⁴⁵ Nesta altura o Reitor já não era o Mons. João Saraiva, mas sim, Mons. Manuel Cardoso de Carvalho. Já algum caminho havia sido feito, e durante este período, em Roma, D. Manuel tratou de estar e escutar os alunos, dado que a Comissão dos Seminários encontrava-se a elaborar a *ratio studiorum* em colaboração com os reitores, para serem objecto de trabalho no próximo Sínodo dos bispos.

«O presidente da Comissão Episcopal dos Seminários, Sr. D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro, apresentou à apreciação da Assembleia um esquema de estudos eclesiásticos, redigido com a colaboração dos reitores e professores de diversos Seminários Maiores da Metrópole, para ser enviado à Sagrada Congregação dos Seminários e Universidades, como contributo solicitado à Conferência Episcopal Portuguesa para a elaboração da «ratio studiorum» a publicar pela Santa Sé para aqueles Seminários».⁶⁴⁶

Ainda nas questões relacionadas com os Seminários, D. Manuel participou em Roma «na reunião dos presidentes das Comissões episcopais dos seminários para apreciação das Normas Fundamentais para os seminários do mundo inteiro».⁶⁴⁷

Todavia, D. Manuel deparou-se com outro desafio, no que diz respeito ao Colégio Português: a necessidade de novas instalações, pois o Palácio histórico *Alberini* já não correspondia às exigências formativas. Mas os trâmites iniciais não foram fáceis:

«Ao receber há dias o Patriarca de Lisboa, Paulo VI estava à espera de que o Cardeal Cerejeira abordasse o problema do Colégio mas, com surpresa sua, tal não acontecera. O Dr. Marença acrescentou que Mons. Macchi [secretário do Papa] já estava informado de que eu pedira uma audiência ao Santo Padre. Perguntei-lhe se seria oportuno eu falar ao Papa no assunto do

⁶⁴⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 366.

⁶⁴⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 366.

⁶⁴⁶ *Boletim de Informação Pastoral*, X/55 (Novembro 1968) 29.

⁶⁴⁷ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 366; CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 258.

Colégio. “Sem dúvida alguma” – foi a resposta do Dr. Marena. Pus o meu interlocutor a par das dificuldades económicas com que se debatia a Conferência Episcopal portuguesa, agora empenhada na fundação da Universidade Católica. Não se podia contar com qualquer auxílio vindo da Igreja de Portugal». ⁶⁴⁸

A 6 de Março de 1967, Papa Paulo VI recebe D. Manuel. Na sua conversa são abordados, essencialmente, dois assuntos: primeiro, a necessidade de encontrar um novo lugar para o Colégio Português; segundo, se da parte da Santa Sé, haveria a possibilidade de resolver este problema. ⁶⁴⁹

Após este encontro, estavam dados os primeiros passos. Foi assim, que no ano seguinte, na Viagem do Papa Paulo VI a Fátima, este benzer a primeira pedra para o Colégio Português. Refere D. Manuel que, todavia, não se deve esquecer todo o empenho prestado pelo Reitor do Colégio, Mons. Manuel Cardoso de Carvalho, sem o qual não seria possível a construção do edifício, assim como tantos outros. Sim, porque entretanto havia algumas adversidades, resistências e dificuldades quanto ao palácio Alberini e à construção do Colégio. Contudo, chega-se a bom porto no dia 19 de Março de 1975, e realiza-se a inauguração do novo edifício do Colégio, onde D. Manuel fora convidado a estar presente pelo Mons. Cardoso. ⁶⁵⁰

Posteriormente, a Conferência reuniu-se de 6 a 8 de Junho de 1967, sendo que nos trabalhos que diziam respeito à Comissão da qual D. Manuel era Presidente, os bispos apreciaram cuidadosamente o documento elaborado, a pedido da Santa Sé sobre a formação dos seminários, tendo eles decidido que os reitores fossem consultados a esse respeito. ⁶⁵¹

⁶⁴⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 367.

⁶⁴⁹ «O primeiro, se o Papa estaria de acordo em se procurar outro lugar para o Colégio Português, como o tinham feito os espanhóis, os escoceses e os filipinos; o segundo, se a Santa Sé, dadas as actuais dificuldades da Igreja em Portugal, estaria na disposição de nos ajudar a resolver este problema» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 368).

⁶⁵⁰ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 369.

⁶⁵¹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 247.

Realce-se neste ano, a vivência do *Ano da Fé*, convocado pelo Papa Paulo VI, por ocasião do XIX centenário do martírio em Roma dos Apóstolos S. Pedro e S. Paulo,⁶⁵² para num esforço pós-conciliar, contribuir para reflectir sobre este dom inestimável e conduzir a um autêntico movimento de renovação da vida cristã individual e comunitária dos fiéis, intensificando o apelo e o recurso aos valores sobrenaturais da fé cristã e da oração, para que toda a humanidade viva o anúncio do Evangelho.⁶⁵³ Neste sentido, publicou-se em Portugal, primeiramente uma *Nota Pastoral sobre a Celebração do Ano da Fé*,⁶⁵⁴ a 13 de Junho de 1967, que no concreto da realidade portuguesa deveria ficar marcado na história da Igreja em Portugal por um promissor despertar do espírito missionário.⁶⁵⁵ O Ano da Fé afirmava-se como «uma grande oportunidade de um afirmar pujante da especial vocação missionária há muito latente no povo português».⁶⁵⁶ Depois, o episcopado da metrópole concretiza na *Instrução Pastoral sobre a Fé*,⁶⁵⁷ datado de 29 de Junho, uma reflexão sobre a fé.

Para o Sínodo dos bispos, que decorreu em Roma entre 29 de Setembro e 29 de Outubro de 1967⁶⁵⁸, foram eleitos dois delegados, um dos quais D. Manuel. No Sínodo, tratar-se-iam ali várias temáticas, a saber: «(...) problemas doutrinários mais discutidos em matéria de fé; algumas questões a considerar na revisão do Código de Direito Canónico; vida dos seminários e formação sacerdotal; matrimónios mistos; e reforma litúrgica da Missa, Sacramentos e Ofício Divino».⁶⁵⁹

⁶⁵² PAULO VI - Exortação Apostólica «*Petrum et Paulum*», 22 de Fevereiro de 1967, in *AAS*, LIX (1967) 193-201.

⁶⁵³ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 241-242.246.

⁶⁵⁴ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 11-14.

⁶⁵⁵ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 13.

⁶⁵⁶ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 13.

⁶⁵⁷ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 15-32.

⁶⁵⁸ Cf. *Novidades*, LXXXII/23940 (29.IX.1967) 1-2; Cf. *Correio do Vouga*, XXXVII/1865 (29.IX.1967) 5; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 220.

⁶⁵⁹ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 242; Cf. ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, I, Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993, 52.

Cf. *Correio do Vouga*, XXXVII/1865 (29.IX.1967) 5.

Na quarta e última reunião da Assembleia Plenária, realizada no Santuário de Fátima, de 12 a 15 de Dezembro de 1967, deu-se seguimento a alguns temas já reflectidos anteriormente em Assembleias Plenárias anteriores, como por exemplo, a UCP, os Estatutos da CEP, entre outros. Nesta última assembleia, destacamos os frutos do Sínodo dos bispos, no qual participou com D. Manuel, o Sr. Arcebispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva.

O Sínodo foi um momento para aprofundar alguns assuntos de grande actualidade no período pós-conciliar da vida da Igreja como «opiniões perigosas hodiernas e ateísmo, reforma do Direito Canónico, renovação da vida dos seminários, matrimónios mistos e reforma litúrgica».⁶⁶⁰ D. Manuel sublinha entretanto, neste ano, um assunto que levou algum tempo a ser tratado na CEP, que foi o problema do regime penitencial e dos indultos. A razão de tal observação prende-se com o facto do Código de Direito Canónico de 1917, em relação a essa temática ser demasiado exigente. Foi por isso, que no pós-Concílio se regularizou e implementou um novo regime penitencial definido pela Constituição Apostólica «Paenitemini»⁶⁶¹, e concretizado pelos bispos portugueses, tendo recebido um favorável acolhimento pelos fiéis, por um maior esclarecimento em relação aos objectivos espirituais inerentes ao contributo penitencial.

A CEP acabaria por publicar um documento que no futuro, se encontraria em consonância com as recomendações do Código de Direito Canónico de 1983.⁶⁶²

⁶⁶⁰ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 250.

⁶⁶¹ PAULO VI – Constituição Apostólica «Paenitemini», 17 de Fevereiro de 1966, in *AAS*, LVIII (1966) 177-198.

⁶⁶² TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 292; CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 251; Cf. *Instrução Pastoral sobre a Disciplina Penitencial*, 2 de Fevereiro de 1982, in CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, União Gráfica, Lisboa, 1983, 163-185; Cf. *Normas de Observância Penitencial para as dioceses Portuguesas*, 28 Janeiro de 1985, in CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 87-90.

De 19 a 21 de Novembro de 1968, mediante a estruturação definitiva da CEP, foram organizados os outros órgãos: as Comissões Episcopais.⁶⁶³ D. Manuel ficou designado como Presidente da Comissão Episcopal dos Seminários.⁶⁶⁴

Neste triénio que fomos analisando, de 1967 a 1970, verificam-se alguns acontecimentos notáveis na vida da Igreja, particular e universal.⁶⁶⁵ Segundo D. Manuel, os bispos viviam preocupados com a renovação da ACP, e por isso na reunião da Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa da Metrópole, de 15 a 17 de Abril de 1969, D. José Pedro da Silva, bispo de Viseu, que era o Presidente da Comissão Episcopal do Apostolado dos Leigos, «expôs a situação em que se encontrava a revisão das Bases da Acção Católica, a boa impressão que tanto ele como D. António Ribeiro, Bispo Auxiliar de Braga, (...), tinham tido do diálogo travado com os delegados da Junta para este assunto».⁶⁶⁶ Todavia, o processo ficou a meio caminho, pois o Patriarca não concordou que o Presidente da Delegação tivesse

⁶⁶³ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 255.257.285.311.

⁶⁶⁴ Um dos efeitos e programa desta comissão, encontra-se nos cursos de actualização do Clero responsável pela formação das vocações sacerdotais. Leiamos o que nos diz Urbano Duarte, a 19 de Setembro de 1968. «Decorreu em Mira, durante duas semanas, um curso de actualização, para que foram convidados os educadores das vocações sacerdotais. (...) A urgência destes cursos salta à vista. Em Portugal as ciências pedagógicas sofrem de anemia geral: no plano universitário nem sequer existe uma Faculdade; no que diz respeito aos Seminários, tem-se enviado gente em busca de licenciaturas em Direito Canónico, em Teologia, em História, em Filosofia ou em Sagrada Escritura, mas sacerdotes especializados na teoria e na prática educativas poucos ou nenhuns se vêm à frente dos Seminários» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio Biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 322).

⁶⁶⁵ Visita do Santo Padre Paulo VI a Fátima; O Sínodo dos Bispos de 1967 e de 1969; Assistência moral e religiosa dos emigrantes portugueses; A importância do apostolado dos leigos e a Acção Católica Portuguesa; Estruturação da Conferência Episcopal e seus Estatutos; Proclamação do Ano da Fé pelo Santo Padre; Celebração do Ano da Fé em Portugal e Instrução pastoral sobre a Fé; A criação da Universidade Católica Portuguesa e as instalações do Pontifício Colégio Português; A formação dos Seminários e a educação cristã; Oração pela Paz; Execução da reforma litúrgica e a aplicação da língua vernácula na Liturgia; Carta Encíclica «*Populorum Progressio*»; Carta Encíclica «*Sacerdotalis Caelibatus*»; Carta Encíclica «*Humanae Vitae*»; entre outros.

A propósito da Universidade Católica, D. Manuel viria dizer mais tarde, que a sua criação foi uma resposta ao que a Igreja devia fazer para promover uma cristianização da cultura: «a formação de uma alta cultura que tivesse em vista os valores do Cristianismo foi a aspiração das gerações que nos precederam. Evoco o nome do Cardeal Gonçalves Cerejeira. À Universidade Católica compete travar, a alto nível, a batalha da cristianização da cultura portuguesa. Não teria cumprido o seu dever nem realizado a finalidade para que foi criada, se se limitasse a lançar, todos os anos, no mercado do trabalho umas dúzias de licenciados em direito, em ciências de gestão ou biotecnologia, mas vazios de espírito cristão. Esta é uma grave responsabilidade em que incorrem professores e alunos da Universidade Católica. Mas é ainda cedo para avaliar dos resultados obtidos» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 349).

⁶⁶⁶ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 299

dado o seu nome ao GEDOC (Grupo de Estudos e Intercâmbio de Documentos, Informações, Experiências), que entretanto seguira uma linha progressista.⁶⁶⁷

Outro acontecimento importante, foi o regresso do exílio, em 1969, de D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto, na época da chamada «Primavera Marcelista».⁶⁶⁸

Muitos outros acontecimentos poderiam ser descritos, todavia, é de nosso interesse realçar aqueles mais pertinentes desse triénio no que diz respeito à Igreja. Porém, não podemos esquecer todos os antecedentes políticos anteriores e existentes nesse triénio,⁶⁶⁹ que influenciaram e preocuparam em muito a acção eclesial, nomeadamente: a Guerra Colonial; o Manifesto dos 101 Católicos; as relações entre a Igreja e o Estado; a falta de liberdade de expressão e a censura nas províncias do ultramar.⁶⁷⁰

Este relance permite ver que para a Igreja Católica, a década de 60 constituiu, como refere, Jorge Revez, «um claro desafio ao rumo do seu projecto para as sociedades humanas».⁶⁷¹

⁶⁶⁷ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 299. Para analisar um pouco a história do movimento GEDOC, sugere-se a seguinte leitura: Cf. ALMEIDA, João Miguel – *A oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*, Edições Nelson de Matos, Lisboa, 2008, 225-236.

⁶⁶⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 301. «(...) como assegura D. Manuel de Almeida Trindade, não existe no país nenhum espólio documental do único bispo que se atreveu questionar o regime saído do 28 de Maio de 1926. Mas se esta informação não faz parte do livro de D. Manuel [Memórias de um bispo], ele não se coíbe de escrever que Paulo VI terá dito a D. António Ferreira Gomes que “alguns bispos” colocavam reservas ao seu regresso ao Porto, que se verificou em Junho de 1969. Não adianta, porém, os seus nomes, “por ser deselegante”» [*Expresso*, (30.X.1993) A19].

⁶⁶⁹ Para aprofundar melhor esta temática, sugere-se a leitura do seguinte artigo: CRUZ, Manuel Braga da - «*A Igreja na Transição Democrática Portuguesa*», in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 8/9 (1196-1997) 519-536.

⁶⁷⁰ Apresenta-se um breve apontamento das transformações e desafios: «O período final entre o final dos anos 50 e o final dos anos 60 é caracterizado por transformações aceleradas no mundo. Transformações que a Igreja reunida no Concílio Vaticano II (1962-1965) procura valorizar positivamente, numa atitude denominada de *aggiornamento*. É um processo que gera conflitos, expectativas e decepções, tendo influência na política em Portugal, pois leva os católicos a interrogar-se sobre os valores em nome dos quais devem intervir na vida pública». Vejamos algumas dessas mudanças, sinteticamente: «em 1966 o Cardeal Cerejeira sai da direcção da ACP, a qual é transferida para leigos. Os secretários-gerais da Acção Católica serão o Eng. Síndónio Paes (1966-1970); o Prof. António de Sousa Franco (1970-1972) e o Eng. Jorge Jardim Gonçalves (1972-1974). (...) Na capital, as expectativas em relação a mudanças são alimentadas pela criação, em 1966, da «Comissão preparatória da reestruturação pastoral do Patriarcado de Lisboa (...). Em 19 de Junho de 1969, o bispo do Porto regressa a Portugal. Eram por fim satisfeitas as exigências de muitos fiéis: em 12 de Dezembro de 1968, a Junta Diocesana da Acção Católica do porto emitiu o voto, por unanimidade, de que o caso de D. António Ferreira Gomes fosse solucionado o mais depressa possível. (...) Em 24 de Fevereiro D. Gonçalves Cerejeira, na qualidade de Presidente da Conferência Episcopal, e depois de ouvido o seu Conselho Permanente, reage à moção aprovada na última reunião do Conselho Plenário da Junta Central da Acção Católica» (ALMEIDA, João Miguel – *A oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*, Edições Nelson de Matos, Lisboa, 2008, 196-197).

⁶⁷¹ REVEZ, Jorge – *Os «vencidos do Catolicismo»: Militância e atitudes críticas (1958-1974)*, CEHR-UCP, Lisboa, 2009, 46.

4.3.O Conselho Permanente da CEP

Muitos outros caminhos podiam ser apontados à luz da adaptação do catolicismo português respondendo às linhas de orientação do II Concílio Ecuménico do Vaticano, mas seguimos agora com o papel de D. Manuel na Conferência Episcopal Portuguesa, muito concretamente na sua Presidência.

4.3.1. Vice-presidente - 1970 a 1972

Chegados à década de 70, a sociedade portuguesa vivia numa complexidade tremenda. Muitas forças emergiram e vão sendo despoletadas, sobretudo a ACP e as iniciativas do chamado Catolicismo social, através das Semanas Sociais; assim como «os sectores políticos oposicionistas e sindicais, sobretudo o Partido Comunista Português, ainda que na clandestinidade».⁶⁷²

De 7 a 10 de Abril de 1970, num desses dias em mais uma reunião ordinária da Assembleia Plenária, procedeu-se às eleições do Conselho Permanente, pois havia expirado o triénio estatutário dos seus membros. Conduzida sob a presidência do Cardeal D. Manuel Gonçalves Cerejeira, os bispos reelegeram-no como Presidente, e para o cargo de vice-presidente D. Manuel de Almeida Trindade. Como secretário foi eleito D. António Ribeiro, e como vogais, D. Francisco Rendeiro e D. António dos Reis Rodrigues.⁶⁷³

⁶⁷² ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 55.

⁶⁷³ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 267; Cf. *Litoral*, XVI/805 (18.IV.1970) 1; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 302.

Este ano, na relação entre a Igreja e o Estado, vive-se um momento crítico pois, já em pleno consulado de Marcelo Caetano, tendo o Papa recebido em audiência privada os líderes dos movimentos de libertação em guerra em Portugal, isso motivou a entrega de uma *nota de protesto* pelo Embaixador português. Depois, com direito a uma resposta justificativa da Secretaria de Estado tentando esvaziar a importância do sucedido.⁶⁷⁴ Na verdade, segundo Urbano Duarte, essa trovoadas, cedo se dissipou, pois o «esclarecimento da Secretaria do Vaticano permitiu ao Sr. Presidente do Conselho, de cuja inteligência e formação cristã ninguém duvida, voltar a abrir as janelas para o sol da cordialidade».⁶⁷⁵

No ano de 1971, merece atenção a primeira viagem de D. Manuel a Angola. Acontecera em Maio, a convite do Arcebispo de Luanda, D. Manuel Nunes Gabriel, permanecendo durante alguns dias e conhecendo alguns territórios daquele país.⁶⁷⁶ Em Novembro de 1971, foi enviado como delegado da Conferência Episcopal Portuguesa, juntamente com os Srs. Patriarca de Lisboa D. António Ribeiro, D. Manuel Nunes Gabriel e D. Custódio Alvim Pereira, para participar no Sínodo dos bispos, em Roma, que se debruçou sobre o «Sacerdócio ministerial» e a «justiça no mundo».⁶⁷⁷ Houve também a colaboração de alguns peritos, padres e leigos. Antes, houve uma preparação com cerca de dezoito meses, devido aos estudos e inquéritos realizados.⁶⁷⁸ Porém, no Sínodo dos bispos, os bispos portugueses assistiram a alguns ataques

⁶⁷⁴ Cf. CRUZ, Manuel Braga da- *A Igreja na Transição Democrática Portuguesa*, in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 8/9 (1996-1997) 522.

⁶⁷⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio Biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 368.

⁶⁷⁶ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 389-390.

⁶⁷⁷ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 275.277; Cf. *Novidades*, LXXXVI/25326 (30.IX.1971) 1.8; Cf. *Novidades*, LXXXVI/25323 (27.IX.1972) 1; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 10.

D. Manuel de Almeida Trindade era na altura vice-presidente do Conselho Permanente e presidente da Comissão Episcopal dos Seminários da CEP.

Para aprofundamento, «(...) A promoção da justiça é uma dimensão constitutiva da evangelização. No que diz e faz, no que vive e celebra, a Igreja só pode ser promoção e realização da equidade perfeita, lembrou-o o documento final do Sínodo dos Bispos de 1971: «A acção pela justiça e a participação na transformação do mundo aparecem-nos claramente como uma dimensão constitutiva da pregação do Evangelho, que o mesmo é dizer, da missão da Igreja em prol da redenção e da libertação do género humano de todas as situações de opressão» (CLEMENTE, Manuel – *1810 -1910 -2010 Datas e Desafios*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2009, 128-129).

⁶⁷⁸ «(...) o problema do padre, da identidade hodierna, implica todo o problema do que seja a própria Igreja no mundo actual. Trata-se de um homem normal ao serviço do Evangelho. Não deixa de ser homem com defeitos e

feitos ao colonialismo português. Daí que «os Padres Brancos acabam por ser expulsos de Moçambique, depois de anunciarem retirar-se denunciando confusão entre a Igreja e o Estado». ⁶⁷⁹ A este respeito os bispos foram tomando algumas medidas pautadas principalmente, por uma crescente isenção e independência política do clero. ⁶⁸⁰

Na reunião ordinária da Assembleia, de 13 a 17 de Dezembro de 1971, em Fátima, ⁶⁸¹ D. Manuel presidiu por se encontrar ausente, por motivos de saúde, o Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, decidiram os bispos publicar uma *Nota sobre o Sínodo Geral dos Bispos de 1971*, a propósito dos temas tratados no Sínodo, pois a informação divulgada sobre o mesmo foi pobre e, por vezes, tendenciosa. ⁶⁸² Destaca-se o seguinte pronunciamento:

«A Igreja recebeu de Cristo a missão de pregar a mensagem evangélica, que comporta a vocação do homem para se converter do pecado ao amor do Pai e a fraternidade universal e, por consequência, a exigência da justiça no mundo. Esta é a razão porque a Igreja tem o direito e mesmo o dever de proclamar a justiça no campo social, nacional e internacional, bem como de denunciar as situações de injustiça, sempre que os direitos fundamentais do homem e a sua própria salvação o exigem». ⁶⁸³

qualidades: a ordenação sacerdotal não o torna anjo. Na época da objectividade, continua havendo lugar para o ideal e a generosidade. Com uma condição: que esse ideal seja abraçado consciente e livremente. Que ele seja a voz sublime da própria consciência. Contra esta, nada. (...) o fundamental é partir-se da verdade. Uma educação para a verdade é essencial para superar a crise da vocação sacerdotal. A justiça no mundo, nos seus dados concretos, como tema do Sínodo, demonstra que a Igreja não pode limitar-se a assuntos de oração ou mística. Religião é toda a vida» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio Biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 399).

⁶⁷⁹ CRUZ, Manuel Braga da - *A Igreja na Transição Democrática Portuguesa*, in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 8/9 (1996-1997) 522.

⁶⁸⁰ Cf. CRUZ, Manuel Braga da - *A Igreja na Transição Democrática Portuguesa*, in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 8/9 (1996-1997) 522-523.

⁶⁸¹ As reuniões dos bispos portugueses até ao ano de 1971 realizavam-se, inicialmente, no “palácio” junto do Seminário Maior de Cristo Rei, Olivais; depois, passaram a ser na Casa de Retiros da Buraca. Depois de 1971, os encontros passaram a realizar-se em Fátima, no Santuário. Deve-se não apenas a um critério geográfico, mas Fátima, tornou-se um lugar privilegiado pelo *cenáculo* de fé que constitui, ou como disseram, noutros tempos, que «pelas variadas manifestações de espiritualidade e de cultura eclesial que durante o ano ali se realizam, uma espécie de “universidade aberta”» (TRINDADE, Manuel de Almeida - *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005, 145).

⁶⁸² CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 98-99.

⁶⁸³ SÍNODO DOS BISPOS 1971 - *O Sacerdócio ministerial e a justiça no mundo*, União Gráfica, Lisboa, 63; Cf. SÍNODO DOS BISPOS – *A catequese no nosso tempo com particular referência à catequese das crianças e dos jovens (para uso das Conferências Episcopais)*, Typis Polyglottis Vaticanis, Cidade do Vaticano, 1976.

Prosseguiu a Assembleia com a revisão dos *Estatutos da Conferencia Episcopal Portuguesa*, que se encontravam em regime experimental, tendo definido uma série de alterações para serem submetidas à Santa Sé.⁶⁸⁴

Em forma de síntese, D. Manuel de Almeida Trindade, apresenta-nos os desafios deste triénio e os contributos neles existentes. Diz-nos que um dos temas mais relevantes deste triénio, foi sem dúvida, a criação das novas dioceses. São elas, Setúbal, Santarém e Viana do Castelo.⁶⁸⁵ Para tal, foram constituídas duas comissões, uma vez que o assunto era demorado, delicado. Foi-se arrastando ao longo de vários encontros da Assembleia Plenária da CEP, até serem criadas, em 1974, as duas dioceses do Sul – Santarém e Setúbal, e em 1977, a diocese de Viana do Castelo. Conta-nos D. Manuel que:

«Houve concordância com a criação das dioceses, mesmo que, em relação à de Viana do Castelo não se pudesse contar com a anuência do Arcebispo Primaz, D. Francisco Maria da Silva e, quanto ao Cardeal Cerejeira, se esperasse que ele manteria uma atitude reservada. Não fosse ele bracarense!».⁶⁸⁶

Mas, não ficamos por aqui, uma vez que um outro problema delicado dizia respeito à gestão da *União Gráfica* e ao jornal *Novidades*, que segundo constava era catastrófica. O seu futuro ficou depois ditado: a *União Gráfica* parou em outras mãos, sendo que o Patriarcado de Lisboa ficou como principal accionista⁶⁸⁷; e o *Novidades* ficou suspenso logo após a revolução do 25 de Abril de 1974.⁶⁸⁸

⁶⁸⁴ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 277.

⁶⁸⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 303.

⁶⁸⁶ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 303.

⁶⁸⁷ Segundo D. Manuel, a gestão financeira quer da União Gráfica, quer do Novidades, estava a causar alguma apreensão, apreensão séria. Daí que na Assembleia Plenária de Abril de 1970, D. Manuel tenha proposto que o Padre Francisco de Assis Figueiredo, gerente da Gráfica de Coimbra, ao episcopado, para que fizesse uma avaliação da situação e desse seu parecer quanto à viabilidade e continuidade desses meios. Como testemunha D. Manuel, a situação era catastrófica. E a juntar a isso, não havia acordo entre os bispos, nomeadamente, o bispo do porto, que não era afecto ao diário católico. Não querendo abrir mão dos meios católicos a empresas capitalistas, mas tentando manter a sua independência, vemos que, a União Gráfica e o Novidades, foram pura e simplesmente suspensos após o 25 de Abril, mas devidamente tratados quanto às indemnizações, pautados pela honestidade (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 304).

⁶⁸⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 304.

Um outro problema tratado neste triénio, mas que levou anos a resolver, foi o do Pontifício Colégio Português em Roma, que já fomos detalhando anteriormente, mas no qual queremos realçar o facto de a sede actual do Pontifício Colégio Português em Roma ter sido construída sem encargos monetários para a Igreja de Portugal.⁶⁸⁹

Para concluir temos o problema do ensino livre, tema longamente debatido ulteriormente, mas que no papel da Conferência Episcopal sempre postulou por uma análise séria das consequências da legislação do Estado, em relação ao ensino público e privado.⁶⁹⁰

4.3.2. Presidente – 1972 a 1975

Este triénio será um dos mais difíceis na história da Igreja e da sociedade portuguesa. A dimensão e percussão do processo revolucionário que se avizinha, traz à Conferência Episcopal Portuguesa diversas facetas, marcadas ora pela prudência, ora pela reserva; assim como a gratificação pelos passos dados ou pela denúncia ao incumprimento dos programas que foram sendo anunciados, e a forma como foram atropeladamente cometidos.⁶⁹¹

A 10 de Julho de 1972, D. Manuel, bispo de Aveiro, é eleito pela primeira vez, e por um triénio, Presidente do Conselho Permanente da CEP, onde passará com o episcopado da metrópole dos momentos mais conturbados a nível eclesial. Do Conselho Permanente foram

⁶⁸⁹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 304. Na resolução dos problemas financeiros e dos encargos assumidos, D. Manuel aceitou a recomendação de alguém que lhe disse para escrever uma Carta ao Cardeal Höffner, Arcebispo de Colónia, testemunhando a situação em que se encontrava financeiramente os encargos do Pontifício Colégio Português. Diz-nos D. Manuel que «fora uma religiosa alemã, Irmã Maria do Divino Coração que, conhecendo a mediocridade do clero português do fim do século passado, inspirara as Viscondes da Pesqueira a instituição, em Roma, de uma casa para a formação dos nossos padres, como acontecia com o clero de outras nações. Essa circunstância dava-nos a ousadia para recorrer à Igreja da Alemanha, a fim de concluir a obra que ela havia sonhado. A Irmã Maria do Divino Coração foi beatificada pelo Papa Paulo VI e a sua celebração litúrgica marcada para o dia 8 de Junho. Pois precisamente no dia em que, pela primeira vez, se celebrava a sua memória, recebia eu, em Roma, um telegrama do Cardeal Höffner a dizer que podia contar com o dinheiro» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 369).

⁶⁹⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 304-305.

⁶⁹¹ Cf. ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 82.

eleitos D. João Saraiva, bispo de Coimbra, como vice-presidente, e D. Manuel Falcão, bispo titular de Telepte e bispo auxiliar do Patriarcado de Lisboa, como secretário.⁶⁹²

Tendo sido já feitas as devidas reestruturações nas reuniões anteriores da Conferência Episcopal, foi nessa mesma reunião, que após as recentes nomeações pontifícias, se procedeu igualmente à eleição dos presidentes de cada Comissão Episcopal.⁶⁹³

Na Assembleia Plenária, de 21 a 24 de Novembro de 1972, refere Paulo Fontes, que «foram dados passos no sentido de procurar uma melhor e mais eficaz estruturação dos órgãos da conferência»,⁶⁹⁴ principalmente nas competências de cada comissão, dotando-as de um regulamento interno:

«Seguiram a orientação de ampliar a responsabilidade das Comissões, para deixarem a Assembleia Plenária mais livre para o estudo de problemas de fundo relacionados com a missão essencial da Igreja, de anunciar Jesus Cristo aos homens e contribuir, pelo testemunho e compromisso evangélicos, para a construção dum mundo mais verdadeiro, justo e harmónico».⁶⁹⁵

⁶⁹² CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 284; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 298.305.

«A Igreja portuguesa tem novo Governo, o que quer dizer que os vinte e dois prelados metropolitanos ontem reunidos na Casa do Retiro do Santuário de Fátima – à última hora faltou o bispo de Angra – ocuparam-se durante as três sessões de trabalho (uma de manhã e duas à tarde) em eleger novos membros para o Conselho permanente da Conferência Episcopal e os presidentes das respectivas comissões» (*A Capital*, (11.VII.1972) 7).

Continuemos pois a analisar o artigo deste Jornal, que evidencia algo relevante e pertinente, mas que não aprofundaremos: «(...) todos os factos são susceptíveis de interpretação, por mais encobertos que estejam, por mais prudentes e disfarçados que sejam os objectivos a alcançar. E neste enquadramento poderá sublinhar-se a circunstância – que não será ocasional – de se ver um bispo auxiliar, D. Domingos de Pinho Brandão, a presidir à Comissão episcopal de Doutrina da Fé e das Comunicações Sociais, como não pode deixar-se sem acento tónico a profunda remodelação observada na constituição do Conselho Permanente e das próprias comissões, onde apenas o bispo de Viseu, D. José Pedro da Silva, manteve as anteriores funções de presidente da Comissão Episcopal do Apostolado dos Leigos» (*A Capital*, (11.VII.1972) 7).

O que é de todo interessante, é a forma como o jornalista Encarnação Vegas, apresenta a mudança de rumos operada na Igreja Portuguesa com estas nomeações, pois sublinha que com essas mudanças, necessariamente, se alterarão as linhas de orientação da Igreja em Portugal, podendo até a sociedade portuguesa, concretamente os católicos, serem surpreendidos por algumas decisões que encaminhem a Igreja para uma participação mais viva e, portanto, menos contemplativa da nova sociedade portuguesa onde tem importante papel a desempenhar. Isto vem demonstrar que havia aqui uma ânsia de mudança (cf. *A Capital*, (11.VII.1972) 7).

⁶⁹³ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 284.

⁶⁹⁴ Cf. FONTES, Paulo – «Conferência Episcopal Portuguesa», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, III (A-C), Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, 440; Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 285.

⁶⁹⁵ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 285.

De toda a actividade realizada pela Conferência Episcopal neste ano, merece destaque a *Nota Pastoral sobre a Liberdade de Ensino*,⁶⁹⁶ publicada a 21 de Novembro, lembrando os princípios cristãos, recorrendo aos últimos documentos conciliares, para testemunhar a doutrina da Igreja.⁶⁹⁷ Primeiramente, mostrar que a liberdade de ensino é um direito fundamental inalienável, e para tal não existe um monopólio de ensino, nem um modelo único; e, é fulcral compreender que é aos pais que compete primeiramente o direito e o dever inalienável de educar.⁶⁹⁸

Mais tarde, D. Manuel viria a testemunhar como outro problema de fricção nas relações Igreja-Estado, este mesmo – o problema do ensino particular e o direito das famílias escolherem qual a educação para os seus filhos. Por isso, diz-nos que «tudo o que for contrário à liberdade escolar não tem justificação»,⁶⁹⁹ uma vez que o Estado não tem capacidade para dar resposta a todas as necessidades. Resulta que a Conferência sentiu a necessidade de esclarecer a sua posição, nomeadamente, no que concerne ao ensinamento verdadeiramente livre: «a doutrina da Igreja tem em vista não é a defesa do ensino particular simplesmente dito, mas a defesa do ensino livre – duas realidades que não coincidem necessariamente».⁷⁰⁰ A este propósito,

⁶⁹⁶ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 100-109.

⁶⁹⁷ A este propósito, D. Manuel já como Presidente da Conferência Episcopal, e em nome desta convidou o Cardeal Garrone, este que preside aos trabalhos do Vaticano que dizem respeito à educação cristã, para abordar o tema do Ensino Livre. E num segundo momento, aprofundou o tema dos Seminários, repensando os moldes da sua existência e a formação presente (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio Biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 429-430).

⁶⁹⁸ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 100-109.

⁶⁹⁹ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 351.

⁷⁰⁰ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 108.

A este propósito, seria mais tarde a 10 de Outubro de 1975, que seria publicada uma outra *Nota Pastoral sobre o Ensino Livre*, fruto do debate na Assembleia Constituinte dos Direitos e Deveres, onde se encontrava o problema da liberdade de ensino (Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 192-198). Veja-se que já em 1964, a 15 de Junho, o Episcopado Português publicou uma *Nota Pastoral* sobre o problema do Ensino Particular e, enquadrando nele, o Ensino da Igreja. Para tal recorre aos princípios e compromissos vigentes na Concordata de 1940, onde estão presentes algumas verdades. Para aprofundar a recepção desta *Nota Pastoral* temos Urbano Duarte, que nos deixou este testemunho: «A “Nota Pastoral” neste ponto, é de uma sinceridade impressionante. “A liberdade do ensino, sob alguns aspectos, é mais teórica do que real”. Faz bem encontrar na boca dos representantes da Igreja esta linguagem da Verdade. Todo o objectivo se resume a reclamar um direito: “satisfeito aquele mínimo comum exigido pelo Estado, *se tornem eficientes* os princípios da Constituição, dando maior liberdade de organização aos estabelecimentos escolares e equiparando-os aos oficiais nas regalias e diplomas”» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio Biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 232).

considera D. Manuel ser um problema de tensão entre a Igreja e o Estado, ainda em 1985, pois dizia continuar em aberto esse problema, embora cheio de promessas por parte do governo quanto à sua resolução.⁷⁰¹

Em 1973, a primeira Assembleia Plenária do episcopado da metrópole realizou-se de 30 de Abril a 4 de Maio, debruçando-se sobre problemas específicos e serviços da Igreja, concretamente no âmbito nacional.⁷⁰² Aprofundou-se a questão da liberdade do ensino, já realçada no ano anterior; analisou-se as questões sobre a família, pois tornava-se necessário afirmar a estabilidade, fecundidade e santidade da família.⁷⁰³

É de realçar a beleza da *Carta Pastoral*,⁷⁰⁴ publicada a 4 de Maio de 1973 pelo episcopado português por ocasião do 10º aniversário da Carta Encíclica «Pacem in Terris»,⁷⁰⁵ do Papa João XXIII, e no 25º aniversário da «Declaração Universal dos Direitos do Homem», das Nações Unidas. Alerta a *Carta* para a necessidade de relações interpessoais fundadas no amor, porque é a partir deste princípio que pode existir pleno desenvolvimento e uma sociedade assente num equilíbrio, onde a vida espiritual, a oração, o diálogo, a convivência e o civismo são raízes para o bem agir do cristão.⁷⁰⁶ Esta *Carta* não é apenas um recordar de acontecimentos,

⁷⁰¹ Entrevista realizada por Manuel Vilas-Boas a D. Manuel de Almeida Trindade a propósito do Sínodo Extraordinário dos Bispos [*O Jornal*, (12.XI.1985) 15/11].

⁷⁰² Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 287-288.

⁷⁰³ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 287.

⁷⁰⁴ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 110-125.

⁷⁰⁵ JOÃO XXIII – Carta Encíclica «Pacem in Terris», 11 de Abril de 1963, in *AAS*, LV (1963) 257-304;

CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 290.295.

Segundo Manuel Braga da Cruz, pode-se dizer que «o 25 de Abril não surpreendeu a Igreja. Pode até dizer-se que o pressentiu, como o demonstra a Carta Pastoral do Episcopado de 3 de Junho de 1973, por ocasião do 10º aniversário da “Pacem in Terris”. Nessa ocasião, os Bispos portugueses defenderam profeticamente os direitos humanos fundamentais, a participação e o pluralismo político-sociais» [CRUZ, Manuel Braga da - «A Evolução da Igreja Portuguesa», in *Lumen*, LV/6-7 (Junho/Julho 1994) 38].

A este propósito realçamos a observação de Georgino Rocha: «A escolha de D. António Ribeiro para novo patriarca de Lisboa confirma a vontade de renovação eclesial e o projecto de “recentramento” do episcopado, designadamente na sua relação com a sociedade. Este propósito surge claro, em 1973, na Carta Pastoral do décimo aniversário da “Pacem in Terris”, redigida pelo novo patriarca e publicado pela CEP» (ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leituras de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 107).

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 325; Cf. FONTES, Paulo – «O catolicismo Português no século XX: da separação à democracia» (AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) - *História Religiosa de Portugal*, III, Círculo de Leitores, Lisboa, 2002, 247).

⁷⁰⁶ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 125.

é ela própria fundamental pela grande importância histórica e doutrinal ali inscrita., pois como afirma Georgino Rocha, «pela riqueza e oportunidade da mensagem e pela “captação” dos sinais precursores da nova aurora que veio a desvendar-se na Revolução de Abril seguinte».⁷⁰⁷

A Carta dá um lugar destacado à dimensão da “participação político-social”, no capítulo III, onde nos apresenta um caminho concreto para a sociedade, que virada para o futuro, deverá ser o resultado da conjugação de uma participação e pluralismo, cujo reconhecimento efectivo do pluralismo legítimo, é que permitirá que o povo sobreviva. Por fim, ela apresenta a necessidade da convivência pacífica para o progresso, porque os caminhos da paz passam sempre pelo coração.⁷⁰⁸

Os bispos portugueses, seguem manifestando algumas preocupações em relação aos sintomas de violência, dado que «as características conflituais e competitivas da civilização contemporânea geram situações de tensão, que frequentemente explodem em gestos violentos e descontrolados»⁷⁰⁹ e por isso, não devem os cristãos vencer-se pela tentação da violência. Se reconhecemos o valor desta Carta hoje, a sua mensagem no tempo em que foi publicado, embora com um significado profundo, parece ter passado sem um impacto assinalável, onde há como que um adormecimento da consciência colectiva e eclesial generalizado. Não menos

«A última *Pastoral* dos bispos portugueses é um convite à leitura. Viva, sincera, franca, próxima dos homens, com uma linguagem natural e sem exagero de amortecedores. A beber nas fontes, e a não deixar a água cristalina estancada para lá dos Pirenéus. Saudemos esta porta nova e magnífica da «pequena casa lusitana» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Ensaio Biográfico e selecção de textos*, I, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 457).

Urbano Duarte lançou-nos o convite a ler esta Carta até ao fim, demonstrando o enorme interesse que esta tinha para a sociedade.

⁷⁰⁷ ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 82.

Sublinhamos ainda, nas palavras de Georgino Rocha que esta Carta «justifica a missão e a competência da Igreja, invocando um conceito de salvação integral e a indissociável ligação entre evangelização-justiça-promoção-desenvolvimento» e continua, «Dedica a sua atenção aos direitos humanos fundamentais, cuja declaração Portugal já havia assinado» (ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 82)..

⁷⁰⁸ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 119.

⁷⁰⁹ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 124.

importante, Georgino Rocha afirma que «o controlo oficial reduz significativamente e, quase, anula o alcance que, após a Revolução, lhe é reconhecido».⁷¹⁰

Mais tarde, realizou-se uma Assembleia Plenária, de carácter extraordinário, a 7 de Julho de 1973, para tratar da vivência na Igreja em Portugal do «Ano Santo» proclamado pelo Santo Padre, assim como delinear a preparação do próximo Sínodo dos bispos, cujo tema era a «Evangelificação do mundo moderno», e que se realizou de 27 de Setembro a 26 de Outubro.⁷¹¹

No ano de 1974, com a revolução de 25 de Abril, D. Manuel de Almeida Trindade assistiu e sofreu um dos momentos mais conturbados da história da Igreja em Portugal. Ocupando ele o lugar de Presidente da CEP. Nessa altura, não deixou a CEP de formular, perante os acontecimentos, a sua primeira intervenção pública relativamente à Revolução, emitindo logo que possível um comunicado, a 4 de Maio de 1974, onde D. Manuel colaborou na redacção, intitulada *Nota Pastoral a propósito dos Acontecimentos de 25 de Abril*.⁷¹²

Todavia, atenda-se que até chegar aí, os pronunciamentos dos «diversos bispos do país e dos documentos da Conferência Episcopal demonstram uma atitude algo defensiva e

⁷¹⁰ ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 83.

Para complementar esta informação, sugerimos a leitura dos “Sintomas” de Urbano Duarte, que D. Manuel transcreveu a propósito da reflexão presente na Carta publicada pela ocasião do 10.º aniversário da Carta Encíclica «Pacem in Terris» (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 328).

⁷¹¹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 289.

A este propósito veja-se: ARAÚJO, Miguel de (org.) - *Dicionário político: Os Bispos e a Revolução de Abril*, I, Ispagal, Lisboa, 1976?, 32.

⁷¹² Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 130-131.

Convém sublinhar contudo, que até chegar a este ponto, houve um conjunto de reacções por parte dos cristãos, em diferentes pontos do país, que pretendiam um papel activo, o que causou até algum atrito entre os próprios cristãos e a Igreja em Portugal, chegando a haver entre os cristãos, um grupo a «contrapoder» no seio da Igreja.

Não querendo alongar aqui este tema, contudo, «o caso mais grave gerado por este movimento crítico foi o ocorrido em Braga», por D. Francisco Maria da Silva, que se viu envolto de críticas devido, dizem, às suas posições conservadoras e tradicionalistas, sendo até acusado de não aceitar as disposições conciliares. Isto acabaria por afectar o seio eclesial, mas passados alguns meses serenou [Cf. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*, VIII, Editorial Estampa, [s.l.], 1994, 261].

justificativa que se revela, sobretudo nos documentos da Conferência Episcopal, por uma certa indefinição e ponderação nos temas abordados e termos usados».⁷¹³

Daí que D. Manuel, em algumas notas das suas memórias, apresente as etapas que levaram à realização da *Nota*,⁷¹⁴ pois os bispos mediante tal acontecimento, e a consequente instabilidade criada no país, levou-os a socorrer às necessidades mais urgentes, encontrando-se para debater o que fazer e socorrer ao que era mais urgente, nomeadamente, a questão da *Rádio Renascença* e a intromissão no Jornal *Novidades*.⁷¹⁵

No que diz respeito à Rádio Renascença (RR), vale-nos os apontamentos de D. Manuel, que nos dá conta de que, a 2 de Maio de 1974, tendo sido marcado encontro com todo o Conselho Permanente, e com este, esteve também o bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes, e o Arcebispo de Évora, D. David de Sousa debateu-se, primeiro os acontecimentos da *Rádio*. Na altura, a administração da RR estava a cargo de Mons. Sezinando Rosa e do Padre Américo Alves da Costa, estes opuseram-se a fazer a reportagem directa da chegada de Mário Soares e de Álvaro Cunhal, o que foi tido como uma atitude de «limitação ao direito de informação e uma substituição da censura do governo deposto por uma censura interna».⁷¹⁶ Isto provocara uma crise interna, entrando em greve os que ali trabalhavam, até que os bispos decidiram nomear uma comissão, que assumisse a programação da RR.

Depois, no que concerne ao jornal *Novidades*, começou a surgir a possibilidade de vir a ser ocupado, e passar a ser um órgão de informação das forças armadas. Perante essa possibilidade, e depois de escutarem o jornalista, Silva Costa – Presidente da assembleia geral

⁷¹³ MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*, VIII, Editorial Estampa, [s.l.], 1994, 261.

⁷¹⁴ «Assente que se publique já uma breve Nota Pastoral; fiquei mais umas horas em Lisboa para ajudar na sua redacção. Às 21 horas estava pronta nas suas linhas gerais. Depois do jantar, (com a colaboração de D. Júlio e do Cônego João Alves) continuámos a elaborá-la, introduzindo algumas emendas, mais de carácter formal do que de conteúdo. Saímos de Lisboa à meia-noite. (...) D. António Ferreira Gomes manifestou o desejo de conhecer a Nota Pastoral antes da sua publicação. Fui ao Porto de propósito para lha mostrar. Leu e gostou» (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 320).

⁷¹⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 317-321.

⁷¹⁶ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 319.

do sindicato dos jornalistas, por decisão do Conselho Permanente, no dia 3 de Maio, o diário católico acabaria por suspender a sua publicação, evitando a sua ocupação. Depois, dera conhecimento disso à Junta de Salvação Nacional. Atenda-se a esta ressalva de D. Manuel:

«(...) (suspensão não queria dizer supressão pura e simples: logo ali se aventaram nomes que pudessem encabeçar o jornal quando a sua publicação se tornasse possível). Pediu-se a Mons. Moreira das Neves e a Mons. Avelino Gonçalves a sua demissão dos cargos de chefe de redacção e de director do jornal. O Arcebispo de Braga [D. Francisco Maria da Silva] foi encarregado de se avistar com Mons. Avelino Gonçalves, assegurando as indemnizações devidas não só ao director e ao chefe da redacção como aos jornalistas que trabalhavam para o jornal (...).»⁷¹⁷

Mas, seria uma suspensão que levaria ao encerramento definitivo do jornal algum tempo depois.⁷¹⁸ Segundo Georgino Rocha, nesta década e na próxima, iremos assistir a um período longo e denso, onde a Igreja terá um papel fundamental na estruturação da construção democrática da sociedade, cujo papel dos cristãos e do episcopado na transição democrática não é, e nem pode ser indiferente no percurso histórico.⁷¹⁹ A este propósito, entre 1974 e 1976, crê-se que foi um período particularmente agitado, tanto a nível eclesial, como a nível político.

⁷¹⁷ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 319.

⁷¹⁸ Cf. CALDAS, Adriano Pereira – *Para a história da Rádio Renascença (1974-1975): um barómetro da revolução*, Grifo/RR, Lisboa, [s.d], 26.

⁷¹⁹ ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 79.

Vejam algumas situações consideradas emblemáticas dos católicos, em que Georgino Rocha destaca os cristãos da Capela do Rato, os Grupos em Rede, a Rádio Renascença, a Acção Católica e os pólos de convergência de outras forças dinâmicas de propulsão e de tendências diversas e plurais. São algumas das situações e intervenções que contribuíram fortemente na transição democrática (Cf. ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 81).

Tenha-se em conta o testemunho de D. António Marcelino, numa entrevista concedida ao jornal *Luta*, a 23 de Março de 1976, quando questionado acerca da posição da Igreja perante o processo revolucionário [texto policopiado]: «Creio que foi encarado de diversa maneira. (...) As perspectivas foram, inicialmente, dentro de um certo realismo, perspectivas optimistas – e que permitiriam, sobretudo aos mais sensíveis pela missão da Igreja no Mundo e concretamente na sociedade portuguesa, encará-lo como uma ocasião que era dada para encontrar novos caminhos. Ao longo destes dois anos não há uma posição uniforme, porque as situações, do Norte ao Sul, são bastante diferentes, quer na formação cristã das pessoas quer na sua mentalidade. E também porque o processo tem sido, em muitos aspectos desencorajador. Tenho, portanto, dificuldades em dar uma resposta que mostre uma atitude única da visão dos responsáveis da Igreja, e da Igreja em geral, em relação ao processo revolucionário. Na teoria, penso que a visão foi positiva e optimista; na prática, houve problemas que dificultaram, indiscutivelmente, essa mesma visão e, bem pelo contrário, terão posto muitas pessoas em atitudes de expectativa e até em justificada posição negativa. Creio, no entanto – e devo dizê-lo, - que os mais responsáveis e os mais sensibilizados acreditam e estão conscientes de que se proporcionou com o 25 de Abril à Igreja uma possibilidade de revisão e até de encontrar caminhos novos na sua acção» [*Luta*, (23.III.1976) s.p.] .

Será também a partir deste período e neste que se encontrarão os maiores desajustes, sendo o caso da Rádio renascença, o mais visível nesse confronto.⁷²⁰

Por isso, torna-se incontornável a reflexão e profundidade da *Carta Pastoral* da Conferência Episcopal Portuguesa sobre o *contributo dos cristãos para a vida social e política*, publicada a 16 de Julho de 1974.⁷²¹ Esta carta foi publicada no auge da evolução, devido à evolução da vida política portuguesa e a conseqüente necessidade de dirigir aos fiéis o contributo que podiam dar para a vida social e política de Portugal. O redactor principal desta *Carta* é conhecido: D. Manuel Falcão, todavia, outros bispos também intervieram durante duas semanas no documento, até chegar à redacção final, tal como a conhecemos hoje.⁷²²

Segundo D. Manuel uma das afirmações de fundo é de que «a Igreja não tem partido ou partidos seus. A hierarquia, salvo casos extremos, não tem que apontar aos cristãos os programas ou os partidos que devem perfilhar ou recusar. Não é da sua competência, nem seria respeitar a liberdade dos cidadãos, que apregoa».⁷²³ Num outro momento dirá que essa mesma Carta Pastoral não fez silêncio sobre a existência das balizas que um católico encontra.⁷²⁴

Contudo, cada católico «tem liberdade de escolher, dentro de um leque de opções bastante amplo em que esteja assegurada a legítima participação democrática»⁷²⁵ e por isso, respeitando as balizas que a coerência com a fé lhe impõem deve escolher em consciência o partido mais apto à realização do bem comum, tal como frisa D. Manuel, «os católicos devem, na linha dos princípios, estar unidos na proclamação e na defesa dos valores fundamentais; e na

⁷²⁰ MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*, VIII, Editorial Estampa, [s.l.], 1994, 260.

⁷²¹ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 132-156.

⁷²² Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 325-326.

⁷²³ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 150.

⁷²⁴ ARAÚJO, Miguel de (org.) - «Dicionário político: Os Bispos e a Revolução de Abril», I, Ispagal, Lisboa, 1976?, 139.

⁷²⁵ ARAÚJO, Miguel de (org.) - «Dicionário político: Os Bispos e a Revolução de Abril», I, Ispagal, Lisboa, 1976?, 139.

ordem da praxis política, devem convergir na prossecução do objectivo essencial a atingir e na qualidade dos processos a utilizar».⁷²⁶

Essa Carta é como que um respiro, na medida em que o sentir político foi dando conta de que a promoção de uma acção anti-religiosa não era benéfica para a actividade política, pois era um erro fulcral.⁷²⁷ Reafirmando o contributo original que os cristãos têm para oferecer, a Carta proporciona uma leitura cristã dos últimos acontecimentos da vida portuguesa, ajuda-nos a ver a realidade e a fazer uma análise a partir dos valores do Evangelho, e descobrir que compromisso deve encarnar na sua vida, exigência da sua vocação de homem e de baptizado, tal como é sublinhado na Carta Pastoral.⁷²⁸ Ainda a este propósito, veja-se que esta Carta acaba por ser «no futuro um ponto de referência para outras intervenções do episcopado em matéria sócio-política».⁷²⁹

Referir ainda, que se celebrou mais um Sínodo dos bispos em Roma, de 25 de Setembro a 27 de Outubro de 1974, tratou esse Sínodo da «Evangelização no mundo contemporâneo».⁷³⁰ A respeito deste, D. Manuel concedeu uma entrevista onde foi dado a conhecer o contributo português ao Sínodo dos bispos. Assente numa vontade expressa de construir uma autêntica

⁷²⁶ ARAÚJO, Miguel de (org.) - «Dicionário político: Os Bispos e a Revolução de Abril», I, Ispagal, Lisboa, 1976?, 139.

⁷²⁷ Cf. ALMEIDA, A. Roque de – *Para ler a história da Igreja em Portugal*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1996, 208.

⁷²⁸ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 132-133; Cf. ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leituras de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 84.

⁷²⁹ Veja-se nesta mesma página, a forma como decorreu entre os bispos, até conseguirem votar o documento por unanimidade. D. Manuel testemunha ainda ao Cardeal Tarancón, como isso foi possível, uma vez que em Espanha não o conseguiram (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 327).

⁷³⁰ «O Papa Paulo VI homologou os nomes de D. António Ribeiro, cardeal-patriarca de Lisboa, e D. Manuel de Almeida Trindade, bispo de Aveiro, para representar a Conferência Episcopal da Metrópole, no Sínodo dos Bispos, que se efectua em Roma, no mês de Setembro. Foram também homologados como delegados suplentes os nomes de D. João António da Silva Saraiva, bispo de Coimbra e de D. António dos Reis Rodrigues, bispo de Mardasuma. A escolha fez-se por eleição em Assembleia Plenária da Conferência Episcopal da Metrópole que decorreu no passado mês de Novembro» [*A Capital*, (23.III.1974) 12].

Testemunho pessoal de Mons. João Gaspar: GASPARGAR, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 143.

A. Ferraz apresenta uma síntese conclusiva do Sínodo, realçando algumas intervenções portuguesas, mas em nenhum momento refere-se à participação de D. Manuel de Almeida Trindade [Cf. FERRAZ, A. - «Na Conclusão do Sínodo», in *Brotéria*, XCIX/11-12 (Novembro-Dezembro 1974) 384-394].

Igreja actual e actualizante alicerçada no programa anunciado no II Concílio Ecuménico do Vaticano, dá-nos conta o jornalista Daniel Rodrigues, que D. Manuel tem sido, para além de ser o Presidente da CEP, um representante do episcopado português nos últimos três Sínodos gerais dos bispos.⁷³¹

Diz-nos, que a representação portuguesa foi constituída por quatro bispos: o Cardeal Patriarca de Lisboa, o bispo de Aveiro, o bispo de Sá da Bandeira (Angola) e o bispo de Vila Cabral (Moçambique). Para além do episcopado, acompanhavam-os a Madre Maria Margarida Gonçalves (superiora-geral das Irmãs do Sagrado Coração de Maria), o padre Agostinho Jardim (assistente eclesiástico do Movimento dos Trabalhadores Cristãos), e o padre doutor José da Cruz Policarpo (director da faculdade de Teologia da Universidade Católica).⁷³² A delegação portuguesa pronunciou-se, pela voz do Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro, que afirmou que «o Evangelho enquanto força libertadora do homem é simultaneamente força construtora da história».⁷³³

D. Manuel tomou parte nos seus trabalhos como delegado da CEP, tendo apresentado depois o seu relato na reunião de Novembro de 1974, na Assembleia Ordinária do episcopado.⁷³⁴

⁷³¹ É o próprio D. Manuel que faz a síntese histórica dos sínodos já realizados: «É a terceira vez que tomo parte no Sínodo Geral dos Bispos. Falo do Sínodo Geral, porque existem também o Sínodo Extraordinário. Este reuniu apenas uma vez, em 1969. O Sínodo Geral dos Bispos reuniu três vezes: a primeira em 1967; a segunda em 1971 e a terceira agora. A diferença entre um sínodo geral e um sínodo extraordinário está no número de participantes e no modo da sua designação. Enquanto no sínodo extraordinário têm assento apenas os presidentes das conferências episcopais – além dos patriarcas e de outros prelados de rito oriental, dos prefeitos das congregações romanas e alguns superiores religiosos (que aliás também fazem parte, todos eles do Sínodo Geral) – no sínodo geral segue-se outro critério» [*O Comércio do Porto*, (16.I.1975) 5].

Comparando os Sínodos em que já esteve D. Manuel e com este último realizado, mostrou-nos que a primeira modificação que encontrou foi a nível do episcopado, com muitas caras novas; depois, refere as alterações do método de trabalho, que foi alternando entre assembleias plenárias e os trabalhos de grupo, chamados «círculos menores»; por fim, mas como grande destaque dado por D. Manuel, prende-se com a preocupação apostólica que todos os continentes apresentam pela colégio apostólico que ali se reúne, para melhor servir e amar a Igreja e o Mundo [*O Comércio do Porto*, (16.I.1975) 5].

⁷³² Cf. *O Comércio do Porto*, (16.I.1975) 5.

⁷³³ *O Comércio do Porto*, (16.I.1975) 5.

⁷³⁴ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 290.295.

Assim, os bispos portugueses «mostravam-se firmes e inflexíveis na defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana».⁷³⁵ Especialmente no que diz respeito ao direito à informação livre e objectiva; ao direito de a Igreja Católica em Portugal continuar com a estação emissora – a Rádio Renascença – que havia sido violentamente invadida por forças extremistas ou pró-comunistas e alheias ao ideal religioso, que diziam estar ao serviço da “revolução”.⁷³⁶ Sublinhe-se porém, que apesar de se ter desencadeado esta revolução, marcada pelo desmoronamento do regime do “Estado Novo”, com a rendição do governo do Professor Marcelo José das Neves Caetano, e implantação e transição para uma democracia, não se assistiu a derramamento de sangue, embora tenham acontecido alguns excessos. Com o fim do regime do Estado Novo, o eclodir da Revolução, e a construção democrática, deu azo a reacções diversas – cooperação ou desconfiança, indiferença ou opostas -, concretizadas em actos por parte do governo provisório, a saber:

«a aclamação plebiscitária na celebração do 1.º de Maio e manifestações de repúdio durante o PREC, marchas públicas de protesto da “maioria silenciada”, designadamente de sectores católicos polarizados pelo caso da ocupação revolucionária da Rádio Renascença e pela defesa das liberdades ameaçadas».⁷³⁷

Relata-nos D. Manuel que, a 18 de Setembro, recebera a pedido do Sr. Patriarca, um delegado do subsecretário do Ministério do Trabalho, no Secretariado do Episcopado, com o propósito de o admitir na RR, para evitar alaridos e mais conflitos entre Igreja e Estado. Contudo, D. Manuel foi decisivo, ao afirmar que não podiam prescindir do direito de ali trabalharem apenas as pessoas que assumissem a finalidade e objectivos da emissora católica. Surge assim, com grande relevo, a 27 de Setembro de 1974, por parte do Conselho Permanente, a *Nota sobre a situação na Rádio Renascença* que, segundo D. Manuel expressa bem o fervilhar

⁷³⁵ GASPAR, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 118.

⁷³⁶ «Foram as experiências invulgares durante as convulsões sociais e políticas após a revolução de 25 de Abril de 1974, em que o caminho nos era estorvado por barreiras de militares, em que a linguagem telefónica era em código pois estávamos sob escuta, ou em que fazíamos o treino de uma igreja a viver no silêncio...» (Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 289).

⁷³⁷ ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leituras de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 80.

daqueles tempos e as perturbações existentes na RR. Sem dúvida, que isso veio afectar o decurso político, como constatamos no testemunho de D. Manuel, ao afirmar que foi o diálogo infrutífero que negou o acesso aos estagiários e ao Ministério do Trabalho, que levou ao prolongamento do conflito nos meses seguintes:

«Pode dizer-se que foi esse conflito que acabou por provocar (ou ajudar a provocar) mudanças políticas no governo do País, como adiante se verá. Passados dias, a situação agudizava-se. O General Spínola foi substituído pelo General Costa Gomes na presidência da República, e constituiu-se o 3.º governo provisório, a que continuou a presidir Vasco Gonçalves. Foram tempos de sérias preocupações para o povo português e para a Igreja».⁷³⁸

Mas, D. Manuel viveu intensamente este período, servindo de mediador nas relações entre a Igreja e o Estado. A situação política estava imparável, e a tentar conseguir levar a bom termo os seus ideais, e por isso, já não chegando o problema da RR, viria um outro, que dizia respeito à supressão do Domingo como dia do descanso habitual. Aqui, o factor de relevo é que foi o próprio Ministro do Trabalho, capitão Costa Martins, que abordou o tema, mesmo sem conhecimento do Governo, tendo aquele apresentado a D. Júlio Tavares Rebimbas o projecto, mas logo cedo, D. Manuel tratou de ir a Lisboa, tentar resolver o assunto, que não passava de um grande disparate. D. Manuel Falcão e D. Manuel de Almeida Trindade, combinaram não dar muito relevo ao problema, e por isso, este último não se dirigiu ao Ministro do Trabalho, mas foi entregar em mãos D. Manuel Falcão, que tinha estabelecido o primeiro contacto.⁷³⁹

Refira-se, que quando se iniciou a Revolução, os bispos portugueses encontravam-se reunidos em Fátima, em Assembleia Ordinária, tendo a este propósito referido que tais acontecimentos «contribuam para o bem da sociedade portuguesa, na justiça, na reconciliação e no respeito por todas as pessoas».⁷⁴⁰ Mais tarde, a salientar que na reunião de Novembro do mesmo ano, sublinharam «a necessidade de afirmar e promover os valores da verdade, da justiça, da liberdade, da fraternidade e da paz social, condenando ao mesmo tempo os egoísmos,

⁷³⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 330-331.

⁷³⁹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 331-332.

⁷⁴⁰ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 293.

ódios, vinganças, delações, arbitrariedades e outros atentados contra o bem comum e os direitos fundamentais do homem, que haja a lamentar».⁷⁴¹

Mas, a convulsão política prosseguia, sendo que num outro momento, nesse mesmo ano em que se deu a Revolução, houve uma intensa actividade anti-clericalista e anti-religiosa. Isto conduziu a que se, num primeiro momento, havia uma atitude expectante e prudente por parte da hierarquia eclesiástica em se pronunciar quanto aos acontecimentos políticos, a partir de Outubro de 1974, isso iria mudar drasticamente, devido às críticas crescentes à Igreja, ao facto de esta ver alguns dos seus bens a serem confiscados, ocupados e até alvo de ataques.⁷⁴²

O processo revolucionário estava a ser desencadeado sem olhar aos valores da pessoa, da Igreja e da sociedade, e por isso, a posição do episcopado perante os acontecimentos abre uma crítica aberta ao processo revolucionário:

«Em Outubro de 1974, sentindo a crescente radicalização político-ideológica, a tónica das intervenções da hierarquia irá recair sobre o tema da reconciliação nacional. (...). Apesar de tudo, e dado o evoluir dos acontecimentos, a reconciliação e a paz parecem difíceis de alcançar. A tensão que se cria entre a Igreja e o Estado e a sociedade portuguesa em geral leva a Conferência Episcopal a falar no ressurgimento de um espírito anticlerical traduzido em manifestações e campanhas movidas contra padres e bispos e contra a doutrina católica, em certas posições tomadas por entidades públicas, que visam o afastamento da Igreja de sectores como os da educação e saúde, etc».⁷⁴³

A CEP abre espaço, na *Carta Pastoral* acima referida, para o momento actual da vida portuguesa vivido pelo processo desencadeado pelo 25 de Abril, e destacando o movimento do 25 de Abril, mostra que este trouxe coisas muito positivas, assim como algumas sombras que foram despontando, como estamos a verificar. Por isso, situar na história este acontecimento, é evidenciar que «o movimento do 25 de Abril se fez sob o signo da libertação e fez a promessa de um Portugal novo, a ser construído sobre alicerces democráticos por todos os portugueses.

⁷⁴¹ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 296.

⁷⁴² Cf. MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*, VIII, Editorial Estampa, [s.l.], 1994, 262.

⁷⁴³ MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*, VIII, Editorial Estampa, [s.l.], 1994, 262.

Ora há em tudo isto, valores evangélicos, com os quais ninguém deixará de se congratular».⁷⁴⁴ Mas, as sombras também mostram os abusos que foram sendo cometidos, nomeadamente os abusos da liberdade em todas as áreas. Todavia, «a par da justa alegria, vive-se também, no Portugal de hoje, a experiência da perplexidade e da insegurança».⁷⁴⁵ Todavia, o apelo dos bispos é insistente, para que «cada um dos portugueses, com realismo, clarividência, bom senso, coragem e generosidade, deva entrar com a sua quota-parte na tarefa ingente de enfrentar e resolver problemas tamanhos».⁷⁴⁶

Contudo, a situação inicialmente revolucionária assume a seu tempo uma estabilidade democrática e social, que fora sendo garantida por um conjunto de acontecimentos.⁷⁴⁷

Assim, abriu-se um espaço e uma oportunidade para a Igreja em Portugal se re-examinar e concretizar algumas das decisões do II Concílio Ecuménico do Vaticano, e abrindo uma relação Igreja-Estado onde pairara um clima de mútuo respeito e independência. Prosseguiu assim um conjunto de relações estáveis entre ambas as partes, como atesta Manuel Braga da Cruz:

«As relações com o Estado têm sido, desde então, relações de mútuo respeito e independência, na esfera autónoma de cada um, não enjeitando a Igreja, porém, a responsabilidade de denunciar medidas legislativas ou administrativas que lesem a dignidade do homem ou os direitos inalienáveis da Igreja, como aconteceu com a lei do aborto, a lei do património, a lei do licenciamento da rádio».⁷⁴⁸

⁷⁴⁴ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 137.

⁷⁴⁵ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 138.

«Subsistem problemas graves e de enorme magnitude que urge enfrentar sem demora, especialmente o destino do ultramar, a reestruturação política do país e a ameaça da crise económico-social. A sua solução recai não apenas sobre os governantes mas sobre a Nação inteira» (ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 84).

⁷⁴⁶ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 138.

⁷⁴⁷ Expomos aqui alguns desses acontecimentos: eleições para a Assembleia Constituinte, 25 de Abril de 1975; queda do governo pró-comunista do general Vasco dos Santos Gonçalves, 6 de Setembro de 1975; reviravolta sob o comando do tenente-coronel António dos Santos Ramalho Eanes e do Coronel Jaime Neves, 25 de Novembro; primeiras eleições para a Assembleia da República, 25 de Abril de 1976; eleição de Ramalho Eanes para Presidente da República, a 2 de Junho de 1976; formação do primeiro Governo Constitucional, sob a Presidência de Mário Lopes Soares, 23 de Julho; primeiras eleições autárquicas, 12 de Dezembro; tomadas de posse e instalação das Assembleias e Câmaras Municipais e das Assembleias e Juntas de Freguesia, princípios de Janeiro de 1977.

⁷⁴⁸ CRUZ, Manuel Braga da - «A Evolução da Igreja Portuguesa», in *Lumen*, LV/6-7 (Junho/Julho 1994) 38.

Os pronunciamentos dos bispos que se vão sentindo nesta época surgem em defesa da liberdade religiosa e da própria democracia, numa perspectiva cristã da democracia.⁷⁴⁹ Nesse sentido, as manifestações públicas realizadas contribuíram para refrear «o sectarismo revolucionário e moderar o processo de transição democrático no Verão de 1975».⁷⁵⁰

O empenho dos bispos no processo de consolidação da democracia, num processo de transição que ia sendo realizado, levou a que nas suas relações com o Estado, revissem a Concordata realizada em 1940. Esse passo foi tratado já a 12 de Novembro de 1974, quando D. Manuel recebeu o Procurador Geral da República – Dr. João de Deus Pinheiro Farinha –, na sede do episcopado. Este deu-lhe conta de como estava a ser o processo, sendo D. Manuel muito cauteloso nos seus pronunciamentos, pois sabia que tudo era tratado entre a Santa Sé e o Governo.⁷⁵¹ Ao episcopado português, apenas seria consultado mais tarde, dava-se mais um passo, e a revisão da Concordata tinha especialmente como objectivo regular e alterar o artigo XXIV, onde se negava a faculdade civil do divórcio aos que tivessem casado catolicamente.

A revisão propunha que se tornasse admissível o divórcio civil para os casados canonicamente. Esse processo foi conduzido e tratado com o Primeiro Ministro Vasco dos Santos Gonçalves e o seu II Governo Provisório.⁷⁵² A modificação desse artigo culminaria a 15 de Fevereiro de 1975 através do protocolo assinado pelo Dr. Francisco Salgado Zenha – Ministro da Justiça, entrando em vigor a 23 de Maio de 1975.⁷⁵³ A CEP, no que diz respeito a

Veja-se que D. Manuel considerara a lei sobre o património cultural, uma das novas áreas de tensão nas relações Igreja-Estado-Poder, dado que foi promulgada à revelia da Concordata em vigor. Mais, não houve contacto nem diálogo que fosse com a Igreja por parte das autoridades, mesmo sabendo estas que a Igreja «é detentora, para o exercício dos seus fins, de grande parte desse património e que, na guarda dele, não tem sido menos cuidadosa do que o é o Estado em perseverar o que lhe pertence» (*O Jornal* (12.XI.1985) 15/11) [Entrevista realizada por Manuel Vilas-Boas a D. Manuel de Almeida Trindade a propósito do Sínodo Extraordinário dos Bispos].

⁷⁴⁹ Cf. CRUZ, Manuel Braga da - «A Evolução da Igreja Portuguesa», in *Lumen*, LV/6-7 (Junho/Julho 1994) 38.

⁷⁵⁰ CRUZ, Manuel Braga da - «A Evolução da Igreja Portuguesa», in *Lumen*, LV/6-7 (Junho/Julho 1994) 38.

⁷⁵¹ Para aprofundamento deste tema e desse tempo em que se debatia a Concordata, veja-se a entrevista de D. Manuel: *O Comércio do Porto*, (17.I.1975) 6.

⁷⁵² CRUZ, Manuel Braga da - «A Evolução da Igreja Portuguesa», in *Lumen*, LV/6-7 (Junho/Julho 1994) 38; Cf. ALMEIDA, A. Roque de – *Para ler a História da Igreja em Portugal*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1996, 210.

⁷⁵³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 332-333.

esta alteração, publicou uma *Nota Pastoral*, a 13 de Fevereiro, da qual fora redactor do projecto, o bispo Auxiliar do Porto, D. Domingos de Pinho Brandão, onde esclarece as alterações, mostrando que a dissolução dos casamentos católicos pelo divórcio, seria permitida no que diz respeito aos seus efeitos civis, mas salvaguardando a indissolubilidade matrimonial do casamento pela Igreja.⁷⁵⁴

Numa leitura teológica da acção eclesial e dos documentos episcopais, realizada por Georgino Rocha, podemos encontrar até aqui e adiante, o processo de uma democracia em construção, com duas constantes essenciais: «o acompanhamento solícito por parte do episcopado que exerce um notável magistério e assume atitudes corajosas» e o «apelo insistente aos católicos e, por vezes, a todos os portugueses de “boa vontade” para se envolverem, de forma responsável e esclarecida, na busca de soluções e no rumo dos acontecimentos».⁷⁵⁵ Mas na verdade, a vida social ia-se deteriorando mais e mais: «aqui e acolá davam-se manifestações anti-clericais. Dir-se-ia que se congregavam as forças que, dentro e fora da Igreja, estavam interessadas em neutralizar a sua legítima acção, arriscando mesmo levantar em Portugal uma lamentável questão religiosa».⁷⁵⁶

Por isso, vem em bom momento, fruto da reunião da Assembleia Plenária realizada a 17 de Janeiro de 1975, um comunicado sobre a situação actual da Igreja em Portugal. Nesta, há uma preocupação em que todos os cristãos, vençam as tentativas de críticas destrutivas, e dêem as mãos, «em espírito de fé e de fraterna concórdia, para a tarefa comum de edificar a Igreja e salvar o mundo».⁷⁵⁷ Este pedido advém por um lado, das manifestações anti-clericais contra párocos e bispos; por outro lado, as tomadas de posição das entidades públicas, que levam

⁷⁵⁴ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 178-182.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 334. [Nota de rodapé].

⁷⁵⁵ ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leituras de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 107.

⁷⁵⁶ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 335.

⁷⁵⁷ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 338-339.

eficazmente ao progressivo desaparecimento da Igreja nesses sectores, nomeadamente na educação.⁷⁵⁸

Poder-se-á dizer que é o primeiro pronunciamento oficial de protesto e crítica que mostra desacordo em relação ao programa democrático levado a cabo.⁷⁵⁹ Sublinhar que em Fevereiro de 1975, aquando a realização da Assembleia Plenária da Conferência Episcopal, ainda a RR se encontrava em situação anómala, daí que encontremos a 12 de Fevereiro de 1975 uma *Nota sobre a Rádio Renascença*, aprovada com unanimidade. Mas o problema da RR continuaria nos meses seguintes, pois no princípio da Quaresma de 1975, refere D. Manuel, que nos postos emissores «os bispos não eram poupados», estes apresentavam-nos «como inimigos dos trabalhadores», mas não era de todo verdade. Mais tarde, o Patriarca telefonaria a D. Manuel para ir a Lisboa, dado que o Ministro da Comunicação Social, Dr. Jesuíno Correio, dirigindo-se ao patriarcado para falar da RR, o patriarca sublinhou e esclareceu que era necessário estar presente o Presidente da CEP, D. Manuel.⁷⁶⁰ Nesse diálogo, manifestamente esclarecedor da posição da Igreja, e na qual D. Manuel reagiu e replicou com a autoridade, de quem serve a Igreja, que não pretende a Igreja em Portugal ser intransigente, nem pretende privilégios, pois já mostrou não querer criar dificuldades ao Governo, todavia, não pode deixar de cumprir a sua missão, a saber:

«(...) é preferível perder a RR a que os cristãos portugueses possam ter motivos para dizer que os bispos traíram a sua missão. Entretanto é preciso estarmos atentos para o Episcopado não ser manipulado por forças políticas... é sempre fácil pretender utilizar a Igreja para fins partidários. É preciso não perder a lucidez».⁷⁶¹

Neste ano de 1975, vemos que D. Manuel era um peregrino constante entre Aveiro e Lisboa, abandonando mesmo as suas missões pastorais diocesanas para tentar responder a todos

⁷⁵⁸ MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*, VIII, Editorial Estampa, [s.l.], 1994, 263.

⁷⁵⁹ MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*, VIII, Editorial Estampa, [s.l.], 1994, 263.

⁷⁶⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 339.

⁷⁶¹ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 341.

os desafios eclesiais, e que ele como presidente da CEP, necessariamente haveria de reunir constantemente o Conselho Permanente. Daí, que a 18 de Março, se deslocasse a Lisboa, para no dia seguinte, reunido com o Conselho, deliberassem quanto à possibilidade de um Conselho de Gerência que presidisse aos destinos da RR, possibilidade levantada anteriormente pelo Ministro da Comunicação Social e depois pelo Eng.º Sidónio Pais.

Mesmo assim, não havia garantias nenhuma, e o Conselho Permanente decidiu marcar uma audiência com o Primeiro Ministro, manifestando as suas apreensões a tudo quanto se dizia sobre a RR. Acontecera a 3 de Abril, quando D. Manuel e D. António Ribeiro, foram recebidos pelo Primeiro Ministro Vasco Gonçalves. O relato de D. Manuel, acerca de como decorreu a audiência, é sem dúvida, estranho, pois o Primeiro Ministro parecia estar muito à vontade. Destacamos estas palavras, transcritas por D. Manuel:

«o Primeiro Ministro aproveitou a nossa presença para afirmar que não queria que se levantasse uma questão religiosa em Portugal; a Igreja tem o seu lugar neste processo de democratização do povo português; seria uma falta de realismo político esquecer que a maioria da população portuguesa é católica».⁷⁶²

O impasse permanecia, sendo que no dia seguinte, a 4 de Abril, D. Manuel e D. António Ribeiro receberam novamente o Major Alcides de Oliveira, e também o capitão Santa Clara Gomes, que repetindo o mesmo discusso, os bispos demonstraram que não podiam resolver sozinhos o problema, mas devia ir a todo o episcopado a ponderação e a decisão. Logo na assembleia plenária, realizada na semana seguinte, vemos que nos dias 8 e 9 de Abril, tentaram solucionar o problema, mas na verdade a 10 de Abril, ainda não havia, por parte do governo, nada alinhavado e claramente escrito quanto à sua posição, o que levou a que D. Manuel, como Presidente da Assembleia Plenária, juntamente com o secretário da mesma terminassem a:

«manifestar a disposição em que se encontra a Conferência de aceitar os bons officios de V. no sentido proposto, de receber por escrito, no prazo por V. julgado pertinente, a referida

⁷⁶² TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 343.

informação, em termos suficientemente precisos para que possa servir de base a uma eventual deliberação sobre um assunto cuja gravidade é patente».⁷⁶³

Sem dúvida, que nos pronunciamentos deste problema, embora, com variedade de leituras, o episcopado sempre manifestou o mesmo pensar. Mas realce-se que o mesmo pensar não significava que «todos agissem de idêntico modo (ou concordassem com o modo de proceder dos outros)».⁷⁶⁴

Outros documentos foram sobressaindo, alguns dos quais D. Manuel destaca nas suas *Memórias*, nomeadamente a *Nota sobre a Liberdade Sindical*,⁷⁶⁵ publicada a 17 de Janeiro de 1975, e alguns comunicados de relevo: a 24 de Fevereiro de 1975 – *Comunicado sobre a Isenção Partidária dos Padres*⁷⁶⁶; 14 de Junho de 1975 - *Nota pastoral sobre o Momento Presente*⁷⁶⁷; a 21 de Junho de 1975 – *Comunicado sobre a Manifestação contra o Patriarcado*⁷⁶⁸; a 3 de Julho de 1975 – *Comunicado sobre a Rádio Renascença*.⁷⁶⁹

No fundo, estes documentos acima apresentados, demonstram todo um programa de reacção e posição do episcopado perante uma acção política em desacordo com aquilo que procurava defender o poder político. Daí que, a 21 de Junho de 1975, na vida rodopiante de D. Manuel e já na sua perda de forças, como o próprio referia, surge o comunicado do Conselho Permanente da Conferência Episcopal, por ocasião da reunião realizada em Lisboa,⁷⁷⁰ que mostra que a CEP «não hesita em afirmar que, apesar de achar louvável o programa

⁷⁶³ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 344.

⁷⁶⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 345.

⁷⁶⁵ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 340-341.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 334-335.

⁷⁶⁶ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 342.

⁷⁶⁷ Esta é uma *Nota* muito sublinhada por D. Manuel, demonstrando as preocupações que estavam presentes e que lhes causavam sérias apreensões, tais como as prisões sem justa causa, os saneamentos selvagens.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 334-347-349.

⁷⁶⁸ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 343.

⁷⁶⁹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 344-345.

⁷⁷⁰ Veja-se os apontamentos descritos por D. Manuel no seu livro *Memórias*. Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 350-351.

democrático, económico e social preconizado pela Revolução de Abril, tem sérias reservas quanto ao processo revolucionário». ⁷⁷¹

Por fim, chegamos ao caso da RR, novamente, para testemunhar o seu regresso às mãos do seu verdadeiro proprietário – a Igreja. Aconteceu pela mão do Primeiro Ministro, que anunciou aos seus funcionários a devolução ao legítimo proprietário, e por isso, rapidamente surtiu em reacções contra a Igreja e contra a decisão do Governo, por aqueles que não concordavam com tal acção. Retrocedeu-se novamente, e o Conselho Permanente teve de agir rapidamente, e por isso, D. Manuel reuniu com o Conselho Permanente em Aveiro, para redigir um comunicado que descrevia e repudiava a lamentável situação em todo o processo RR, pois o Governo mostrava o seu medo em relação às pressões das forças minoritárias que existiam no país. ⁷⁷²

Um dos mais pertinentes acontecimentos enquanto se encontrava D. Manuel na presidência da Conferência Episcopal Portuguesa foi a histórica “manifestação dos cristãos”. Esta manifestação aconteceu a 13 de Julho de 1975, na cidade de Aveiro, da qual era bispo. Foi o resultado da liberdade ameaçada, da consolidação do Regime democrático que conduziu a tal, contando com o apoio do prelado da diocese. ⁷⁷³ O acontecimento teve tão grande repercussão, que chegou a vários cantos do mundo. ⁷⁷⁴

⁷⁷¹ MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*, VIII, Editorial Estampa, [s.l.], 1994, 263.

⁷⁷² Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 351-353.

⁷⁷³ D. Manuel conta como foi que surgiu esta manifestação, a que se deve primeiramente à reacção de dois sacerdotes da diocese: Padre Alfredo Simões Rei e Padre José Henriques da Silva. Estes sacerdotes não queriam ficar de braços cruzados perante o que acontecia no país. Daí que interpelaram D. Manuel para realizar uma manifestação, que demonstrasse que os cristãos estão vivos. Talvez tenha sido o sim mais difícil de dar por D. Manuel, mas foi um sim que ficou na história (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 353-355). Cf. *Expresso*, (30.IX.1993) A19.

⁷⁷⁴ «Popular Democrats Join Socialists in Protesting», in *The Kingman Daily Miner* (Arizona), 92/178 (14.VII.1975) 3; «Demonstrations Flare in Portugal», in *Nashua Telegraph*, 107/112 (14.VII.1975) 26; «New Portuguese crisis seen», in *The prescott courier*, 93/165 (14.VII.1975) 2; «Radio Station Return Sought», in *Sarasota Herald-Tribune*, L/284 (14.VII.1975) 5-A; «Portuguese party quits government», in *Schenectady Gazette*, LXXXI/245 (15.VII.1975) 1.

Depressa despertaram outras manifestações em outras cidades, como havia indicado D. Manuel: «existem cristãos em todas as dioceses de Portugal. Oxalá que o exemplo de Aveiro os desperte, do Minho ao Algarve... e se apresentem em massa a apoiar os seus bispos. Que os cristãos, se porventura estão adormecidos, acordem finalmente. Acordem! Acordem!». ⁷⁷⁵

Porém, chamando-se “manifestação dos cristãos”, é de realçar que nela estiveram presentes milhares de pessoas, provenientes de todos os cantos da diocese. Mais, estando em jogo os direitos fundamentais, estiveram presentes homens e mulheres de outros credos religiosos, ideologias políticas e categorias sociais. ⁷⁷⁶ Estava em causa a defesa dos valores

«Estava o país nestes transe quando o então bispo de Aveiro, Manuel de Almeida Trindade, se deslocou a Roma. Num encontro com outros bispos, foi dando conta, no tom moderado, quase tímido, que dizem ter sido o seu, do que se passava em Portugal. Fosse por que tanta moderação lhe deu que pensar ou por qualquer outra razão, um dos bispos presentes perguntou ao bispo português se a Portugal já tinham chegado os caixões com armas. Ou seja, se os sectores não comunistas não só já tinham sido acusados de conspirar contra a revolução como de nessa actividade conspirativa terem perdido o respeito pelos mortos, transportando armas em caixões. O bispo de Aveiro respondeu que sim, que de facto os caixões com armas, ou, melhor dizendo, o boato acerca deles, já chegara a Portugal. Ao que o bispo que o interrogara lhe disse peremptoriamente “Vá para a rua, já!” O homem que tão aguerrido conselho deu ao bispo de Aveiro chamava-se Karol Wojtyla e sabia por experiência própria que a acusação dos caixões com armas era recorrente em todos os processos de conquista do poder pelos partidos comunistas e que seria isso que ia acontecer em Portugal, caso os democratas, e entre eles os católicos, não fossem para a rua defender as suas posições. Independentemente de Karol Wojtyla ter ou não operado os milagres que aos olhos dos católicos o podem tornar santo, era certamente um homem de grande intuição política e um orador dotado de invejáveis dotes de persuasão, pois a verdade é que o bispo de Aveiro, uma vez regressado a Portugal, se deixou de reservas e foi mesmo para a rua: a 13 de Julho de 1975 teve lugar em Aveiro a grande “Manifestação dos Cristãos” e desde essa data o bispo de Aveiro e boa parte dos dirigentes católicos não mais saíram da rua até Novembro de 1975. As manifestações de católicos repetiram-se em Coimbra, Lamego, Leiria e Braga, tornando-se evidente que a Igreja não estava com o MFA e muito menos com a revolução» [MATOS, Helena - «Os caixões com armas», in *Público*, (8.VII.2010)].

Não deixa de ser relevante o título do artigo de António Marujo no jornal *Público*, aquando a morte de D. Manuel de Almeida Trindade: «1918-2008 Manuel de Almeida Trindade. O Bispo que bateu o pé ao gonçalvinismo». Publicado a 8 de Agosto de 2008, dizia António Marujo que «o bispo de Aveiro ainda demorou a tomar a decisão da sua vida. (...) Mas acabaria por convocar para dia 13 desse mês [Julho] a primeira de várias manifestações de católicos que, no “Verão quente” de 1975, reivindicavam a propriedade católica da Rádio Renascença e ajudaram a arrefecer os ímpetus do Governo de Vasco Gonçalves» [Cf. MARUJO, António - «Manuel de Almeida Trindade: o bispo que bateu o pé ao gonçalvinismo», in *Público*, (08.VIII.2008)].

⁷⁷⁵ GASPAS, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 289.

João Gaspar aprofunda os momentos antes, durante e posteriores de tal acontecimento. Para veja-se o livro já citado, entre as páginas 116 a124. Vejamos um pequeno excerto: «Na simples troca de impressões, estiveram presentes mons. Aníbal de Oliveira Marques Ramos e o Padre José Martins Belinquete. Expuseram ao prelado a conversa tida entre eles, de que haviam concluído não se poder ficar de braços cruzados, tolhidos pelo medo, perante tanto vexames, injustiças e atropelos, como a apropriação da Emissora Católica Rádio-Renascença, o assalto ao Patriarcado de Lisboa, os telefones em escuta, a censura das homilias dominicais, a limitação dos direitos políticos e o cercear da liberdade de informação objectiva» (GASPAS, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 119).

As outras *Manifestações de Cristãos* que sucederam e permitiram uma certa estabilização social realizaram-se, principalmente no centro e norte de Portugal: a 20 de Julho, em Viseu; a 27 de Julho, em Bragança; a 3 de Agosto, em Coimbra; a 10 de Agosto, em Lamego e Braga; a 24 de Agosto, em Leiria e Vila-Real.

⁷⁷⁶ Cf. GASPAS, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 122.

humanos e cristãos, a liberdade de expressão e a restituição à Igreja da Rádio Renascença (Lisboa), a Emissora Católica Portuguesa.⁷⁷⁷ Testemunha Mons. João Gaspar:

«D. Manuel sofreu pacientemente, mas com muita coragem os embates da Revolução de 25 de Abril de 1974 e, como primeiro responsável da Conferência Episcopal Portuguesa, viu-se obrigado a constantes movimentações para ocorrer às necessidades mais urgentes, para conferenciar com os colegas no Episcopado sobre orientações e normas a tomar em conjunto e para dialogar com as autoridades oficiais do Estado. Estavam em jogo diversos problemas graves».⁷⁷⁸

O Conselho Permanente da CEP, mostrou o seu desagrado pela situação do país e o desrespeito pelos direitos e liberdades fundamentais. Assim, foi dando ecos da sua

⁷⁷⁷ Sobre este assunto D. Manuel descreve-o exaustivamente no capítulo XV do seu livro *Memórias de um bispo*. Podemos ainda sublinhar e constatar nas palavras de Urbano Duarte, que a Rádio Renascença foi, porventura, o incidente que mais feriu a Igreja, durante todo o processo revolucionário: «Segundo as informações triunfalmente divulgadas, tratar-se-ia de um caso laboral. Era a versão mais conveniente para o assalto planeado aos meios de comunicação social que deveriam servir exclusivamente determinada ideologia. E serviram. Com tal monolitismo sectário, a liberdade esteve morta em Portugal. (...) acabou por vencer a razão. A razão já se tinha imposto a Vasco Gonçalves que determinara a entrega da R.R. à Igreja; mas a tolice de Copcon, em período passional com os revolucionários de cartilha, silenciou vergonhosamente a razão. «foi um erro», lamentaria Vasco Gonçalves, com ingenuidade sincera. A autoridade havia partido a espinha dorsal, como cobra passada por boca de cão. O VI Governo, demasiado ferido porque impedido de governar, após o acto desesperado que foi a bomba na Buraca, logo que se sentiu com força, regressou à honestidade que a razão impunha, fazendo justiça: Rádio Renascença criada com dinheiro dos católicos é da Igreja» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Nota introdutória e selecção de textos*, II, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 172).

⁷⁷⁸ GASPAR, João Gonçalves – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007, 54-55.

Apraz-nos dizer que o Mons. João Gaspar trata da importância que o tema “A Liberdade” teve em Aveiro. Até chegar a esta manifestação, aqui sinteticamente apresentada, Aveiro era já conhecido por durante anos ser palco de algumas manifestações. Deixamos aqui um breve apontamento.

«Foi nos últimos anos que se realizaram em Aveiro três congressos da Oposição Democrática, que agrupando gente de variadas tendências políticas e ideológicas, aqui reuniram centenas de pessoas vindas de todo o País. A sua finalidade consistiu não só em analisar e discutir os problemas próprios, mas principalmente em estudar a situação nacional com os seus múltiplos problemas e carências, apontando ao mesmo tempo novos rumos a seguir, à margem da ordem estabelecida pelo regime autoritário, então vigente. E até aconteceu que, nos primeiros minutos do dia 25 de Abril de 1974, através das antenas da Rádio Renascença, foi para o ar o sinal aglutinador dos homens sem sono que, na Revolução dos Cravos, venceram a Ditadura: – «Grândola, vila morena... o Povo é quem mais ordena». O anúncio foi cantado por Zeca Afonso – de seu nome completo, José Afonso Cerqueira da Encarnação – um homem nascido em Aveiro e de génese aveirense. Se o grito entrou no peito dos portugueses, numa onda de entusiasmo, ele saiu primeiro dum peito que respira liberdade no berço da Liberdade. Todavia, o entusiasmo inicial, na alegria das liberdades cívicas alcançadas, ia esmorecendo entre o povo, porque no horizonte nacional levantava-se a ameaça de nuvens negras a pressagiar uma nova Ditadura; neste contexto, os ânimos andavam preocupados. Os bispos portugueses, no seu campo específico, mostravam-se firmes na defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana, nomeadamente do direito à informação livre e objectiva e do direito de a Igreja Católica em Portugal possuir e orientar uma estação emissora própria. Pretendendo apoiar os bispos pela sua determinação corajosa, os cristãos da Diocese de Aveiro concentraram-se na cidade em grandiosa manifestação, na tarde de 13 de Julho de 1975. Com o bispo à frente, a inolvidável jornada de luta pela liberdade terminou junto da catedral, envolvendo o vetusto cruzeiro gótico-manuelino. Era uma multidão de cerca de quarenta mil pessoas, provenientes de todas as categorias sociais. Desta forma, teve início também em Aveiro uma série de manifestações de cristãos, que se realizariam em diversas cidades do País, em defesa da liberdade então novamente ameaçada. Por fim, a Emissora Católica Portuguesa – Rádio Renascença – que havia sido violentamente ocupada por forças adversas ao ideal religioso, seria restituída à sua legítima proprietária» [GASPAR, João Gonçalves – «A Liberdade em Aveiro», in *Aveiro e o seu Distrito*, 19 (1975) 38].

desaprovação, mantendo-se firme e intransigente. O que aconteceu em Aveiro, era já sentimento generalizado no país, o que se pode constatar pelas manifestações públicas de repulsa e de oposição que surgiam a partir dos governos políticos, das diversas associações civis. Mas, sublinha D. Manuel, no discurso que proferiu neste dia que a “manifestação dos cristãos” é fruto de um direito próprio dos cidadãos e dos cristãos, que procuram construir uma sociedade nova, uma sociedade mais digna e justa:

«(...) Não podemos demitir-nos, não só quando se trata de reivindicar direitos nossos, como é o da devolução à Igreja da rádio que lhe pertence, mas também quando se trata de reivindicar direitos que pertencem aos homens como tais, como é o direito à verdade e à liberdade de informação. E sinto-me plenamente à vontade, porque esta não é uma manifestação partidária. Não é. Não foi promovida por nenhum partido político, embora possam estar aqui pessoas que pertencem a diversos partidos políticos. É uma manifestação de homens e de mulheres que se sentem no seio da Igreja e aí encontram um espaço de liberdade para poderem viver».⁷⁷⁹

A verdade é que estas manifestações permitiram ao Partido Comunista Português (PCP) perder a força, e levou a que o 25 de Novembro fosse possível, e tudo o que veio depois.⁷⁸⁰

Atenda-se contudo, à *Nota Pastoral de condenação de certas expressões de violência*, publicada a 22 de Agosto de 1975, vem mostrar a necessidade e força necessária de solidariedade cristã, mediante processos revolucionários violentos, e dos quais sofrem mais directamente no corpo e no espírito: «os sem trabalho, os sem lar, os marginalizados, os perseguidos, os detidos sem culpa formada, etc».⁷⁸¹ Tudo isto, devido, em muito, à situação dos retornados do ultramar, que apelavam por justiça.⁷⁸²

Contudo, D. António Marcelino vai mais longe, aprofundando estes últimos tempos do processo revolucionário e de transição democrática, olhando e fazendo um balanço da realidade concreta que rodeava a Igreja e os cristãos em Portugal. Na verdade, dizia ser quase impossível a Igreja ter feito mais do que fez, na medida em que a sua estrutura em Portugal, não dava para

⁷⁷⁹ GASPAR, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 122.

⁷⁸⁰ Cf. *Expresso*, (30.X.1993) A19.

⁷⁸¹ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 346-347.

⁷⁸² Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 346-347.

mais. Embora o desejo da Igreja em Portugal fosse que tivesse feito mais, sabemos, como afirma D. António Marcelino, que «a Igreja, para se pronunciar, a nível de autoridade, sobre problemas muito concretos da vida da sociedade tem que contar com grupos de reflexão, com gente que viva esses mesmos problemas»,⁷⁸³ o que ainda não havia, a não ser num sector ou outro, e portanto não cair na tentação de falar como Hierarquia, mas como Igreja. Com certeza, é necessário não deixar de falar nas omissões, mas muito se fez.⁷⁸⁴

No balanço deste triénio, D. Manuel chega à conclusão que os temas debatidos no triénio de 1970-1972, continuaram no triénio aqui abordado: Acção Católica, Ensino Livre, Família, Clero (em relação à Previdência Social), Pontifício Colégio Português, Universidade Católica Portuguesa.⁷⁸⁵ Ainda um outro tema era o financiamento dos órgãos da Conferência Episcopal, sendo D. Manuel a propor que «cada diocese contribuisse com determinada percentagem em função dos casamentos canónicos realizados na sua área»,⁷⁸⁶ que tendo sido aceite, assim se manteve.

A propósito deste triénio, a actividade da CEP, segundo D. Manuel não se esgotou em dar respostas aos problemas decorrentes da revolução do 25 de Abril, sendo isso facilmente perceptível a partir da leitura atenta e cuidada dos comunicados das Assembleias Plenárias e dos documentos publicados que o comprovam.⁷⁸⁷

⁷⁸³ *Luta*, (24.III.1976) s.p.

⁷⁸⁴ «Há aquilo que se fez a nível de documento para todo o País e há aquilo que se faz a nível de clarificação de grupos e pessoas – e nesse ponto tem-se feito bastante. Porque mesmo aqueles cristãos que sentem que lhes falte alguma coisa, é sem dúvida gente a quem já foi dado muito: e se têm alguma sensibilidade para ver o que lhes falta, é porque de alguma maneira têm atrás de si toda uma formação que receberam através de pessoas, instituições e movimentos da Igreja» [*Luta*, (24.III.1976) s.p.]

⁷⁸⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 305-306.

⁷⁸⁶ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 306; Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 285.

⁷⁸⁷ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 306.

4.3.3. Vice-presidente – 1975-1981

Na reunião de 6 a 10 de Outubro de 1975, a Conferência Episcopal Portuguesa procedeu às eleições para os diversos órgãos da mesma, onde se estava em pleno movimento revolucionário. D. Manuel de Almeida Trindade havia sido até aí, o Presidente da CEP. Nesta reunião, fora eleito D. António Ribeiro para Presidente, e continuaria D. Manuel no Conselho Permanente, como Vice-Presidente. Foi nesta altura, que tendo sido antes nomeados quatro bispos novos – sangue novo –, D. Manuel refira que todos eles acabaram por ser eleitos presidentes de Comissões: D. António Baltasar Marcelino (Comunicação Social), D. Manuel da Silva Martins (Acção Social e Caritativa), D. António Francisco Marques (Bispos-Religiosos) e D. João Alves (Liturgia).⁷⁸⁸

O novo Conselho Permanente, juntamente com os outros bispos, no parecer de D. Manuel, teve de encarar muitos problemas relativos à vida interna da Igreja e da aplicação do Concílio, e outros que a situação política estava a exigir.⁷⁸⁹

Esta última reunião foi importante, especialmente pelas resoluções necessárias a serem tomadas acerca dos problemas respeitantes da comunidade nacional, onde os bispos apelaram a que o povo português conseguisse encontrar os verdadeiros caminhos do futuro sem recurso à violência e no estrito respeito da justiça, e destacaram dois problemas essenciais, que viriam

⁷⁸⁸ «Nos termos estatutários, procedeu-se às eleições para os diversos órgãos da Conferência Episcopal no próximo triénio. Foi eleito presidente da Conferência o Cardeal-Patriarca de Lisboa, D. António Ribeiro. Para os cargos de vice-presidente e secretário foram eleitos respectivamente D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro, e D. António dos Reis Rodrigues, Bispo Auxiliar de Lisboa. E para vogais do Conselho Permanente o Arcebispo de Braga, D. Francisco Maria da Silva; o Bispo do Porto, D. António Ferreira Gomes; o Bispo de Coimbra, D. João da Silva Saraiva; e o Bispo-Coadjutor de Beja, D. Manuel Franco Falcão» (CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 304).

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 306.

⁷⁸⁹ Ao nível da vida interna da Igreja e da aplicação do Concílio: «(...) em matéria litúrgica, vida espiritual do clero, orientação dos seminários, diaconado permanente, catequese, normas relativas à subsistência dos padres, à perequação dos rendimentos e à sua integral dedicação à missão para que foram ordenados, ao planeamento familiar, etc.»; ao nível da situação política, D. Manuel destaca: «(...) o sentido de “liberdade religiosa”; o dever cívico de participar nas eleições e de fazer opções conscienciosas; problemas relativos às misericórdias, ameaçadas de uma nova forma de estatismo; campanhas pró-aborto, que haveriam de levar à aprovação da lei, com certas limitações, é claro, na Assembleia da República e, depois, inesperadamente, à sua promulgação» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 306).

desenvolvidos em futuros documentos. Esses problemas são, em primeiro lugar, o da liberdade de ensino; em segundo lugar, os milhares de refugiados⁷⁹⁰ que se encontravam a entrar no país.⁷⁹¹

Como já foi referido anteriormente, o tema da liberdade de ensino, havia sido um dos temas debatidos na Assembleia Plenária ordinária de 6 a 10 de Outubro de 1975, e cujo fruto documental aí aprovado seria a *Nota Pastoral sobre o ensino livre*, a 10 de Outubro de 1975, e a *Nota Pastoral sobre a Liberdade de Ensino na Nova Constituição*, a 21 de Outubro de 1975.⁷⁹² Sabemos que, em conversa pessoal com Georgino Rocha, presbítero da diocese de Aveiro, a liberdade de ensino era um dos temas e preocupações mais importantes, na altura, para D. Manuel de Almeida Trindade.

As *Notas Pastorais* vêm, partindo da liberdade de ensino preconizada na Doutrina Social da Igreja (DSI), reafirmar essa mesma doutrina e chamar a atenção para o desrespeito pelo ensino livre, que é um direito fundamental. Vai longe nas suas reacções, porque embora saliente e encoraje os aspectos positivos da procura de novas formas de vida social, também denuncia os atentados contra os direitos fundamentais: liberdade de expressão de pensamento, o direito à informação livre e pluralista e a liberdade de ensino.⁷⁹³ Neste sentido, os bispos demonstram o seu descontentamento pela Constituição atribuir às escolas particulares um estatuto de toleradas, minorizadas, dando a entender que estão ameaçadas; por isso, não cessaram de afirmar a sua tomada de posição quanto a este assunto:

«Importa reafirmar que, ao defender este direito, não está a Igreja a reclamar para si qualquer privilégio, como erradamente se tem dito: ela apenas defende o direito fundamental das pessoas e das famílias à livre escolha do género de educação que julguem preferível. Nem pretende tão-pouco um ensino para ricos. (...). Ao defender o ensino livre, não se pensa na esfera dos direitos garantidos à Igreja pela Concordata; pensa-se, sim, na possibilidade de instituição de escolas

⁷⁹⁰ A este propósito, para aprofundamento, consultar a *Nota Pastoral sobre os refugiados ultramarinos*, 27 de Outubro de 1975 (CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 199-202).

⁷⁹¹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 305.

⁷⁹² Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 348-351.

⁷⁹³ ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leituras de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 87.

com efectiva liberdade, pelas mais diversas tendências religiosas, políticas, filosóficas ou sociais, ou mesmo por professores, pedagogos ou outros particulares, movidos por espírito de serviço e não de lucro».⁷⁹⁴

Vemos, pois, que as *Notas Pastorais* insistem na liberdade de ensino e na liberdade de escolha do tipo de ensino que os pais desejam para os seus filhos. Isto é fulcral, pois Portugal democrático encontra aqui o seu alicerce mais firme, e por isso, necessita de uma escola plural de serviço público, quer seja o Estado, as instituições cooperativas e particulares, as associações religiosas, a Igreja.⁷⁹⁵ Há uma preocupação do episcopado português, em testemunhar onde a Igreja deve «contribuir com a experiência secular da Igreja neste campo, para um ensino que, de facto, liberte o homem e o ajude a ser o responsável do mundo novo que estamos a construir».⁷⁹⁶

A 25 de Novembro de 1975, deu-se outra iniciativa revolucionária, partindo dos militares António dos Santos Ramalho Eanes e Jaime Neves, fazendo frente aos excessos opressivos da política orientada pelo PCP.⁷⁹⁷ D. Manuel, afirma, que as manifestações dos cristãos referidas anteriormente, terão concorrido para que o PCP perdesse a sua força. Daí que tornasse possível, igualmente, o 25 de Novembro e tudo o que se repercutiu daí em diante.⁷⁹⁸ Aliás, chega-se a dizer que foi no dia 25 de Novembro de 1975 que se deu o verdadeiro 25 de Abril de 1974. Quem nos traduz actualmente esse acontecimento, na perspectiva da Igreja, é

⁷⁹⁴ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 349-350; Cf. ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leituras de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 87-88.

⁷⁹⁵ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 348-351.

⁷⁹⁶ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 198.

Olhemos para a contribuição da Igreja em relação a este assunto, mas não só, partindo do testemunho de D. António Marcelino na entrevista concedida ao jornal *Luta*, a 23 de Março de 1976: «A Igreja entra na História dos Homens, não constrói uma história própria nem faz uma história paralela. Se neste momento a opção portuguesa de construção de uma sociedade e abre a uma linha democrática (e ainda abem), a educação os cristãos deve ser mesmo para uma opção que seja firmemente objectivada em função do que se pretende na sociedade, aferida pelos valores em que os próprios cristãos acreditam. Porque se eles acreditarem e entenderem profundamente os valores cristãos, eles têm todas as possibilidades de ter uma opção livre, encarnada e eficaz, na própria sociedade. É um problema de educação: neste País, têm que se fazer a catequese da dimensão política e social da Fé, e não apenas da sua dimensão religiosa» [*Luta*, (24.III.1976) s.p.].

⁷⁹⁷ GASPAR, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 200.

⁷⁹⁸ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 357.

Mons. Domingos Silva Araújo, que viveu intensamente esses anos e que na altura era director do jornal *Diário do Minho*.⁷⁹⁹

Se no dia 25 de Novembro se deu um golpe militar para acabar com a influência da esquerda radical, iniciada após o 25 de Abril de 1974, e aquele já tinha sido antecedido por um conflito entre forças revolucionárias e forças moderadas, a que se apelidou de “Verão Quente”, a verdade é que no plano militar, o 25 de Novembro iniciou-se com a destruição dos emissores da Rádio Renascença, a 7 de Novembro.⁸⁰⁰

Veja-se que muitas coisas se fizeram em relação à Igreja Católica: o cerco ao Patriarcado de Lisboa⁸⁰¹; a humilhação de D. Francisco Maria da Silva, arcebispo de Braga, que foi obrigado a despir-se no aeroporto de Lisboa; a constituição das brigadas populares; a ocupação da Rádio Renascença por hostes; o querer fazer do domingo um dia normal de trabalho, entre outros. A situação política não era de todo, a mais querida, mas as manifestações dos cristãos, demonstraram a força activa dos mesmos, e a luta pelos seus direitos e direitos fundamentais.⁸⁰²

Como nos é possível testemunhar anteriormente, a CEP sempre considerou de extrema relevância as questões relativas ao ensino, e por isso, a propósito dos programas de ensino realizados para o ensino básico e secundário, a Secretaria de Estado de Orientação pedagógica realizou uma consulta à CEP, para conhecer o seu parecer. Primeiro, e sem dúvida, o gesto e significado demonstram a importância que a Igreja tem no papel da educação em Portugal, esse sempre muito vincado nos problemas todos que a ela diziam respeito. Assim, na análise aos programas pedidos, a CEP «reconhece as considerações pedagógicas, didácticas e

⁷⁹⁹ *Diário do Minho. Suplemento “Igreja Viva”*, (21.XI.2013) 5. [Entrevista a Mons. Domingos Silva Araújo, antigo director do mesmo jornal].

⁸⁰⁰ Cf. AA.VV – *Abril nos Quartéis de Novembro*, Bertrand, Amadora, 1979, 140.

⁸⁰¹ Cf. CRUZ, Manuel Braga da- *A Igreja na Transição Democrática Portuguesa*, in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 8/9 (1196-1997) 528.

⁸⁰² Cf. CRUZ, Manuel Braga da- *A Igreja na Transição Democrática Portuguesa*, in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 8/9 (1196-1997) 526-527.

metodológicas»⁸⁰³ que são positivas e aceitáveis. Contudo, já o seu conteúdo, «quer na exemplificação de temas quer na bibliografia, apresenta uma ortodoxia científico-ideológica marcadamente unilateral».⁸⁰⁴

A CEP conclui, no parecer emitido a 27 de Fevereiro de 1976, afirmando o esforço positivo presente em «dotar o País de um ensino voltado para a vida, para o bem comum, para a participação na construção de uma sociedade nova», e que a Igreja em Portugal nunca defenderá «um ensino sem Deus, sem metafísica, sem passado, sem valores, e que omite o amor, a solidariedade, a tolerância e a fraternidade. Se assim fosse o ensino, «não poderia considerar-se adequado a um futuro livre e pluralista, mais aberto e mais justo, para cada pessoa e para toda a sociedade».⁸⁰⁵ A propósito deste parecer, temos presentes observações pertinentes, embora resumidas, quanto à importância de um ensino democrático e ao serviço das populações, que começa pelos principais tutelares da educação, os pais.

Todavia, aprez-nos destacar aqui uma resposta de D. António Marcelino, sobre a falta de orientações mínimas que o episcopado não conseguira dar resposta entre 1974 e 1976, a não ser por intervenções esporádicas:

«tem havido várias intervenções, mas, na realidade, serviram mais para corrigir algumas atitudes que a Igreja considerou como desvios, do que propriamente para empurrar para a frente e lançar perspectivas de futuro. (...) Que, ao nível dos mais responsáveis da Igreja, haja uma atitude que se possa considerar de desconfiança de todo um projecto de sociedade nova que queremos construir ou, até mais, que haja uma atitude organizada em ordem a controlar ou impedir o processo, eu creio que não. Agora, que é necessário dar orientações de tipo geral, também creio que sim, sem que sejam aproveitados por esta ou por aquela corrente política. É por isso que a grande dificuldade, neste momento, não é de dizer que até estamos com o processo revolucionário, mas de manifestar como é que estamos e de abrir perspectivas aos cristãos, sem que isso pareça uma tomada de posição por esta ou por aquela corrente».⁸⁰⁶

⁸⁰³ ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 88.

⁸⁰⁴ ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 88.

⁸⁰⁵ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 366.

⁸⁰⁶ *Luta*, (23.III.1976) s.p..

Na Assembleia Plenária da CEP de 26 a 30 de Abril de 1976, a nível interno e funcional da Conferência, decidiu-se fundir numa só as comissões episcopais do *Apostolado dos Leigos* e da *Educação Cristã e Família*, tendo sido eleito para esta nova comissão, D. Maurílio Quintal de Gouveia.⁸⁰⁷ Depois, aconteceu que tendo falecido o bispo de Coimbra, que era o presidente da Comissão do Clero, Seminários e Vocações, elegeram os bispos como novo Presidente, D. Manuel de Almeida Trindade.⁸⁰⁸

Nesta ocasião, os *Estatutos* foram ajustados de acordo com a nova geografia resultante da descolonização, fruto de uma reflexão sobre as dificuldades e problemas que se acentuavam em países de missão, em parte, devido a uma descolonização realizada de forma dramática.⁸⁰⁹

Na segunda Assembleia Plenária, sob a presidência do Cardeal-Patriarca de Lisboa, realizada entre 8 e 12 de Novembro do mesmo ano, a CEP reviu os seus Estatutos.⁸¹⁰ Elegeu D. João Alves, bispo de Coimbra, para ocupar o lugar vacante de D. João António da Silva Saraiva, dado o seu falecimento.⁸¹¹ Ainda nesta Assembleia, em ordem à visita dos bispos «ad sacra limina», em 1977, estes acordaram entre si a forma de manifestar essa comunhão com o Romano Pontífice, dando a conhecer a sua fidelidade e afecto, assim como do Povo de Deus a eles confiados.⁸¹² Esta visita, como nos apresenta a síntese da Assembleia Plenária da CEP, realizada de 18 a 22 de Abril de 1977, realizar-se-á durante o mês de Junho, em dois grupos, «um para os Bispos das dioceses do Norte do País e outro para os dos Centro e Sul e Ilhas adjacentes».⁸¹³

No ano de 1977, a Conferência Episcopal pronuncia-se sobre um dos pontos de fricção nas relações Igreja-Estado. Esse ponto dizia respeito à legislação sobre o aborto, e tudo o que

⁸⁰⁷ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 307.

⁸⁰⁸ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 307.

⁸⁰⁹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 307.

⁸¹⁰ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 311.

⁸¹¹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 311.

⁸¹² Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 311.

⁸¹³ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 317.

envolvia esse problema. Diz-nos D. Manuel de Almeida Trindade, que a este nível, há mesmo uma falha do ponto de vista pragmático, considerando-o um erro ter sido levantado esse problema e resultar na solução que se lhe deu. D. Manuel, vai mais longe ainda, quando afirma que «só serviu para dividir os portugueses e ferir a consciência da Nação».⁸¹⁴ A Igreja manifestou o seu desagrado, e manteve-se fiel na defesa dos direitos do homem, onde o direito à vida é essencial. Como respondeu a Igreja? Primeiramente, colocando-se na vanguarda da defesa do direito à vida. Para isso basta verificar essa defesa a partir daquilo que foram os pronunciamentos dos bispos portugueses, através da Conferência Episcopal, especialmente entre 1975-1977.⁸¹⁵

Na *Carta Pastoral sobre a Família e Natalidade*,⁸¹⁶ a 12 de Fevereiro de 1975, aparece já uma referência em relação ao aborto, para demonstrar, primeiro, a falsidade presente nos argumentos daqueles que apelam à sua prática e que defendem a sua legitimidade. Depois, a CEP urge-se a favor da vida, sendo esta o primeiro direito, inalienável, e que a sua defesa não se trata de razões meramente religiosas, mas da própria natureza humana.⁸¹⁷ Depois, a 5 de Fevereiro de 1976, houve a necessidade de clarificar a opinião pública acerca de um programa transmitido na RTP que se intitulava «Aborto não é um crime».⁸¹⁸

⁸¹⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 350.

⁸¹⁵ *Carta Pastoral sobre a Família e Natalidade*, a 12 de Fevereiro de 1975; *Nota sobre o Aborto*, a 5 de Fevereiro de 1976; *Nota Pastoral sobre o Aborto*, a 18 de Novembro de 1977; *Conclusões da Reunião* da CEP de 15 a 18 de Novembro de 1977.

⁸¹⁶ CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 160-177.

⁸¹⁷ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 167.

⁸¹⁸ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 352-353.

Para tal indignação manifestada ao programa e serviço televisivo da RTP, as palavras de Urbano Duarte, em 12 de Fevereiro, são extremamente clarificadoras: «Se a RTP chamasse a atenção para o problema do aborto – para a frequência impressionante com que é praticado, para as circunstâncias da clandestinidade que ameaçam a saúde pública, para as causas individuais e sociais que o determinam, para a profilaxia que é necessário empreender, para a discussão da sua legalização ou não-legalização, para o drama donde salta ou a que leva – ninguém deveria escandalizar-se, porque diante dos problemas só há uma atitude digna: estudá-los em busca da solução possível. Mas que a RTP venha propagandar o aborto, de modo deslavado e obscuro, como abortadeira que anuncia e promete «servicinho limpo», exibindo cenas que repugnam à formação moral dos portugueses, com indiferença chocante pela vida do feto humano, como se este mais não fosse que um tumor que se extirpa – é acto não só altamente condenável do ponto de vista humano e moral, como acto criminoso, sujeito às sanções da Lei vigente pelo incitamento e aprendizagem da prática criminosa» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Urbano Duarte: Nota introdutória e selecção de textos*, II, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989, 181).

A CEP representando o povo português emitiu uma *Nota sobre o Aborto*⁸¹⁹, mostrando a sua indignação pela forma como esse tema foi tratado num espaço público, colocando em causa valores fundamentais e a verdade defendida pela Igreja Católica, cujo testemunho Conciliar é disso e nisso evidente (cf. GS 51)⁸²⁰, pois a Igreja «no cumprimento da sua missão, não condena o aborto provocado, apenas por simples motivos de ordem religiosa. Condena-o também em nome do respeito pelo mais fundamental de todos os direitos humanos: o direito de ser e existir».⁸²¹

Por fim, este ponto de fricção viria a culminar numa outra *Nota Pastoral sobre o Aborto*,⁸²² publicada a 18 de Novembro de 1977, onde descrevem e desmistificam claramente os artigos e argumentos usados para legalizar o aborto e tudo o que é fruto dessa campanha pró-aborto, para mostrar a incondicional defesa e «salvuarda intransigente do ser humano em toda a sua dignidade, integridade e autenticidade».⁸²³ Ainda hoje fazem eco estas palavras, e muitos anos já passaram. Veja-se que, ainda em 1985, D. Manuel realça que uma das áreas de tensão entre a Igreja e o Estado é precisamente a lei do aborto, que nas suas palavras foi «continuará sempre como um espinho».⁸²⁴ Que sejamos ousados em defender a vida, sempre: «É uma honra para a Igreja encontrar-se nas primeiras linhas da defesa dos direitos do homem, o primeiro dos quais é o direito à vida – como no século passado aconteceu com aqueles que, de maneira desassombrada, lutaram pela abolição da pena de morte».⁸²⁵

Ainda neste ano de 1977, em Junho, aconteceu mais uma e última visita «Ad Limina» dos bispos portugueses no pontificado de Paulo VI. Visitas estas que haviam passado de visitas

⁸¹⁹ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 352-353.

⁸²⁰ Cf. Constituição Dogmática sobre a Revelação Divina «Gaudium et Spes», 51, in CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II – *Constituições – Decretos – Declarações e Documentos Pontifícios*, Editorial Apostolado da Oração, Braga, 11/1992, 383-384.

⁸²¹ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 353.

⁸²² CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 236-238.

⁸²³ CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 237.

⁸²⁴ *O Jornal*, (12.XI.1985) 15/11.

⁸²⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 351.

individuais para visitas colectivas, e que segundo D. Manuel constituem como que o testamento espiritual de Paulo VI, pois nelas se encontram as principais preocupações de ordem pastoral e as linhas orientadoras do seu pensamento.⁸²⁶

No mês de Outubro de 1977, realizara-se mais um Sínodo dos bispos, sendo que o último acontecera em 1974 e foi dedicado à temática da «Evangelização no mundo contemporâneo». No Sínodo dos bispos de 1977, o tema debatido foi «a catequese no nosso tempo, com particular referência à catequese das crianças e dos jovens». Como delegados da Conferência Episcopal portuguesa foram nomeados D. António Ribeiro, Patriarca de Lisboa, e D. Maurílio Gouveia, bispo auxiliar de Lisboa; e como delegados suplentes, foi escolhido D. Manuel de Almeida Trindade, juntamente com D. António Ferreira Gomes.⁸²⁷

A 9 de Junho de 1978, em reunião no Santuário de Fátima, procedeu-se às eleições dos órgãos directivos da Conferência, onde D. Manuel de Almeida Trindade prosseguiu no cargo de Vice-Presidente da Conferência, juntamente com D. António Ribeiro, Presidente, e D. António dos Reis Rodrigues, Secretário. Como vogais do Conselho Permanente ficaram D. Eurico Dias Nogueira, Arcebispo de Braga, e D. João Alves, bispo de Coimbra. Além de ser Vice-Presidente, D. Manuel de Almeida Trindade, foi eleito Presidente da Comissão Episcopal

⁸²⁶ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 317. A este propósito saliente-se o testemunho de D. Manuel Falcão, bispo emérito de Beja, que narra esta sua primeira experiência de visita «ad limina» em 1977: «A minha primeira experiência de visita ad limina data de Junho de 1977. Eu era então Bispo coadjutor de Beja e acompanhei o Bispo residencial, D. Manuel dos Santos Rocha, no cumprimento deste grato dever. E senti que não se tratava de mera prescrição canónica, mas de necessidade de me sentir em união com o Papa, sucessor de Pedro e com Ele bem inserido na Igreja que Cristo fundou e quis única e una. (...) O turno dos Bispos em que me incorporei nesta viagem-peregrinação chegou a Roma, de avião, no Domingo 12 de Junho, indo à tarde, na igreja de Santo António dos Portugueses, celebrar a missa da festa do Corpo de Deus (na Itália transferida da Quinta-feira para o Domingo seguinte). E, logo na Segunda-feira, 13, por coincidência dia de Santo António, fomos recebidos colectivamente pelo Papa Paulo VI. O nosso Cardeal Patriarca saudou o Santo Padre em latim, e o Papa, depois de breve resposta na mesma língua, conversou com todos em italiano. Nos dias seguintes, celebrámos a missa na Basílica de São Pedro e peregrinámos até às outras basílicas patriarcais: São João de Latrão, São Paulo fora de muros e Santa Maria Maior, alternando com idas a algumas Congregações Romanas. Ficámos alojados no Colégio Português, que nos proporcionou uma excursão a Orvieto, Bolsena e Viterbo, onde repousam os restos mortais de João XXI, o único Papa de origem lusitana» [FALCÃO, Manuel - «A Visita ad Sacra Limina: uma experiência», in *Agência Ecclesia*, (23.X.1973). Consulta realizada a 25.V.2014; Disponível em <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=52092>].

⁸²⁷ Cf. ROMANO, P. – «Sínodo de 1977. A Catequese, hoje», in *Brotéria*, CIV/5-6 (Maio/Junho 1977) 546-554; Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 352-353.

da Liturgia. A colaborar com D. Manuel na Comissão Episcopal da Liturgia, temos amigos bastante próximos dele: D. Júlio Tavares Rebimbas – Arcebispo-bispo de Viana do Castelo, e Mons. Aníbal Ramos – Secretário; ambos oriundos da diocese de Aveiro, na qual era bispo.⁸²⁸

Neste triénio falecera o Papa Paulo VI, a 6 de Agosto de 1978, depois a 26 de Agosto de 1978 foi eleito Papa o Cardeal-Arcebispo de Veneza, Mons. Albino Luciani, que escolheu o nome de João Paulo I, mas falecera, um mês depois da sua eleição, a 28 de Setembro. Tendo isto sucedido, para ocupar o seu lugar, foi eleito o cardeal-arcebispo de Cracóvia, Mons. Karol Józef Wojtyła, a 16 de Outubro, adoptando o mesmo nome que o seu antecessor – João Paulo II.⁸²⁹ A escolha do nome – convocado e iniciado por um papa chamado João e continuado por outro chamado Paulo -, tem aqui relevo, pois demonstra a fidelidade dos Papas em serem fiéis aos ensinamentos do último Concílio, como afirma D. Manuel.⁸³⁰

A Assembleia Plenária realizada sob a presidência do Cardeal-Patriarca de Lisboa, em Fátima, de 13 a 16 de Novembro de 1978,⁸³¹ referiu os últimos acontecimentos importantes da vida da Igreja, e muito concretamente, a morte de Paulo VI e de João Paulo I, bem como a eleição de João Paulo II.

A CEP publica, a 14 de Março de 1979, uma *Carta Pastoral sobre as perspectivas cristãs da reconstrução da Vida Nacional*,⁸³² dirigida a todos os cristãos e aos portugueses em geral. D. Manuel a propósito desta Carta refere, que ela é testemunho de que os bispos não

⁸²⁸ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 242.

A este propósito, testemunha D. Manuel o impasse em D. António Ribeiro continuar na presidência do Conselho Permanente: «Perante a votação, D. António Ribeiro repetiu as palavras que tinha dito antes do almoço: que não podia aceitar; que havia outras soluções. A assembleia pela voz de algum dos seus membros, mostrou que era necessário este sacrifício. Chegou-se a um impasse. Alguém propôs que se interrompesse a reunião e se dessem alguns minutos para que o Sr. Patriarca pudesse reflectir. (...) Voltámos a reunir-nos depois do lanche. Silêncio da assembleia. Pareceu-me que deveria ser eu [D.Manuel] a rompê-lo. Disse assim: “O senhor Cardeal Patriarca, apesar do grande sacrifício que se lhe pede, aceita ser reeleito presidente da Conferência; (...) . Os bispos responderam com uma salva de palmas. Estava ultrapassado o impasse» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 307).

⁸²⁹ Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 200.

⁸³⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 307.

⁸³¹ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 243-247.

⁸³² CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 70-101.

deixaram de estar atentos à situação política saída do 25 de Abril, e aos problemas que daí advieram em relação à Igreja e ao país.⁸³³

Traz à luz uma reflexão sobre algumas das questões mais pertinentes sobre a vida nacional, fruto de uma crise, encarecida de ciclos históricos, já bem conhecidos desta década. É por isso, necessário ter em conta o contexto, em que esta *carta* surge, na medida em que «encontramos a falta de um consenso nacional sólido e virado para a construção do futuro comum, e a carência de instituições suficientemente prestigiadas, ao serviço de valores autênticos, tradicionalmente partilhados pela comunidade portuguesa, integrados na nossa cultura nacional e ordenados ao desenvolvimento, à paz e à justiça».⁸³⁴

Os bispos, nesta Carta, mostram ainda a sua solidariedade para com a situação da sociedade portuguesa: «Assumimos o dever de uma corajosa solidariedade, para, no diálogo e na tolerância, construirmos a nossa paz e a nossa nova sociedade; partilhamos, enfim, a certeza de que da vontade e do trabalho de todos haverá de resultar o desenvolvimento do país».⁸³⁵

Neste ano, urge mais uma Nota Pastoral sobre as eleições, a 7 de Julho de 1980, intitulada *Nota Pastoral sobre as próximas eleições legislativas e presidenciais*.⁸³⁶ A verdade é que a CEP foi sempre acompanhando o processo revolucionário e a transição democrática, mostrando uma atenção ousada e prudente. Daí que ao longo dos tempos tenha publicado vários documentos sobre as eleições e o rumo político do país. Veja-se como já havia acontecido noutros anos: a 25 de Setembro de 1969 – *Nota sobre o momento eleitoral*⁸³⁷; *Comunicado sobre Diversas Questões*, a 29 de Setembro de 1973⁸³⁸; a 30 de Novembro de 1978 – *Nota sobre*

⁸³³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 308. Sobre a riqueza desta Carta, ler: ANTUNES, Manuel - «Falam os bispos», in *Brotéria*, CVIII/5-6 (Maio-Junho 1979) 557-563.

⁸³⁴ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 71.

⁸³⁵ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 101.

⁸³⁶ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 106-112.

⁸³⁷ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 331.

⁸³⁸ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 333.

o recenseamento eleitoral⁸³⁹; a 15 de Outubro de 1979 – *Nota Pastoral a respeito dos próximos actos eleitorais*.⁸⁴⁰ A *Nota* de Julho deste ano, destaca a dignidade, o direito e o dever de votar, por forma a votar em liberdade, e assume aqui e também nos outros documentos, alguns relevos quanto à especial responsabilidade do clero e à educação da consciência política.

Destaca-se ainda neste ano, a Assembleia Geral do Sínodo dos bispos, com início em Setembro, dedicado ao tema «A missão da Família Cristã no mundo de hoje».⁸⁴¹ Na sua preparação teve como base um conjunto de relatórios elaborados das dioceses sobre o panorama da instituição familiar em Portugal. Neste Sínodo, fez-se representar a Igreja Portuguesa pelo Cardeal-Patriarca de Lisboa e por D. António Baltasar Marcelino.⁸⁴²

O tema do Sínodo, assumido com extrema relevância, pois assistia-se a uma degradação do contexto e da instituição familiar, levou a que a CEP publicasse uma *Instrução sobre a pastoral familiar*,⁸⁴³ de forma a apoiar, estimular e potenciar as iniciativas que existiam ou se planeavam neste tema tão importante. Essa decadência, manifesta-se principalmente pela «permissividade dos costumes e na tentativa de legitimação que se está querendo atribuir a formas de união conjugal em contraste com a nossa tradição e com a doutrina católica acerca da unidade e indissolubilidade do matrimónio».⁸⁴⁴ A *Instrução* apresenta a importância, a actualidade e os desafios da Pastoral Familiar, tema sempre presente no II Concílio Ecuménico do Vaticano, sendo que esse pretendia centrar a nossa atenção pastoral sobre as realidades da família. Destacamos, aqui, as palavras finais dessa *Instrução*, fruto de uma reflexão que procura valorizar a importância de uma família que centrada e alicerçada na fé e na piedade, leva os

⁸³⁹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 273-274.

⁸⁴⁰ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978, 275-280.

⁸⁴¹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 249.

⁸⁴² CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 251.

⁸⁴³ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 135-153.

⁸⁴⁴ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 255.

cristãos, a fazerem a sua primeira, mais pura, mais genuína, mais duradoura experiência do Evangelho:

«A Igreja necessita de famílias bem constituídas, que em tudo se possam considerar religiosamente vivas. (...) As famílias, por sua vez, coloquem-se generosamente, ao serviço da Igreja e da Sociedade. Não se fechem sobre si, como é tentação tão frequente. O mundo actual necessita das enormes riquezas espirituais e humanas que só as famílias, principalmente as famílias cristãs, lhe podem assegurar».⁸⁴⁵

No decorrer deste triénio realizara-se o XLII Congresso Eucarístico Internacional, em Lourdes, de 16 a 23 de Julho de 1981. A comissão portuguesa foi presidida por D. Manuel, bispo de Aveiro. Os bispos portugueses assumindo o apelo de João Paulo II, propuseram à Igreja em Portugal, em ordem à preparação do Congresso, um conjunto de dinâmicas e reflexões, para que mesmo não estando presentes fisicamente, vivessem interiormente todos os fiéis o «espírito de Congresso», aprofundando o tema da Eucaristia.⁸⁴⁶ O valor destes Congressos Eucarísticos vinha já consagrado numa *Nota* publicada pela CEP, já a 21 de Outubro de 1980, intitulada *Nota sobre o Congresso Eucarístico Internacional de Lourdes*,⁸⁴⁷ em que explica todo o processo de preparação do mesmo, em Portugal, dado que «o congresso vai ser o que for a sua preparação».⁸⁴⁸

D. Manuel participou igualmente, por nomeação da Assembleia da CEP e em resposta ao apelo do Santo Padre, por ocasião dos jubileus dos Concílios Ecuménicos de Constantinopla e de Éfeso, em Roma, na solenidade de Pentecostes.⁸⁴⁹

⁸⁴⁵ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 153.

⁸⁴⁶ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 257-258.

⁸⁴⁷ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 285-287.

⁸⁴⁸ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 287.

⁸⁴⁹ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 260.

Não encontramos referências bibliográficas no decorrer da pesquisa de como se procedeu esta participação de D. Manuel.

4.3.4. Presidente – 1981-1987

Excedidos os dois triénios consecutivos de mandato como Vice-Presidente, D. Manuel de Almeida Trindade, cessava as suas funções, como vem definido nos estatutos da Conferência. Assim, a 3 de Julho, no Santuário de Fátima, no termo do retiro anual dos bispos, procederam à eleição dos novos titulares para o triénio de 1981-1984. O resultado atribuiu a D. Manuel a presidência da Conferência, como vice-presidente ficou D. António dos Reis Rodrigues, e como secretário D. Serafim de Sousa Ferreira e Silva. Com este resultado, D. Manuel deixava a presidência da Comissão Episcopal da Liturgia, que ficaria para D. Júlio Tavares Rebimbas.⁸⁵⁰ A esta nomeação, D. Manuel, foi claro, ao afirmar que se foi eleito Presidente, foi para estar numa atitude «de quem presta um serviço»,⁸⁵¹ pois nunca teve outra ambição em toda a sua vida presbiteral.

Na entrevista com Manuel Vilas-Boas, para o jornal “O Jornal”, a 10 de Julho de 1981, vemos já nas palavras de D. Manuel a vontade de estar para servir a Igreja, e através dela, o mundo: «”Não imagina como sofremos muito”(…). Já estou muito melhor, mas a verdade é que nunca tive uma saúde de ferro. Estou para servir, mesmo que às vezes me custe muito».⁸⁵² Atenda-se, porém, que estas suas declarações advêm, de aos 63 anos, D. Manuel se encontrar num estado de saúde difícil, e que já ninguém dava por garantida a sua eleição. Foi uma surpresa, não só para ele, mas também para outros sectores. Contudo, D. Manuel é visto, por alguns meios, como a aposta frontal na segurança.⁸⁵³ Vejamos as palavras, claras e concisas, de Manuel Vilas-Boas a respeito de D. Manuel:

«D. Manuel de Almeida Trindade, com 12 anos já rodados entre a presidência e a vice-presidência da Conferência e em momentos bem delicados, encarnaria o personagem cordato e

⁸⁵⁰ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 261.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 309.

⁸⁵¹ «É ainda muito cedo para avaliar os frutos do Concílio», in *Expresso*, (23.XII.1981) 25-R.

⁸⁵² *O Jornal*, (10.VII.1981) 14.

⁸⁵³ Se haveria aqui algo a testemunhar sobre a força e a união existente na Conferência Episcopal Portuguesa durante a revolução do 25 de Abril e os anos posteriores, creio que aqui teremos já uma feliz resposta.

conciliador para questões não menos fáceis como as que se prendem com a pastoral operária, a pastoral rural, os seminários, o estatuto do clero, a comunicação social e que estarão já agendadas para a primeira reunião da Conferência Episcopal a realizar em princípios de Dezembro próximo. D. João Alves, bispo de Coimbra, acusado, por determinados sectores, de um certo centralismo, viu afastada a sua capacidade de intervenção directa na coordenação da Conferência Episcopal».⁸⁵⁴

Numa outra entrevista, concedida por escrito ao semanário *Expresso*, D. Manuel realça a história da Conferência Portuguesa e o seu caminho até então, demonstrando que como presidente que é e como qualquer outro, a sua missão não é empolar a função do presidente, mas é ele – o presidente - «que convoca e dirige os trabalhos da assembleia plenária, mas não tem voto qualificativo».⁸⁵⁵

A CEP encontrava-se a proceder a alteração e revisão dos estatutos, dado que as experiências que foram sendo feitas, encontravam-se inadequadas às exigências da sua missão. A este nível D. Manuel destaca por exemplo, a «cláusula dos estatutos que não permite que algum dos bispos possa ser reeleito para o mesmo cargo mais do que uma vez»⁸⁵⁶ e, prossegue falando na necessidade de preparar pessoas que coadjuvem os bispos nos trabalhos das comissões, mas como o próprio diz, «isto implica a disponibilidade de agentes humanos e também a dos meios financeiros indispensáveis».⁸⁵⁷

No ano de 1981, um dos documentos considerados notáveis pela sua explanação e conteúdo, foi publicado a 6 de Fevereiro, e intitulava-se *Nota a propósito da revisão constitucional*, por forma a contribuir para o aperfeiçoamento do documento constitucional a ser elaborado e discutido na altura.⁸⁵⁸ Afirmando que existem preceitos inaceitáveis no documento constitucional, também existem alguns meritórios.

⁸⁵⁴ *O Jornal*, (10.VII.1981) 14.

⁸⁵⁵ *Expresso*, (23.XII.1981) 25-R/26-R.

⁸⁵⁶ *Expresso*, (23.XII.1981) 26-R.

⁸⁵⁷ *Expresso*, (23.XII.1981) 26-R.

⁸⁵⁸ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 289.

No plano da missão dos bispos, impele-se a sua reflexão de todos os portugueses, centrando esta *Nota*, em alguns temas fundamentais para o futuro da vida nacional: o respeito pela individualidade própria do povo; os direitos e deveres da pessoa humana; a família, célula primária e natural da sociedade; o direito à vida; a liberdade de ensino; a liberdade religiosa; a isenção ideológica, as concepções de Estado inaceitáveis, e a propriedade pública e privada. Temas da doutrina social da Igreja, que explicitados na *nota*, revelam aspectos a considerarem na redacção do texto constitucional, dado que «a doutrina social da Igreja não visa, no fundo, senão a defesa da dignidade e das liberdades da pessoa humana, ao serviço de quem o próprio Estado se justifica».⁸⁵⁹

Posteriormente, na reunião de 16 a 19 de Novembro de 1981, na Assembleia Plenária da Conferência Episcopal Portuguesa decidiram-se estratégias sobre temas importantes, como o era a pastoral social - questão do trabalho, a pastoral dos sacramentos, a formação nos seminários e a vida religiosa.⁸⁶⁰

Neste mesmo ano, já no seu termo, D. Manuel concedeu uma grande entrevista escrita ao Semanário *Expresso*, após a sua reeleição para a Presidência da CEP. Através dela ofereceu-nos um panorama importante da Igreja em Portugal e dos desafios e sensibilidades que se avizinham na sua missão, nos anos seguintes como Presidente da CEP. Todavia, como aquele que *preside servindo*, é de destacar num balanço de quase 20 anos, o que nos diz acerca da aplicação conciliar em Portugal, sem com isso querer indicar prioridades nos trabalhos da conferência e das dioceses, mas crente que, apesar das carências na Igreja em Portugal, ela é mais livre e caminha para o futuro sob o signo da esperança.⁸⁶¹

⁸⁵⁹ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 301.

⁸⁶⁰ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 263-264.

⁸⁶¹ «(...) uma liturgia mais próxima do povo, celebrada na própria língua deste e, por isso, mais participada por ele; um laicado mais profunda e largamente comprometido na missão pastoral da Igreja; a participação mais intensa e empenhada dos institutos religiosos, masculinos e femininos, na pastoral das Dioceses em que se encontram inseridos sem desrespeito do carisma que lhes é próprio; a renovação do Episcopado: todos os Bispos diocesanos, à excepção de três ou quatro, foram nomeados já depois de iniciado o Concílio; a criação da Universidade Católica,

Neste ano, a primeira Carta Pastoral a ser escrita foi a *Carta Pastoral sobre alguns problemas do trabalho à luz da Encíclica “Laborem Exercens”*,⁸⁶² publicado pela Conferência Episcopal a 19 de Fevereiro, dado que em comemoração do 90.º aniversário da primeira grande Encíclica social, a «Rerum Novarum» de Leão XIII, sobre a questão social tal como então se apresentava, João Paulo II ofereceu recentemente à Igreja e ao mundo a Carta Encíclica «Laborem Exercens» sobre o trabalho humano.⁸⁶³

Primeiramente, é feita uma análise a alguns princípios doutrinários da Encíclica. Explicação que se subdivide nos seguintes temas: a dignidade do trabalho e do homem do trabalho; dever e direitos do trabalho; trabalho e capital; trabalho, propriedade privada e socialização; o argumento personalista; o trabalho e família. Depois, num segundo momento, trata da situação portuguesa à luz da Encíclica, desbravando terreno em temas como o desemprego, a remuneração do trabalho, os sindicatos, a greve, o trabalho agrícola, os trabalhadores deficientes e os trabalhadores emigrantes.

O que impressiona ao ler esta Carta é a clareza e a forma como faz a ponte com os problemas da realidade portuguesa. Um documento bastante ousado, que segundo Georgino Rocha, esta Carta «dedica uma especial atenção à adequação do salário ao agregado familiar,

o prestígio alcançado e a sua extensão a várias cidades do País; o fenómeno da extraordinária difusão da Bíblia em língua portuguesa quer em edições parciais de todo o Novo Testamento ou só dos Evangelhos, acompanhada de Semanas Bíblicas realizadas do Norte ao Sul do País; o crescimento do raio de acção da Rádio Renascença e da sua audiência, e ainda o significativo apoio que tem sido dado pelo povo português; o incremento das obras de solidariedade social da responsabilidade da Igreja em benefício das camadas da população mais desfavorecidas (Caritas, Misericórdias, Conferências Vicentinas, Obra do Gaiato do Padre Américo, Obra da Promoção dos Ciganos, etc.); o fenómeno do incremento da emigração e o esforço feito pela Igreja para acompanhar os emigrantes com agentes de pastoral, sacerdotes e religiosas; a ratificação em 1975 da Concordata celebrada em 1940 entre a Santa Sé e o Governo Português, e nova redacção do artigo XXIV relativo ao casamento canónico; intervenção da hierarquia, exercendo o dever e o direito que lhe assiste de iluminar com a luz do Evangelho as situações mais significativas da vida nacional, dentro da esfera de competências que lhe é própria» [*Expresso*, (23.XII.1981) 26-R].

Cf. JOÃO PAULO II – Carta Encíclica «Laborem Exercens», 14 de Setembro de 1981, in *AAS*, LXXIII (1981) 577-647.

⁸⁶² Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 186-212.

⁸⁶³ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 186.

bem como à situação laboral da mulher esposa e mãe»,⁸⁶⁴ e prossegue reconhecendo «o trabalho familiar da mulher também como trabalho socialmente útil».⁸⁶⁵ Muitas outras considerações poderíamos avançar, mas sublinhe-se a referência quanto às directrizes e advertências explícitas quanto ao papel a assumir por parte dos responsáveis políticos, dos partidos, dos empregadores, dos sindicatos e dos trabalhadores.⁸⁶⁶

A CEP reafirma constantemente na Carta, o princípio enunciado na Encíclica, de que não é o trabalho que o homem faz que lhe confere a sua dignidade, mas por ser uma pessoa que o executa; por isso, «pelo trabalho, o homem não só cumpre o mandato original de Deus, colaborando com Ele na obra da criação, mas realiza-se a si mesmo e, com o seu contributo, ajuda os outros a realizarem-se».⁸⁶⁷ Consequentemente, os cristãos têm um papel especial, quer sejam trabalhadores ou empresários, na dignificação do trabalho, e por isso o último apelo da Carta feito pelos bispos seja de que os fiéis vivam «cristãmente a sua condição de trabalhadores, ao mesmo tempo que os convidamos a levarem a todos os homens, e em especial aos seus colegas de trabalho, com o empenho apostólico que nasce da caridade e da verdade».⁸⁶⁸

Ainda neste ano, tivemos a alegria da segunda visita papal⁸⁶⁹ – Papa João Paulo II - a Portugal, uma vez que a primeira se realizara em Maio de 1967 com o Papa Paulo VI, por ocasião do 50º aniversário das Aparições de Nossa Senhora em Fátima: «pela segunda vez na sua história e com intervalo de quinze anos, o nosso País vai ter o raro privilégio de receber a visita do Sucessor de Pedro e Vigário de Cristo».⁸⁷⁰

⁸⁶⁴ ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 96.

⁸⁶⁵ ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 96.

⁸⁶⁶ Cf. ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 97.

⁸⁶⁷ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 210.

⁸⁶⁸ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 212.

⁸⁶⁹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 314-315.

⁸⁷⁰ CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 224.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «Saudação do Presidente da Conferência Episcopal», in *Documentação Católica*, V/52-53 (Abril/Maio 1982) 171.

A segunda visita papal concretizou-se num contexto político e social ameno, e marcada por um programa amplo de visitas que pretendia no fundo alentar os vários sectores da sociedade portuguesa (juventude, trabalhadores e empresários, comunidade intelectual e estudantil, famílias e ao povo em geral).⁸⁷¹ Estamos a olhar para uma peregrinação impregnada com uma finalidade pastoral. De certa forma, a sua presença entre nós provocara uma forte adesão popular, contribuindo para a renovação eclesial e isso repercutiu-se na sociedade portuguesa:

«a visita do Santo padre pôs a vibrar o País inteiro, de Norte a Sul, com as autoridades mais representativas, com as instituições de maior projecção, (...). O Santo Padre, conhecedor da História e situação actual do povo português, deu-nos uma lição de identidade nacional e chamou-nos a atenção para alguns problemas que temos de formular e resolver no pleno respeito desta identidade, como são os da cultura, da família e do trabalho».⁸⁷²

D. Manuel, Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, acompanhou em todos os momentos esta visita papal. Destacou a sua presença como peregrino, que vem em acção de graças e para rezar com o povo português.⁸⁷³ De que tenhamos conhecimento, D. Manuel pronunciou-se duas vezes como Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa: a primeira, no encontro do Santo Padre com os bispos, no Santuário de Fátima, a 13 de Maio de 1982⁸⁷⁴; e o segundo, no encontro com os Sacerdotes, Religiosos e Religiosas, membros dos Institutos Seculares e seminaristas teólogos, igualmente a 13 de Maio de 1982.⁸⁷⁵

⁸⁷¹ Cf. OLIVEIRA, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994, 282-283.

⁸⁷² CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 213.226-227.

A viagem do Papa a Portugal, no testemunho de D. Manuel: «Eu pude acompanhar essa viagem a poucos metros de distância do Papa. Verifiquei a quantidade de pessoas que saíram de suas casas e foram à procura dele, não só nas praças onde ele falou, mas também ao longo do percurso, na berma das estradas e até da via férrea. Nunca se tinha visto um espectáculo semelhante em Portugal. Mas aquela gente não vinha só para ver, de olhos abertos e braços caídos. Não; era uma multidão que se manifestava em gestos de aplauso, que batia palmas, que atirava beijos, erguia os braços, acenava com as mãos... Havia uma corrente de simpatia que electrizava as pessoas. Portugal encontrava as suas raízes mais profundas naquela visita do Papa. Estou convencido disso» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 339).

⁸⁷³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida - «Saudação do Presidente da Conferência Episcopal», in *Documentação Católica*, V/52-53 (Abril/Maio 1982) 171.

⁸⁷⁴ Cf. *Discursos do Papa João Paulo II em Portugal*, Rei dos Livros, s.l., s.d., 211-212.

⁸⁷⁵ Cf. *Discursos do Papa João Paulo II em Portugal*, Rei dos Livros, s.l., s.d., 212-213.

Na reunião de 31 de Maio a 3 de Junho de 1982, a Assembleia Plenária tratou de alguns assuntos: a visita do Papa João Paulo II; os sacramentos da iniciação cristã; o diaconado permanente; a formação dos seminários menores; aprovação dos estatutos da Comissão Nacional Justiça e Paz; o próximo Sínodo dos bispos sobre a «reconciliação e a penitência na missão da Igreja».⁸⁷⁶

No fim de Outubro e início de Novembro, pelas comemorações do 4º Centenário de Santa Teresa de Ávila, a Conferência Episcopal Portuguesa fora convidada pelo Papa João Paulo II a estar presente. Neste sentido, como D. Manuel era o presidente na altura, e tendo recebido a incumbência de escrever uma *Nota Pastoral sobre o 4.º Centenário da Morte de Santa Teresa de Ávila*,⁸⁷⁷ publicada a 27 de Setembro de 1982, fez-se presente em representação da Igreja e dos bispos de Portugal.⁸⁷⁸

Na reunião seguinte, realizada de 15 a 18 de Novembro, o ponto mais importante foi, sem dúvida, a análise e impacto da recente visita do papa a Portugal, e que a esse propósito foi publicado a 31 de Maio de 1982, uma *Nota Pastoral sobre a visita do Santo padre a Portugal*,⁸⁷⁹ que apontava para os frutos dessa visita que viriam a ser concretizados num documento teológico-pastoral, intitulado *Mensagem dos bispos ao Povo de Deus no aniversário da visita do Santo Padre*, publicado a 13 de Maio de 1983.⁸⁸⁰

No ano de 1983, por ocasião da visita «Ad Limina»⁸⁸¹ dos bispos da Província Eclesiástica de Braga, D. Manuel esteve em Roma, de 31 de Janeiro até 7 de Fevereiro, para cumprir mais uma missão.⁸⁸² Na alocução dirigida ao prelado português ali presente, o Papa João Paulo II relevou algumas afirmações sobre a natureza e a finalidade das Conferências

⁸⁷⁶ CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 267-268.

⁸⁷⁷ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 318-321.

⁸⁷⁸ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 411-413.

⁸⁷⁹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 226-227.

⁸⁸⁰ CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 11-28.

⁸⁸¹ Cf. «Bispos Portugueses em visita “Ad Sacra Limina”», in *Documentação Católica*, VI/61 (Janeiro 1983) 44.

⁸⁸² Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 313.

Episcopais, realçando o carácter do encontro e do diálogo, da colegialidade afectiva e efectiva entre os bispos, e por, fim, ser uma entidade «ad intra» e «ad extra» do âmbito eclesial.⁸⁸³

A insistência do papa João Paulo II, no que diz respeito à função e essência da Conferência Episcopal, parece ser um mote para situar a sua missão: «[que] vos empenheis em realizar o ideal de «guiar, ir à frente», para fazer o reconhecimento do caminho, detectar os perigos e garantir a marcha do Povo de Deus que está em Portugal».⁸⁸⁴ Nessa alocução, cremos que D. Manuel assim como os outros bispos portugueses, sentiram a sua missão ainda mais reforçada, estimulada e encorajada quando o papa João Paulo II se congratulou pela boa actuação que a Conferência Episcopal Portuguesa tem assumido:

«Não quero deixar de me congratular com a actuação da vossa Conferência, em momentos de impasse para os portugueses, com intervenções a propor e a defender os rectos princípios humanos e cristãos; estas, caindo no humo ainda rico de profunda religiosidade do querido povo português, não têm deixado de dar consoladores frutos, nestes últimos tempos, pelos quais só temos de agradecer a Deus providente e misericordioso».⁸⁸⁵

Durante este tempo, adaptaram-se os *Estatutos* de acordo com o novo Código de Direito Canónico, tendo sido já referido esse tratamento na Assembleia Plenária de 14 de Abril de 1983, mas aprofundado na Assembleia Plenária de Novembro de 1983.⁸⁸⁶

No início deste ano, surge logo uma *Nota Pastoral do Episcopado Português a propósito das novas tentativas de legalização do Aborto*, a 5 de Janeiro de 1984.⁸⁸⁷ Defende o direito à vida, considerando o aborto como uma destruição da vida humana. Insistentemente chama à atenção para as motivações, perigosas, que possam levar à legalização do aborto. Nesse sentido, esta *Nota* não é senão um apelo a que todos, «para que a vida se sobreponha à

⁸⁸³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 17.319. Cf. JOÃO PAULO II - «Viver e testemunhar a certeza de formar um só Corpo», in *Documentação Católica*, VI/63 (Março 1983) 21.

⁸⁸⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 320.

⁸⁸⁵ JOÃO PAULO II - «Viver e testemunhar a certeza de formar um só Corpo», in *Documentação Católica*, VI/63 (Março 1983) 24.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 321.

⁸⁸⁶ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 284-285.

⁸⁸⁷ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 30-33.

destruição, para que o respeito pela vida não consinta leis que a neguem e para que prevaleça nos representantes do povo a coragem de o defender contra esta e quaisquer outras técnicas de morte».⁸⁸⁸

D. Manuel, a respeito desta temática e da Nota publicada, concedeu uma entrevista, lembrando que o aborto não se pode despenalizar, dado que é uma violência injusta. Reafirmando a mensagem da Nota, diz que o direito à vida é um direito primário e fundamental, mas é acima de tudo a raiz e fonte de todos os outros direitos. Assim sendo, a Igreja deve estar na dianteira a proclamar a defesa do direito à vida. Não porque seja um problema religioso, mas, como refere D. Manuel, «uma consciência recta, mesmo que não partilhe o ideário cristão, consegue ver com clareza a imoralidade da vida de um inocente».⁸⁸⁹ Ao pronunciar-se, a pedido do jornalista Daniel Rodrigues, como pensa o bispo de Aveiro e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, refere D. Manuel que em Portugal existem problemas mais graves e muito mais urgentes que o da despenalização do aborto, e este leva a que o episcopado se pronuncie sobre a existência humana e as suas últimas razões, que mesmo em casos-limite (pôr em perigo a vida da mãe; seja uma criança defeituosa; fruto de uma violação infame da própria mãe) requiere muita prudência. Responde D. Manuel, quanto à despenalização do aborto nos casos limites:

«Penso que tal despenalização, quando estão em causa direitos primários e fundamentais da pessoa humana, significaria passar uma esponja pela consciência das pessoas e legitimar o que em si mesmo é uma violência grave e injusta. Merecem-me todo o respeito as situações de sofrimento. Qualquer de nós deve ajudar o próximo a superar essas situações dolorosas. Mas a primeira ajuda não consiste em escamotear, mas em dizer a verdade. Esconder a verdade, mesmo que seja por comiseração, em vez de ajudar a fazer pessoas moralmente dignas, pode levar a fazer delas poltrões».⁸⁹⁰

⁸⁸⁸ CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 33.

⁸⁸⁹ *O Comércio do Porto*, (15.I.1984) 27.

⁸⁹⁰ *O Comércio do Porto*, (15.I.1984) 27.

Mais tarde, após a aprovação da lei da despenalização do aborto, o episcopado emitiu uma *Nota a propósito da aprovação na especialidade da lei da despenalização do aborto*,⁸⁹¹ a 17 de Fevereiro de 1984, e cujos pronunciamentos são fortes: «Com esta lei, o Parlamento, que de sua natureza é uma instituição digna do respeito da Igreja, acaba de ultrapassar os limites da própria democracia, (...) a democracia degrada-se e corrompe-se, a partir de dentro, quando os seus órgãos e mecanismos se voltam contra a vida».⁸⁹² Mas, pela importância do tema e a propósito da promulgação pelo Presidente da República da lei referida, pronuncia-se o episcopado numa outra *Nota*, como que se fora a continuação da anterior.⁸⁹³ Publicada a 3 de Maio de 1984, a novidade nessa *Nota* foi a criação de um serviço especializado nos problemas da família; o intensificar e o esforço de divulgação da doutrina cristã sobre o amor, o casamento, a fecundidade e a vida; o fortalecimento das estruturas diocesanas de pastoral familiar, e a motivação das comunidades cristãs para ajudarem as mães em situação difícil.⁸⁹⁴

Visitando o Santuário de Fátima no aniversário da primeira aparição, em 1982, o papa João Paulo II veio como peregrino, onde realizou a consagração do mundo, e em especial da Rússia, à Virgem Maria, como havia pedido Nossa Senhora.⁸⁹⁵ Mais tarde, a 25 de Março de 1984, voltaria o Santo Padre a repetir, com solenidade, a Consagração da Rússia ao Imaculado

⁸⁹¹ CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 37-38.

Veja-se a este propósito as declarações de D. Manuel à RDP: «A pergunta sobre aquela matéria [despenalização do aborto] não podia faltar, até porque, naquela mesma semana, ia ser praticado o primeiro aborto “legal”, num hospital de Lisboa. Era um caso de emocionar a opinião pública: o aborto era praticado numa rapruga que tinha sido violada pelo próprio pai. Uma monstruosidade! (...) Mas o facto de se tratar de uma monstruosidade, não dava direito a que, mesmo neste caso, se praticasse um aborto. Disse-o claramente. (...) Portugal tinha sido o primeiro país do mundo a aboli-la [pena de morte], mesmo tratando-se de um criminoso. Mas aquele feto humano (...) era um inocente. (...) Mesmo que aquela interrupção da gravidez fosse “legalmente” possível, ela não deixava de ser “eticamente” reprovável» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 310-311).

As declarações de D. Manuel correram o mundo, mas contou com o apoio da Conferência Episcopal na Assembleia que se seguiu a essas declarações.

⁸⁹² CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 37.

⁸⁹³ CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 39-42.

⁸⁹⁴ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 42.

⁸⁹⁵ Cf. GASPARG, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 200.

Refira-se que no dia 12 de Maio, sucedeu junto da Basília, que o Padre Krone, sacerdote do cisma lefevriano, tentou ferir o Santo Padre com um facalhão. Contudo, foi impedido pelas forças de intervenção ali presentes.

Cf. ANTUNES, Manuel - «O Papa entre nós», in *Brotéria*, CXV/1 (Julho 1982) 3-7.

Uma outra análise interessante sobre o impacto político da visita papal pode ler-se aqui: Cf. LOPES, F. Pires - «O Papa na Assembleia da República», in *Brotéria*, CXV/1 (Julho 1982) 9-23.

Coração de Maria, na praça de S. Pedro, diante da imagem de Nossa Senhora da Capelinha das Aparições de Fátima, levada a Roma, para esse efeito.

No que diz respeito a este triénio, D. Manuel refere de forma conclusiva, que se deu um passo decisivo no que se refere aos seminários menores, pois definiram-se os currículos de estudos, de modo a que estivessem harmonizados com as escolas de forma a obter a equivalência.⁸⁹⁶ Depois, temos a restauração das Semanas Sociais Portuguesas, extintas na década de cinquenta. Continua, dizendo que a actividade da Conferência Episcopal não ficou indiferente à degradação de costumes e a agressão aos valores fundamentais da família, onde sobressaiu o problema do aborto, devido ao Partido Comunista ter apresentado no final de Janeiro de 1982, um projecto-lei sobre a “interrupção voluntária da gravidez”.⁸⁹⁷

A CEP, em Assembleia Plenária Extraordinária, de 2 a 5 de Julho, realizou em Fátima, as eleições para o triénio 1984-1987, onde D. Manuel foi reconduzido novamente para a Presidência do Conselho Permanente.⁸⁹⁸ Merece destaque o seu testemunho:

«Depois de, no 2.º escrutínio, eu ter dito à assembleia as minhas limitações: “sirvo a Conferência em cargos cimeiros há 15 anos; há necessidade de ‘refrescar’ os órgãos directivos; eu vou em 67 anos; se não servi neste triénio como eu desejava, será pior naturalmente no segundo...” os

⁸⁹⁶ «Na sequência de estudos apresentados pela Comissão Episcopal do Clero, Seminários e Vocações foi analisado um texto referente à situação e regulamentação dos seminários menores, ou seja, dos estabelecimentos de formação eclesial onde se ministra o ensino de nível preparatório e secundário, até ao 12.º ano de escolaridade» (CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 267-268).

⁸⁹⁷ Veja-se a este respeito a *Nota sobre o Aborto*, publicada a 6 de Fevereiro de 1982, e a *Nota Pastoral sobre o Aborto*, publicada a 28 de Outubro de 1982 (Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Lisboa, 1983, 228-234.312-313).

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 309-310. Este foi um dos problemas que levou tempo a ser tratado, mas a Conferência Episcopal apresentou-se sempre defendendo o princípio que a provocação directa do aborto constituía uma acção abominável do ponto de vista ético.

⁸⁹⁸ CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 43. A este propósito aprofunde-se a forma como decorreram estas eleições a partir do testemunho de D. Manuel. Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 313-314.

Para Vice-Presidente foi eleito D. João Alves, Bispo de Coimbra; foi reconduzido como Secretário D. Serafim de Sousa Ferreira e Silva, Bispo Auxiliar do Patriarcado de Lisboa. Como vogais do Conselho Permanente foram eleitos quatro: D. Eurico Dias Nogueira, Arcebispo de Braga; D. Maurílio Jorge Quintal de Gouveia, Arcebispo de Évora; D. Júlio Tavares Rebimbas, Arcebispo-Bispo do Porto e D. Manuel Franco da Costa de Oliveira Falcão, Bispo de Beja.

membros da Assembleia não quiseram ouvir-me. Momentos de perplexidade para mim. Acabei por aceitar. Se o não fizesse, estaríamos num impasse dentro da Conferência».⁸⁹⁹

Impasse esse que adveio da recusa da presidência da Conferência Episcopal por D. António Ribeiro, justificada pela carga excessiva da dimensão pastoral na sua diocese. Todavia, houve quem dissesse que se devia, igualmente, a um «certo distanciamento do patriarca de Lisboa face à maioria da Conferência que o teria isolado nos recentes enfrentamentos com o Governo de Mário Soares».⁹⁰⁰

Mais surpresa ainda, quando já nas anteriores eleições, D. Manuel já havia manifestado o seu débil estado de saúde, o que já aconselhava a não permanência na presidência da CEP, no futuro. Mas prosseguindo, para além desta função, confirmou ainda a CEP, que D. Manuel e D. José da Cruz Policarpo, manter-se-iam por mais esse triénio como delegados para o Pontifício Colégio Português em Roma, para a Comissão dos Episcopados da Comunidade Europeia (COMECE) e para o Conselho Superior da UCP.⁹⁰¹

Também foi confirmado, neste triénio, como Delegado da Conferência Episcopal para o Pontifício Colégio Português em Roma.⁹⁰² Mesmo sendo Presidente da Conferência, manteve-se num dos trabalhos que assumiu desde que chegou à mesma: delegado do Pontifício Colégio Português. Manifestando um grande carinho e apreço por aquela instituição, sabe-se que a razão da sua ida em Outubro de 1984, se deveu ao facto de que a Conferência Episcopal Portuguesa, sendo a proprietária, manter regular presença e visita, através do seu Delegado, não apenas para resolver problemas, mas também para estar com o Reitor e com os Alunos.⁹⁰³

Nos finais de 1984, é publicada a *Carta Pastoral sobre a Renovação da Igreja em Portugal na fidelidade às orientações do Concílio e às exigências do nosso tempo*, a 7 de

⁸⁹⁹ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 314.

⁹⁰⁰ *O Jornal*, (13.VII.1984) 4.

⁹⁰¹ Cf. *O Jornal*, (13.VII.1984) 4.

⁹⁰² Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 44.

⁹⁰³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 323-332.

Outubro, pela Conferência Episcopal Portuguesa.⁹⁰⁴ No dizer de D. Manuel, é uma carta que tem presente um carácter programático e ambicioso, pois procura dar respostas a problemas fundamentais e que a sua mensagem chegue ao alcance de todos, para que este desafio de grande envergadura seja fiel às orientações do Concílio e às exigências do mundo hodierno.⁹⁰⁵ Na vida da Igreja portuguesa, é urgente discernir e ser lúcido. Aquilo que são as exigências do nosso tempo, válidas ou não:

«Há exigências válidas (...): o direito à participação, à solidariedade, à corresponsabilidade; e noutro plano mais profundo, o direito à vida, ao trabalho, à habitação condigna, ao salário justo, à privacidade, ao bom nome, à cultura geral, e também à cultura religiosa. (...) Há exigências que não vao no sentido da dignidade do homem e da sua autêntica felicidade. (...) Não é cedendo a paixões mórbidas, ao egoísmo de classe, à fome insaciável de possuir, ao consumismo... que se encontra a felicidade».⁹⁰⁶

Esta Carta tem a sua origem e é fruto, segundo D. Manuel, da viagem apostólica do Santo Padre a Portugal, em 1982.⁹⁰⁷ Pelas interpelações lançadas e pelos desafios constantes à vida portuguesa viu-se a necessidade de dar um conteúdo mais profundo à religiosidade do povo português, em todos os âmbitos da sua vida. Na altura em que se realizou a entrevista⁹⁰⁸ acima citada, já tinham passado dez anos depois da revolução do 25 de Abril. Perante este dado, D. Manuel assume que uma das maiores preocupações é «fazer passar os crentes de uma religião de tradição para uma religião de convicções pessoais»⁹⁰⁹, mas para que tal aconteça é preciso muita formação sólida, uma pastoral da fé bem assente. Sublinha o facto de haver uma recuperação no campo das vocações sacerdotais, mostrando a necessidade de uma aposta na

⁹⁰⁴ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 45-75.289.

⁹⁰⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 337-333.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 315. *Correio do Vouga*, LV/2717 (4.I.1985) 1.

⁹⁰⁶ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 337-338.

⁹⁰⁷ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 339.

⁹⁰⁸ A entrevista foi conduzida pelo jornalista Miguel Lemos, da Rádio Renascença. O programa intitulava-se «Cartas na Mesa», e era transmitido aos domingos, das 12,15 às 13 horas. No dia 23 de Dezembro de 1984, foi entrevistado D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa. Esta entrevista foi publicada depois, a partir de 4 de Janeiro no Semanário *Correio do Vouga*, e posteriormente, compilada no livro *Pessoas e Acontecimentos*.

⁹⁰⁹ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 343.

pastoral vocacional e juvenil; assim como, uma contínua e permanente formação dos sacerdotes.

Como membro da Conferência Episcopal Portuguesa, e desempenhando, na época da entrevista, já 22 anos de serviço com cargos de responsabilidade, D. Manuel faz uma das melhores sínteses do que tem sido a vida da CEP:

«A Conferencia Episcopal trabalha mais e melhor do que o público se possa aperceber. Recorde que a nossa Conferência é das mais antigas do mundo. Fomos pioneiros neste capítulo. Reúne desde 1930, embora, nessa altura, ainda não tivesse estatuto jurídico, porque o estatuto jurídico é posterior ao Concílio; depende do decreto *Christus Dominus*. Na nossa Conferência existe um grande espírito de colegialidade e têm vindo a aperfeiçoar-se os métodos de trabalho e o espírito de equipa».⁹¹⁰

Durante a entrevista, Miguel Lemos, fizera uma pergunta a D. Manuel na qualidade de Presidente da Conferência, sobre as diferentes tendências existentes entre os bispos, às quais o bispo de Aveiro disse que há um vínculo que exerce a unidade entre todo o colégio episcopal, e esse é pautado pela fidelidade a uma sã ortodoxia, entre outros; e acima de tudo, usando a imagem de D. Manuel, «a Conferência Episcopal é como os dedos da mão. Cada Bispo é como é: ele mesmo e a sua circunstância».⁹¹¹

D. Manuel, presente em Roma, por ocasião da visita do Papa João Paulo II, ao Pontifício Colégio Português, e aquele como Presidente da Conferência Episcopal e delegado para o mesmo Colégio, teve oportunidade de viver esse caloroso acolhimento ao Santo Padre, a 12 de Janeiro de 1985, na tarde de Sábado. O Colégio, referia o Papa João Paulo II, é como um prolongamento em Roma, da “Casa Lusitana”, que havia visitado cerca de ano e meio atrás. Prossegue ainda, realçando o papel e memória do Colégio, e mais ainda os que por ali passaram, pois «a história da Igreja em Portugal e noutros territórios (...), não poderá ser escrita sem

⁹¹⁰ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 343.

⁹¹¹ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 344.

referir a participação que nela tiveram os antigos alunos do Pontifício Colégio Português, que conta no seu álbum de honra três Cardeais e quarenta e oito bispos».⁹¹²

A CEP, por ocasião da adesão de Portugal à CEE, escreveu uma *Nota Pastoral do Conselho Permanente sobre a integração de Portugal na Comunidade Económica Europeia*, a 21 de Maio de 1985,⁹¹³ onde o episcopado se congratula por tal acontecimento, «reforçando assim a integração no seu habitat geográfico e espiritual, que é a Europa».⁹¹⁴ Mas fá-lo, com uma chamada de atenção: «é necessário distinguir o princípio de integração e os aspectos técnicos que ela envolve. A justeza do princípio não oferece dúvida dada a posição geográfica dos dois países Ibéricos e a matriz cultural comum, dos países que constituem a comunidade económica europeia».⁹¹⁵

Ainda referir, que segundo a CEP, a integração de Portugal na Comunidade, não é resultado de um favor, mas da aplicação do princípio da solidariedade, onde todos têm a fruir. Claro que terá os seus riscos de integração, mas será também tempo para desafios. Os bispos sublinham por isso, o perigo que constitui para todo o país em todos os âmbitos, e por isso também para a Igreja, nomeadamente no campo da acção pastoral.⁹¹⁶

Avançamos agora para um acontecimento relevante, que foi a viagem de D. Manuel a Angola, a convite da Conferência Episcopal de Angola e São Tomé (CEAST). No ano de 1985, na qualidade de Presidente da Conferência Episcopal, tomou parte num acto solene, quando os bispos da CEAST resolveram consagrar Angola ao Imaculado Coração de Maria, no dia 13 de Outubro, pois estavam preocupados com o ambiente de guerra existente no seu país.⁹¹⁷ Relembre-se que, no dia 11 de Novembro, Angola comemorava o 10.º aniversário da sua

⁹¹² JOÃO PAULO II - «Sede Sacerdotes íntegros e corajosos para servir a Igreja e o Homem de hoje», in *Documentação Católica*, VIII/86 (Fevereiro 1985) 32.

⁹¹³ CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 357-360.

⁹¹⁴ ROCHA, Georgino – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009, 99.

⁹¹⁵ CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 357.

⁹¹⁶ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 358-359.

⁹¹⁷ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 19.

independência. Todavia, nada afectava o decurso normal das celebrações, uma vez que a proclamação de Nossa Senhora como Padroeira de Angola e a consagração feita pelos bispos angolanos ao Imaculado Coração de Maria, nas palavras de D. Manuel, pretendem demonstrar «um acto de fé na força dominadora e decisiva de Deus e da Sua graça, e também a esperança, de que, por intercessão da Virgem Maria, Mãe de Deus e dos Homens, seja superada a actual tensão que, pela força das armas e toda a espécie de violências, dilacera o corpo inteiro da Nação». ⁹¹⁸

D. Manuel participou ainda, na qualidade de Presidente da CEP no Sínodo extraordinário dos bispos, em 1985. ⁹¹⁹ Vendo o Sínodo por dentro, dá-nos conta diariamente dos acontecimentos do mesmo, realçando que um Sínodo não tem competência para julgar aquilo que foi um Concílio. ⁹²⁰ Iniciado a 24 de Novembro, a primeira sessão realizara-se no dia seguinte, e D. Manuel reconheceu alguns dos padres conciliares que ali se encontravam. Escutando o testemunho do Cardeal Garrone, sobre o que foi o II Concílio Ecuménico do Vaticano, ⁹²¹ D. Manuel também nos deixa a sua reflexão sobre o mesmo:

«Celebrar esse acontecimento, fazer a avaliação do modo como foi recebido na vida dos indivíduos e das comunidades eclesiais, detectar alguns possíveis desvios para os rectificar, refrescar o dinamismo dos crentes a fim de levarem por diante a aplicação dos princípios conciliares, é tarefa que naturalmente se impõe, agora que são passados 20 anos sobre o encerramento do Concílio». ⁹²²

⁹¹⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 276.

⁹¹⁹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 233-268. Aqui é possível consultar o testemunho pessoal de D. Manuel, sobre a sua participação no Sínodo Extraordinário dos Bispos, por ocasião do 20º aniversário do encerramento do Concílio Vaticano II.

Neste período em que se realizou o Sínodo, apenas D. Manuel de Almeida Trindade, assim como o Bispo de Vira Real e o de Viseu, eram os únicos prelados residentes ainda vivos, que tinham tomado parte em todas as sessões conciliares do Concílio Vaticano II [Cf. *O Jornal*, (22.XI.1985) 15/11].

Cf. GASPAR, João Gonçalves – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004, 143.

⁹²⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 234.

⁹²¹ «Foi primeiro e antes de tudo uma maravilhosa experiência. (...) Experiência que era certamente vivida em profundidade, mas que seria não só falso mas perigoso reduzir a um puro sentimento, no sentido banal e superficial desta palavra. (...) Recordar a experiência do Concílio é percorrer de novo «o que o Espírito dizia à Igreja» durante a sua celebração, e indicar, ao mesmo tempo, o que isto comportava para o futuro. Para o Concílio não se tratava de inventar coisas novas, mas de se reconhecer o que se sabia. Nada de novo, mas tudo novo: este é o sinal da fé» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 236-237).

⁹²² *O Jornal*, (22.XI.1985) 14/11.

No dia 26 de Novembro, as Conferências Episcopais pelos seus representantes, iam dando a conhecer como ia sendo vivida a renovação conciliar nos seus países. A respeito de Portugal, dizia D. Manuel, que ao escutar os outros bispos falarem da sua recepção, ele «estava tomando o pulso à vida da Igreja e via até que ponto a análise por eles realizada coincidia com a análise que os Bispos portugueses tinham feito no relatório enviado ao Sínodo».⁹²³ A determinado momento das suas memórias sobre o Sínodo extraordinário dos bispos, a 28 de Novembro, parece-nos ser algo relevante a nota sobre o relatório da Conferência Episcopal Portuguesa, sublinhado por D. Manuel: «Aparece, dita aqui e ali, uma palavra que também nós dissemos no nosso relatório enviado à Secretaria Geral do Sínodo no princípio do mês de Setembro: é preciso – dizem os Padres – proceder a uma segunda leitura do Concílio. O Concílio está longe de ser assimilado».⁹²⁴

D. Manuel, pelo seu papel como Presidente na Conferência Episcopal, chegou a pronunciar-se na sala sinodal, salientando a necessidade de dar maior relevo ao trabalho dos presbíteros na reforma conciliar:

«A esse propósito lembrei o proémio do decreto conciliar *Optatam totius*, onde se diz que «a desejada renovação de toda a Igreja depende, em grande parte (*magna ex parte*) do ministério dos sacerdotes, animado do espírito de Cristo». É preciso que isto se diga expressamente, pois os Presbíteros estão nas primeiras linhas da vida da Igreja. Eles merecem uma palavra de reconhecimento e de estímulo».⁹²⁵

Prossegue D. Manuel, realçando que um Sínodo não é meramente um confronto de ideias, mas uma experiência existencial, e antes de tudo isso, uma experiência de Deus na

⁹²³ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 240.

⁹²⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 246.

A propósito do relatório, diz D. Manuel: «A análise e as propostas da Conferência Episcopal Portuguesa constam de um relatório de três dezenas de páginas feito a partir dos relatórios elaborados nas dioceses e no seio das federações dos religiosos e das religiosas. Uma análise que se procurou fosse objectiva, mas que apontasse para a esperança. Creio que temos motivos fundados para esse optimismo: uma nova mentalidade se foi criando na consciência colectiva: de maior corresponsabilidade, respeito pela dignidade da pessoa humana, abertura aos problemas do mundo e, quero crer também, de mais pura e sincera fê cristã. Num dos relatórios afirmava-se que “muitos fiéis começam a estar na Igreja mais por convicção do que por tradição”. O relatório final – sem menosprezar o valor da tradição, mesmo na esfera religiosa – assumiu como sua esta afirmação, pois ela corresponde a uma verificação crescente» (*O Jornal*, (12.XI.1985) 14/11).

⁹²⁵ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 254-255.

oração. Todavia, parece que D. Manuel está insatisfeito, pelo seu testemunho, pela falta de relevo que é dada aos sacerdotes, na aplicação do Concílio. Muitas vezes sublinhou D. Manuel que eles são fundamentais – já o afirmara o Concílio – para a desejada renovação da Igreja, e não apenas os bispos.⁹²⁶ Contudo, a sua insatisfação passa a gratidão por ver esse realce no documento final do Sínodo⁹²⁷: «(...) os bispos sentem-se agradecidos aos seus presbíteros, porque eles têm contribuído em grande parte (*magnam partem habuerunt*) para levar à prática, neste tempo pós-conciliar, a doutrina do Concílio».⁹²⁸

Compreende-se, que na conclusão do relatório da Conferência Episcopal se resume e haja como intenção de neste Sínodo, o impulsionar para uma *segunda leitura* dos textos conciliares, «não para fazer dizer aos textos aquilo que eles não dizem, mas para evitar que, por inércia ou por falta de coragem, se perca alguma coisa daquilo que o Espírito Santo disse à Igreja por ocasião do Concílio».⁹²⁹

A 9 de Dezembro de 1985, diz-nos D. Manuel numa breve entrevista ao Jornal de Notícias, que a unanimidade testemunhada e sentida na aula sinodal à volta dos documentos conciliares, assim como a manifesta necessidade de os assimilar cada vez mais, são fulcrais para que se testemunhe o que de facto a Igreja é, por sua natureza. Daí que termine D. Manuel, realçando uma sã e real esperança, assim como um optimismo vivencial do mistério Pascal, reafirmado no Sínodo, para que se redescubra o mistério do Homem.⁹³⁰

⁹²⁶ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 260.

⁹²⁷ «Ontem e ontem foi uma chuva de intervenções. Já se vê o pendor da assembleia, mas muitos Padres sinodais desejariam que o texto fosse aperfeiçoado e apresentaram oralmente ou por escrito as suas propostas de emendas (modi). Deve ser um trabalho insano classificar essas propostas de emendas e discernir, num curto espaço de tempo, aquelas que são de introduzir daquelas que não têm cabimento num documento sinodal. A mim tem-me parecido que se diz pouco dos sacerdotes num texto que trata da aplicação do Concílio. Ora o Concílio afirmou claramente que a «desejada renovação da Igreja» depende em grande parte do ministério dos sacerdotes, animado do espírito de Cristo» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 260).

⁹²⁸ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 265.

⁹²⁹ *O Jornal*, (12.XI.1985) 14/11.

⁹³⁰ Cf. *Jornal de Notícias*, (9.XII.1985) 14.

Por fim, referir um dos frutos que D. Manuel destaca nesta ocasião é precisamente, a reorganização da CEP, pela sua aprovação e estatuto jurídico; e, por ser um espaço autêntico de colaboração dos bispos, juntamente com os seus colaboradores mais imediatos, permitindo um trabalho e um serviço mais eficaz da Igreja em Portugal.⁹³¹

É um ano em que não há publicação de grandes documentos, porém, alguns trabalhos continuam em torno de temas fundamentais, como é possível verificar nos comunicados das reuniões das Assembleias Plenárias. Na Assembleia de Abril de 1986, de 7 a 10 de Abril, verificou-se a partir da Carta Pastoral sobre a renovação da Igreja em Portugal, como decorria a dimensão da renovação do ministério sacerdotal (melhor formação do clero, melhores condições no exercício do Ministério) e, sua consequência na revitalização das comunidades cristãs.

Depois, devido à polémica sobre as declarações de D. Manuel, sobre a despenalização do aborto, quando questionado e entrevistado pela Antena 1, da RDP sobre o primeiro caso de *aborto legal*, demonstrou a sua posição: era um acto eticamente reprovável, mesmo tendo sido a rapariga abusada pelo próprio pai. De imediato, se levantou a polémica, e vastos artigos em jornais foram publicados.⁹³²

Acontece que a Conferência Episcopal solidarizou-se com aquilo, na altura, o seu presidente, tinha afirmado, como se pode verificar na reunião da Assembleia: «(...) foi expressado um voto de solidariedade com o Presidente da Conferência pelas suas recentes

⁹³¹ *O Jornal*, (12.XI.1985) 14/11.

⁹³² TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 21. Depois da publicação de «Carta aberta», que uma Senhora – Bárbara Lopes -, escrevera para o Diário de Lisboa [Cf. *Diário de Lisboa*, (12.IV.1986) 7.10] condenando a sua posição e contestando as suas afirmações, D. Manuel, respondera assertivamente e até vai longe, quando diz: «Podia, também eu, enviar esta carta, em forma de «carta aberta», à redacção do jornal onde a sua foi publicada, certo que o jornal a publicaria. Preferi enviar-lha pessoalmente. Doeue-me que a pena de V. Ex.^a, no entusiasmo da sua indignação, tivesse resvalado para expressões como são as de “irresponsabilidade” e de “fariseísmo” em relação a uma pessoa que V. Ex.^a não conhece». Esta carta pode ser consultada em TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 395-398.

declarações doutrinárias a favor da vida e na condenação de qualquer forma de aborto voluntário»,⁹³³ e no seu testemunho pessoal, é peremptório ao afirmar que todos os bispos estavam de acordo em relação ao assunto do aborto: «a minha tomada de posição, que aliás, foi aprovada unanimemente pela Conferência Episcopal, na assembleia que se seguiu a estes acontecimentos».⁹³⁴

Na Assembleia Plenária de 10 a 13 de Novembro de 1986, em Fátima, a Conferência Episcopal, teve em mãos o projecto de um congresso nacional sobre a vocação e missão dos leigos na Igreja e no mundo; o decorrer da vida e o desenvolvimento da UCP; a acção pastoral da Igreja junto das Forças Armadas portuguesas, entre outros assuntos.⁹³⁵

A Conferência Episcopal Portuguesa publica no Natal de 1986, a *Nota Pastoral sobre o Centenário do Padre Américo*.⁹³⁶ A *Nota Pastoral* realça que os bispos estão disponíveis a abrir os seus presbitérios para continuar a assistência das Obras criadas pelo Padre Américo, pois são a expressão de uma Igreja que se quer, também ela, pobre e serva.⁹³⁷

No ano de 1987 merece destaque a *Nota Pastoral sobre a celebração do V centenário das Descobertas*, publicado a 19 de Maio de 1987,⁹³⁸ convidando a cultivar a todos e às comunidades um forte espírito de missão; assim como a comunhão com as Igrejas dos países de expressão oficial portuguesa (CPLP), para dignamente celebrarmos cinco séculos de missionação das terras alcançadas, fruto da expansão marítima.⁹³⁹ Nesta *Nota*, a Conferência assume expressamente a intenção de em união com os outros países de expressão portuguesa,

⁹³³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 21. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 297.

⁹³⁴ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 311; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 307-313.

⁹³⁵ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 298-299.

⁹³⁶ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 102-105.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 33-60. O padre Américo deixara marcas em D. Manuel, que foi seu aluno e padrinho de Crisma, e por isso escrevera este um livro sobre ele.

⁹³⁷ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987, 59.

⁹³⁸ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 106-109.

⁹³⁹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 110-113.

a celebração do seu contributo missionário, por isso, foi formada uma Comissão constituída pelo Presidente da CEP, pelos Metropolitanos das três províncias eclesiásticas de Portugal – Braga, Lisboa e Évora -, e ainda, por outros membros que foram designados posteriormente.⁹⁴⁰

Tendo assumido este triénio, em 1987, D. Manuel já se sentia fraco e sem forças para continuar à frente da Conferência Episcopal Portuguesa, dado o grande estípcndio de energias. Foi até Junho de 1987, de 22 a 23, quando na Assembleia Plenária Extraordinária, cessara as suas funções na presidência da Conferência, dado que por força dos estatutos, também não poderia continuar nesse cargo.⁹⁴¹ Na verdade, já iam 18 anos ao serviço da mesma, sendo metade como Vice-Presidente e outra metade como Presidente. Mesmo assim, nessa Assembleia Plenária, ao serem eleitos os titulares dos órgãos da Conferência, D. Manuel de Almeida Trindade, ficou como vogal do Conselho Permanente, e assumiu a presidência da Comissão Episcopal da Doutrina da Fé.⁹⁴²

Antes do Sínodo ordinário dos bispos, ainda houve neste ano a visita “ad limina” dos bispos portugueses, que aconteceu no início de Julho. O Papa João Paulo II traça em linhas concretas e orientadoras a vida da Igreja em Portugal, que merece a nosso ver, ainda muita atenção nos dias de hoje, mas que não nos compete agora aprofundar.⁹⁴³ Já era presidente da Conferência, o Cardeal-Patriarca D. António Ribeiro.

Um outro acontecimento importante neste ano de 1987, foi o Sínodo ordinário dos bispos. Manifestamente um Sínodo querido por D. Manuel, ele que tendo consagrado numa das suas intervenções (escritas) conciliares e nos pronunciamentos posteriores, a importância e papel dos leigos na missão da Igreja e no mundo, dá-nos testemunho, passados 20 anos da

⁹⁴⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 315.

Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991,

⁹⁴¹ TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 426.

⁹⁴² Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 302.

Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 314.

⁹⁴³ Cf. JOÃO PAULO II - «Evangelizar e renovar a fé do Povo de Deus», in *Documentação Católica*, X/114 (Junho 1987) 13-18. [Mensagem integral do Papa João Paulo II, a 6 de Julho de 1987, aos bispos Portugueses]

conclusão do II Concílio Ecuménico do Vaticano, do caminho feito perante os problemas pastorais e o empenhamento laical na comunidade eclesial e civil.⁹⁴⁴

D. Manuel, referindo-se a este Sínodo, numa entrevista concedida a Daniel Rodrigues, esperava que se concretizassem duas dimensões: primeiro, a clarificação, de acordo com a doutrina conciliar e a Tradição da Igreja, da doutrina do lugar dos leigos na Igreja e a sua corresponsabilidade; e segundo, o estímulo que o Sínodo pode constituir como espaço de comunhão entre leigos, religiosos/as e clérigos, para que a diaconia na Igreja se perpetue com vista à edificação do Reino de Deus.⁹⁴⁵

Ficara mais tarde, na Assembleia Plenária ordinária, realizada em Fátima, de 14 a 17 de Novembro de 1988, designado que D. Manuel ficaria responsável por criar um organismo apropriado que ao nível da pastoral da cultura fosse um incentivo para um diálogo entre fé e cultura.⁹⁴⁶

Na Assembleia Plenária extraordinária realizada de 28 a 29 de Junho de 1990, em Fátima, a Conferência Episcopal Portuguesa, na eleição dos bispos, para as Comissões Episcopais elegeu D. Manuel de Almeida Trindade, como vogal da Comissão Episcopal da Doutrina da Fé, a mesma onde havia sido eleito Presidente no triénio passado, antes de ter resignado como bispo de Aveiro; e também como vogal da Comissão Episcopal das Missões.⁹⁴⁷

Mais tarde, na Assembleia Plenária de Junho de 1991, D. Manuel de Almeida Trindade, juntamente com D. Augusto César Ferreira da Silva e D. Armindo Lopes Coelho, tendo em

⁹⁴⁴ A delegação portuguesa episcopal fez-se acompanhar por D. António Ribeiro e D. José Policarpo, presidentes da Conferência Episcopal Portuguesa e da Comissão Episcopal dos Leigos, respectivamente. Na representação portuguesa encontrava-se uma leiga, em lugar de relevo, na secretaria Especial do Sínodo, Dr.^a Maria da Graça Sales que já trabalhava há alguns anos no Pontifício Conselho para os Leigos. Cf. *O Comércio do Porto*, (21.X.1987) 15; Cf. *Boletim de Informação Pastoral* (Diocese de Aveiro), I (Junho 1987) 13.

⁹⁴⁵ Cf. *O Comércio do Porto*, (21.X.1987) 15.

⁹⁴⁶ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 310.

⁹⁴⁷ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 324-325.

vista o projecto da visita canónica a ser efectuada aos seminários diocesanos de Portugal, foram nomeados para que esse se concretizasse, obedecendo a um esquema apresentado pela Congregação da Educação Católica e realizado em todos os seminários do mundo.⁹⁴⁸

No triénio de 1996/1999, D. Manuel pertencerá como vogal à Comissão Episcopal das Missões, de quem era presidente D. António dos Santos.⁹⁴⁹ No triénio seguinte de 1999/2002, foi nomeado Vogal em Assembleia Extraordinária de 18 de Junho de 1999, para a Comissão Episcopal Mista Bispos/Religiosos, a quem presidia D. António dos Santos. No triénio de 2002/2005, em Assembleia Plenária extraordinária, a Conferência Episcopal, reunida em Fátima a 20 de Junho de 2002, homologou os membros eleitos para as Comissões, sendo que D. Manuel continuaria os seus trabalhos como vogal na Comissão Episcopal Mista Bispos/Institutos de Vida Consagrada e Sociedades de Vida Apostólica.⁹⁵⁰

A partir das eleições para o triénio de 2005/2008, D. Manuel já não fez parte como vogal de nenhuma comissão.⁹⁵¹ Todavia, é com alguma tristeza que não haja a referência ao contributo de D. Manuel de Almeida Trindade, enquanto Presidente da Conferência, nos Documentos Pastorais da CEP, como é possível testemunhar no volume VII dos *Documentos Pastorais*.⁹⁵² Não porque merece destaque, mas por ser incontornável a sua figura e labor, na construção de uma cordialidade, que noutros países, não terá sido possível, mediante as revoluções políticas

⁹⁴⁸ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1991-1995*, IV, Rei dos Livros, Lisboa, 1996, 343.

A este propósito, D. Manuel de Almeida Trindade recolheu um conjunto dos testemunhos e cartas, que compilou-as dando origem a um livro (TRINDADE, Manuel de Almeida - ... e porque não eu?, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1997).

«Depois do Concílio, os seminários passaram por uma crise, que vai sendo lenta mas claramente ultrapassada. Tive ocasião de o verificar quando, no ano passado (1992), por incumbência da Santa Sé, pude visitar todos os seminários pertencentes às Província eclesiástica de Lisboa, que, como se sabe, inclui, além do Patriarcado, as dioceses de Angra do Heroísmo, Funchal, Guarda, Leiria e Portalegre» (TRINDADE, Manuel de Almeida – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993, 293).

⁹⁴⁹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1996-2001*, V, Rei dos Livros, Lisboa, 2002, 317.

⁹⁵⁰ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 2002-2005*, VI, Gráfica de Coimbra, Lisboa, 2006, 306.

⁹⁵¹ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 2002-2005*, VI, Gráfica de Coimbra, Lisboa, 2006, 335-337.

⁹⁵² Cf. CEP - *Documentos Pastorais 2006-2010*, VII, Gráfica de Coimbra, Lisboa, 2011.

que se fizeram sentir. Creio, que chegam as palavras do Papa João Paulo II, para clarificar o episcopado de D. Manuel, por ocasião dos 25 anos de Ordenação Episcopal:

«É interesse de todos que “a Palavra do Senhor se propague com rapidez e seja acolhida com honra. Assim aconteceu que, por conjugação de esforços, a Diocese de Aveiro não só floresceu mas nem sequer foi alterada pela crise das realidades civis. Além disso, cuidaste com desvelo da doutrina pastoral acerca da família e das vocações para o sacerdócio, com grande benefício para as almas. Olhando ainda para aquilo que o nosso tempo está pedindo, convocaste os leigos das várias condições sociais para o apostolado, a fim de, com os sacerdotes, desempenharem o seu múnus de cristãos. Não é de esquecer que tomaste parte no Concílio Vaticano II, para o qual contribuíste com a Tua piedade, o Teu conselho e a Tua doutrina. Por tudo isto, mercidamente, os Bispos portugueses Te elegeram, vários anos, como Presidente da respectiva Conferência».⁹⁵³

Fundamentar a acção do episcopado ao longo destes anos em que D. Manuel se encontrava na Presidência da Conferência, e mesmo antes, não é desafio fácil. Aqui encontra-se uma abordagem possível para demonstrar e plasmar o pulso do episcopado, mediante os acontecimentos mais relevantes, as situações mais críticas, as propostas ousadas e a centralidade de uma mensagem carregada de anúncio evangélico, premente em transmitir fé, esperança e caridade, abrindo rumos para um futuro solidário entre todos. Especialmente nestes últimos anos vemos, tal como refere D. José Policarpo ao episcopado Português, de que devemos estar gratos «por esse testemunho de serenidade, confiança e discernimento pastoral»,⁹⁵⁴ dado que «perceberam a novidade de um futuro novo e começaram a definir o lugar da Igreja na nova ordem que se anunciava».⁹⁵⁵

Assim, a vida da Igreja, em Portugal, nestes decénios aqui recordados, tal como refere D. Manuel, «tem estado dependente, como sempre, aliás, da actividade de cada bispo na sua diocese, em íntima colaboração com os membros do presbitério (seculares ou religiosos), com os membros das comunidades religiosas femininas, com os fiéis».⁹⁵⁶ O dinamismo da

⁹⁵³ JOÃO PAULO II - «Razões para te alegrares e nós nos alegrarmos contigo», in *Documentação Católica*, XI/122-123 (Fevereiro/Março 1988) 50-51.

⁹⁵⁴ MARUJO, António - «Patriarca diz que Igreja quer participar no aprofundamento da democracia», in *Público*, XV/5141 (20.IV.2004) 6.

⁹⁵⁵ MARUJO, António - «Patriarca diz que Igreja quer participar no aprofundamento da democracia», in *Público*, XV/5141 (20.IV.2004) 6.

⁹⁵⁶ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 315.

colegialidade presente na Conferência acentua, para além da actividade de cada bispo na Igreja particular, mais clarividência, mais dinamismo, mais prestígio, mais unidade, mais comunhão. Isto é fruto das intuições conciliares, que viram a beneficência de existirem Conferências Episcopais.⁹⁵⁷

⁹⁵⁷ Cf. CEP - *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991, 315-316.

CONCLUSÃO

D. Manuel de Almeida Trindade (1962-1988): bispo de Aveiro, padre Conciliar e Presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, foi o tema tratado nesta dissertação conclusiva do Mestrado Integrado em Teologia, na Faculdade de Teologia da Universidade Católica Portuguesa - Lisboa. Finalizado o percurso de investigação, reflexão e aprofundamento em ordem à conclusão deste trabalho, centrámos a nossa investigação em três vectores fundamentais do episcopado de D. Manuel: episcopado e serviço pastoral na diocese de Aveiro; a Presença no II Concílio Ecuménico do Vaticano; e, a Presidência da Conferência Episcopal Portuguesa. Temáticas que foram abordadas especificamente no período correspondente ao seu *múnus* episcopal ao serviço da diocese de Aveiro, desde a sua eleição até à sua resignação (1962-1988).

A diocese de Aveiro, privilegiada pelos seus pastores, vê-se guiada entre 1962 e 1988, por D. Manuel de Almeida Trindade, um homem ímpar, reconhecido na cultura portuguesa e apreciado pela Igreja em Portugal. Não foi um bispo que falava *de cima*, mas um bispo extremamente respeitador e delicado. Aceitou o seu *múnus* como um serviço. Um serviço cheio de amor, cuja obediência não foi se não a tradução literal da palavra *servir*. Não foi homem de circunstâncias, de palavreado mofo, diríamos nós, por tudo o que se foi investigando, mas, como ele próprio dizia, preferia estar calado a dizer lugares-comuns. Uma só coisa lhe importava: servir a Igreja e, através dela, o mundo. Qualquer estudo desta personalidade, sem essa base identitária, não compreenderá quem foi D. Manuel e o porquê de tantas decisões.

Ressoa hoje e agora, o dinamismo fulgurante de um bispo que soube ser conselheiro e conciliador, atento aos problemas e atento às pessoas. Por isso mesmo, sofreu muito. Não apenas na saúde, mas também no ardor apostólico, a que se dedicou de coração. Atravessou

momentos delicados, de que nos demos conta, tais como, os seminários, a comunicação social, a pastoral, a transformação sociopolítica, o clero e a crise de vocações.

Na diocese de Aveiro, D. Manuel foi um bispo que soube dar continuidade aos projectos do seu antecessor, e com a riqueza do II Concílio Ecuménico do Vaticano, marcou indelevelmente a diocese: recepcionou o Concílio e deu-o a conhecer por toda a diocese de Aveiro.

Foram 25 anos de episcopado pautados por urgências pastorais e dinamismos conciliares de trabalho, missão e fidelidade. Ressente-se hoje e agora, uma diocese revigorada e com muita vida, cujo contributo e presença de D. Manuel, foi sem dúvida, em discernimento contínuo, um implantar duma pastoral notável para o seu tempo.

D. Manuel foi um homem de Igreja, quer em Aveiro e Portugal, quer no próprio contexto europeu. Disso se apercebera a Conferência Episcopal da figura ímpar que era D. Manuel, pois cedo lhe incumbiu funções que traduziam reconhecer nele um verdadeiro sentido eclesial, na comunhão com o Papa, e de um sentido de colegialidade episcopal a que se ateuve durante o seu longo pontificado. Só assim, se pode perceber quão importante foi, a nosso ver, ter contribuído para a unidade dos bispos na tomada de decisões na Conferência Episcopal em relação a temas fracturantes, nomeadamente a políticas conjunturais, ao contrário do que acontecera noutros contextos eclesiais europeus como, por exemplo, na vizinha Espanha.

D. Manuel ensina-nos a ver quanto é grande o mistério da Igreja, quanto é fundamental que os cristãos se reconheçam no seu múnus próprio pelo que são e quem são, isto é, a sua própria identidade; ajuda-nos a ler a realidade à luz dos sinais dos tempos, isto é, a viver a alegria do Evangelho. Por fim, testemunha-nos uma fidelidade à Igreja e ao Papa, como referências basilares da sua missão.

D. Manuel dá-nos a conhecer muito da história da Igreja Portuguesa. Poucos fizeram o que ele fez – escrever *as suas memórias*. Memória da sua vida de pastor ao serviço da diocese, ao serviço da Conferência Episcopal, como padre Conciliar. Todavia, depois de celebrarmos os 50 anos do II Concílio Ecuménico do Vaticano, continuamos a ter dificuldade em termos de história, e até de teologia histórica, apresentar o contributo dos bispos portugueses que participaram no Concílio. Custa compreender como possa ser possível empreender estudos de renovação conciliar na sociedade portuguesa, sem compreender aquilo que os bispos portugueses levaram como preocupação, e o que ali transmitiram. Há como que um vácuo. A título de exemplo, quantas traduções existem das intervenções dos bispos portugueses feitas nas sessões conciliares, sem serem devidamente conhecidas; vejamos os dinamismos de renovação conciliar nas diferentes dioceses sem amplo conhecimento para fora; a sinodalidade e a colegialidade, aceites e advogadas pelo Concílio, que impacto têm tido nas igrejas locais?

Creio ser desafiante para o futuro e para o estudo da história da Igreja em Portugal fazer-se uma análise contextualizada do dinamismo dos prelados portugueses, tal como procurámos fazer com D. Manuel de Almeida Trindade, relevando três vectores: a acção pastoral em cada diocese respectiva; a participação e a renovação conciliar; e, por fim, a sua participação na Conferência Episcopal Portuguesa. Estaríamos perante um contributo e um tesouro inestimável para percebermos a qualidade de *aggiornamento*, em leitura atenta dos sinais dos tempos. Quiçá um Seminário na Faculdade de Teologia, centrado na figura dos prelados portugueses que participaram no Concílio, compilando todas as intervenções portuguesas e narrá-las para um público que dessas questões se interessa. Os desafios são tantos; eu próprio me questioneei e passo a referir alguns: a criação de um espólio português de toda a participação portuguesa no II Concílio Ecuménico do Vaticano; o estudo comparativo das Conferências Episcopais da Europa, dado que a Conferência Episcopal Portuguesa, no geral, e no pós-Concílio viveu em dinamismo colegial, de notável unidade e consenso, em contraste com outras Conferências; estudar a diversificação das preocupações dos prelados portugueses, estudando

comparativamente, aqueles que eram bispos no continente e ilhas, e os que eram bispos no ultramar.

No desenvolvimento desta dissertação procurámos seguir uma metodologia histórico-crítica na desenvoltura dos temas que marcaram o pontificado de D. Manuel, dos poucos bispos a registar em *Memórias* a contextualização eclesial da Igreja em Portugal e da Igreja de Aveiro.

Assim, este trabalho foi possível graças às suas notas autobiográficas, aos seus livros publicados, às suas importantíssimas entrevistas, entre outros documentos. Embora tendo tido acesso ao escritório de D. Manuel – na última tebaida da sua vida - o Seminário Maior da Sagrada Família – Coimbra, e tendo-nos sido facilitada a consulta dos seus documentos, cedo nos apercebemos estar perante um espólio que muito me exigiria, ultrapassando o tempo de que dispunha para a elaboração desta dissertação. Saliente-se porém, que não estando nas melhores condições esse acerbo documental, e num local ideal de trabalho, deu, no entanto, para perceber quão meticoloso era D. Manuel na organização do seu labor, devidamente dividido em pastas e dossiês, que serão autênticos tesouros históricos a revelar.

Contudo, há um outro tesouro, que tendo servido de base para os seus livros autobiográficos, conterà, com certeza, o melhor retrato da vida eclesial portuguesa, relatada ao pormenor; D. Manuel escrevia todos os dias o seu diário, totalizando à sua morte, cerca de 30 volumes, um deles com cerca de 800 páginas. Segundo o testamenteiro da altura, na base de uma carta de D. Manuel, nada impede que essa documentação seja consultada por pessoa digna, prudente e consciente. Com certeza que o seu antigo secretário, Mons. João Gonçalves Gaspar, está em condições para levar a bom porto este empreendimento, já há muito por ele desejado, mas constantemente adiado. E, por razões óbvias, tivemos de seguir, neste trabalho Mons. João Gonçalves Gaspar, historiador e escritor exímio da história da diocese de Aveiro, que abundantemente cito, pois não há quem melhor conheça D. Manuel, e que nós aqui procurámos seguir em estudo.

Ao abordar as várias temáticas, tivemos a preocupação de examinar a imprensa regional e nacional, que abundantemente citamos, muito concretamente o semanário diocesano *Correio do Vouga*.

Realço a exigência que nos impusemos para ser imparcial no tratamento da informação e da personalidade de um pastor que foi bispo da diocese de Aveiro, e que deixou marcas profundas no dinamismo da igreja diocesana à qual pertencemos. Aliás, quanto ansiava eu próprio conhecê-lo na sua “tebaida”⁹⁵⁸; estando eu prestes a ingressar no Seminário Maior da Sagrada Família, em Coimbra, em Setembro de 2008, viria D. Manuel a falecer em Agosto desse mesmo ano. Mesmo no leito da sua morte, pude perceber quanto D. Manuel era querido; a manifestação dos cristãos na celebração das exéquias foi profundamente sentida por quem, tocado por Deus, tocou o coração de tanta gente, através do seu amor e do seu serviço. Constitui para mim a sua vida e testemunho, um apelo e um desafio a assumir virtudes e qualidades em ordem a um ministério de serviço.

Assim, o presente trabalho de dissertação procura recuperar e fomentar a memória de quem, pela sua vida, delineou passado e futuro da Igreja em geral e de Aveiro em particular. D. Manuel será sempre uma memória a reter da Igreja de Portugal; destacou-se pela sua clarividência e prudência. Todavia, D. Manuel de Almeida Trindade não constitui apenas uma pessoa insigne da histórica eclesial, mas é e será sempre uma *memória eterna na eterna memória* da Igreja em Portugal. Com ele, aprendemos e aprenderemos a valorizar cada momento da vida e, em Igreja e para a Igreja, ao serviço do mundo. Estivemos e estamos perante uma pessoa, um sacerdote e um bispo, conciliador e edificante, que se impõe ainda hoje como memória que foi de Deus vivo e actuante.

⁹⁵⁸ D. Manuel usava a expressão “tebaida” referindo-se ao Seminário Maior da Sagrada Família, da Diocese de Coimbra.

ANEXOS

ANEXO B

Entrevista a D. Manuel de Almeida Trindade (23 de Outubro de 1996)



CONGREGAÇÃO DO ESPÍRITO SANTO
Torre d' Aguilha
Telef. 445 15 70 - Fax 445 16 70
2775 S. DOMINGOS DE RANA

**Excelência Reverendíssima
D. Manuel de Almeida Trindade**

Saudações Cordiais em Cristo

Sou, Nuno Miguel da Silva Rodrigues, membro da Congregação do Espírito Santo, estudante do 4º ano de Teologia na Universidade Católica de Lisboa.

Venho, por este meio, pedir a ajuda de sua Excelência Reverendíssima para o seguinte: estou presentemente a preparar um Seminário cujo tema é: “ *A Participação da Igreja Portuguesa no Concílio Vaticano II*”. Sendo a bibliografia muito rara neste campo (honra seja feita ao preciosíssimo trabalho de recolha de sua Reverência na Revista Lumen), gostaria de solicitar à sua Excelência Reverendíssima uma pequena entrevista, pois nada melhor que obter a impressão viva daqueles que participaram directa e empenhadamente no Concílio Vaticano II. Como foi o caso de sua Excelência Reverendíssima.

Sei que a sua preciosa ajuda contribuirá, sem dúvida, para um conhecimento mais vivo e profundo desta temática, contribuindo, assim, para um maior desenvolvimento da Eclesiologia Portuguesa. Estou respondendo ao desafio lançado pela sua Excelência Reverendíssima de aprofundar este tema.

Desde já, grato e muito reconhecido pela a ajuda preciosa de sua Excelência Reverendíssima,

Me subscrevo Atenciosamente

Lisboa, 23, de Outubro de 1996.

Nuno Miguel da Silva Rodrigues

Entrevista a D. Manuel de Almeida Trindade

por Nuno Miguel da Silva Rodrigues
23 Out 1996

1. Na sua opinião, quais foram as grandes preocupações que os Bispos Portugueses levaram para o Concílio Vaticano II?

Uns terão levado a preocupação de que não se fizessem grandes alterações à vida da Igreja tal como ela tinha sido por eles vividas desde aquele dia, porventura já longínquo, em que tinham sido chamados a servi-la como bispos – serviço esse em que tinham experimentado já a cruz do episcopado.

Outros, mais novos, viam no Concílio uma espécie de “noviciado” da sua vida de bispos. EU encontrava-me nesta última categoria, pois tinha sido eleito bispos menos de um mês antes de o Concílio iniciar os seus trabalhos (11 de Out. de 1952). Não desejavam certamente grandes alterações, mas esperavam do Concílio que este varresse o pó de certas práticas que os tempos tinham demonstrando estarem fora de moda. Quando me lembrava que no século passado era preciso pôr-se de joelhos para cumprimentar um bispo ou então inclinar-se tão profundamente que a inclinação permitisse beijar o pé ao sapato, certamente que no meu espírito estas práticas que era preciso pôr de parte. É um exemplo. Podia apresentar outros: o uso da tonsura, o do casaco dos clérigos que devia descer até ao joelho, etc. estava longe do nosso espírito – como da quase totalidade do episcopado – por ex. a abolição do celibato eclesiástico.

2. Sabemos que Portugal como país, era um país pequeno e, sem grande projecção a nível mundial, apesar de na altura contar com as ex-colónias. Como Igreja, podemos também estabelecer o mesmo paralelismo? Sendo assim, como é que a Igreja Portuguesa, pela voz dos seus Bispos, conseguiu expor as suas preocupações?

Portugal não teve um lugar proeminente no Concílio. Apenas um dos membros da Conferência episcopal portuguesa foi eleito pela assembleia plenária para fazer parte de uma das suas Comissões: foi D. Manuel Trindade Salgueiro. Os outros dois que entraram a fazer parte de comissões conciliares (D. Manuel Gonçalves Cerejeira e D. Ernesto Sena de Oliveira) foram escolhidos directamente pelo Papa, que reservou para si a escolha de um terço dos elementos de cada uma das Constituições. Sem tal reserva não seria só Portugal, mas muitos

outros países, a não terem representação nas Comissões conciliares. Somos um país pequeno e se Fátima é, desde muito antes do Concílio, um lugar conhecido praticamente em todo o mundo, não acontece o mesmo com os membros do episcopado português. [Um caso me tem impressionado ao longo da minha vida de bispo: participei em Fátima em retiros pregados por bispos espanhóis; não me consta que algum bispo português tenha alguma vez sido convidado para orientar o retiro da Conferência episcopal espanhola. A razão não está, creio eu, em que os bispos espanhóis sejam mais cultos do que os portugueses: está simplesmente em que nós percebemos com facilidade a língua espanhola (mais “aberta” do que a língua portuguesa, que tem vindo a “emudecer” desde há uns séculos, para cá), ao passo que os espanhóis só depois de um longo tirocínio conseguem entender o português. Tenho razões para fazer esta afirmação – razões a que não vale a pena descer em concreto.

Essa mesma experiência tive oportunidade de a fazer nas reuniões chamadas “circuli minoris” dos Sínodos dos Bispos em que tomei parte. Se um “círculo” destinado a portugueses e a espanhóis, me queria fazer entender destes, tinha de recorrer ao italiano ou então exprimir-me em Espanhol. Se estava em condições de o poder fazer. Se o fizesse em Português, poucos (ou nenhum) se via capaz de me entender.

No Concílio não era assim: a língua oficial era o Latim. E aqui não estávamos em condições inferiores a um bispo do Chile ou da Grécia. Nunca nos foi negada a palavra, e conseguíamos fazer-nos escutar e entender como qualquer outro bispo do mundo.

3. Qual foi então o impacto da participação dos Bispos Portugueses no decorrer do Concílio? As preocupações da Igreja Portuguesa tiveram acolhimento no debate conciliar?

É difícil responder a esta pergunta. O impacto não provém de uma salva de palmas (estas estavam abolidas pelo Regulamento), mas pela aceitação ou não pelos responsáveis dos textos em debate de algum ponto que esses responsáveis julgassem dever introduzir, a partir das palavras ouvidas (ou escritas), nos textos em discussão. Se a mesma observação tivesse sido feita por mim ou por outro (ou outros) é evidente que a autoria da observação pouco importaria. O importante é que não fosse descabido. Também aqui é preciso ser humilde.

4. Se repararmos, ao longo das várias intervenções conciliares, houve Conferências Episcopais, e mesmo nomes de Bispos sonantes que tiveram um papel de relevo e decisivo no debate conciliar. Com a Igreja Portuguesa, esta influência parece não ter havido a participação activa de teólogos e de peritos Portugueses que ajudassem ao debate?

É evidente que houve personalidade que tiveram mais ressonância no Concílio (e na elaboração dos seus textos definitivos) do que as deste pequeno e pobre país. Não esqueçamos que a Faculdade de Teologia da Universidade de Coimbra (que causou tantos dissabores ao bispo da Diocese, D. Manuel Correia de Bastos Pina no final do século) acabou por ser suprimida com o advento da República, em 1910. Nela se formaram homens célebres como Mons. Pereira dos Reis, o Padre (“Santo”) Cruz, o Padre Luís Lopes de Melo, etc. A fundação da Universidade Católica Portuguesa data de há cerca de 25 anos, já depois do Concílio. O que valeu à Igreja de Portugal no campo da formação teológica foi o Colégio Português em Roma, fundado em 1899 (ver artigo do Ms. Arnaldo Pinto Cardoso, na *Lumen*), mas esse contributo esteve aquém das necessidades de um país que não se restringia ao rectângulo europeu, aos Açores e à Madeira, mas também às então chamadas “províncias ultramarinas” (ver *O Pontifício Colégio Português em Roma. Subsídios para a sua história*, Roma, 1984). Não quero esquecer aqueles padres que frequentaram Paris, Lovaina e outros centros culturais. – Em todo o caso não deixámos de ser um país de limitados recursos no campo da cultura teológica. Admira-me até como é que o nome dos bispos portugueses tenha ocupado um tão largo espaço nas Actas do Concílio e contribuído, desse modo, pelo menos para o aperfeiçoamento dos textos conciliares (ver o meu art.º na *Lumen* sobre este assunto publicado há cerca de 10 anos).

5. *Se repararmos bem, a participação da Igreja Portuguesa no Vaticano II resumiu-se praticamente aos Bispos. Não acha que foi uma grande lacuna não ter havido a participação activa de teólogos e de peritos Portugueses que ajudassem ao debate?*

Estou plenamente de acordo. No artigo citado nas linhas anteriores faço referência a uma lacuna. Elado o resultado de nenhum de nós ter tido a experiência de que é um Concílio. O último (o Vaticano I) tinha-se realizado havia quase um século. Nenhum dos presentes tinha participado nele!...

6. *O Concílio Vaticano II iniciou o seu debate com a discussão sobre a Sagrada Liturgia. Qual foi o contributo da Igreja Portuguesa para a formação desta Constituição tão importante para a universalidade da vivência eclesial?*

O essencial da Constituição sobre a Sagrada Liturgia vinha já no documento que foi distribuído aos Padres Conciliares. Foi fácil encontrarmo-nos de acordo sobre os pontos essenciais. O ponto que causou mais discussão foi o da *língua litúrgica*. Havia Padres

Conciliares que se “batiam” pela manutenção do Latim nos países onde, até então, o Latim tinha sido utilizado como única língua litúrgica. As razões apresentadas eram: 1º a unidade que envolve o uso dessa língua que tinha sido de há muito usada no mundo Ocidental ou nas Missões; o 2º era o carácter de “mistério” que a língua latina encerra. O debate acabou não propriamente por abolir o latim, mas por permitir o uso das línguas vernáculas na liturgia. Para tal deve ter concorrido o seguinte facto: todos os dias as sessões conciliares eram precedidas pela celebração da Eucaristia. A primeira celebração foi do rito romano, depois era rito ambrosiano, depois em rito bracarense - todas elas em Latim. Quando, depois, começaram a fazer-se celebrações em que a língua litúrgica era o grego ou o siríaco ou o copta ou o eslavo, etc. os padres conciliares, que não conheciam essas línguas, “sentiram na pele” dos cristãos dos países onde o Latim era a língua oficial e que, por essa mesma razão, se sentam não a “participar” mas simplesmente a “assistir”. Era o que se passava entre nós, desde o *In Nomine Patris...* até a recitação do *Prólogo do Evangelho de S. João* que o sacerdote recitava em Latim no fim do rito. Eram poucos os que o entendiam. Além disso o sacerdote celebrava de costas voltadas para o povo. Daí que não tenha sido difícil a introdução das línguas vernáculas na celebração da Missa e dos Sacramentos. O Papa Paulo VI, já depois do fim do Concílio, perante alguns “saudosos” da antiga língua litúrgica, fez a defesa do vernáculo, citando até um passo das obras de Santo Agostinho (poderá encontrar intervenção do Papa na biografia que dele escreveu Carlo Cremona e que se encontra vertida em português pelas Paulistas, p. 256 (1992).

Sendo assim, os bispos portugueses não tiveram dificuldade em abandonar com a quase totalidade dos Padres Conciliares, o mesmo acontecendo relativamente à introdução das “concelebrações”, eles que tinham experiências do que encontraria por ocasião em que dezenas de pessoas se recusaram fazer exercícios espirituais (ou por outra razão). Só quem faz uma experiência poderá avaliar a importância da introdução da “concelebração”. Mas não era somente uma razão prática; havia também uma razão teológica: o verdadeiro sacerdote da Missa não sou eu ou os meus colegas padres, mas Jesus Cristo, a quem eu me limito a emprestar a minha língua, as minhas mãos e a determinação da minha vontade.

7. Na sua opinião não acha que as intervenções dos Bispos Portugueses mostraram um certo “atraso” teológico em relação aos outros países da Europa? A que se deve este “atraso”? Será que o debate interno, preparatório do Concílio, não se fez correctamente em Portugal?

Creio que a resposta a esta pergunta se pode deduzir de quanto foi dito atrás. Não temo de que nos envergonhar; temos simplesmente de reconhecer que não somos país colocado no

centro da Europa, onde os meios de actualização teológica são mais abundantes do que entre nós. Não creio, porém, que se deva falar de atraso. O próprio debate teológico ao longo das sessões foi-nos ajudando a nós e a outros padres conciliares de países como o nosso a uma actualização que se fez quer dentro da aula conciliar, ouvindo os intervenientes, quer em casa, ou nos intervalos dos períodos conciliares (o Caminho prolonga-se ao longo de quatro anos, nas dioceses de origem, lendo, porventura pela primeira vez, livros que outros já conheciam, mas que a presença em Roma permitia conhecer e adquirir a quem ainda os não tivesse lido.

8. *Hoje que dispomos das Actas do Concílio, verificamos que algumas das intervenções dos Bispos Portugueses revelavam uma certa pobreza de conteúdos, não fazendo progredir o debate teológico. Prova disto é que alguns Bispos Portugueses foram chamados a atenção pelo Presidente da Sessão Conciliar quando faziam as suas intervenções. O que é que acha deste facto? Não revelou, esta realidade, uma grande lacuna da Igreja Portuguesa?*

O meu Amigo fala de “algumas intervenções” dos Bispos Portugueses que se encontra agora nas Actas – revelavam uma certa pobreza de conteúdos. Mas, se se der aos trabalho de ler nas mesmas Actas intervenções de bispos de outros países, chegará à mesma conclusão. Nem todos os textos ali reproduzidos têm o mesmo valor. Encontrará algumas intervenções de bispos portugueses que merecem outra qualificação; por exemplo, algum texto de D. Sebastião Resende, para apenas estar um nome.

Quanto à sua afirmação de que “alguns bispos portugueses foram chamados à atenção pelo Presidente da Sessão Conciliar quando faziam as suas intervenções...”, é preciso ter conhecimento de como o Concílio se desenrolava para perceber o conteúdo dessa afirmação.

Segundo o Regulamento Conciliar um Padre Conciliar a quem depois de ter pedido, era dada a palavra, devia limitar-se a 10 minutos de intervenção. Ora não raro sucedeu quer a bispos portugueses, quer a bispos de outros países (fossem eles quais fossem) que se esqueciam de olhar para o relógio, vendo-se o moderador na necessidade de intervir, dizendo: “Eminentissime ou Excellentissime Domine, tempus tuum exhaustum est”, ao que o orador, obedecendo à observação que lhe foi feita, rematava deste modo (se ainda tinha alguma coisa a dizer) “(...) scriptus tradam”. Nada de extraordinário! É bem corrigir a afirmação que a sua pergunta contém. Ela não é exacta e contém uma certa depreciação que não está de acordo com o que de facto sucedeu.

9. *Na sua opinião, qual é o balanço final que faz da Participação da Igreja Portuguesa no Concílio Vaticano II?*

Creio poder dizer que a nossa participação esteve à altura das nossas possibilidades (a que já atrás me referi). Talvez que, se houver, no próximo século, um Vaticano III, os bispos participantes idos de Portugal possam ter uma intervenção que dê mais nas vistas, com a condição de levarem consigo peritos que os ajudem a elaborar as suas intervenções e, findo o Concílio, ajudem os bispos a pôr em prática as conclusões do Concílio.

10. *Para finalizar, gostaria que comentasse esta frase dita por um dos maiores Pastoralistas da Península Ibérica, Casiano Floristan: “O Vaticano II foi há trinta anos e ainda hoje são evidentes algumas perspectivas conservadoras e, podemos dizê-lo, negadores de um diálogo existencial da Igreja com o mundo”.*

Admiro Floristan. Conheço-o há mais de trinta anos. Gostaria de, em vez de comentar uma afirmação vaga, vê-lo descer a casos concretos, para poder comentar, com mais objectividade e dentro das minhas possibilidades o conhecimento das realidades concretas, o que ele tinha em vista dizer com uma frase tão abstracta como aquela que o meu Amigo transcreve.

Seminário Maior de Coimbra,
26 de Outubro de 1996
+ D. Manuel de Almeida Trindade,
bispo emérito de Aveiro.

Cacia, 6 de Dezembro de 1975

N.º 2357

Ano 61.º (2.ª Série — Ano 46.º)

O Bispo de Aveiro

membro da Cúria da Santa Sé

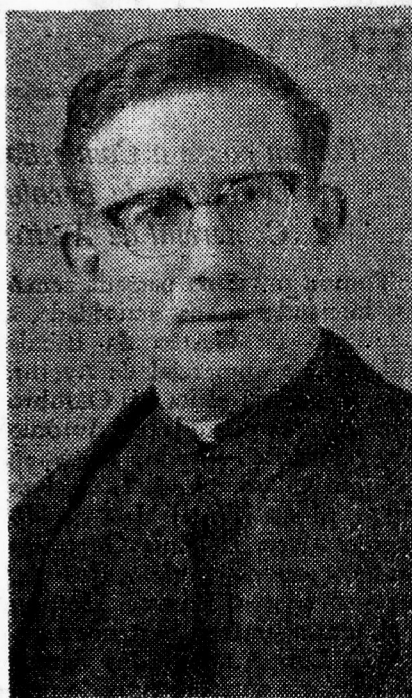
S. S. o Papa Paulo VI que, como noticiámos no último número, ainda na semana passada nomeara um bispo auxiliar para a diocese de Aveiro, o Sr. D. António dos Santos, acabou de honrar a Mitra aveirense com uma nova distinção, nomeando o Sr. D. Manuel de Almeida Trindade, bispo de Aveiro, membro da Sagrada Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino.

O Cardeal-Prefeito daquela mesma Congregação da Santa Sé é o Cardeal James Knox, até há pouco Arcebispo de Melbourne, na Austrália.

Esta nomeação constitui evidente consagração dos méritos e virtudes do prelado aveirense, que foi professor da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, onde afirmou altos dotes intelectuais e vasta cultura e, além de outras destacadas situações, foi até há pouco o presidente da Conferência Episcopal Portuguesa, de que agora é vice-presidente, permutando, assim, a função com o Patriarca de Lisboa.

Prestigiando o prelado a nomeação reflecte-se naturalmente na evidenciação da diocese, que admira e vivamente considera os seus dotes que lhe têm merecido uma relevante posição da hierarquia católica do nosso país — facto que esta nomeação tem como fundamento e realça, integrando-o com a justa distinção com que o contempla como membro da Cúria.

O Sr. D. Manuel de Almeida Trindade recebeu muitas felicitações pela distinção que o Sumo Pontífice lhe concedeu, a que juntamos os nossos devidos respetos.



D. Manuel de Almeida Trindade

(LITR) 13-11-75

D. MANUEL

honrosa distinção

Professor e Prelado, D. Manuel de Almeida Trindade — Bispo de Aveiro e elemento de subido relevo no Episcopado português —, há muito alcançou, por seus elevados merecimentos, morais e intellectuais, a consagração do seu nome, começando, mais notoriamente, a afirmar os seus raros predicados na cátedra em que tão proficientemente ensinou, para consolidá-los na sede episcopal da nossa Diocese, que anteontem, 11, celebrou o 37.º aniversário da sua restauração.

Paulo VI acaba de nomear D. Manuel de Almeida Trindade membro da Sagrada Congregação para o Culto Divino: trata-se duma honrosíssima distinção que, em nada acrescentando à ímpar personalidade do venerando Antistite, constitui, todavia, um autorizado e merecidíssimo preito — também a reflectir-se, de algum modo, na Diocese de Aveiro.

Ao noticiar este facto — que certamente trará aos diocesanos aveirenses justificado júbilo —, diremos, de passagem, que o Prefeito da Congregação é o Cardeal James Knox, até há pouco Arcebispo de Melbourn, na Austrália.

CONFERIA
DE PONTA

O Bispo de Aveiro membro da Cúria da Santa Sé

Após a nomeação de D. António dos Santos para bispo auxiliar da diocese de Aveiro, outra alta distinção acaba de ser conferida por Paulo VI à Igreja aveirenses. Na verdade, o prelado diocesano titular, D. Manuel de Almeida Trindade, foi agora nomeado membro da Sagrada Congregação para o Culto Divino.

O cardeal-prefeito daquela mesma Congregação da Santa Sé é o até há pouco arcebispo de Melburne, na Austrália, o cardeal James Knox.

A nomeação consagra não só os méritos do bispo aveirenses, antigo professor da Universidade de Coimbra — intelectual dedicado ao estudo e sacerdote devotado à Igreja, à pastoral e às almas — mas recai também sobre a própria diocese, que há muito se habituou a reconhecer-lo como um dos mais ilustres membros da hierarquia católica portuguesa, facto que a sua consumada nomeação confirma por parte da Santa Sé, ao integrá-lo também como membro da Cúria.

11-11-75

a soleni- caristia, por volta
ada Con- AUMENTO DE

O Senhor Bispo de Aveiro, membro da Sagrada Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino

O Santo Padre acaba de nomear membro da Sagrada Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino o Senhor Bispo de Aveiro, D. Manuel de Almeida Trindade.

É uma honrosa distinção que recai não apenas na pessoa do nosso Bispo, mas na Diocese de Aveiro.

O Cardeal Prefeito da Congregação dos Sacramentos e do Culto Divino é o Cardeal James Knox, até pouco Arcebispo de Melbourn, na Austrália.

(LITR) 13-11-75



— dia 25 : trinta e c
da sua Missa Nova.

PÁROCO DE AGADÃO

Tomou posse da paróquia de Agadão, no passado dia 7, o Rev. Padre Graça da Cruz, já Pároco de Belazaima e de Deus. Deu-lhe posse, em nome do Bispo, o Rev. Padre Susana Dias.

O Rev. Padre António

externos) que
ário de Nossa
tação, em Cal-
a Sagrada Eu-
das 12 horas.

APÊNDICES

APÊNDICE 1

PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS PORTUGUESAS E A SUA DIVISÃO ECLESIÁSTICA⁹⁵⁹ [1960-1965]

ÁFRICA OCIDENTAL

Província Eclesiástica de Lisboa

Arquipélago de Cabo Verde	Diocese de Santiago de Cabo Verde
Guiné Portuguesa	Prefeitura Apostólica da Guiné (Bissau)

Província Eclesiástica de Luanda

Angola	Arquidiocese de Luanda
	Diocese do Luso
	Diocese de Malanje
	Diocese de Nova Lisboa
	Diocese de Sá da Bandeira
	Diocese de Silva Porto
Ilhas de S. Tomé e Príncipe	Diocese de S. Tomé

ÁFRICA ORIENTAL

Província Eclesiástica de Lourenço Marques

Moçambique	Arquidiocese de Lourenço Marques
	Diocese da Beira
	Diocese de Inhambane
	Diocese de Nampula
	Diocese de Porto Amélia
	Diocese de Quelimane
	Diocese de Tete
	Diocese de Vila Cabral

⁹⁵⁹ PEDRO, Albano Mendes (Org.) - *Anuário Católico do Ultramar Português* 1964, Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos Missionários, Lisboa, ²1965, 14; Cf. PEDRO, Albano Mendes (Org.) - *Anuário Católico do Ultramar Português* 1960, Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1962, 12.

ÁSIA

Indostão

Província Eclesiástica de Goa

Estado Português da Índia

Arquidiocese Patriarcal de Goa

China

Macau

Diocese de Macau

OCEANIA

Insulíndia

Timor Português

Diocese de Dili

APÊNDICE 1A

RELAÇÃO DOS BISPOS DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS PORTUGUESAS

E A SUA DIVISÃO ECLESIAÍSTICA⁹⁶⁰

[1960-1965]

ÁFRICA OCIDENTAL

Província Eclesiástica de Lisboa

Arquipélago de Cabo Verde

Diocese de Santiago de Cabo Verde:

D. José Filipe do Carmo Colaço

Guiné Portuguesa

Prefeitura Apostólica da Guiné (Bissau):

Mons. Martinho da Silva Carvalhosa (faleceu em 1963)

Mons. João Ferreira

Província Eclesiástica de Luanda

Angola

Arquidiocese de Luanda:

D. Moisés Alves de Pinho

D. Manuel Nunes Gabriel (coadjutor)

Diocese do Luso:

D. Francisco Esteves Dias

Diocese de Malanje:

D. Manuel Nunes Gabriel

D. Pompeu de Sá Leão e Seabra

Diocese de Nova Lisboa:

D. Daniel Gomes Junqueira

Diocese de Sá da Bandeira:

D. Altino Ribeiro de Santana

Diocese de Silva Porto

D. Manuel António Pires

Ilhas de S. Tomé e Príncipe

Diocese de S. Tomé

D. Moisés Alves de Pinho

⁹⁶⁰ Cf. PEDRO, Albano Mendes (Org.) - *Anuário Católico do Ultramar Português* 1964, Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos Missionários, Lisboa, ²1965.

Cf. PEDRO, Albano Mendes (Org.) - *Anuário Católico do Ultramar Português* 1960, Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1962.

ÁFRICA ORIENTAL

Província Eclesiástica de Lourenço Marques

Moçambique	Arquidiocese de Lourenço Marques <i>D. Teodósio Clemente de Gouveia</i> (faleceu em 1962) <i>D. Custódio Alvim Pereira</i> Diocese da Beira <i>D. Sebastião Soares de Resende</i> Diocese de Inhambane <i>D. Ernesto Gonçalves da Costa</i> Diocese de Nampula <i>D. Manuel de Medeiros Guerreiro</i> Diocese de Porto Amélia <i>D. José dos Santos Garcia</i> Diocese de Quelimane <i>D. Francisco Nunes Teixeira</i> Diocese de Tete <i>D. Félix Niza Ribeiro</i> Diocese de Vila Cabral <i>D. Eurico Dias Nogueira</i>
------------	--

ÁSIA

Indostão

Província Eclesiástica de Goa

Estado Português da Índia	Arquidiocese Patriarcal de Goa e Damão <i>D. José Vieira Alvernaz</i> <i>D. Francisco Xavier da Piedade Rebello</i> <i>D. José Pedro da Silva</i> * ⁹⁶¹
---------------------------	---

China

Macau	Diocese de Macau <i>D. Paulo José Tavares</i>
-------	--

⁹⁶¹ D. José Pedro da Silva nunca chegou a tomar posse devido à invasão dos territórios portugueses pela União Indiana.

OCEANIA

Timor Português

Insulíndia

Diocese de Dili

D. Jaime Garcia Goulart

D. José Joaquim Ribeiro

APÊNDICE 1B

RELAÇÃO DOS BISPOS DAS PROVÍNCIAS ECLESIÁSTICAS⁹⁶² [1962-1965]

*Província Eclesiástica de Lisboa*⁹⁶³

Patriarcado de Lisboa	D. Manuel Gonçalves Cerejeira D. Manuel dos Santos Rocha D. José Pedro da Silva
Diocese de Angra	D. Manuel Afonso de Carvalho
Diocese do Funchal	D. David de Sousa D. João António da Silva Saraiva
Diocese da Guarda	D. Policarpo da Costa Vaz D. João de Oliveira Matos Ferreira (faleceu antes do Concílio – 29 de Agosto de 1962)
Diocese de Leiria-Fátima	D. João Pereira Venâncio
Diocese de Portalegre-Castelo Branco	D. Agostinho Joaquim Lopes de Moura

*Província Eclesiástica de Braga*⁹⁶⁴

Arquidiocese de Braga	D. António Bento Martins Júnior D. Francisco Maria da Silva D. Manuel Ferreira Cabral
Diocese de Aveiro	D. Domingos da Apresentação Fernandes D. Manuel de Almeida Trindade
Diocese de Bragança-Miranda	D. Abílio Augusto Vaz das Neves D. Manuel de Jesus Pereira
Diocese de Coimbra	D. Ernesto Sena de Oliveira D. Francisco Rendeiro D. Manuel de Jesus Pereira
Diocese de Lamego	D. João da Silva Campos Neves

⁹⁶² PEDRO, Albano Mendes (Org.) - *Anuário Católico do Ultramar Português* 1964, Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos Missionários, Lisboa, ²1965, 14.

⁹⁶³ A Diocese de Santarém e a Diocese de Setúbal ainda não existiam, sendo que foram erectas como tal apenas a 16 de Julho de 1975. O Ordinariato Militar de Portugal também não existia, sendo erecto a 29 de Maio de 1966.

⁹⁶⁴ A Diocese de Viana do Castelo ainda não existia, sendo erecta apenas a 3 Novembro de 1977.

Diocese do Porto	D. António Ferreira Gomes
	D. Alberto Cosme do Amaral
	D. Florentino de Andrade e Silva
Diocese de Vila Real	D. António Valente da Fonseca
	D. António de Castro Xavier Monteiro
Diocese de Viseu	D. José da Cruz Moreira Pinto
	D. José Pedro da Silva
	D. João Crisóstomo Gomes de Almeida

Província Eclesiástica de Évora

Arquidiocese de Évora	D. Manuel Trindade Salgueiro
	D. David de Sousa
	D. José Joaquim Ribeiro
Diocese de Faro	D. Francisco Rendeiro
	D. Júlio Tavares Rebimbas
Diocese de Beja	D. José do Patrocínio Dias
	D. Manuel dos Santos Rocha
	D. António Cardoso Cunha

APÊNDICE 2

Bispos portugueses com direito a tomar parte nos trabalhos conciliares⁹⁶⁵

1. D. Abílio Augusto Vaz das Neves, Bispo de Bragança e Miranda
2. D. Agostinho Joaquim Lopes de Moura, Bispo de Portalegre e Castelo Branco
3. D. Altino Ribeiro Santana, Bispo de Sá da Bandeira
4. D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo de Braga
5. D. António Cardoso da Cunha, Bispo titular de Baris da Pisídia e Bispo auxiliar de Beja
6. D. António de Campos, Bispo titular de Febiana e auxiliar de Lisboa
7. D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto
8. D. António Valente da Fonseca, Bispo de Vila Real
9. D. Custódio Alvim Pereira, Arcebispo de Lourenço Marques
10. D. Daniel Gomes Junqueira, Bispo de Nova Lisboa
11. D. David de Sousa, Bispo do Funchal
12. D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo-bispo de Coimbra
13. D. Florentino Andrade e Silva, Bispo titular de Heliosebaste e Administrador Apostólico da diocese do Porto
14. D. Francisco Fernandes Rendeiro, Bispo do Algarve
15. D. Francisco Maria da Silva, Bispo titular de Telmisso e auxiliar de Braga.
16. D. Francisco Nunes Teixeira, Bispo de Quelimane
17. D. Jaime Garcia Goulart, Bispo de Dili
18. D. João Crisóstomo Gomes de Almeida, Bispo titular de Gerafi e auxiliar de Viseu.
19. D. João da Silva Campos Neves, Bispo de Lamego
20. D. João Pereira Venâncio, Bispo de Leiria
21. D. José Cruz Moreira Pinto, Bispo de Viseu
22. D. José da Costa Nunes, Cardeal da Cúria Romana
23. D. José do Patrocínio Dias, Bispo de Beja
24. D. José dos Santos Garcia, Bispo de Porto Amélia (Moçambique)
25. D. José Filipe do Carmo Colaço, Bispo de Cabo Verde

⁹⁶⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II» in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6-7.

Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL.

Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/19 (Setembro-Outubro 1962) 21-37.

Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 20.

26. D. José Joaquim Ribeiro, Bispo de Egeia e auxiliar de Évora
27. D. José Pedro da Silva, Bispo de Tiava e auxiliar de Lisboa
28. D. José Vieira Alvernaz, Arcebispo de Goa e Damão e Patriarca das Índias Orientais
29. D. Manuel Afonso de Carvalho, Bispo de Angra
30. D. Manuel António Pires, Bispo de Silva Porto
31. D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo eleito de Aveiro
32. D. Manuel de Jesus Pereira, Bispo de Preneto e auxiliar de Coimbra
33. D. Manuel de Medeiros Guerreiro, Bispo de Nampula
34. D. Manuel dos Santos Rocha, Arcebispo de Mitilene e auxiliar de Lisboa
35. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa
36. D. Manuel Maria Ferreira da Silva, Arcebispo de Cízico
37. D. Manuel Nunes Gabriel, Arcebispo de Methymna e Coadjutor de Luanda e Administrador Apostólico de Malanje
38. D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora
39. D. Moisés Alves de Pinho, Arcebispo de Luanda e bispo de S. Tomé
40. D. Paulo José Tavares, Bispo de Macau
41. D. Policarpo da Costa Vaz, Bispo da Guarda
42. D. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira
43. Mons. Martinho da Silva Carvalhosa, Prefeito Apostólico da Guiné Portuguesa

APÊNDICE 3

Bispos e padres portugueses nas comissões preparatórias⁹⁶⁶

1. **D. António Ferreira Gomes, Bispo do Porto**
Membro da Comissão dos Seminários e Estudos
2. **D. José da Costa Nunes, Arcebispo de Goa e Patriarca das Índias**
Consultor da Comissão Central
3. **D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa**
Membro da Comissão Central
4. **D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora**
Consultor da Comissão do Apostolado dos Leigos
5. **D. Teodósio Clemente de Gouveia, Arcebispo de Lourenço Marques**
Membro da Comissão Central
6. **Mons. Manuel Lopes da Cruz, Director do Secretariado do Cinema e da Rádio**
Consultor da Comissão dos Meios de Difusão do Pensamento
7. **Padre José Craveiro da Silva, antigo Superior Provincial da Companhia de Jesus em Portugal e Visitador das Províncias do Brasil**
Consultor da Comissão da Disciplina do Clero e Povo Cristão

⁹⁶⁶ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 21; TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II» in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 3; Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 21.

APÊNDICE 4

Bispos portugueses nas Comissões Conciliares⁹⁶⁷

1. D. Ernesto Sena de Oliveira, Bispo de Coimbra

*Membro nomeado pelo Papa para a Comissão dos Seminários, Estudos e Educação Católica*⁹⁶⁸

2. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa

*Membro designado pelo Papa para a Comissão das Missões*⁹⁶⁹

*Membro nomeado pelo Papa para a Comissão da revisão do Direito Canónico*⁹⁷⁰

*Membro nomeado pelo Papa para a Comissão dos Seminários, Estudos e Educação Católica*⁹⁷¹

3. D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora

*Membro eleito pelos Padres Conciliares para a Comissão da Disciplina do clero e do povo cristão*⁹⁷²

4. D. José Pedro da Silva, Bispo de Tiava e auxiliar do Patriarcado de Lisboa

*Membro designado para a Comissão do Apostolado dos Leigos, Imprensa, e Espectáculos*⁹⁷³

⁹⁶⁷ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 21.

⁹⁶⁸ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 9.

ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Periodus prima, Pars I: Sessio publica I. Congregationes generales I-IX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 562.

WENGER, A. - «Diário do Concílio. A Primeira Sessão: primeiros actos do Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, I, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 41.

⁹⁶⁹ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 9.

ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars I: Sessio publica I. Congregationes generales I-IX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 561.

⁹⁷⁰ *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 24.

⁹⁷¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars I: Sessio publica I. Congregationes generales I-IX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 48.

⁹⁷² *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 8.

ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars I: Sessio publica I. Congregationes generales I-IX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 42.47.85.227.

WENGER, A. - «Diário do Concílio. A Primeira Sessão: primeiros actos do Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, I, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 38.

⁹⁷³ Esta nomeação realizou-se depois da morte de D. Manuel Trindade Salgueiro, tendo D. José Pedro da Silva sido nomeado para a respectiva Comissão já referida [Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/9 (Dezembro 1985) 4-5].

ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars I: Sessio publica II. Congregationes generales XXXVII-XXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 82.93.

ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars I: Sessio publica IV. Congregationes generales LXXX-LXXXII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 19.

5. D. Agostinho Lopes de Moura, Bispo de Portalegre e Castelo Branco

*Membro nomeado pelo Papa para o Conselho para a aplicação da Constituição Conciliar sobre a Sagrada Liturgia*⁹⁷⁴

6. D. Francisco Fernandes Rendeiro, Bispo do Algarve

*Membro eleito para a Comissão dos Religiosos*⁹⁷⁵

7. D. José da Costa Nunes, Cardeal da Cúria Romana

*Membro eleito para a Comissão das Missões*⁹⁷⁶

8. D. Custódio Alvim Pereira, Arcebispo de Lourenço Marques

*Membro eleito para a Comissão da Sagrada Liturgia*⁹⁷⁷

9. D. João da Silva Campos Neves, Bispo de Lamego

*Membro eleito para a Comissão do Apostolado dos Leigos, Imprensa e Espectáculos*⁹⁷⁸

⁹⁷⁴ *Boletim de Informação Pastoral*, VI/30 (Março-Abril 1964) 32-33.

⁹⁷⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars I: Sessio publica I.Congregationes generales I-IX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 47.

⁹⁷⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars I: Sessio publica I.Congregationes generales I-IX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 47.56.

⁹⁷⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars I: Sessio publica I.Congregationes generales I-IX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 47.56.

⁹⁷⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars I: Sessio publica II.Congregationes generales XXXVII-XXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 86.

APÊNDICE 5

Peritos portugueses do Concílio⁹⁷⁹

1. Mons. Manuel Lopes da Cruz

*Director do Secretariado do Cinema e da Rádio*⁹⁸⁰

⁹⁷⁹ *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 21; *Boletim de Informação Pastoral*, V/23 (Abril-Maio 1963) 28.

⁹⁸⁰ ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILLI OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Indices, Index Peritorum*, Typis Polyglottis Vaticanis, 1980, 944.

APÊNDICE 6

Bispos portugueses nomeados durante o II Concílio Ecuménico do Vaticano⁹⁸¹

1. D. Alberto Cosme do Amaral, Bispo titular de Tagaria e auxiliar do Porto⁹⁸²
2. D. António de Castro Xavier Monteiro, Bispo titular de Ombi e auxiliar de Vila Real⁹⁸³
3. D. Ernesto Gonçalves da Costa, Bispo de Inhambane⁹⁸⁴
4. D. Eurico Dias Nogueira, Bispo de Vila Cabral⁹⁸⁵
5. D. Félix Niza Ribeiro, Bispo de Tete
6. D. Francisco Esteves Dias, Bispo de Luso⁹⁸⁶
7. D. João António da Silva Saraiva, Bispo titular de Mopta e bispo auxiliar de Évora, e depois nomeado Bispo do Funchal⁹⁸⁷
8. Mons. João Ferreira, Prefeito Apostólico da Guiné Portuguesa
9. D. José dos Santos Garcia, Bispo de Porto Amélia
10. D. Júlio Tavares Rebimbas, Bispo de Faro⁹⁸⁸
11. D. Manuel Ferreira Cabral, Bispo titular de Obbi e auxiliar de Braga⁹⁸⁹
12. D. Pompeu Sá Leão e Seabra, Bispo de Malanje
13. D. Francisco Xavier da Piedade Rebelo, Bispo titular de Tipasa da Mauritània e auxiliar de Goa e Damão e Patriarcado das Índias Orientais⁹⁹⁰

⁹⁸¹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6-7; Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL. É de referir que a informação contida neste volume omite duas nomeações, sendo que em vez de 11 nomeações de bispos, corresponde a 12 nomeações de bispos e uma outra, a do Prefeito Apostólico da Guiné Portuguesa.

⁹⁸² Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VI/34 (Outubro-Novembro 1964) 32.

É de realçar que o artigo de D. Manuel de Almeida Trindade apresenta um erro ao indicar que D. Alberto Cosme do Amaral teria sido depois bispo de Coimbra, quando na verdade terá sido nomeado Bispo de Leiria a 1 de Julho de 1972 (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6).

⁹⁸³ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VI/30 (Março-Abril 1964) 32.

D. Manuel de Almeida Trindade apresenta um erro ao indicar o seu nome em ordem distinta. Mais, indica que D. António de Castro teria participado na II Sessão Conciliar, quando na verdade apenas participou na III e IV Sessão Conciliar, dado que ainda não tinha sido nomeado bispo em 1963 (Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/9 (Dezembro 1985) 6).

⁹⁸⁴ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 22.

⁹⁸⁵ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VI/34 (Outubro-Novembro 1964) 31.

⁹⁸⁶ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, V/24-25 (Maio-Junho-Julho 1963) 55.

⁹⁸⁷ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VII/41-42 (Setembro-Outubro-Novembro 1965) 67-68.

⁹⁸⁸ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VII/41-42 (Setembro-Outubro-Novembro 1965) 67-68.

⁹⁸⁹ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VII/36 (Janeiro-Fevereiro 1965) 24.

⁹⁹⁰ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, V/27 (Novembro-Dezembro 1963) 32.

APÊNDICE 7

Bispos portugueses na primeira Sessão Conciliar⁹⁹¹

1. D. Abílio Augusto Vaz das Neves, Bispo de Bragança e Miranda
2. D. Agostinho Joaquim Lopes de Moura, Bispo de Portalegre e Castelo Branco
3. D. Altino Ribeiro Santana, Bispo de Sá da Bandeira
4. D. António Cardoso da Cunha, Bispo titular de Baris da Pisídia e auxiliar de Beja
5. D. António de Campos, Bispo de Febiana e auxiliar de Lisboa
6. D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto
7. D. António Valente da Fonseca, Bispo de Vila Real
8. D. Custódio Alvim Pereira, Arcebispo de Lourenço Marques
9. D. Daniel Gomes Junqueira, Bispo de Nova Lisboa
10. D. David de Sousa, Bispo do Funchal
11. D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo-bispo de Coimbra
12. D. Florentino Andrade e Silva, Bispo titular de Heliosebaste e Administrador Apostólico da diocese do Porto
13. D. Francisco Fernandes Rendeiro, Bispo do Algarve
14. D. Francisco Maria da Silva, Bispo titular de Telmisso e auxiliar de Braga.
15. D. Francisco Nunes Teixeira, Bispo de Quelimane
16. D. Jaime Garcia Goulart, Bispo de Dili
17. D. João Crisóstomo Gomes de Almeida, Bispo titular de Gerafi e auxiliar de Viseu.
18. D. João da Silva Campos Neves, Bispo de Lamego
19. D. João Pereira Venâncio, Bispo de Leiria
20. D. José da Costa Nunes, Cardeal da Cúria Romana
21. D. José Filipe do Carmo Colaço, Bispo de Cabo Verde
22. D. José Joaquim Ribeiro, Bispo de Egeia e auxiliar de Évora
23. D. José Pedro da Silva, Bispo de Tiava e auxiliar de Lisboa
24. D. José Vieira Alvernaz, Arcebispo de Goa e Damão e Patriarca das Índias Orientais
25. D. Manuel Afonso de Carvalho, Bispo de Angra
26. D. Manuel António Pires, Bispo de Silva Porto
27. D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo eleito de Aveiro

⁹⁹¹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II» in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6-7.

Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL.

Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/19 (Setembro-Outubro 1962) 21-37.

Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 20.

28. D. Manuel de Jesus Pereira, Bispo de Preneto e auxiliar de Coimbra
29. D. Manuel dos Santos Rocha, Arcebispo de Mitilene e auxiliar de Lisboa
30. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa
31. D. Manuel Maria Ferreira da Silva, Arcebispo de Cízico
32. D. Manuel de Medeiros Guerreiro, Bispo de Nampula
33. D. Manuel Nunes Gabriel, Arcebispo de Methymna e Coadjutor de Luanda e Administrador Apostólico de Malanje
34. D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora
35. D. Moisés Alves de Pinho, Arcebispo de Luanda e bispo de S. Tomé
36. D. Paulo José Tavares, Bispo de Macau
37. D. Policarpo da Costa Vaz, Bispo da Guarda
38. D. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira

APÊNDICE 7A

Bispos portugueses ausentes na primeira Sessão Conciliar⁹⁹²

1. D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo de Braga
2. D. José Cruz Moreira Pinto, Bispo de Viseu
3. D. José do Patrocínio Dias, Bispo de Beja
4. D. José dos Santos Garcia, Bispo de Porto Amélia
5. Mons. Martinho da Silva Carvalhosa, Prefeito Apostólico da Guiné Portuguesa

⁹⁹² Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II» in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6-7; Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XXXIX-XL; Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/19 (Setembro-Outubro 1962) 21-37; Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 20.

APÊNDICE 8

Bispos portugueses na segunda Sessão Conciliar⁹⁹³

1. D. Agostinho Lopes de Moura, Bispo de Portalegre e Castelo Branco
2. D. Altino Ribeiro Santana, Bispo de Sá da Bandeira
3. D. António Cardoso da Cunha, Bispo titular de Baris da Pisídia e auxiliar de Beja.
4. D. António de Campos, Bispo de Febiana e auxiliar de Lisboa
5. D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto
6. D. António Valente da Fonseca, Bispo de Vila Real
7. D. Custódio Alvim Pereira, Arcebispo de Lourenço Marques
8. D. Daniel Gomes Junqueira, Bispo de Nova Lisboa
9. D. David de Sousa, Bispo do Funchal
10. D. Ernesto Gonçalves da Costa, Bispo de Inhambane
11. D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo-bispo de Coimbra
12. D. Félix Niza Ribeiro, Bispo de Tete
13. D. Florentino Andrade e Silva, Bispo titular de Heliosebaste e Administrador Apostólico da diocese do Porto
14. D. Francisco Esteves Dias, Bispo de Luso
15. D. Francisco Fernandes Rendeiro, Bispo do Algarve
16. D. Francisco Maria da Silva, Bispo titular de Telmisso e auxiliar de Braga.
17. D. Francisco Nunes Teixeira, Bispo de Quelimane
18. D. Jaime Garcia Goulart, Bispo de Dili
19. D. João Crisóstomo Gomes de Almeida, Bispo titular de Gerafi e auxiliar de Viseu.
20. D. João da Silva Campos Neves, Bispo de Lamego
21. Mons. João Ferreira, Prefeito Apostólico da Guiné Portuguesa
22. D. João Pereira Venâncio, Bispo de Leiria
23. D. José da Costa Nunes, Cardeal da Cúria Romana
24. D. José dos Santos Garcia, Bispo de Porto Amélia
25. D. José Filipe do Carmo Colaço, Bispo de Cabo Verde.
26. D. José Joaquim Ribeiro, Bispo de Egeia e auxiliar de Évora
27. D. José Pedro da Silva, Bispo de Tiava e auxiliar de Lisboa

⁹⁹³ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II» in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6-7.

Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL.

Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/19 (Setembro-Outubro 1962) 21-37.

Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 20.

28. D. José Vieira Alvernaz, Arcebispo de Goa e Damão e Patriarca das Índias Orientais
29. D. Manuel Afonso de Carvalho, Bispo de Angra
30. D. Manuel António Pires, Bispo de Silva Porto
31. D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro
32. D. Manuel de Jesus Pereira, Bispo de Preneto e auxiliar de Coimbra
33. D. Manuel dos Santos Rocha, Arcebispo de Mitilene e auxiliar de Lisboa
34. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa
35. D. Manuel Maria Ferreira da Silva, Arcebispo de Cízico
36. D. Manuel de Medeiros Guerreiro, Bispo de Nampula
37. D. Moisés Alves de Pinho, Arcebispo de Luanda e bispo de S. Tomé.
38. D. Paulo José Tavares, Bispo de Macau
39. D. Policarpo da Costa Vaz, Bispo da Guarda
40. D. Pompeu Sá Leão e Seabra, Bispo de Malanje⁹⁹⁴
41. D. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira

⁹⁹⁴ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6-10. Neste artigo em nenhum momento aparece citado D. Pompeu Sá Leão e Seabra, Bispo de Malanje. Mais tarde, na Revista *Lumen* aparece uma *Addenda* para colmatar esta falha [Cf. «Bispos Portugueses no Concílio Vaticano II - Addenda», in *Lumen*, XLVII/2 (Fevereiro 1986) 14].

APÊNDICE 8A

Bispos portugueses ausentes na segunda Sessão Conciliar⁹⁹⁵

1. D. Abílio Augusto Vaz das Neves, Bispo de Bragança e Miranda
2. D. José Cruz Moreira Pinto, Bispo de Viseu
3. D. José do Patrocínio Dias, Bispo de Beja
4. D. Manuel Nunes Gabriel, Arcebispo de Methymna e Coadjutor de Luanda e Administrador Apostólico de Malanje
5. D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora

⁹⁹⁵ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II» in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6-7; Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL.

APÊNDICE 9

Bispos portugueses na terceira Sessão Conciliar⁹⁹⁶

1. D. Agostinho Joaquim Lopes de Moura, Bispo de Portalegre e Castelo Branco
2. D. Alberto Cosme do Amaral, Bispo titular de Tagaria e auxiliar do Porto⁹⁹⁷
3. D. Altino Ribeiro Santana, Bispo de Sá da Bandeira
4. D. António Cardoso da Cunha, Bispo titular de Baris da Pisídia e auxiliar de Beja.
5. D. António de Campos, Bispo de Febiana e auxiliar de Lisboa
6. D. António de Castro Xavier Monteiro, Bispo titular de Ombi e auxiliar de Vila Real⁹⁹⁸
7. D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto
8. D. António Valente da Fonseca, Bispo de Vila Real
9. D. Custódio Alvim Pereira, Arcebispo de Lourenço Marques
10. D. Daniel Gomes Junqueira, Bispo de Nova Lisboa
11. D. David de Sousa, Bispo do Funchal
12. D. Ernesto Gonçalves da Costa, Bispo de Inhambane
13. D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo-bispo de Coimbra
14. D. Eurico Dias Nogueira, Bispo de Vila Cabral
15. D. Félix Niza Ribeiro, Bispo de Tete
16. D. Florentino Andrade e Silva, Bispo titular de Heliosebaste e Administrador Apostólico da diocese do Porto
17. D. Francisco Esteves Dias, Bispo de Luso
18. D. Francisco Fernandes Rendeiro, Bispo do Algarve
19. D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo de Braga
20. D. Francisco Nunes Teixeira, Bispo de Quelimane
21. D. Jaime Garcia Goulart, Bispo de Díli

⁹⁹⁶ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/9 (Dezembro 1985) 6-7; Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL.

Nota: O *Boletim de Informação Pastoral* dá uma informação incorrecta, uma vez que na terceira sessão conciliar não estiveram 43 como refere, mas sim 45 padres conciliares.

Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VI/34 (Outubro-Novembro 1964) 30-31

⁹⁹⁷ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VI/34 (Outubro-Novembro 1964) 32.

É de realçar que o artigo de D. Manuel de Almeida Trindade apresenta um erro ao indicar que D. Alberto Comes do Amaral teria sido depois Bispo de Coimbra, quando na verdade terá sido nomeado Bispo de Leiria a 1 de Julho de 1972 [Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6].

⁹⁹⁸ O *Boletim de Informação pastoral* corrige no número 35 a lista dos Prelados Portugueses presentes na 3ª Sessão, referindo que o Sr. Bispo Auxiliar de Vila Real também esteve presente.

Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VI/35 (Dezembro 1964) 34.

22. D. João Crisóstomo Gomes de Almeida, Bispo titular de Gerafi e auxiliar de Viseu.
23. D. João da Silva Campos Neves, Bispo de Lamego
24. Mons. João Ferreira, Prefeito Apostólico da Guiné Portuguesa
25. D. João Pereira Venâncio, Bispo de Leiria
26. D. José da Costa Nunes, Cardeal da Cúria Romana
27. D. José dos Santos Garcia, Bispo de Porto Amélia
28. D. José Filipe do Carmo Colaço, Bispo de Cabo Verde
29. D. José Joaquim Ribeiro, Bispo de Egeia e auxiliar de Évora
30. D. José Pedro da Silva, Bispo de Tiava e auxiliar de Lisboa
31. D. José Vieira Alvernaz, Arcebispo de Goa e Damão e Patriarca das Índias Orientais
32. D. Manuel Afonso de Carvalho, Bispo de Angra
33. D. Manuel António Pires, Bispo de Silva Porto
34. D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro
35. D. Manuel de Jesus Pereira, Bispo de Preneto e auxiliar de Coimbra
36. D. Manuel dos Santos Rocha, Arcebispo de Mitilene e auxiliar de Lisboa
37. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa
38. D. Manuel Maria Ferreira da Silva, Arcebispo de Cízico
39. D. Manuel de Medeiros Guerreiro, Bispo de Nampula
40. D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora
41. D. Moisés Alves de Pinho, Arcebispo de Luanda e bispo de S. Tomé
42. D. Paulo José Tavares, Bispo de Macau
43. D. Policarpo da Costa Vaz, Bispo da Guarda
44. D. Pompeu Sá Leão e Seabra, Bispo de Malanje
45. D. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira

APÊNDICE 9A

Bispos portugueses ausentes na terceira Sessão Conciliar⁹⁹⁹

1. D. Abílio Augusto Vaz das Neves, Bispo de Bragança e Miranda
2. D. Francisco Xavier da Piedade Rebelo, Bispo titular de Tipasa da Mauritânia e auxiliar de Goa e Damão e Patriarcado das Índias Orientais
3. D. José Cruz Moreira Pinto, Bispo de Viseu
4. D. José do Patrocínio Dias, Bispo de Beja
5. D. Manuel Nunes Gabriel, Arcebispo de Methymna e Coadjutor de Luanda e Administrador Apostólico de Malanje

⁹⁹⁹ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II» in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6-7; Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL.

APÊNDICE 10

Bispos portugueses na quarta Sessão Conciliar¹⁰⁰⁰

1. D. Agostinho Joaquim Lopes de Moura, Bispo de Portalegre e Castelo Branco
2. D. Alberto Cosme do Amaral, Bispo titular de Tagaria e auxiliar do Porto¹⁰⁰¹
3. D. Altino Ribeiro Santana, Bispo de Sá da Bandeira
4. D. António Cardoso da Cunha, Bispo titular de Baris da Pisidia e auxiliar de Beja.
5. D. António de Campos, Bispo de Febiana e auxiliar de Lisboa
6. D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto
7. D. António de Castro Xavier Monteiro, Bispo titular de Ombi e auxiliar de Vila Real
8. D. Custódio Alvim Pereira, Arcebispo de Lourenço Marques
9. D. Daniel Gomes Junqueira, Bispo de Nova Lisboa
10. D. David de Sousa, Bispo do Funchal
11. D. Ernesto Gonçalves da Costa, Bispo de Inhambane
12. D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo-bispo de Coimbra
13. D. Eurico Dias Nogueira, Bispo de Vila Cabral
14. D. Félix Niza Ribeiro, Bispo de Tete
15. D. Florentino Andrade e Silva, Bispo titular de Heliosebaste e Administrador Apostólico do Porto
16. D. Francisco Esteves Dias, Bispo de Luso
17. D. Francisco Fernandes Rendeiro, Bispo do Algarve
18. D. Francisco Maria da Silva, Arcebispo de Braga
19. D. Francisco Nunes Teixeira, Bispo de Quelimane
20. D. Francisco Xavier da Piedade Rebelo, Bispo titular de Tipasa da Mauritània e auxiliar de Goa e Damão e Patriarcado das Índias Orientais
21. D. João António da Silva Saraiva, Bispo do Funchal
22. D. João Crisóstomo Gomes de Almeida, Bispo titular de Gerafi e auxiliar de Viseu.
23. D. João da Silva Campos Neves, Bispo de Lamego
24. Mons. João Ferreira, Prefeito Apostólico da Guiné Portuguesa
25. D. João Pereira Venâncio, Bispo de Leiria

¹⁰⁰⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II» in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6-7; Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL.

¹⁰⁰¹ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VI/34 (Outubro-Novembro 1964) 32.

É de realçar que o artigo de D. Manuel de Almeida Trindade apresenta um erro ao indicar que D. Alberto Cosme do Amaral teria sido depois bispo de Coimbra, quando na verdade terá sido nomeado bispo de Leiria a 1 de Julho de 1972 [Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6].

26. D. José da Costa Nunes, Cardeal da Cúria Romana
27. D. José dos Santos Garcia, Bispo de Porto Amélia
28. D. José Filipe do Carmo Colaço, Bispo de Cabo Verde
29. D. José Joaquim Ribeiro, Bispo titular de Egeia e coadjutor de Dili.
30. D. José Pedro da Silva, Bispo de Viseu
31. D. José Vieira Alvernaz, Arcebispo de Goa e Damão e Patriarca das Índias Orientais
32. D. Júlio Tavares Rebimbas, Bispo de Faro
33. D. Manuel Afonso de Carvalho, Bispo de Angra
34. D. Manuel António Pires, Bispo de Silva Porto
35. D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo eleito de Aveiro
36. D. Manuel de Jesus Pereira, Bispo de Bragança e Miranda
37. D. Manuel dos Santos Rocha, Arcebispo de Mitilene e auxiliar de Lisboa
38. D. Manuel Ferreira Cabral, Bispo auxiliar de Braga
39. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa
40. D. Manuel Maria Ferreira da Silva, Arcebispo de Cízico
41. D. Manuel de Medeiros Guerreiro, Bispo de Nampula
42. D. Manuel Nunes Gabriel, Arcebispo de Methymna e Coadjutor de Luanda e Administrador Apostólico de Malanje
43. D. Moisés Alves de Pinho, Arcebispo de Luanda e bispo de S. Tomé.
44. D. Paulo José Tavares, Bispo de Macau
45. D. Policarpo da Costa Vaz, Bispo da Guarda
46. D. Pompeu Sá Leão e Seabra, Bispo de Malanje
47. D. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira

APÊNDICE 10A

Bispos portugueses ausentes na quarta Sessão Conciliar¹⁰⁰²

1. D. Abílio Augusto Vaz das Neves, Bispo de Bragança e Miranda
2. D. António Valente da Fonseca, Bispo de Vila Real
3. D. José do Patrocínio Dias, Bispo de Beja

¹⁰⁰² Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6-7; Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL.

APÊNDICE 11

Bispos portugueses falecidos durante o Concílio¹⁰⁰³

1. D. António Bento Martins Júnior, Arcebispo de Braga¹⁰⁰⁴
2. D. José Cruz Moreira Pinto, Bispo de Viseu¹⁰⁰⁵
3. D. José do Patrocínio Dias, Bispo de Beja¹⁰⁰⁶
4. D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora¹⁰⁰⁷

¹⁰⁰³ Cf. PRAÇA, Afonso - «Portugal e o Concílio», in RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., XL; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 6-7.

¹⁰⁰⁴ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, V/26 (Setembro-Outubro 1963) 31.

¹⁰⁰⁵ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VI/34 (Dezembro 1964) 25-26.

¹⁰⁰⁶ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 30.

¹⁰⁰⁷ Cf. *Correio do Vouga*, XXXV/1766 (24.IX.1965) 1.

APÊNDICE 12

Intervenções orais dos bispos portugueses nas Congregações Gerais¹⁰⁰⁸

1. D. Abílio Augusto Vaz das Neves, Bispo de Bragança e Miranda

- a. Sobre o esquema «De Ecclesiae unitate»¹⁰⁰⁹

Congregação Geral XXX, 29 Novembro de 1962

2. D. Agostinho Lopes de Moura, Bispo de Portalegre e Castelo Branco

- a. Sobre o Cap. 2º do esquema «De Sacra Liturgia»¹⁰¹⁰

Congregação Geral XII, 5 Novembro de 1962

- b. Sobre o Cap. 4º do esquema «De Ecclesia»¹⁰¹¹

Congregação Geral LIX, 31 Outubro 1963

- c. Sobre o esquema «De Episcopis»¹⁰¹²

Congregação Geral LXXXV, 22 Setembro 1964

3. D. António Cardoso da Cunha, Bispo titular de Baris da Pisídia e auxiliar de Beja

- a. Sobre o esquema «De Episcopis ac de Dioecesium regimine»¹⁰¹³

Congregação Geral LX, 5 Novembro 1963

- b. Sobre o esquema «De Oecumenismo»¹⁰¹⁴

Congregação Geral LXXV, 26 Novembro 1963

¹⁰⁰⁸ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 21; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 7-10.

¹⁰⁰⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars III: Congregationes generales XIX-XXX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 721-723; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 17.21.

¹⁰¹⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars II: Congregationes generales X-XVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 125-126; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 12.21.

¹⁰¹¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars IV: Congregationes generales LIX-LXIV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 53-54; *Boletim de Informação Pastoral*, VI/32-33 (Julho-Agosto-Setembro 1963) 74.

¹⁰¹² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars II: Congregationes generales LXXXIII-LXXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 274-27; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 22.

¹⁰¹³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars IV: Congregationes generales LIX-LXIV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 409.

¹⁰¹⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars VI: Congregationes generales LXXIV-LXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 79-81; *Boletim de Informação Pastoral*, VI/32-33 (Julho-Agosto-Setembro 1963) 75.

4. D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto

- a. Sobre o Cap. 1º do esquema «De Episcopis ac de Dioecesium regimine»¹⁰¹⁵
Congregação Geral LXII, 7 Novembro 1963
- b. Sobre o esquema «De Oecumenismo»¹⁰¹⁶
Congregação Geral LXXI, 20 Novembro 1963

5. D. António de Castro Xavier Monteiro, Bispo de Ombi e auxiliar de Vila Real

- a. Sobre o esquema «De Divina Revelatione»¹⁰¹⁷
Congregação Geral XCIII, 2 Outubro 1964

6. D. Custódio Alvim Pereira, Arcebispo de Lourenço Marques

- a. Sobre o Cap. 2º do esquema «De Sacra Liturgia»¹⁰¹⁸
Congregação Geral X, 30 Outubro 1962
- b. Sobre o Cap. 2º do esquema «De Ecclesia»¹⁰¹⁹
Congregação Geral XLVII, 14 Outubro 1963
- c. Sobre o esquema «De libertate religiosa»¹⁰²⁰
Congregação Geral CXXX, 17 Setembro 1965

7. D. David de Sousa, Bispo do Funchal

- a. Sobre o esquema «De Fontibus Revelationis»¹⁰²¹
Congregação Geral XXII, 19 Novembro 1962

8. D. Ernesto Gonçalves da Costa, Bispo de Inhambane

- a. Sobre o esquema «De Activitate missionali Ecclesiae»¹⁰²²
Congregação Geral CXLVI, 11 Outubro 1965

¹⁰¹⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars IV: Congregationes generales LIX-LXIV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 580-584; *Boletim de Informação Pastoral*, VI/32-33 (Julho-Agosto-Setembro 1963) 75.

¹⁰¹⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 625-628; *Boletim de Informação Pastoral*, VI/32-33 (Julho-Agosto-Setembro 1963) 75.

¹⁰¹⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars III: Congregationes generales XC-XCV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 234-236; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 22.

¹⁰¹⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars II: Congregationes generales X-XVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 32-34; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 12.21.

¹⁰¹⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 500-502; *Boletim de Informação Pastoral*, VI/32-33 (Julho-Agosto-Setembro 1963) 74.

¹⁰²⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars I: Congregationes generales CXXVII-CXXXII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1976, 323-325; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 22.

¹⁰²¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars III: Congregationes generales XIX-XXX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 187-189; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 15.21.

¹⁰²² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars IV: Congregationes generales CXLVI-CL*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 146; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 23.

9. D. Francisco Fernandes Rendeiro, Bispo do Algarve

- a. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰²³
Congregação Geral CXIII, 30 Outubro 1964
- b. Sobre o cap. 8º do esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰²⁴
Congregação Geral LXXXII, 17 Setembro 1964
- c. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰²⁵
Congregação Geral XXXVII, 30 Setembro 1963

10. D. Francisco Maria da Silva, Bispo titular de Telmisso e auxiliar de Braga

- a. Sobre a II parte do esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰²⁶
Congregação Geral CXXXIX, 30 Setembro 1965

11. Mons. João Ferreira, Prefeito Apostólico da Guiné Portuguesa

- a. Sobre o esquema «De Episcopis»¹⁰²⁷
Congregação Geral LXVIII, 15 Novembro 1963
- b. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰²⁸
Congregação Geral CXIII, 30 Outubro 1964
- c. Sobre o esquema «De Divina Revelatione»¹⁰²⁹
Congregação Geral XCV, 6 Outubro 1964

12. D. José Pedro da Silva, Bispo de Tiava

- a. sobre o esquema «De Ecclesia»¹⁰³⁰
Congregação Geral LIV, 23 Outubro 1963

¹⁰²³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VI: Congregationes generales CXII-CXVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 212-213; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 23.

¹⁰²⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars I: Congregationes generales LXXX-LXXXII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 506-508; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 22; Cf. CONGAR, Yves - *Mon Journal du Concile*, II, Cerf, Paris, 2002, 140.

¹⁰²⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars I: Congregationes generales XXXVII-XXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 308.

¹⁰²⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars III: Congregationes generales CXXXVIII-CXLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 73-74; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 22.

¹⁰²⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 233-235; *Boletim de Informação Pastoral*, VI/32-33 (Julho-Agosto-Setembro 1963) 75.

¹⁰²⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VI: Congregationes generales CXII-CXVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 224-228; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 23.

¹⁰²⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 346-348; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 22.

¹⁰³⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales XIX-XXX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 244-246; *Boletim de Informação Pastoral*, VI/32-33 (Julho-Agosto-Setembro 1963) 74.

13. D. Manuel Afonso de Carvalho, Bispo de Angra

- a. Sobre o Cap. 3º do esquema «Sacra Liturgia»¹⁰³¹
Congregação Geral XIII, 6 Novembro 1962
- b. Sobre o Cap. 2º do esquema «De Episcopis ac dioecesium regimine»¹⁰³²
Congregação Geral LXIV, 11 Novembro 1963

14. D. Manuel de Jesus Pereira, Bispo de Preneto e auxiliar de Coimbra

- a. Sobre o esquema «De Vita et ministerio Sacerdotali»¹⁰³³
Congregação Geral CI, 14 Outubro 1964

15. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa

- a. Sobre o cap. 4º «De Sacra Liturgia»¹⁰³⁴
Congregação Geral XV, 9 Novembro 1962
- b. Sobre o cap. 4º do esquema «De Ecclesia»¹⁰³⁵
Congregação Geral LVII, 29 Outubro 1963
- c. Sobre o esquema «De Fontibus Revelationis»¹⁰³⁶
Congregação Geral XX, 16 Novembro 1962
- d. Sobre o esquema «De Indulgentiis»¹⁰³⁷
Em nome da Conferência Episcopal Portuguesa
Congregação Geral CLVII, 10 Novembro 1965

¹⁰³¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars II: Congregationes generales X-XVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 180-181; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 12.21.

¹⁰³² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars IV: Congregationes generales LIX-LXIV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 720-721; *Boletim de Informação Pastoral*, VI/32-33 (Julho-Agosto-Setembro 1963) 75.

¹⁰³³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars IV: Congregationes generales XCVI-CII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 426-428.

¹⁰³⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars II: Congregationes generales X-XVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 390-391; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 22; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 13.21.

¹⁰³⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 590-592; *Boletim de Informação Pastoral*, VI/32-33 (Julho-Agosto-Setembro 1963) 74.

¹⁰³⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars III: Congregationes generales XIX-XXX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 67-68; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 15.21.

¹⁰³⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars VI: Congregationes generales CLXIV-CLXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1978, 300-301; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 24.

16. D. Manuel Trindade Salgueiro, Arcebispo de Évora

- a. Sobre a Mensagem a enviar ao Mundo¹⁰³⁸
Congregação Geral III, 20 Outubro 1962
- b. Sobre o cap. 2º do esquema «De Sacra Liturgia»¹⁰³⁹
Congregação Geral X, 30 Outubro 1962
- c. Sobre o esquema «De Ecclesiae unitate»¹⁰⁴⁰
Congregação Geral XXX, 29 Novembro 1962

17. D. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira

- a. Sobre os Caps. 3º-8º «De Sacra Liturgia»¹⁰⁴¹
Congregação Geral XVII, 12 Novembro 1962
- b. Sobre o esquema «De instrumentis communicationis socialis»¹⁰⁴²
Congregação Geral XXVII, 26 Novembro 1962
- c. Sobre o Cap. 3º do esquema «De Ecclesia»¹⁰⁴³
Congregação Geral LIII, 22 Outubro 1963
- d. Sobre o cap. 4º do esquema «De Ecclesia»¹⁰⁴⁴
Congregação Geral LVIII, 30 Outubro 1963
- e. Sobre o esquema «De Apostolatu laicorum»¹⁰⁴⁵
Congregação Geral XCVIII, 9 Outubro 1964
- f. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁴⁶
Congregação Geral CVII, 20 Outubro 1964

¹⁰³⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars I: Congregationes generales I-IX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 249-250.

¹⁰³⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars II: Congregationes generales X-XVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 39-41; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 12.21.

¹⁰⁴⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars III: Congregationes generales XIX-XXX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 713-715; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 17.21.

¹⁰⁴¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars II: Congregationes generales X-XVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 600-602; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 13.21.

¹⁰⁴² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars III: Congregationes generales XIX-XXX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 516-518; *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 16.21.

¹⁰⁴³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 190-193; *Boletim de Informação Pastoral*, VI/32-33 (Julho-Agosto-Setembro 1963) 74.

¹⁰⁴⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 661-664; *Boletim de Informação Pastoral*, VI/32-33 (Julho-Agosto-Setembro 1963) 74.

¹⁰⁴⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars IV: Congregationes generales XCVI-CII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 154-158; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 22.

¹⁰⁴⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars V: Congregationes generales CIII-CXI*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 327-329; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 22.

- g.** Sobre a 1ª parte do esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁴⁷
Congregação Geral CXXXVII, 28 Setembro 1965
- h.** Sobre o esquema «De activitate missionali Ecclesiae»¹⁰⁴⁸
Congregação Geral CXLVII, 12 Outubro 1965
- i.** Sobre o esquema «De Vita et ministerio Sacerdotali»¹⁰⁴⁹
Congregação Geral CLI, 16 Outubro 1965
- j.** Sobre o Cap. 4º do esquema «De Episcopis ac de dioecesim regimine»¹⁰⁵⁰
Congregação Geral LXVII, 19 Novembro 1963

¹⁰⁴⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 643-645; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 23.

¹⁰⁴⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars IV: Congregationes generales CXLVI-CL*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 216-219; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 23.

¹⁰⁴⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars V: Congregationes generales CLI-CLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1978, 64-67; *Boletim de Informação Pastoral*, VII/43 (Dezembro 1965) 24.

¹⁰⁵⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 224-227.

APÊNDICE 13

Intervenções escritas dos bispos portugueses¹⁰⁵¹

- 1. D. Agostinho Lopes de Moura, Bispo de Portalegre e Castelo Branco**
 - a. Sobre o cap. 3º do esquema «De Ecclesia»¹⁰⁵²
 - b. Sobre o esquema «De educatione christiana»¹⁰⁵³
 - c. Sobre o esquema « De Vita et ministerio Sacerdotali »¹⁰⁵⁴
- 2. D. Alberto Cosme do Amaral, Bispo auxiliar do Porto e depois de Coimbra**
 - a. Sobre o esquema «De Vita et ministerio Sacerdotali»¹⁰⁵⁵
 - b. Sobre o esquema «De Institutione sacerdotali»¹⁰⁵⁶
- 3. D. Altino Ribeiro Santana, Bispo de Sá da Bandeira**
 - a. Sobre o esquema «De activitate missionali Ecclesiae»¹⁰⁵⁷
 - b. Sobre o esquema «De activitate missionali Ecclesiae»¹⁰⁵⁸
[Appendix – *De Missionibus*]
 - c. Sobre o esquema «De activitate missionali Ecclesiae»¹⁰⁵⁹
[em nome da *Conferência Episcopal de Angola*]
- 4. D. António Cardoso da Cunha, Bispo titular de Baris da Pisidia e auxiliar de Beja**
 - a. Sobre o cap. 2º do esquema «De Episcopis ac de Dioecesium Regimine»¹⁰⁶⁰
 - b. Sobre o esquema «De Episcopis ac de Dioecesium Regimine»¹⁰⁶¹

¹⁰⁵¹ Cf. *Boletim de Informação Pastoral*, IV/20 (Novembro-Dezembro 1962) 21; Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 7-10.

¹⁰⁵² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 503.

¹⁰⁵³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VIII: Congregationes generales CXXII-CXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1976, 520-521.

¹⁰⁵⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars V: Congregationes generales CCLI-CLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1978, 388-389.

¹⁰⁵⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars IV: Congregationes generales XCVI-CII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 558.

¹⁰⁵⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VIII: Congregationes generales CXXII-CXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1976, 272.

¹⁰⁵⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VI: Congregationes generales CXII-CXVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 604-606.

¹⁰⁵⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VI: Congregationes generales CXII-CXVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 816-817.

¹⁰⁵⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars IV: Congregationes generales CXLVI-CL*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 595-596.

¹⁰⁶⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 117-118.

¹⁰⁶¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars III: Congregationes generales XC-XCV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 529.

- c. Sobre o cap. 4º do esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁶²
- d. Sobre o esquema «De institutione sacerdotali»¹⁰⁶³
[Appendix – *De Sacrorum Alumnis Formandis*]
- e. Sobre a II parte do esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁶⁴

5. D. António Ferreira Gomes, bispo do Porto

- a. Sobre o esquema «De libertate religiosa»¹⁰⁶⁵
[Appendix]

6. D. António Valente da Fonseca, Bispo de Vila Real

- a. Sobre o esquema «De Vita et ministerio Sacerdotali»¹⁰⁶⁶

7. D. António de Castro Xavier Monteiro, Bispo auxiliar de Vila Real

- a. Sobre o esquema «De activitate missionali Ecclesiae»¹⁰⁶⁷
- b. Sobre o esquema «De Vita et ministerio Sacerdotali»¹⁰⁶⁸

8. D. Custódio Alvim Pereira, Arcebispo de Lourenço Marques

- a. Sobre o cap. 3º do esquema «De Ecclesia»¹⁰⁶⁹
- b. Sobre o cap. 2º do esquema «De Episcopis ac de Dioecesium Regimine»¹⁰⁷⁰
- c. Sobre os caps. 3º e 4º do esquema «De Episcopis ac de Dioecesium Regimine»¹⁰⁷¹
- d. Sobre o cap. 4º do esquema «De Episcopis ac de Dioecesium Regimine»¹⁰⁷²
- e. Sobre o cap. 2º do esquema «De Oecumenismo»¹⁰⁷³

¹⁰⁶² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VII: Congregationes generales CXIX-CXXII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 200.

¹⁰⁶³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VII: Congregationes generales CXIX-CXXII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 827-828.

¹⁰⁶⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars III: Congregationes generales CXXXVIII-CXLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 782-783.

¹⁰⁶⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars I: Congregationes generales CXXVII-CXXXII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1976, 738-744.

¹⁰⁶⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars IV: Congregationes generales XCVI-CII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 653.

¹⁰⁶⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars IV: Congregationes generales CXLVI-CL*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 479-480.

¹⁰⁶⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars V: Congregationes generales CCLI-CLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1978, 299-300.

¹⁰⁶⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 419.

¹⁰⁷⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 105.

¹⁰⁷¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 274.

¹⁰⁷² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 359-360.

¹⁰⁷³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars VI: Congregationes generales LXXIV-LXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 245.

- f. Sobre o esquema «De Pastoralis Episcoporum Munere in Ecclesia»¹⁰⁷⁴
- g. Sobre o cap. 2º do esquema «De Oecumenismo»¹⁰⁷⁵
[Appendix]
- h. Sobre o esquema «De Iudaeis et non-christianis»¹⁰⁷⁶
- i. Sobre o esquema «De Apostolatu Laicorum»¹⁰⁷⁷
- j. Sobre o esquema «De activitate missionali Ecclesiae»¹⁰⁷⁸
- k. Sobre o esquema «Voti de matrimonii sacramento»¹⁰⁷⁹
- l. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁸⁰
- m. Sobre o esquema «De activitate missionali Ecclesiae»¹⁰⁸¹

9. D. David de Sousa, Bispo do Funchal

- a. Sobre o esquema «De Divina Revelatione»¹⁰⁸²

10. D. Ernesto Gonçalves da Costa, Bispo de Inhambane

- a. Sobre o cap. 2º do esquema «De Ecclesia»¹⁰⁸³
- b. Sobre o esquema «De Vita et ministerio Sacerdotali»¹⁰⁸⁴

11. D. Ernesto Sena de Oliveira, Arcebispo-bispo de Coimbra

- a. Sobre o esquema «De libertate religiosa»¹⁰⁸⁵
- b. Sobre o esquema «De Vita et ministerio Sacerdotali»¹⁰⁸⁶

¹⁰⁷⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars II: Congregationes generales LXXXIII-LXXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 389.

¹⁰⁷⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars II: Congregationes generales LXXXIII-LXXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 898.

¹⁰⁷⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars III: Congregationes generales XC-XCV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 158.

¹⁰⁷⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars IV: Congregationes generales XCVI-CII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 278.

¹⁰⁷⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VI: Congregationes generales CXII-CXVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 471-472.

¹⁰⁷⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VIII: Congregationes generales CXXII-CXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1976, 682.

¹⁰⁸⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars III: Congregationes generales CXXXVIII-CXLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 160.

¹⁰⁸¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars IV: Congregationes generales CXLVI-CL*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 416-417.

¹⁰⁸² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars III: Congregationes generales XC-XCV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 827.

¹⁰⁸³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 752-754.

¹⁰⁸⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars V: Congregationes generales CLI-CLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1978, 344-345.

¹⁰⁸⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars II: Congregationes generales LXXXIII-LXXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 740-741.

¹⁰⁸⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars IV: Congregationes generales XCVI-CII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 634-636.

- c. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁸⁷
- d. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁸⁸
- e. Sobre o esquema «De institutione sacerdotali»¹⁰⁸⁹
[Appendix – *De Sacrorum Alumnis Formandis*]
- f. Sobre o esquema «De Educatione christiana»¹⁰⁹⁰
[Appendix – *De Scholis Catholicis*]
- g. Sobre o esquema «De libertate religiosa»¹⁰⁹¹
- h. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁹²
- i. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁹³
- j. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁹⁴

12. D. Eurico Dias Nogueira, Bispo de Vila Cabral

- a. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁹⁵

13. D. Francisco Esteves Dias, Bispo de Luso

- a. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁹⁶

14. D. Francisco Fernandes Rendeiro, Bispo do Algarve

- a. Sobre o cap. 4º «De Sacra Liturgia»¹⁰⁹⁷
- b. Sobre os caps. 3º, 4º e 5º do esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁹⁸

¹⁰⁸⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars V: Congregationes generales CIII-CXI*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 665-667.

¹⁰⁸⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 839.

¹⁰⁸⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VII: Congregationes generales CXIX-CXXII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 913-923.

¹⁰⁹⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VIII: Congregationes generales CXXII-CXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1976, 1015-1016.

¹⁰⁹¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 257-258.

¹⁰⁹² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars III: Congregationes generales CXXXVIII-CXLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 852-853.

¹⁰⁹³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars III: Congregationes generales CXXXVIII-CXLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 470-471.

¹⁰⁹⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars III: Congregationes generales CXXXVIII-CXLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 234.

¹⁰⁹⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VII: Congregationes generales CXIX-CXXII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 245-246.

¹⁰⁹⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 716-717.

¹⁰⁹⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars II: Congregationes generales X-XVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 562-564.

¹⁰⁹⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars IV: Congregationes generales XXXI-XXXVI*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 546-547.

- c. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹⁰⁹⁹
[Appendix]
- d. Sobre o esquema «De Beata Maria Virgine»¹¹⁰⁰
- e. Sobre o esquema «De Episcopis ac de Dioecesium Regimine»¹¹⁰¹
[Appendix]
- f. Sobre o esquema «De Apostolatu Laicorum»¹¹⁰²
- g. Sobre o esquema «De Vita et ministerio Sacerdotali»¹¹⁰³
- h. Sobre o esquema «De Vita et ministerio Sacerdotali»¹¹⁰⁴

15. D. Francisco Maria da Silva, Bispo titular de Telmisso e auxiliar de Braga.

- a. Sobre o esquema «De libertate religiosa»¹¹⁰⁵

16. D. Francisco Nunes Teixeira, Bispo de Quelimane

- a. Sobre o cap. 2º do esquema «De Ecclesia in Mundo»¹¹⁰⁶
- b. Sobre o esquema «De institutione sacerdotali»¹¹⁰⁷

17. D. João da Silva Campos Neves, Bispo de Lamego

- a. Sobre o cap. 2º do esquema «De Episcopis ac de Dioecesium Regimine»¹¹⁰⁸

18. Mons. João Ferreira, Prefeito Apostólico da Guiné Portuguesa

- a. Sobre o esquema «De activitate missionali»¹¹⁰⁹
[Appendix – *De Missionibus*]
- b. Sobre o esquema «De institutione sacerdotali»¹¹¹⁰

¹⁰⁹⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars I: Congregationes generales XXXVII-XXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 702.

¹¹⁰⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 777-778.

¹¹⁰¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars IV: Congregationes generales XXXI-XXXVI*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 893.

¹¹⁰² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars IV: Congregationes generales XCVI-CII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 750.

¹¹⁰³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars IV: Congregationes generales XCVI-CII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 917.

¹¹⁰⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars V: Congregationes generales CCLI-CLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1978, 474.

¹¹⁰⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 120-121.

¹¹⁰⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 831-832.

¹¹⁰⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VIII: Congregationes generales CXXII-CXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1976, 322.

¹¹⁰⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 122.

¹¹⁰⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VI: Congregationes generales CXII-CXVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 743-745.

¹¹¹⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VIII: Congregationes generales CXXII-CXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1976, 286.

19. D. João Pereira Venâncio, Bispo de Leiria

- a. Sobre o cap. 2º «De Sacra Liturgia»¹¹¹¹

20. D. José Filipe do Carmo Colaço, Bispo de Cabo Verde.

- a. Sobre o esquema «De Pastoralis Episcoporum Munere in Ecclesia»¹¹¹²
b. Sobre o esquema «De Missionibus»¹¹¹³

21. D. José Joaquim Ribeiro, Bispo de Egeia e auxiliar de Évora

- a. Sobre o cap. 1º do esquema «De Episcopis ac de Dioecesium Regimine»¹¹¹⁴

22. D. José Vieira Alvernaz, Arcebispo de Goa e Damão e Patriarca das Índias Orientais

- a. Sobre a 1ª parte do esquema «De Ecclesia in Mundo»¹¹¹⁵

23. D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo eleito de Aveiro

- a. Sobre o esquema «De Ecclesia in Mundo»¹¹¹⁶
b. Sobre o cap. 2º do esquema «De Ecclesia in Mundo»¹¹¹⁷
c. Sobre o cap. 3º do esquema «De Ecclesia in Mundo»¹¹¹⁸
d. Sobre o esquema «De libertate religiosa»¹¹¹⁹

24. D. Manuel de Jesus Pereira, Bispo de Preneto e auxiliar de Coimbra

- a. Sobre o cap. 4º do esquema «De Ecclesia»¹¹²⁰
b. Sobre o cap. 2º do esquema «De Episcopis ac de Dioecesium Regimine»¹¹²¹
c. Sobre o cap. 3º do esquema «De Episcopis ac de Dioecesium Regimine»¹¹²²

¹¹¹¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus prima, Pars II: Congregationes generales X-XVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970, 263-264.

¹¹¹² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars II: Congregationes generales LXXXIII-LXXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 760.

¹¹¹³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VI: Congregationes generales CXII-CXVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 732-733.

¹¹¹⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars IV: Congregationes generales LIX-LXIV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 692.

¹¹¹⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 856-858.

¹¹¹⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 151-152.

¹¹¹⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars II: Congregationes generales XL-XLIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 713-714.

¹¹¹⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 434-436.

¹¹¹⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars II: Congregationes generales CXXXIII-CXXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1977, 119-120.

¹¹²⁰ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars IV: Congregationes generales LIX-LXIV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 293.

¹¹²¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 148-150.

¹¹²² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 329-330.

- d. Sobre o esquema «De Divina Revelatione»¹¹²³
- e. Sobre o esquema «De Vita et ministerio Sacerdotali»¹¹²⁴

25. D. Manuel dos Santos Rocha, Arcebispo de Mitilene e auxiliar de Lisboa

- a. Sobre o esquema «De Ecclesia»¹¹²⁵
- b. Sobre o esquema «De Beata Maria Virgine»¹¹²⁶

[Appendix]

26. D. Manuel Gonçalves Cerejeira, Cardeal-Patriarca de Lisboa

- a. Sobre o esquema «De Sacra Liturgia»¹¹²⁷
- b. Sobre o cap. 8º do esquema «De Ecclesia in Mundo»¹¹²⁸

27. D. Sebastião Soares de Resende, Bispo da Beira

- a. Sobre o esquema «De accommodata renovatione Vitae religiosae»¹¹²⁹

¹¹²³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars III: Congregationes generales XC-XCV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 483-484.

¹¹²⁴ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus quarta, Pars V: Congregationes generales CCLI-CLV*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1978, 426-427..

¹¹²⁵ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars I: Congregationes generales XXXVII-XXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1971, 501.

¹¹²⁶ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars III: Congregationes generales L-LVIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1972, 709.

¹¹²⁷ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 837.

¹¹²⁸ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars II: Congregationes generales LXXXIII-LXXXIX*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1974, 99-101.

¹¹²⁹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VII: Congregationes generales CXIX-CXXII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 649-652.

APÊNDICE 14

Observações da Conferência episcopal sobre alguns esquemas¹¹³⁰

1. Esquema «De Episcopis»¹¹³¹
2. Esquema «De institutione sacerdotali» (Seminários)¹¹³²
3. Esquema «De Educatione christiana» (Escolas Católicas)¹¹³³

¹¹³⁰ Cf. TRINDADE, Manuel de Almeida – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*, XLVI/10 (Dezembro 1985) 10.

¹¹³¹ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus secunda, Pars V: Congregationes generales LXV-LXXIII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1973, 175.

¹¹³² ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VII: Congregationes generales CXIX-CXXII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1975, 961.

¹¹³³ ACTA SYNODALIA ..., *Periodus tertia, Pars VIII: Congregationes generales CXXII-CXXVII*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1976, 1030.

BIBLIOGRAFIA

I - Fontes

ACTA E DOCUMENTA CONCILIO OECUMENICO VATICANO II APPARANDO, Series I, Antepreparatoria, cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, 5 vols., Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1960-1961.

ACTA E DOCUMENTA CONCILIO OECUMENICO VATICANO II APPARANDO. Series II, Praeparatoria, cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, 4 vols., Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1964-1995.

ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILII OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, 6 vols., Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1970-1999.

ACTA SYNODALIA SACROSANCTI CONCILLI OECUMENICI VATICANI II (1962-1965), cura et studio Archivi Concilii Oecumenici Vaticani II, *Indices, Index Peritorum*, Typis Polyglottis Vaticanis, Roma, 1980.

ACTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO (1987-1988)

CEP – *Documentos Pastorais 1967-1977*, I, União Gráfica, Lisboa, 1978.

CEP – *Documentos Pastorais 1978-1982*, II, A.O., Braga, 1984.

CEP – *Documentos Pastorais 1983-1990*, III, Rei dos Livros, Lisboa, 1991.

CEP – *Documentos Pastorais 1991-1995*, IV, Rei dos Livros, Lisboa, 1996.

CEP – *Documentos Pastorais 1996-2001*, V, Rei dos Livros, Lisboa, 2002.

CEP – *Documentos Pastorais 2002-2005*, VI, Gráfica de Coimbra, Lisboa, 2006.

CEP – *Documentos Pastorais 2006-2010*, VII, Gráfica de Coimbra, Lisboa, 2011.

CONCÍLIO PLENÁRIO PORTUGUÊS – *Decretos* (Edição Portuguesa Oficial), União Gráfica, Lisboa, 1926.

CONCÍLIO ECUMÉNICO VATICANO II, Editorial Apostolado da Oração, Braga, ¹¹1992.

Sínodo Diocesano de Aveiro, I, Tipografia Minerva, Aveiro, 1944.

II – Instrumentos de trabalho

AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, 4 vols., Círculo de Leitores, Lisboa, 2000-2001.

_____ – *História Religiosa de Portugal*, 3 vols., Círculo de Leitores, Lisboa, 2001-2002.

BARBOSA, David – «Concílios Ecuménicos e Portugal», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, III (A-C), Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, 405-413.

FONTES, Paulo – «Conferência Episcopal Portuguesa», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, III (A-C), Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, 439-441.

_____ – «O catolicismo Português no século XX: da separação à democracia», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) - *História Religiosa de Portugal*, III, Círculo de Leitores, Lisboa, 2002, 129-351.

GASPAR, João Gonçalves – «Diocese de Aveiro», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, III (A-C), Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, 168-177.

TRINDADE, Manuel de Almeida – «Colégio Português em Roma», in AZEVEDO, Carlos A. Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, III (A-C), Círculo de Leitores, Lisboa, 2000, 403-404.

III – Bibliografia geral

AA.VV. – *Abril nos Quartéis de Novembro*, Bertrand, Amadora, 1979.

AA.VV. – *O Pontifício Colégio Português em Roma. Subsídios para a sua história*, IGER, Roma, 1984.

AA.VV. – *Jornadas de Teologia: O Concílio Vaticano II: 20 anos depois*, ISET – Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1987.

AA.VV. – *Homenagem e gratidão: nas "bodas de prata" episcopais de D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo de Aveiro*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1988.

AA.VV. – *Histoire du Christianisme*, t. 11, Desclée, Paris, 1995.

AA.VV. – *Vaticano II: 50 anos, 50 olhares*, Paulus, Lisboa, 2012.

- ALMEIDA, A. Roque de – *Para ler a história da Igreja em Portugal*, Editorial Perpétuo Socorro, Porto, 1996.
- ALMEIDA, João Miguel – *A oposição Católica ao Estado Novo 1958-1974*, Edições Nelson de Matos, Lisboa, 2008.
- ANTUNES, M. L. Marinho – «Um olhar sobre a renovação conciliar em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 55-56.
- ARAÚJO, Miguel de (org.) - *Dicionário político: Os Bispos e a Revolução de Abril*, I, Ispagal, Lisboa, 1976?.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira – «Perfil biográfico de D. Sebastião Soares de Resende», in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 6 (1994) 391-415.
- BAPTISTA, Jacinto – *O 5 de Outubro*, Biblioteca Arcádia de Bolso, Lisboa, 1965.
- CALDAS, Adriano Pereira – *Para a história da Rádio Renascença (1974-1975): um barómetro da revolução*, Grifo/RR, Lisboa, [s.d].
- CARDOSO, A. Pinto – *A fundação do Colégio Português em Roma e a formação do Clero em Portugal no final do século XX*, in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 3 (1991) 291-348.
- CHRISTO, A.; GASPAR, J.G. – *Calendário Histórico de Aveiro*, Tipave, Aveiro, 1986.
- CLEMENTE, Manuel – *1810 -1910 -2010 Datas e Desafios*, Assírio & Alvim, Lisboa, 2009.
- CÓDIGO DE DIREITO CANÓNICO (tradução portuguesa a cargo de José A. Marques; edição anotada a cargo de Pedro Lombardia e Juan Ignacio Arrieta), Edições Theologica, Braga, 1984.
- CONGAR, Yves – *Mon Journal du Concile*, II, Cerf, Paris, 2002.
- CORDEIRO, José Leão – «Liturgia, A Igreja em Oração», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 11-19.
- COSTA, Mário – «Para um perfil do Bispo de Aveiro», in *Lumen*, XLIX/2 (Fevereiro 1988) 12.
- CRUZ, Guilherme Braga da – «Grandeza e valor do bispo», in *Alvoradas*, XXII (Abril-Junho 1961) s.p..
- CRUZ, Manuel Braga da – «As elites católicas nos primórdios do salazarismo», in *Análise Social*, XXVII/116-117 (1992) 547-574.

- _____ – «A Evolução da Igreja Portuguesa», in *Lumen*, LV/6-7 (Junho/Julho 1994) 38.
- _____ – «A Igreja na Transição Democrática Portuguesa», in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 8/9 (1996-1997) 519-536.
- DANDOU, Pépin - *Les conférences des évêques: Histoire et développement de 1830 à nos jours*, L'Harmattan, Paris, 2007.
- Discursos do Papa João Paulo II em Portugal*, Rei dos Livros, s.l., s.d..
- DOMINGUES, Bento – «Dez anos de Concílio em Portugal», in *Brotéria*, XCV/12 (Dezembro 1972) 523-531.
- FALCÃO, Manuel – «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 287.
- FERNANDES, Domingos d'Apresentação – *Como bom soldado de Cristo*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1994.
- GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Cúria diocesana de Aveiro, Aveiro, 1964.
- _____ – «Os Bispos de Aveiro e o culto de Santa Joana», in *Aveiro e o seu Distrito*, 7 (Junho 1969) 27-40.
- _____ – «A Liberdade em Aveiro», in *Aveiro e o seu Distrito*, 19 (1975) 14-40.
- _____ – *Caminhar na esperança*, Paróquia de Santo Isidoro, Eixo, 2004.
- _____ – *Os Bispos de Aveiro e a Pastoral Diocesana*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2007.
- _____ – *Iª República Portuguesa e Igreja Católica*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2011.
- _____ – *A Diocese de Aveiro. Subsídios para a sua história*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 2014.
- GOMES, J. Pinharanda – *Os Congressos Católicos em Portugal*, Secretariado Nacional para o Apostolado dos Leigos, Lisboa, 1984.
- GONÇALVES, Jardim - «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 47-48.
- JOÃO PAULO II – «Viver e testemunhar a certeza de formar um só Corpo», in *Documentação Católica*, VI/63 (Março 1983) 21-24.
- _____ – «Sede Sacerdotes íntegros e corajosos para servir a Igreja e o Homem de hoje», in *Documentação Católica*, VIII/86 (Fevereiro 1985) 31-33.

- _____ – «Evangelizar e renovar a fé do Povo de Deus», in *Documentação Católica*, X/114 (Junho 1987) 13-18.
- _____ – «Razões para te alegrares e nós nos alegrarmos contigo», in *Documentação Católica*, XI/122-123 (Fevereiro/Março 1988) 50-51.
- LEITE, António – «A vida da Igreja cinco anos após o Concílio», in *Brotéria*, XCIV/2 (Fevereiro 1972) 211-226.
- MADAIL, A.G. Rocha - «Princesa Santa Joana. Do Senhorio temporal da vila ao padroado espiritual da cidade e da diocese de Aveiro», in *Arquivo Distrital de Aveiro*, XXXII/127 (1966) 161-176.
- MARCELINO, António B. – «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 47.
- _____ – *Vaticano II ao alcance de todos*, Paulinas, Prior Velho, 2012.
- MARQUES, A. H. Oliveira – *História de Portugal*, II, Edições Ágora, Lisboa, 1972.
- MARUJO, António – *Quando a Igreja desceu à Terra - Testemunhos de memória e futuro nos 50 anos do Concílio Vaticano II*, IMC-Lucerna, Lisboa, 2013.
- MATOS, Luís Salgado de – «Os bispos portugueses: da Concordata ao 25 de Abril – alguns aspectos», *Análise Social*, XXIX/125-126 (1994) 319-383.
- MATTOSO, José (dir.) – *História de Portugal: Portugal em transe (1974-1985)*, VIII, Editorial Estampa, [s.l.], 1994.
- NOGUEIRA, Eurico Dias - «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 47.
- OLIVEIRA, Miguel de – *História Eclesiástica de Portugal*, Publicações Europa-América, Mem Martins, 1994.
- OSÓRIO, Rui - «Fidelidade e... Coragem», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 53.
- PALACIOS CEREZALES, Diego - «Um caso de violência política: o “Verão quente” de 1975», in *Análise Social*, XXXVII/165 (2003) 1127-1157.
- PEDRO, Albano Mendes (Org.) - *Anuário Católico do Ultramar Português 1960*, Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos Políticos e Sociais, Lisboa, 1962.
- PEDRO, Albano Mendes (Org.) - *Anuário Católico do Ultramar Português 1964*, Junta de Investigações do Ultramar / Centro de Estudos Missionários, Lisboa, ²1965.

- PINHO, José E. Borges de – «Os leigos na construção da cidade de Deus», in *Jornadas de Teologia: O Concílio Vaticano II: 20 anos depois*, ISET – Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1987, 111-126.
- POLICARPO, José da Cruz – «Igreja – Mundo, uma nova relação», in *Jornadas de Teologia: O Concílio Vaticano II: 20 anos depois*, ISET – Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1987, 127-35.
- RAMOS, Rui (coord.) – *História de Portugal*, a Esfera dos Livros, Lisboa, 72009.
- RESENDE, Sebastião Soares de - «A alma do Concílio» [25.07.1966], Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1966.
- REVEZ, Jorge – *Os «vencidos do Catolicismo»: Militância e atitudes críticas (1958-1974)*, CEHR-UCP, Lisboa, 2009.
- RIBEIRO, António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, 3 vols., Editorial Estampa, Lisboa, s.d..
- RIBEIRO, António – «O Concílio na vida da Igreja», in *Jornadas de Teologia: O Concílio Vaticano II: 20 anos depois*, ISET – Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1987, 7-22.
- _____ – «Disseram do Concílio», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 46.
- _____ – «No 25.º aniversário do encerramento do Concílio Ecuménico Vaticano II», in RIBEIRO, António – *Obras Escolhidas – O mistério da Igreja*, III, UCE, Lisboa, 2009, 339-345.
- _____ – *Obras Escolhidas – O mistério da Igreja*, III, UCE, Lisboa, 2009.
- RIBEIRO, Isidro – «Dez anos de Vaticano II», in *Brotéria*, CII/1 (Janeiro 1976) 3-16.
- _____ – «Esperança conciliar: vinte anos depois do Vaticano II», in *Brotéria*, 116/1 (Janeiro 1983) 92-103.
- ROCHA, Georgino – *Acção Pastoral da Diocese de Aveiro, do Vaticano II às Festas Jubilares da Restauração (1962/63 – 1987/88)*, 3 vols., Centro de Acção Pastoral, Aveiro, 1993.
- _____ – *Intervenção da Igreja na sociedade portuguesa. Contributos para a emergência da democracia. Leitura de um percurso com luzes e sombras*, Gráfica de Coimbra 2, Coimbra, 2009.
- ROMANO, P. – «Sínodo de 1977. A Catequese, hoje», in *Brotéria*, CIV/5-6 (Maio/Junho 1977) 546-554.

- SANTARÉM, C. de – «Saudades do Vaticano II – Um balanço mais», in *Brotéria*, CXXI/5 (Novembro 1985) 462-467.
- SANTOS, Henrique – *A recepção do Concílio Vaticano II na Diocese da Guarda*, Paulus, Lisboa, 2011.
- SÍNODO DOS BISPOS – *A catequese no nosso tempo com particular referência à catequese das crianças e dos jovens (para uso das Conferências Episcopais)*, Typis Polyglottis Vaticanis, Cidade do Vaticano, 1976.
- SÍNODO DOS BISPOS 1971 – *O Sacerdócio ministerial e a justiça no mundo*, União Gráfica, Lisboa, s.d..
- SOUSA, Maria A.; VENTURA, Zélia – *Dom Manuel de Almeida Trindade: Bispo Emérito de Aveiro. Bibliografia Analítica*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1995.
- TELES, Fernando – «Corresponsáveis na única missão da Igreja», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 54.
- TRINDADE, Manuel - «Concílio – o esquema «de Ecclesia»», in *Igreja e Missão*, XV/12 (Out-Dez 1963) 64-65.
- TRINDADE, Manuel de Almeida – *Uma visão metafísica da Igreja*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1943.
- ____ – *A Faculdade de Teologia e o incidente com o Senhor Bispo-Conde, D. Manuel Correia de Bastos Pina*, União Gráfica, Lisboa, 1954.
- ____ – *O Padre Luís Lopes de Melo e a sua época (1885-1951)*, Casa do Castelo, Coimbra, 1958.
- ____ – «Um problema que persiste», in *Correio do Vouga*, XXXVIII/1893 (19.IV.1968) 3-4
- ____ – «Saudação do Presidente da Conferência Episcopal», in *Documentação Católica*, V/52-53 (Abril/Maio 1982) 171.
- ____ – «O Vaticano II no seu tempo: um testemunho», in *Humanística e Teologia*, 5 (1984) 153-177.
- ____ – «A participação da Igreja portuguesa no Concílio Vaticano II», in *Lumen*. XLVI/10 (Dezembro 1985) 3-10.

- _____ – *Pessoas e Acontecimentos*, Diocese de Aveiro, Aveiro, 1987.
- _____ – «D. Manuel de Almeida Trindade nas Bodas de Prata Episcopais», in *Lumen*, XLIX/2 (Fevereiro 1988) 7-11.
- _____ – *Urbano Duarte: Ensaio biográfico e selecção de textos*, 2 vols., Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1989.
- _____ – «Testemunho de um “Padre Conciliar”»: D. Manuel de Almeida Trindade, Bispo Emérito de Aveiro», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 7-11.
- _____ – «Vinte anos de concílio em Portugal», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 281.
- _____ – *Memórias de um bispo*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1993.
- _____ – «Vaticano II – Uma visão de conjunto», in *Lumen*, LVII/2 (Março-Abril 1996) 2-15.
- _____ – *... e porque não eu?*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 1997.
- _____ – *Fundo de Baú*, Gráfica de Coimbra, Coimbra, 2005.
- _____ – *Cartas ao Clero (1963-1981)*, Comissão Diocesana da Cultura, Aveiro, 2008.
- _____ – «Constituição Dogmática sobre a Igreja e comentário histórico-doutrinal», in RIBEIRO, D. António (dir.) – *A Igreja do presente e do futuro*, III, Editorial Estampa, Lisboa, s.d., 71-164.
- VARANDA, Isabel - «No coração da Igreja», in *Lumen*, LII/6-7 (Junho/Julho 1991) 61.
- VICENTE, Ana Cláudia - «As semanas nacionais de estudos missionários», in *Lusitania Sacra*, 2ª Série, 19-20 (2007-2008) 307-328.
- ZANON, Darlei - *Para Ler o Concílio do Vaticano II*, Paulus, Lisboa, 2012.

IV - Jornais, Revistas e Boletins

Acta Apostolicae Sedis
Agência Ecclesia (Boletim de Actualidade religiosa)
Análise Social
Aqua Nativa
Arquivo Distrital de Aveiro
Aveiro e o seu distrito
Boletim de Informação Pastoral
Boletim de Informação Pastoral (Diocese de Aveiro)
Brotéria
Capital (A)
Comércio do Porto (O)
Communio Internacional
Correio do Vouga
Diário de Aveiro
Diário do Governo
Diário do Minho
Didaskalia
Documentação Católica
Documentation Catholique
Expresso
Humanística e Teologia
Igreja e Missão
Jornal (O)
Jornal da Bairrada
Jornal de Notícias
Kingman Daily Miner (The) – Arizona
Litoral
Lusitania Sacra
Luta
Nashua Telegraph
Novidades
Osservatore (L') Romano (ed. Italiana)
Osservatore (L') Romano (ed. Portuguesa)
Prescott courier (The)
Público
Sarasota Herald-Tribune
Schenectady Gazette
Síntese

ÍNDICE

SIGLAS	1
INTRODUÇÃO	3
1. D. MANUEL, BISPO DE AVEIRO (1962-1988).....	9
1.1. ITINERÁRIO BIOGRÁFICO.....	9
2. EPISCOPADO E SERVIÇO PASTORAL NA DIOCESE DE AVEIRO (1962-1988)	25
2.1. PASTOR DE UMA IGREJA SERVA E POBRE.....	25
2.2. ACTIVIDADES MARCANTES DO SEU EPISCOPADO	31
2.2.1. O Seminário e os seminaristas.....	32
2.2.2. O Clero diocesano: vida, formação e trabalho pastoral.....	38
2.2.2.1. A aplicação do II Concílio Ecuménico do Vaticano e a reforma conciliar ...	41
2.2.2.2. Fraternidade Sacerdotal da diocese de Aveiro	44
2.2.2.3. Conselho Presbiteral e Assembleias do Clero	45
2.2.3. Missão Regional e Visitas Pastorais.....	50
2.2.4. A importância da formação cristã e da vida espiritual diocesana.....	55
2.2.4.1. Movimentos e Associações na diocese.....	58
2.2.5. Centros de cultura e de espiritualidade.....	64
2.2.5.1. Centro Académico Fé e Cultura	65
2.2.5.2. Centros de espiritualidade na diocese.....	66
3. PRESENÇA NO II CONCÍLIO ECUMÉNICO DO VATICANO	69
3.1. A PARTICIPAÇÃO DA IGREJA PORTUGUESA NO CONCÍLIO	69
3.1.1. Os bispos portugueses na preparação do Concílio	70
3.1.2. Os bispos portugueses na abertura e decurso do II Concílio Vaticano.....	77
3.1.3. As intervenções no Concílio.....	83
3.1.4. A vivência da renovação conciliar em Portugal: perspectivas e desafios	87

3.2.	A PARTICIPAÇÃO DE D. MANUEL NO II CONCÍLIO ECUMÉNICO DO VATICANO...	112
3.2.1.	Intervenções nas sessões conciliares	115
3.2.1.1.	Sobre o Proêmio e o Capítulo Primeiro do esquema «De Ecclesia».....	116
3.2.1.2.	Sobre o Capítulo Segundo do esquema «De Ecclesia»	119
3.2.1.3.	Sobre o Capítulo Terceiro do esquema «De Ecclesia».....	123
3.2.1.4.	Sobre o esquema «De libertate religiosa»	125
3.2.2.	Encerramento do Concílio.....	130
3.2.3.	As suas conclusões	133
4.	PRESIDENTE DA CONFERÊNCIA EPISCOPAL PORTUGUESA	147
4.1.	TEMPOS DE ANGÚSTIA E DE ESPERANÇA QUE APROXIMAM OS BISPOS	148
4.2.	PARTICIPAÇÃO INICIAL NA CONFERÊNCIA.....	162
4.3.	O CONSELHO PERMANENTE DA CEP	172
4.3.1.	Vice-presidente - 1970 a 1972.....	172
4.3.2.	Presidente – 1972 a 1975.....	176
4.3.3.	Vice-presidente – 1975-1981	201
4.3.4.	Presidente – 1981-1987	214
	CONCLUSÃO	239
	ANEXOS	245
	APÊNDICES.....	257
	BIBLIOGRAFIA.....	299
	I - FONTES.....	299
	II – INSTRUMENTOS DE TRABALHO	300
	III – BIBLIOGRAFIA GERAL	300
	IV - JORNAIS, REVISTAS E BOLETINS	307
	ÍNDICE.....	309

